RELATÓRIO APRESENTADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DR. GETULIO VARGAS, PELO INTERVENTOR FEDERAL, FERNANDO COSTA

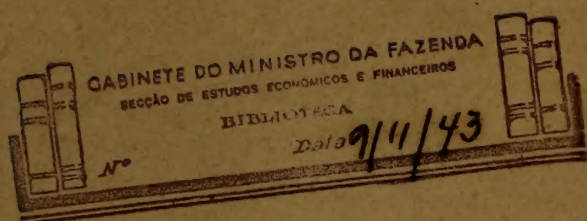
A VIDA ADMINISTRATIVA

DE

SÃO PAULO

DE 5 DE JUNHO DE 1941
A 31 DE DEZEMBRO DE 1942

RELATÓRIO APRESENTADO AO
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, DR. GETULIO VARGAS,
PELO INTERVENTOR FEDERAL,
FERNANDO COSTA

1943
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
SÃO PAULO

Senhor Presidente da República:

Em obediência ao disposto no artigo 46 do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência a exposição sucinta dos trabalhos realizados pelo governo do Estado, de junho de 1941 a dezembro de 1942.

Assumindo a Interventoria Federal em S. Paulo, numa época de situações graves decorrentes da guerra deflagrada no mundo, teve o meu governo de enfrentar, desde logo, sérios e urgentes problemas que exigiam solução imediata para atender aos reclamos inadiaveis da população estadual.

Estes problemas extraordinários somados aos fatos habituais da administração pública aumentaram de muito os encargos do Governo, multiplicando as suas preocupações e exigindo atividades cem vezes maiores a-fim-de que em todos os setores de interesse coletivo todos os problemas fossem cuidados e adotadas as melhores soluções para cada um dos casos particulares.

Para tanto, urgia, antes de mais nada, cuidar da situação pecuniária do Estado, a-fim-de que, fomentadas as fontes da receita e comprimidos os limites da despesa se processasse um reajustamento financeiro capaz de equilibrar a balança econômica estadual sem prejuizo da satisfação pontual de nossos compromissos internos e externos, ou das necessidades excepcionais que tivéssemos, porventura, de enfrentar.

A política financeira do governo teria que ser rigorosa. Assim o exigiam os fatos referidos; assim o exigia a série crescente dos "deficits" orçamentários verificada nos anos anteriores.

Nos cinco últimos exercícios os "deficits" foram os seguintes:

Em 1938	Cr$ 161.223.560,02
Em 1939	Cr$ 192.154.426,18
Em 1940	Cr$ 229.969.903,20
Em 1941	Cr$ 104.506.644,50
Em 1942	Cr$ 80.919.873,20

Verifica-se, portanto, que a política adotada produziu, desde logo, os seus melhores resultados.

Aliás, os dados abaixo, especificando o movimento financeiro em cada um dos exercícios, demonstram a segurança com que se processava o reajustamento no sentido do equilíbrio orçamentário:

EM 1941

Despesa Autorizada	Cr$	1.043.403.973,90
Receita Prevista	Cr$	1.018.141.483,40
Deficit Previsto	Cr$	325.262.490,50

Não tendo sido utilizados integralmente os créditos orçamentário e adicionais, a situação final do exercício foi:

Despesa Realizada	Cr$	1.199.561.693,60
Receita Arrecadada	Cr$	1.095.055.049,10
Deficit	Cr$	104.506.644,50

EM 1942

Despesa Autorizada	Cr$	1.437.829.030,60
Receita Prevista	Cr$	1.192.399.434,50
Deficit previsto	Cr$	245.429.596,10

Na execução, o resultado foi:

Despesa Realizada	Cr$	1.245.651.797,50
Receita Arrecada	Cr$	1.164.731.924,30
Deficit	Cr$	80.919.873,20

Por estes algarismos se deduz que melhorou consideravelmente a situação financeira do Estado em 1941 e 1942.

Cumpre salientar que os resultados destes dois exercícios são os mais satisfatoriamente verificados nestes últimos 16 anos e autorizam a previsão de equilíbrio perfeito nas finanças do Estado.

Como consequência imediata desses resultados, temos que a dívida pública estadual permanece estacionária, sem maior gravame para o orçamento.

Quanto aos serviços de arrecadação de tributos, podemos, ainda, assinalar que sua organização vem sendo objeto de constantes estudos, tendentes a melhorá-los sempre e cada vez mais, a-fim-de se assegurar a realização das receitas previstas, conforme, aliás, já se verificou nos exercícios de 1941 e 1942.

Com a abolição do período adicional ao ano financeiro, o que se verificou a partir de 1941, e com a supressão da verba orçamentária de "exercícios findos", a apuração dos resultados dos exercícios financeiros se faz mais prontamente, com inegavel vantagem para a melhor e mais segura orientação da administração pública.

Finalmente, deve-se acentuar que, com a integral observância das salutares normas estabelecidas pelo Decreto-lei Federal n. 2.416, de 17 de julho de 1940, a administração financeira do Estado se desenvolveu dentro de um regime de regularidade que assinala uma nova era, de certeza e de ordem, para as finanças estaduais.

* * *

Outro setor de capital importância que reclamava, no momento, toda a atenção e todo o esforço do Governo era o da produção. Produção para atender às necessidades ordinárias; produção para acudir às necessidades de emergência.

A situação de guerra, que nos assoberba, cercou-nos de dificuldades múltiplas e enormes que nos embaraçam e nos impõem a solução de problemas novos, urgentes e inadiaveis.

A paralisação parcial dos transportes; a fabricação urgente de produtos que a guerra reclama; o aproveitamento imediato de combustivel e de outros materiais nacionais para suprir a carência da importação; o compromisso de produção abundante para auxílio aos amigos combatentes, tudo isso criou um mundo novo de preocupações, de cuidados e de providências que impunham aos governos dos Municípios e do Estado uma soma enorme de iniciativas e de esforços para que se providenciasse a tudo de modo que as necessidades coletivas fossem pronta e suficientemente atendidas.

A Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio desenvolveu grande atividade no estudo, orientação, defesa e fomento da nossa produção, atendendo, assim, à situação criada pela guerra, que reclama a mobilização de todos os nossos recursos agrícolas e industriais.

Logo ao iniciar-se o meu governo, foram ouvidos os lavradores de todas as regiões do Estado para dizerem das necessidades de suas respectivas zonas.

Os assuntos e os problemas versados abrangiam fatos capitais para a lavoura do Estado, e distribuiram-se pelos 3 grandes grupos seguintes:

I — Vias de comunicação;

II — Assistência técnica agro-pecuária;

III — Crédito agrícola.

De fato, assegurando-se ao lavrador as condições financeiras para o custeio de suas iniciativas rurais; assistindo-o do ponto-de-vista técnico, para orientação segura das suas realizações e defesa sanitária das suas culturas ou dos seus rebanhos; facilitando-lhe as comunicações para os transportes da produção, teríamos assegurados os meios principais de progresso e de eficiência máxima para a nossa cultura.

Estimulados o esforço e a capacidade produtiva do agricultor, pode a Secretaria da Agricultura assinalar resultados fartamente compensadores.

A produção do Estado alcançou totais extraordinários, cobrindo não só as necessidades internas, mas as necessidades do país e as de exportação.

A distribuição de sementes selecionadas, que montou a 12.000.000 de cruzeiros, em 1941, teve o seu "quantum" aumentado, em 1942, chegando à cerca de 20.000.000 de cruzeiros.

A área cultivada do Estado atingiu, em 1942, a .... 1.964.851 alqueires, dos quais 53.330 representam a superfície reflorestada, e 572.587 à dos cafesais, com um total de ...... 1.058.461.076 cafeeiros.

No setor da sericicultura, foram distribuidos 348.527 gramas de ovos e 33.648.364 estacas e mudas de amoreiras, atingindo, assim, à cerca de 60 milhões o número de amoreiras plantadas no Estado.

Quanto à silvicultura, foram, em 1941, distribuidas 6.100.071 mudas e 1.600 quilos de sementes de diversas essências, e, em 1942, sua distribuição foi de 5.746.531 mudas e 2.754 quilos de sementes.

Por intermédio dos seus 186 centros de distribuição, o Departamento da Produção Vegetal distribuiu em 1942: 781.117 sacos de semente de algodão, 4.571 de arroz, 5.113 de milho, 1.482 de mamona, 911 de amendoim, 713 de tungue, 78 de gergelim, 7.783 de rizomas de ramí e 594.428 quilos de mudas de cana de açucar, arrecadando-se, pouco mais de 28 milhões de cruzeiros na venda dessas mudas e sementes.

Quanto à produção animal, várias medidas de fomento foram tomadas, visando à melhoria da exploração zootécnica, como: assistência técnica aos criadores; venda de reprodutores; insta-

lação de postos de monta permanentes e provisórios; abatimento de 50 % nos fretes para transporte de reprodutores; realização de exposições de animais e de cursos rápidos e práticos de capatazes; venda ou fornecimento gratuito de ovos, coelhos e peixes para criação. Cuidou-se do fomento da produção animal e da melhoria do fator genético não só com a distribuição de bons reprodutores, mas com a assistência permanente ao criador. Sendo de grande importância a realização de Exposições de Gado e Produtos Derivados, preestabeleceu-se um grande plano, segundo o qual o Estado foi dividido em 11 distritos zootécnicos, cujas sedes são as cidades de Colina, Pindamonhangaba, Araçatuba, São João da Boa Vista, Rio Preto, Campinas, Itapetininga, Botucatú, Baurú, Ribeirão Preto e Presidente Prudente.

Com grande comparecimento de animais, realizou-se em 1942, a 10.ª Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, conforme acordo existente entre os Governos da União e do Estado, tendo a nossa representação apresentado a esse certame 393 bovinos, 193 equinos, 44 assininos, 20 ovinos, 12 caprinos e grande número de aves.

No incremento da produção animal muito colaboraram as Estações Experimentais localizadas em Campinas, Ribeirão Preto, Pindorama, Boracéia, Jundiaí, Piracicaba, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê, Tupí, Limeira, Ubatuba, Monte Alegre, Pindamonhangaba, Jaú, Mococa, Santa Rita, Pederneiras e Capão Bonito, subordinadas ao Departamento de Produção Vegetal. Colaboraram, tambem, as estações de Araçatuba, Colina, Nova Odessa, Pindamonhangaba e Sertãozinho.

*
* *

No concernente à produção industrial os resultados foram, igualmente, satisfatórios, tendo a iniciativa particular desdobrado a sua capacidade para atender a todos os reclamos da situação presente.

O valor da produção que foi, em 1941, de 8 bilhões de cruzeiros passou, em 1942, para 9 bilhões, tendo o número de fábricas aumentado de 32.243 para 33.903.

*
* *

Ao lado dos trabalhos relativos ao fomento da produção, juntaram-se os esforços para intensificação do reflorestamento do Estado.

Orientado pelo Serviço Florestal que, alem do Horto Florestal da Cantareira, onde tem sua sede, conta ainda com Hortos Florestais em Mogí-Mirim, Baurú e Bebedouro, levou-se a efeito

um grande trabalho em prol do florestamento e reflorestamento de grandes extensões em diversas regiões do Estado, no intuito de proteger as terras contra a erosão, de defender os mananciais, principalmente em suas cabeceiras, e de favorecer o regime das águas e enriquecer o patrimônio florestal do Estado. A partir da vigência do Decreto-lei n. 2.014, de 12-11-41, que conferiu ao Estado a autorização para aplicar em seu território o Código Florestal, foram tomadas as medidas necessárias à sua fiel execução. Relativamente à questão das Reservas Florestais, que tem merecido constante atenção da parte do Governo, já foram reservadas diversas áreas para esse fim, num total de 104.940 ha., em Apiaí, Capão Bonito, Mogí-das-Cruzes, Mogí-Guassú, Presidente Venceslau, Santos, Xiririca e Campos do Jordão, sendo neste último instalado o Parque Estadual.

*
* *

Em virtude da presente situação mundial e do surto industrial no país, foi determinada a intensificação das pesquisas e prospecções geológicas na opulenta zona mineralizada abrangida pelos municípios de Apiaí, Itaporanga, Ribeira, Capão Bonito e outros Diversos viveiros de minérios de chumbo, de ouro, de estanho, de pirita, alem de prospecções em jazidas de chumbo, prata, zinco, carvão mineral e linhito, mica e caolim, tungstênio e estanho mereceram grande atenção. O Instituto Geográfico e Geológico realizou, ainda, a perfuração de poços semi-artezianos, tratamento de minérios em laboratório, levantamentos geológicos, triangulação geodésica, determinação de coordenadas geográficas, levantamentos topográficos, reconhecimentos e levantamentos de divisas, aerofotogrametria e outras atividades.

*
* *

O problema da carestia da vida, notadamente o problema da alta de preços dos gêneros de primeira necessidade, impôs ao Governo do Estado o estudo e a adoção de medidas especiais atinentes ao caso, entre as quais devo salientar a criação da Comissão de Alimentação, com a incumbência de levantamento de estoques, de estatística de previsão produtiva, de tabelamentos de preços e de estudos para sugestões de medidas de ordem econômica ou de ordem político-administrativas que pudessem concorrer para o benefício coletivo no sentido em apreço.

*
* *

Atendidos os fatos urgentes que a situação impunha, fez-se mister cuidar da reorganização técnico-administrativa da Secretaria da Agricultura, a-fim-de que os seus orgãos, repartições ou

serviços, reajustados às novas necessidades de produção e às normas modernas de racionalização, pudessem ter maior eficiência produtiva.

Cuidadosamente estudada a reorganização, que julgamos necessária para que, sem acréscimo de despesas, fosse possível aumentar o rendimento da grande e complexa máquina que, em sucessivas etapas, vem sendo montada há meio século e dar-lhe o sentido dinâmico que caracteriza ás atividades do Estado Nacional, foram assinados os seguintes decretos-leis:

DECRETO-LEI n. 12.359, de 1-12-41 — que, considerando a necessidade de dar novas e mais amplas atribuições à antiga Secção de Sericicultura do Departamento de Indústria Animal, em face das crescentes solicitações do extraordinário desenvolvimento da sericicultura paulista, criou o SERVIÇO DE SERICICULTURA, para a pesquisa e a experimentação, o fomento e a assistência técnica nos domínios desse setor agrícola e industrial, abrangendo o estudo das pragas e doenças da amoreira e do bicho-da-seda e dos meios de combatê-las, a produção e a distribuição de mudas de amoreira e de ovos de bicho, a realização de exposições de cursos práticos de classificação, secagem e fiação de casulos, a formação de um centro de especialização em assuntos sericícolas e o incentivo ao cooperativismo entre os interessados em sericicultura.

DECRETO-LEI n. 12.360-A, de 12-12-41 — que reestruturou o SERVIÇO FLORESTAL, dotando a silvicultura paulista de um orgão perfeito integrado nas mais modernas normas estabelecidas pela técnica silvícola para atender aos problemas da produção e distribuição de mudas e sementes das essências indígenas e exóticas mais convenientes ao florestamento e reflorestamento de importantes regiões do Estado e da defesa de seu patrimônio florestal, mediante o estudo de todas as questões pertinentes à silvicultura.

DECRETO-LEI n. 12.498, de 7-1-42 — que, ampliando o Instituto Biológico e dando-lhe finalidades mais dilatadas, criou o DEPARTAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DA AGRICULTURA, formado pela íntima entrosagem de um aparelhamento científico destinado ao estudo experimental das ciências em que se funda a defesa da agricultura, com serviços técnicos de execução dessa defesa. As suas Secções Técnicas foram reagrupadas em três Divisões — de Biologia, de Defesa Vegetal e de Defesa Animal — mantendo-se, na primeira, o carater universitário, sem restrições profissionais, e adaptando-se as duas outras, de natureza predominantemente profissional, aos ditames da legislação federal que rege o exercício das profissões correspondentes ao seu gênero de atividades.

DECRETO-LEI n. 12.499, de 7-1-42 — que transformou o Departamento de Botânica em INSTITUTO DE BOTÂNICA, dando-lhe uma organização adequada à realização das finalidades que lhe são inerentes, para que possa atender às nossas necessidades de estudos botânicos e ao levantamento florístico e fitofisionômico, desenvolvendo-se, ainda, a sua já notavel fitoteca e promovendo-se o enriquecimento de seus jardins botânicos.

DECRETO-LEI n. 12.503, de 10-1-42 — que, pela fusão do Departamento de Fomento da Produção Vegetal e do Instituto Agronômico do Estado e pela organização da Divisão de Fiscalização e Classificação de Produtos Vegetais, criou o DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL, visando, alem da mais íntima interdependência entre os trabalhos de experimentação e pesquisa e as atividades de fomento de novas técnicas e plantações, ao estudo e à experimentação sobre todos os ramos da ciência que interessam à produção vegetal, especialmente a agrogeologia, botânica aplicada, fisiologia e genética vegetais e química e microbiologia agrícolas, cabendo-lhe tambem a criação e manutenção de estações experimentais nas diversas zonas do Estado, a introdução e aclimação de plantas uteis, a multiplicação e a distribuição de sementes selecionadas, a fiscalização das instalações de transformação ou de rebeneficiamento de produtos vegetais e dos respectivos estudos de classificação, acondicionamento, transformação e transporte, alem de outras muitas atividades do interesse da produção agrícola.

DECRETO-LEI n. 12.504, de 10-1-42 — que transformou o Departamento de Indústria Animal em DEPARTAMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL, assentando, como seu principal objetivo, o estudo científico e prático de todos os assuntos relacionados com a zootecnia, visando ao melhoramento dos rebanhos existentes no Estado e ao aperfeiçoamento dos métodos de criação, bem como à fiscalização da produção e comércio de todos os produtos de origem animal e, alem de outros serviços, à realização de cursos práticos e rápidos sobre todos os assuntos da alçada do Departamento.

DECRETO-LEI n. 12.742, de 3-4-42 — que criou as ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA, as quais, localizadas nos municípios de Amparo, Araçatuba, Baurú, Guaratinguetá, Itapetininga, Marília, Presidente Prudente, Pirassununga, Ribeirão Preto e Rio Preto, serão destinadas, como institutos educacionais, à formação do produtor rural, tendo organização e orientação de carater essencialmente prático e utilitário, e serão, igualmente, centro de difusão de conhecimentos fundamentais de agricultura racional, centros de incentivo da melhoria da pro-

dução e do aperfeiçoamento dos processos da indústria agrícola regional e centros disseminadores de conhecimentos e práticas relativas a saneamentos e profilaxia rural.

*
* *

Dentre as atividades do Departamento de Educação, durante o período de junho de 1941 a julho de 1942, devem ser enumeradas, pela sua importância e influência na marcha e evolução do ensino público paulista, as seguintes:

1) Os novos rumos dados à carreira do professor de conformidade com o Decreto-lei n. 12.427, de 23 de dezembro de 1941, a saber:

a) reclassificação racional das unidades, em estágios e categorias;
b) remodelação dos concursos de ingresso, remoção e promoção de professores primários;
c) modificação do concurso de remoção de diretores de grupos escolares;
d) instituição de concurso de provas para ingresso na classe de diretores de grupos de 4.ª categoria, etapa inicial;
e) sistematização do aparelho técnico e administrativo do Departamento de Educação;
f) criação da carreira especial do ensino secundário e normal.

2) Sistematização das substituições no ensino primário.

3) Organização do anteprojeto, já convertido em lei, regulando o provimento dos cargos de professores de ginásios e escolas normais.

4) Remodelação do processo de habilitação para o exercício do magistério primário particular.

5) Organização do quadro de dentistas da Inspetoria Geral do Serviço Dentário Escolar.

6) Contribuição do Estado de São Paulo à Primeira Conferência Nacional de Educação e Cultura, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1941.

7) Idem à Oitava Conferência Nacional de Educação, realizada em Goiânia, de 18 a 28 de junho do corrente ano.

8) Constituição de uma delegação de professores paulistas, para reorganização do ensino no Território do Acre, de acordo com solicitação do governo daquela unidade nacional.

9) Criação de novas unidades escolares para atender às necessidades do ensino em vários centros do território do Estado.

No concurso de remoção e promoção de professores primários, em 1942, houve o següinte movimento:

Candidatos inscritos	4.764
Escolas em concurso	633
Remoções em consequência do concurso	1.985

O movimento de concurso de ingresso e reingresso ao magistério público primário foi o seguinte:

Escolas em concurso	626
Candidatos inscritos	1.239
Escolas escolhidas:	
Masculinas	85
Mistas	541
Total	626

Concurso de diretores de Grupos Escolares:

Diretorias postas em concurso para remoção	36
Candidatos inscritos	279
Candidatos removidos	68
Diretorias postas em concurso para nomeação	38
Candidatos inscritos	314
Candidatos que compareceram à prova de pedagogia, didática e administração escolar	224
Candidatos habilitados	192
Percentagem de aprovação	85,71 %
Candidatos já nomeados	38

MUSEU CENTRAL DE EDUCAÇÃO

O Museu Central de Educação, criado em 1933 pelo Código de Educação, só agora, em 1942, iniciou suas atividades de organização e orientação dos museus escolares, atividades de valia para a necessária renovação pedagógica.

Orgão técnico, com sede no Departamento de Educação, coordenou os trabalhos que figuraram na VIII Conferência Nacional de Educação realizada em Goiânia de 18 a 28 de junho de 1942. Cincoenta e uma teses firmadas por autoridades escolares e professores do Estado foram remetidas à Comissão Executiva daquele certame, alem de farto material didático elaborado por alunos de nossas escolas — cursos primário, secundário e normal — sobre Estatística, Geografia e História do Brasil.

SERVIÇO DENTARIO ESCOLAR

Continua esse Serviço a desenvolver ação benéfica nos nossos meios escolares, com o tratamento dentário dos alunos das escolas primárias, secundárias e profissionais.

Com os 13 gabinetes inaugurados de junho de 1941 até junho de 1942, elevou-se a 85 o número dos gabinetes dentários que funcionaram junto a estabelecimentos de ensino da Capital. Atingiu a 177 065, o número de alunos aí atendidos durante o período acima referido.

SERVIÇO DE SAUDE ESCOLAR

É um setor do Departamento de Educação de grandes realizações e de real valia, o Serviço de Saude Escolar. Alem de proceder à inspeção de saude de todos os funcionários do ensino, para fins de licença e aposentadoria, presta assistência aos escolares, mantendo, para tal fim, um Dispensário Central, dividido em vária clínicas —Geral, Oto-rino-laringológica, Oftalmológica, Pele e Sífilis, Endocrinologia, Alérgica e de Verminose— e mais quatro clínicas distritais. Possue ainda três dispensários de Puericultura, a cargo de médicos-pediatras.

O Serviço de Saude Escolar atendeu, de junho de 1941 a junho de 1942, a 166.297 crianças de nossas escolas.

O MOVIMENTO ESCOLAR EM 1941

A matrícula geral do ensino primário do Estado, em 1941, foi a seguinte:

	Alunos
Capital — Masculino	57.470
Feminino	55.084
Total	112.554

Concluiram o curso primário na Capital, 16.270 alunos, sendo 7.833 meninos e 8.437 meninas.

A matrícula geral de todo o Estado, inclusive a Capital, foi de 569.318 alunos, sendo 305.671 do sexo masculino e 263.647 do feminino.

A conclusão do curso primário em todo o Estado atingiu a 67.613 alunos, sendo 35.014 meninos e 32.599 meninas.

Funcionaram no Estado, em 1942, as seguintes escolas primárias:

Capital:

Grupos Escolares	96
Escolas isoladas	86

Interior:

Grupos Escolares	623
Escolas isoladas	4.191

Total:

Grupos Escolares	719
Escolas isoladas	4.277

De junho de 1941 a junho de 1942 foram criadas as seguintes unidades escolares:

Grupos Escolares	31
Classes em Grupos Escolares	97
Cursos de Alfabetização	3
Escolas isoladas	100

ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL

ESCOLAS NORMAIS

Existiam no Estado, em 1942, 63 Escolas Normais. Dezoito eram mantidas pelo Estado, oito eram municipais e as restantes, em número de 37, mantidas por entidades particulares.

Essas Escolas tiveram, em 1941, a matrícula geral de 5.838 alunos.

GINÁSIOS

O Estado mantem 25 ginásios — um na Capital e 24 no interior — e as municipalidades 11.

As 18 Escolas Normais Oficiais compreendiam, em sua organização, o curso secundário fundamental, idêntico ao dos ginásios, o que elevava para 43 o número de cursos ginasiais oficiais do Estado de São Paulo em 1942.

Em 1941 os 25 ginásios mantidos pelo Estado tiveram a matrícula geral de 7.083 alunos.

ASSISTÊNCIA ESCOLAR

Grande tem sido o desenvolvimento atingido pela assistência escolar nestes últimos anos, graças ao trabalho das Caixas Escolares mantidas pelos estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Educação. Em 1941 elevou-se a Cr$ ... 1.460.914,64 o total das despesas dessa instituição com os auxílios aos escolares pobres, assim disrribuidos:

Assistência dentária	Cr$	184.665,60
Assistência médica	Cr$	88.880,60
Lanche	Cr$	182.941,50
Leite	Cr$	17.776,70
Sopa Escolar	Cr$	108.244,50
Roupa	Cr$	245.571,20
Calçado	Cr$	48.232,80
Chapéu	Cr$	72,50
Cinema educativo	Cr$	2.537,10
Assistência diversa	Cr$	581.992,60

CRIAÇÃO DE ESCOLAS

Durante o ano de 1941 foram criadas 103 classes em grupos escolares e localizadas 85 escolas isoladas, duas em estabelecimentos industriais e três em instituições particulares, estas de acordo com o art. 1.° do Decreto n. 9.124, de 22-4-1938.

Foram ainda nomeados 13 professores interinos para instituições particulares, nos termos do art. 6.°, do Decreto n. 9.124 acima citado.

A partir de junho do mesmo ano foram localizados 23 grupos escolares com um total de 110 classes.

Durante o ano de 1942 foram criados vinte e quatro grupos escolares com um total de 109 classes e localizadas 112 escolas isoladas, sendo uma industrial.

Foram tambem nomeados 31 professores interinos para instituições particulares, nos termos do art. 6.°, do Decreto 9.124, de 22-4-1938.

O ensino profissional mereceu o melhor apoio oficial e manteve cursos de ensino industrial oficial, de ensino profissional agrícola e de ensino profissional em cooperação, com um total de 35 unidades escolares.

O ensino em questão abrange:

1) Cursos técnicos com a duração de três anos, destinados à formação de técnicos para as indústrias, mediante o ensino de disciplinas de cultura geral e técnica, reservado a candidatos provindos do curso industrial do 1.° ciclo do ensino secundário.

2) Cursos de mestria com a duração de dois anos, destinados à formação de mestres, mediante o ensino de disciplinas de cultura geral e técnica e destinados a alunos provindos do curso industrial.

3) Cursos industriais com a duração de quatro anos destinados à formação profissional completa de candidatos prove-

nientes do ensino primário, mediante o ensino de disciplinas de cultura geral e técnica.

4) Cursos profissionais agrícolas com a duração de quatro anos, destinados à formação profissional completa de trabalhadores rurais, mediante o ensino de disciplinas de cultura geral e técnica e com as seguintes finalidades: a) formação de operários rurais; b) formação de mestres de cultura; c) formação de condutores de trabalho rural.

5 — Cursos de ferroviários com a duração de quatro anos, mantidos em colaboração com as Estradas-de-Ferro e destinados à formação profissional completa de transporte ferroviário, mediante o ensino de disciplinas de cultura geral e técnica.

Matricularam-se no ensino industrial oficial	8.313
No ensino agrícola oficial	302
No ensino em cooperação	1.301
Total geral	9.916

Os alunos diplomados pelas escolas profisisonais são procurados pelas indústrias e percebem salários elevados, concorrendo para o enriquecimento e constante progresso do parque industrial de São Paulo e do Brasil.

Em 1941, diplomaram-se 1.799 alunos e, em 1942, 2.103.

Para o ensino profissional houve as seguintes dotações orçamentárias:

Em 1941	Cr$ 9.394.504,00
Em 1942	Cr$ 10.090.507,10

Voltando a sua atenção para o problema do prédio escolar, que entre nós é angustioso, tem o Governo estudos adiantados no sentido de inverter em construções escolares primárias a importante soma de 135.000.000,00 de cruzeiros, sendo 60.000.000,00 de cruzeiros no interior do Estado, através de um plano semelhante aos das tabelas "Price", a ser suportado, metade por metade, pelo Estado e pelos Municípios, computada a cota destes em 10 % que terão de aplicar ao ensino primário por força do convênio recentemente feito entre o Estado e a União; e os restantes 75.000,00 cruzeiros na capital, por força do convênio a ser firmado entre o Estado e o Município de São Paulo, graças ao qual, durante cinco anos se aplicarão, mais ou menos, 15.000.000,00 de cruzeiros por ano na construção de prédios escolares.

20) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Os trabalhos da Universidade de São Paulo, representados pelas realizações de seus institutos, continuam a honrar as tradições do ensino paulista em seus diversos ramos, num esforço

eficiente e patriótico no sentido de elevar, cada vez mais, os créditos de nossa cultura. Para isso há concorrido não só o trabalho de nossos professores como, tambem, a generosa contribuição de instituições filantrópicas, facilitando o intercâmbio cultural dentro das Américas.

A Universidade contou, em 1941, 2.770 alunos, assim distribuidos pelos diversos institutos:

Faculdade de Direito	1.133
Escola Politécnica	278
Faculdade de Medicina	574
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	387
Faculdade de Farmácia e Odontologia	131
Faculdade de Medicina Veterinária	28
Escola Superior de Agricultura	239

Terminaram o curso, em 1941, 537 alunos, sendo:

Na Faculdade de Direito	158
„ Escola Politécnica	50
„ Faculdade de Medicina	86
„ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	147
„ Faculdade de Farmácia e Odontologia	37
„ Faculdade de Medicina Veterinária	5
„ Escola Superior de Agricultura	54

Matricularam-se em 1942, na Universidade, 2.900 alunos, assim distribuidos:

Faculdade de Direito	1.134
Escola Politécnica	322
Faculdade de Medicina	541
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	439
Faculdade de Farmácia e Odontologia	152
Faculdade de Medicina Veterinária	35
Escola Superior de Agricultura	277

21) COLÉGIO UNIVERSITÁRIO

O Colégio Universitário, cujas aulas funcionaram com regularidade em 1941 e 1942, teve, em 1941, o seguinte movimento de matrícula:

1.ª série	744
2.ª série	640

No ano de 1942 a matrícula atingiu a 1.361 alunos, sendo 711 na 1.ª série e 650 na segunda.

SAUDE PÚBLICA

O Departamento de Saude realizou desenvolvimento normal das suas múltiplas atividades.

E' de interesse frisar as atividades da Secção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais, devido ao incremento dado ao serviço de imunização em nossa Capital, contra as várias moléstias infecciosas.

Assim, de julho de 1941 até fins de 42, foram feitas as seguintes imunizações:

Anti-tífica	281.502
Anti-diftérica	239.074
Contra a febre maculosa	562

Devido a esta alta cifra de vacinações, principalmente contra a difteria e a febre tifóide, nota-se nas estatísticas demógrafo-sanitárias tendência sensivelmente acentuada de diminuição do coeficiente de mortalidade por estas duas moléstias.

Quanto aos serviços de saude pública do interior, releva notar que em 1940 existiam apenas 75 unidades sanitárias em funcionamento no interior do Estado. De acordo porem com o Decreto n. 12.784, de 24-6-42, o número de tais unidades foi aumentado para 83, assim distribuidos:

17 Centros de Saude de 1.ª classe;
32 Centros de Saude de 2.ª classe;
34 Postos de Assistência Médico-Sanitária.

Tais unidades realizaram, alem de suas atividades assistenciais normais, ativo serviço de imunização contra as principais moléstias infecciosas, num total de 1.959.799 indivíduos.

O Serviço de Malária desenvolveu grandes esforços na luta contra esta moléstia parasitária. Uma nova orientação técnica, em vias de realização, dará ao serviço um melhor desenvolvimento de suas atividades.

Foram feitas nesse setor muitas obras de saneamento e outros serviços destinados à luta anti-larvária. Aos doentes de malária foram dispensados tratamentos, por intermédio dos vários Postos do Serviço disseminados por todo o interior do Estado.

O Serviço de Policiamento da Alimentação Pública exerceu normalmente suas atividades na Capital e no interior. Foram assim, registados 11.765 estabelecimentos e revalidados 22.554 registos. Foram realizadas 325.713 inspeções e apreendidos ... 255.205 quilos de gêneros alimentícios, impróprios para o consumo. A par desses, outros serviços de análise foram realizados por intermédio do Instituto "Adolfo Lutz" na Capital e por

vários Postos Bromatológicos do Interior, salientando-se a análise de vinte e um milhões de litros de vinho.

O Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional realizou cerca de 40 mil inspeções e visitas e vem exercendo ativamente severa fiscalização sobre o uso de entorpecentes, em todo o Estado.

Impressionado com o problema do tracoma iniciou o Governo enérgico ataque a esse mal.

De dois únicos postos, que então tínhamos, passamos a ter 30 postos, todos com médicos e enfermeiras, localizados nas zonas mais afetadas.

Reorganizado o serviço, aumentou de muito a sua eficiência como se verifica dos dados seguintes, relativos a 4 meses de trabalho:

Doentes atendidos	74.723
Curativos feitos	89.395
Injeções	342
Operações	198

Foram distribuidos, nesse período, cerca de 100.000 comprimidos de sulfanilamida, droga de escolha para o tratamento do mal.

As outras diversas dependências do Departamento de Saude, tais como o Instituto "Adolfo Lutz", Instituto Pasteur, Hospital "Emílio Ribas", Secção de Puericultura, de Tuberculose, de Propaganda e Educação Sanitária, de Engenharia Sanitária, da Higiene da Criança, da Higiene do Trabalho, e o Serviço de Centro de Saude da Capital, vem colaborando valiosamente no fiel desempenho de suas variadíssimas funções.

Notavel é, tambem, o esforço de guerra da Secretaria de Educação. Em diversas dependências, não só filiadas à Universidade, como estranhas a ela, vêm-se realizando notaveis esforços, quer no campo de pesquisa científica, quer no terreno da produção, em favor da vitória das armas aliadas. A natureza, a quantidade e a oportunidade de tais trabalhos não aconselham maior publicidade em torno deles; "bastante que se saiba que São Paulo, por todas as suas energias, está empenhado na vitória do Brasil".

* * *

Na Secretaria da Justiça o Governo do Estado realizou importantes iniciativas concernentes a modificações e reajustamento do aparelhamento judiciário do Estado.

Entre outros empreendimentos da Secretaria avultam os relativos ao:

1) SERVIÇOS JUDICIÁRIOS DO ESTADO — Foi determinado o estudo de uma reforma que aperfeiçoa o aparelhamento judiciário do Estado. A reforma projetada adaptará o aparelho judiciário aos novos códigos e, tanto pela sua amplitude, como pelos seus pormenores técnicos, estará habilitada a proporcionar à Justiça um funcionamento modelar.

2) JUIZO PRIVATIVO DE ACIDENTES DO TRABALHO — Pelo Decreto-lei n. 12.421, de 12 dezembro de 1941, foi criada a Vara Privativa de Acidentes do Trabalho. Centro industrial com cerca de 250.000 operários, São Paulo tinha necessidade de uma vara especializada de acidentes do trabalho, até então acumulada com o juizo cível e ultimamente com a vara dos feitos da Fazenda Municipal. Foi essa uma importante inovação, cujos benefícios já se fizeram sentir.

3) PROVIMENTO DE OFÍCIOS DA JUSTIÇA — O Governo promulgou o Decreto-lei n. 12.520, de 22-1-42, estabelecendo novas formas para o provimento dos ofícios de justiça, condições dos concursos e substituições. A nova lei, fruto de experiência colhida não só no Estado como no Distrito Federal, estabelece um mais justo equilíbrio na polícia judiciária, com o novo critério de provimento a saber: — um terço de livre escolha do Chefe do Governo, dentre doutores e bacharéis em direito e cidadãos de reconhecida idoneidade e competência; um terço dentre serventuários de justiça, com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos mediante concurso de títulos; e um terço dentre escreventes habilitados dos cartórios, com cinco anos de efetivo exercício, escolhidos mediante concurso de títulos.

4) CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO — Está em estudos a elaboração do Código Judiciário do Estado, que abrange o poder judiciário, o Ministério Público, os Serventuários de Justiça e os peritos judiciais.

5) REGULAMENTO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS — O Governo baixou novo decreto regulamentando os depósitos judiciais. Foi esse trabalho o resultado de estudos a que a Secretaria da Justiça procedeu, conjuntamente com uma comissão especialmente designada para esse fim.

6) REGIMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS — Com o intuito de verificar a conveniência de uma revisão no atual regimento de custas, incumbiu a Secretaria da Justiça uma comissão de formular sugestões sobre o assunto. Após prolongados estudos elaborou-se um anteprojeto de regimento que foi publicado e continua em estudos.

7) PALÁCIO DA JUSTIÇA — Foram inauguradas solenemente no dia 25 de janeiro de 1942 as obras do novo Palácio da Justiça, iniciadas há mais de 20 anos e para cuja conclusão o atual Governo decretou créditos especiais. Fica assim a justiça com instalações à altura do seu prestígio, muito embora se tenha verificado serem elas insuficientes, em virtude do grande índice do crescimento paulista. Cogita-se porisso de ampliar as instalações para o que foram desapropriados outros terrenos nas imediações do novo Palácio da Justiça.

8) MINISTÉRIO PÚBLICO — Foram postos em dia todos os serviços do Ministério Público, principalmente os da Procuradoria Geral do Estado. Instalou-se a 15 de julho o I Congresso Nacional do Ministério Público, certame de alta significação na vida jurídica do país, que teve por objetivos principais: — 1.º examinar e interpretar as novas leis penais brasileiras; 2.º — anotar e discutir as dúvidas decorrentes da publicação dessas leis; 3.º — sugestões para a elaboração de um formulário processual; 4.º — fixação das normas fundamentais do Ministério Público.

9) REFORMA DA LEI DE TERRAS — O Governo incumbiu uma comissão técnica de elaborar um projeto de reforma da lei paulista de terras devolutas, por reconhecer a necessidade de restabelecer a tradição jurídica nesse capítulo.

10) PROCURADORIA JUDICIAL DO ESTADO — Incumbe à Procuradoria Judicial do Estado, o patrocínio jurídico, em qualquer instância, das ações em que a Fazenda Pública seja parte, como ré ou autora, excetuadas as questões fiscais e as referentes à defesa do patrimônio imobiliário. E' das maiores e mais relevantes, assim, a atribuição dessa repartição que vem merecendo especiais cuidados da administração pública.

11) ASSISTÊNCIA SOCIAL — O Departamento do Serviço Social iniciou os estudos para uma remodelação da política de assistência social em São Paulo, com a instalação de diversos institutos de reeducação, disseminados pelo interior do Estado. Por outro lado está sendo aparelhada para funcionar em breve a Casa Maternal.

12) IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO — Impõe-se a remodelação das instalações da Imprensa Oficial, cujo aparelhamento está aquem do desenvolvimento do Estado. Procede-se a estudos nesse sentido. No início de 1942 ficou decidido dividir o "Diário Oficial" em dois cadernos, um compreendendo o "Diário do Executivo", o "Diário dos Municípios" e o Boletim Federal, e o outro compreendendo somente o "Diário da Justiça". A medida teve grande alcance prático.

* * *

A Secretaria da Viação e Obras Públicas tem desenvolvido grande atividade para atender aos reclamos dos grandes problemas da administração entre os quais se assinalam o problema do transporte e o das construções para o serviço público.

Dentre ás obras públicas que tiveram prosseguimento salientam-se, por seu vulto, as do Instituto Biológico, Hospital de Clínicas, de Assistência a Psicopatas, Hospital de Clínica de Paralisia Infantil, de ampliação de Leprosários, do Instituto "Adolfo Lutz", do Hotel e Serviços de Urbanismo e Saneamento de Campos do Jordão, da Recebedoria de Rendas de Santos, da Delegacia Auxiliar da mesma cidade, do Instituto Profissional Masculino da Capital, da Faculdade de Direito, das Escolas Práticas de Agricultura, alem de tantas outras pertinentes a ginásios, escolas normais e profissionais, obras essas orçadas em mais de 29 milhões de cruzeiros.

De igual importância são as obras efetuadas para o reforço de abastecimento de água da Capital, achando-se em andamento as que dizem respeito aos serviços de adução, representadas pela Barragem de Poço Preto, na adutora superior do Rio Claro, que se destina à formação de grande lago artificial para regularizar a vazão de 3,5 m3/seg., e cujo valor está estimado em 20 milhões de cruzeiros, e bem assim as obras da Estação de tratamento de Casa Grande que vão bastante adiantadas. Os serviços de distribuição estão representados pelo preparo final das obras que estão para ser encetadas no Alto de Sant'Ana, e construção dos reservatórios de Vila América e Penha. Desenvolveu-se a rede de esgotos, com a construção de apreciavel extensão de coletores em diversas zonas da cidade.

Em Santos foi iniciada a reforma da ponte pensil para receber o novo emissário de 0,65m de diâmetro e promovidas várias obras de ampliação de canais e construção de novos coletores, necessários ao desenvolvimento dos serviços de saneamento local.

Os trabalhos de eletrificação da Estrada-de-Ferro Sorocabana tiveram seu andamento normal, e, não obstante as dificuldades oriundas do atual estado de guerra, já foi recebida uma boa parte do material elétrico que está sendo aplicado nessas obras.

Uma das medidas que, a seu tempo, está destinada a produzir os mais apreciaveis frutos, foi a incorporação do antigo Tramway da Cantareira à Estrada de Ferro Sorocabana, o que se verificou pelo Decreto-lei n. 12.617, de 31 de março de 1942.

Prosseguiu, sem interrupção, o avançamento da linha da Estrada de Ferro Araraquara, em demanda de Porto Presidente

Vargas. Com a renovação da atual via permanente e construção de variantes, ficaram francamente melhoradas as condições técnicas da Estrada que está, assim, perfeitamente aparelhada para satisfazer às necessidades da zona.

A próxima abertura ao tráfego do restaurado Ramal de Sertinha a Ribeirão Preto permitirá prever um maior surto nos serviços da Estrada-de-Ferro São Paulo e Minas. Na Estrada-de-Ferro Campos do Jordão conseguiu-se, praticamente, eliminar o regime de "deficits", continuando aquela via férrea a executar, a contento, o seu tráfego.

*
* *

A) Constituiu, sem dúvida, acontecimento de alta significação, o Decreto-lei n. 12.580, de 5-3-1942 que autorizava o empréstimo de Cr.$ 250.000.000,00, destinado à maior parte das despesas decorrentes da execução do PLANO RODOVIÁRIO do Estado de São Paulo. As despesas totais ascendem a Cr.$... 335.375.000,00 e a diferença entre esta cifra e o valor do empréstimo será coberta com dotações incluidas nos orçamentos anuais do Estado.

A execução do PLANO foi prevista para o período de cinco anos contados a partir de 1942 e envolverá as realizações seguintes:

1) Conclusão das Vias Anchieta e Anhanguera e prolongamento desta última até Campinas (extensão total: 145 Kms.).

2) Melhoramentos do traçado e pavimentação de asfalto dos três grandes troncos rodoviários: (extensão total: 915 Kms.).

a) São Paulo — divisas do Estado do Rio;
b) São Paulo — divisas do Paraná;
c) Campinas — Ribeirão Preto.

3) Construção de grandes radiais e transversais rodoviárias do Estado. (Extensão total: 2.400 Kms.).

4) Construção de rodovias que se destinam a estabelecer continuidade na rede de estradas do Estado e facilitar o acesso às zonas limítrofes de Minas Gerais e Paraná. (Extensão total: 627 Kms.).

5) Melhoramentos em cerca de 1.000 Kms. da rede rodoviária existente.

B) Realizações levadas a efeito durante o exercício de 1942:

Recursos atribuidos ao DER:

Dotação normal	Cr.$	43.985.000,00
Créditos especiais	Cr.$	30.980.870,20

OBRAS DA VIA ANCHIETA

a) Trecho do Planalto — Foram concluidas as obras de terraplenagem e drenagem, com extensão total de 40 Kms. Prosseguiram os serviços de pavimentação de concreto, tendo sido executados 40.058m2 no valor aproximado de Cr.$ 2.000.000,00.

Atualmente estão abertos ao tráfego 18 Kms. de pista de concreto.

Alem de obras de arte de menor importância, foi atacada a construção da grande ponte de 300 ms de comprimento sobre a represa do rio Pequeno, no valor de Cr.$ 4.380.000,00. A ponte que terá 16,20 ms. de largura, possuirá duas pistas de tráfego de 7 ms. de largura cada uma, alem de refúgio para pedestres.

E' constituida de vigas "Gerber" de 27 ms. de vão e as fundações são compostas de tubulões fundados pelo processo de ar comprimido. Atualmente estão cravados 15 tubulões e até fevereiro próximo estarão cravados os 15 restantes. A ponte deverá estar concluida em outubro de 1944.

b) Trecho da Serra — Nesta parte foram excavados 177.000m3 de terra e rocha e prosseguiram as obras de dois viadutos e 21 galerias todas de concreto armado, alem de três túneis. Para as obras de drenagem o DER fabricou 3.000 tubos de concreto de 45 cm. e 60 cm. de diâmetro.

No corrente exercício as obras da Serra foram muito intensificadas: 60 % dos serviços estão concluidos.

Relativamente às obras da Via Anchieta cumpre aquí observar que na construção da pavimentação de concreto, obras de arte e terraplenagem, foi aplicada a mais moderna técnica rodoviária, podendo esta via de comunicação ser comparada às grandes super-estradas européias e americanas.

c) Trecho da baixada — Prosseguiram os trabalhos de sondagem para início da construção dessa parte da auto-estrada.

3) OBRAS DA VIA ANHANGUERA:

a) Foram elas aceleradas no último quadrimestre de 1942 para abertura dessa rodovia ao tráfego, como estava previsto, a 25 de janeiro do ano corrente.

b) Foram excavados no ano findo 1.107.000m3 de terra e rocha e construidas as seguintes obras de arte:

14 galerias de concreto armado, com o comprimento total de 800 ms.

5 passagens superiores tambem de concreto armado com extensão total de 170 ms. alem de de um viaduto sobre o rio Juquerí com 40 ms. de vão.

O valor total dessas obras ascendeu a Cr$ 3.500.000,00.

Nessa auto-estrada faltam apenas obras definitivas, de pavimentação, adiadas por força das dificuldades de importação de asfalto.

4) CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PONTES NO INTERIOR DO ESTADO:

a) Extensão total das estradas concluidas e em construção durante o exercício de 1942 foi de 690 Kms.

Sob o regime de empreitada foram excavados.. 653.566,230m3, cujo custo médio alcançou Cr$,... 3.75/m3.

b) É a seguinte a relação das estradas cuja construção foi iniciada em 1942:

3.° trecho da ligação Banhado Grande-Minas.
De Chumbo de Pescaria e Espírito Santo.
Pirassununga-Cascavel-Tronco de Poços de Caldas.
Vargem Grande-Casa Branca.
São Carlos-Araraquara.
Tietê-Piracicaba.
Aeroporto de Cumbica-Tronco Rodoviário do Rio.
Variante entre Cachoeira e Cruzeiro.

c) Estradas estudadas e em estudo:
Projetos concluidos: 410 kms.
Projetos em estudo: 1.650 kms.

d) Em 1942 foram concluidas 11 pontes com o comprimento total de 350 ms. e custo global de Cr$ ... 1.807.000,00; achavam-se em construção mais 29 pontes orçadas em Cr$ 4.160.000,00.

e) Foram concluidos os projetos de 45 pontes, estando em andamento os projetos de mais de 23.

f) Dentre as pontes mais importantes concluidas em 1942 avultam:

Ponte de concreto armado sobre o Rio Sapucaí na estrada São Joaquim-Guará (Km. 442,2): arco

principal com 68 ms. de vão, comprimento total: 86ms.,40.

Ponte de concreto armado sobre o rio Taquarí na estrada Itatiba-Amparo (Km. 116,3): comprimento total: 56m.,00.

Ponte de concreto armado sobre o rio Paranapanema na estrada São Miguel-Capão Bonito (Km. 209,9): comprimento total: 49ms.,24.

Ponte de concreto armado sobre o rio das Almas, na estrada São Miguel-Capão Bonito (Km. 217,6): comprimento total: 30,85ms.

*
* *

As realizações na pasta da Segurança Pública, nos dois primeiros anos de sua administração, são assinaladas por medidas oportunas que vieram solucionar velhos reclamos da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado.

No setor da Polícia Civil, por exemplo, merecem menção:

a) a construção do edifício próprio da Delegacia Regional de Santos, para cujas despesas de desapropriação e construção foi aberto um crédito especial de Cr.$ 202.980,00. Graças a essa providência, de há muito exigida pelo serviço policial de Santos, aquela Regional será magnificamente instalada, em edifício moderno projetado de acordo com as mais recomendaveis normas técnicas e com a amplitude necessária para o desenvolvimento de suas complexas e numerosas atribuições.

b) o restabelecimento da Secretaría da Segurança Pública, por decreto de 10 de setembro de 1941, e consequente extinção da Chefatura de Polícia, foi outra medida de expressão toda especial na vida administrativa do Estado. O referido decreto restabeleceu, ao mesmo tempo, a subordinação da Fôrça Policial do Estado à Secretaria recem-criada e bem assim o Tribunal Superior de Justiça Militar, para os efêitos administrativos.

c) a criação da Escola Oficial de Trânsito, em outubro do mesmo ano, diretamente subordinada à Diretoria do Serviço de Trânsito, teve em vista manter cursos de instrução a condutores de veículos, cursos de preparo e especialização de guardas de trânsito; organização de campanhas educativas sobre os perigos do trânsito para condutores e pedestres.

d) a exemplo das demais Secretarias de Estado, a Secretaria da Segurança Pública vinha-se ressentindo da necessidade de um orgão, com carater consultivo, que se destinasse a congregar todos os serviços jurídicos ligados à administração policial. Assim, por decreto de novembro de 1941, foi criada a SECÇÃO LEGAL da mesma Secretaria, a cargo de bacharéis em Direito, já funcionários da Polícia.

e) esse mesmo decreto criou a Biblioteca da Diretoria Geral, outra dependência de real importância para o trabalho intelectual e cultural da Secretaria, e regulamentou o Serviço Administrativo da Força Policial.

f) como natural consequência da evolução das atividades jurídico-policiais no Estado, e compreendendo o Governo os inconvenientes resultantes da permanência de autoridades legais à testa das delegacias de 6.ª classe, resolveu, solucionando esse problema, integrar as referidas delegacias na carreira policial; ao mesmo tempo extinguiu-se o Quadro Suplementar da Polícia, em razão da vigência do Estatuto dos Funcionários Públicos Civís do Estado.

*
* *

g) a criação do Instituto Correcional da Ilha Anchieta, subordinado administrativamente às Secretarias da Segurança Pública e da Justiça, se inclue entre as medidas de maior alcance médico-jurídico-social da atual administração. Trata-se, de fato, de um ato governamental dos mais relevantes, que veio estabelecer, em definitivo, normas reguladoras para o recolhimento dos indivíduos chamados "mal-viventes", em bases jurídicas e de acordo com as mais modernas conquistas de penologia.

h) completando essa iniciativa, o Governo criou na mesma ocasião e no mesmo local, o "Educandário Anchieta", sob a imediata assistência técnica do Serviço Social de Menores e destinado à internação de menores.

i) com grande interesse estudou o Governo as providências relativas às construções de prédios próprios para a instalação dos serviços policiais. Várias construções já foram autorizadas, assinalando-se, dentre elas, o edifício que servirá para o Palácio da Polícia Estadual.

*
* *

No campo da Polícia Militar, várias providências foram tomadas pelo Governo do Estado, como sejam: a reincorporação do Corpo de Bombeiros à Força Policial; a regulamentação das promoções na Guarda Civil; a instituição de gratuidade do tratamento e alimentação das praças da Força Policial, quando hospitalizadas em estabelecimentos oficiais, estendendo-se estas disposições à Guarda Civil, à Polícia Especial e ao Corpo de Bombeiros. A regulamentação dos uniformes da Polícia Marítima de Santos; a nova organização do Corpo de Bombeiros e diversas autorizações para a construção, reparações e adaptações de prédios destinados a quartéis, hospitais e estabelecimentos educacionais da Força Policial foram outros tantos empreendimentos que o Governo realizou com grande empenho.

*
* *

Sob rigoroso controle de despesas, teve prosseguimento o programa de realizações municipais da Prefeitura da Capital, cujo plano de urbanismo continua sendo executado à risca, a-pesar-das dificuldades criadas pela guerra.

As grandes avenidas projetadas estão em vias de conclusão, sobressaindo a avenida Anhangabaú Inferior, entre o parque do mesmo nome e a avenida Tiradentes, com 60 metros de largura na parte central e 45 no trecho restante.

As praças monumentais, que resultarão do alargamento da Praça João Mendes, da praça do Carmo e da do Estádio, têm suas obras em andamento, sendo que, só nas demolições para execução da primeira já se inverteram cerca de 3 milhões de cruzeiros.

Prolongamentos de artérias, ligações de periferia com o centro e novos viadutos foram atacados, estando a Municipalidade interessada em levar esses trabalhos a termo dentro de curto prazo, não obstante os obstáculos decorrentes do momento internacional, que se refletem nos transportes, na aquisição de materiais e na própria mão de obra.

A 25 de janeiro de 1942, inaugurou-se a nova Ponte Grande, sobre o Tietê, obra em que se despenderam Cr$ 5.500,00. Inaugurou-se tambem a Biblioteca Municipal, majestoso edifício de 24 andares, de linhas modernas, cujo custo, com as instalações internas, se elevou a quase 9.500.000,00 cruzeiros.

A retificação do Tietê está sendo executada normalmente, visando a reduzir o curso do rio de 47 para 27 quilômetros no perímetro urbano, abrindo-se avenidas marginais e construindo-se

pontes mais amplas e modernas, o que corresponde a uma despesa superior a 100 milhões de cruzeiros.

Já foi inaugurado o segundo trecho da canalização (Ponte Grande-Casa Verde) e trabalha-se agora no terceiro (Casa Verde-Limão).

Contratou-se a construção dos Monumentos a Caxias e dos Bandeirantes, o primeiro financiado por subscrição popular, iniciada pelo General Maurício Cardoso, ex-comandante da 2.ª R. M., devendo erigir-se no largo do Paisandú.

Melhorou-se a iluminação pública da cidade, que foi ampliada de 4.940 metros e 177 lâmpadas. Seu custo, em 1942, foi de Cr$ 15.426.341,50.

Devido à escassez de combustiveis, a frota da Limpeza Pública voltou, em grande parte, a ser constituida de veículos a tração animal, bem como a gasogênio, não tendo o serviço, por esse motivo, sofrido prejuizos de monta.

O serviço telefônico foi objeto de uma revisão tarifária, criando-se, parcialmente, o serviço médico e estabelecendo-se novos dispositivos tendentes a melhorar as condições das linhas. Dedicou a Prefeitura, igualmente, especial atenção aos serviços de transportes urbanos, tendo sido a Light and Power, por medida emanada do Governo da União, forçada a continuar com o serviço de bondes, muito embora as dificuldades atuais não permitirem o aumento do número de carros, considerado insuficiente para atender à população.

As finanças municipais continuam em elevado nivel, com equilíbrio de seus recursos, operações e despesas. A receita geral em 1942 foi de Cr$ 204.021,269,70 contra Cr$ 186.310,524,50 em 1941, verificando-se pois um acréscimo de Cr$ 17.710.745,20 em favor de 1942. A despêsa geral atingiu a Cr$ 218.619.663,00 em 1942 contra Cr$ 189.914.705,70 em 1941.

O número de desapropriações em 1942 foi de 164, das quais 87 foram resolvidas por via amigavel. As avaliações elevaram-se a 394 no valor total de 154 milhões de cruzeiros.

A fiscalização das obras particulares registou um rápido decréscimo em 1942 nas construções que, tendo subido a 847 em janeiro, decresceram a 501 em dezembro, justificando-se tal fenômeno pelas naturais dificuldades de materiais e transportes. As áreas construidas em 1941 e 1942 foram, respectivamente, de 1.947.549 m² e 1.370.596 m².

Todos os serviços internos da Prefeitura se mantêm em dia e em ordem. O movimento do expediente acusou 81.330 processos em 1942, com a arrecadação de Cr$ 251.207,00.

*
* *

A Secretaria do Governo, em 1941, tinha a seu cargo não somente os serviços administrativos do Palácio como tambem a supervisão do Departamento das Municipalidades, do Departamento Estadual de Estatística, da Diretoria de Esportes, do Conselho de Expansão Econômica e da Força Policial do Estado.

Em meados de 1942, foi reorganizada a Secretaria, que passou a denominar-se Secretaria da Interventoria, incumbida unicamente dos trabalhos burocráticos do Palácio, sendo os orgãos referidos acima subordinados diretamente ao Chefe do Executivo e a outros secretariados.

* *

O Departamento das Municipalidades desenvolveu grande atividade no sentido das finalidades e atribuições.

Dos serviços cometidos a esta repartição, cumpre assinalar, no exercício de 1942:

1) Alem do revigoramento do crédito de Cr$ 6.753.198,00 (Decreto n. 12.215), para custear os serviços de águas e esgotos nos municípios, as providências tomadas para a abertura do novo crédito na importância de Cr$ 17.544.948,90 (Decreto n. 13.173), tambem destinado aos mesmos serviços.

Assim, foram contemplados os seguintes municípios:

Americana	1.657.616,20
Angatuba	511.134,00
Araras	400.000,00
Bernardino de Campos	1.003.570,60
Botucatú	5.027.973,70
Itapetininga	2.171.268,30
Jacareí	393.015,00
Mirassol	1.371.934,70
Novo Horizonte	647.855,70
Ourinhos	1.409.176,00
Pindamonhangaba	422.721,10
São João da Boa Vista	1.171.751,40
Santa Cruz do Rio Pardo	506.931,90
Taubaté	1.117.178,60
Assiz	595.264,40
Baurú	2.500.000,00
Descalvado	100.000,00
Duartina	250.000,00
Palmital	304.353,80
Ipaussú	110.000,00
Santa Bárbara	250.000,00
Santo Anastácio	333.407,00

Presidente Prudente	760.000,00
Araçatuba	150.000,00
Penápolis	80.000,00
Lins	220.000,00
Avaré	524.610,30
Chavantes	54.383,90
Brodosqui	100.000,00
Nova Granada	154.000,00

2) As medidas tomadas e efetivadas pelo Decreto n. 13.284, no sentido de possibilitar os municípios que obtiveram empréstimos ao Estado, que se achavam em atraso com os serviços de juros e amortizações a manterem em dia os seus compromissos.

Assim é que, pelo referido Decreto n. 13.284 foram adotadas, entre outras, as seguintes disposições:

a) cancelamento dos juros em atraso, até 31 de dezembro de 1941, no total de Cr$ 13.526.643,70;

b) dilação do prazo de amortização das dívidas de 30 para 40 anos, devendo ser iniciado em 1943, o pagamento das novas anuidades, e

c) redução da taxa de juros de 8 % para 5 % ao ano.

3) Elaboração do anteprojeto do Estatuto dos Funcionários Públicos Civís dos Municípios, Estatuto esse já transformado em lei, e o Anteprojeto do Código Tributário Municipal, adatado às normas fazendárias aprovadas pela Conferência Nacional de Legislação Tributária, reunida na Capital Federal, em 1941.

4) O Departamento das Municipalidades, afora as suas atividades normais, que se relacionam com inúmeros problemas administrativos e técnicos, vem cooperando com o Governo, tomando parte ativa nas medidas postas em prática, no sentido da assistência social, da segurança pública e da higiene nos municípios do Estado.

Mediante entendimento com a Repartição competente, foi instituida uma bolsa de estudos destinada à manutenção dos candidatos do interior do Estado, ao curso de assistente-social.

Esse curso, que tem a duração de 3 anos, acha-se em pleno funcionamento, e, breve, os seus diplomados prestarão assinalados serviços às populações dos 269 municípios do Estado.

*
* *

O Conselho de Expansão Econômica foi criado para o fim de promover e facilitar o desenvolvimento das atividades econômicas do Estado e coordená-las com as da Nação.

Entre os assuntos estudados pelo Conselho merecem menção especial, o problema da pecuária, da produção, do transporte da indústria e comércio da carne.

O Conselho tratou especialmente tambem do financiamento do algodão, da produção cafeeira, do abastecimento de lenha e carvão vegetal em face da crise de transportes, da situação da mandioca, do incremento da produção e uso de gasogênios, da expansão da lavoura de cereais e leguminosas, necessárias à alimentação, da formação de aprendizes para a indústria, da estabilização dos preços no mercado interno, do suprimento de matérias primas de procedência estrangeira, etc.

Muitos desses assuntos foram estudados com a colaboração dos representantes da lavoura, da indústria, do comércio, enfim de delegados de entidades diretamente interessadas, sendo as conclusões devidamente apreciadas pela Interventoria.

*
* *

A-fim-de realizar uma propaganda eficiente do gás pobre, capaz de permitir a remoção de dificuldades criadas pela falta de combustiveis líquidos em consequência da guerra, a Interventoria, pelo Decreto n. 12.107, de 5 de agosto de 1941, criou a Comissão Estadual do Gasogênio, cujo programa de trabalhos abrange todos os aspectos da difusão do gasogênio.

Em seu primeiro ano de trabalho, a Comissão estudou e pôs em prática um tipo de gasogênio mais eficiente e de menor custo do que os existentes no mercado; abriu o primeiro Curso de Gasogenistas Práticos, inteiramente gratuito, e iniciou, a produção de carvão adequado, para fornecimento ao público, a preços acessiveis. Em abril de 1942, quando se agravou a crise de combustiveis, a Comissão elaborou um plano de produção de 10.000 gasogênios, em curto prazo, tendo o Governo tomado já para isso as providências preliminares.

Em fins de 1942, os resultados da atividade da C. E. G. eram dos mais animadores. Existiam já, em 31 de dezembro daquele ano, 2.224 gasogenistas práticos formados pela Comissão; cerca de 7.000 veiculos tinham sido já adaptados para uso de gasogênios; registados na C. E. G. havia 2.822 automoveis na Capital e 2.728 no interior, achando-se quase 1.500 dependentes de registo. O total de gasogênios do tipo da Comissão era de 5.920. Em estoque, para fornecimento ao público, existiam 500 aparelhos. A capacidade de montagem da C. E. G. chegou a cinco veículos por dia, sendo a área das oficinas de 2.000 metros quadrados.

O carvão preparado pela Comissão elevou-se a 350 toneladas, sendo de quatro toneladas diárias a saida desse produto.

Na Capital, o consumo diário de carvão vegetal atingiu a 150 toneladas (somente para uso em gasogênio). Estavam registados na Comissão 88 fabricantes de gasogênios de diversos tipos, sendo 60 deles unicamente de gasogênios tipo C. E. G.

A Comissão distribuiu 400 coleções de desenhos de gasogênios do tipo por ela estudado e adaptou em suas oficinas 325 veículos de particulares.

Magníficos resultados apresentaram tambem os trabalhos referentes ao gasogênio realizados pela Repartição de Águas, Departamento de Estradas-de-Rodagem, Estrada-de-Ferro Sorocabana, Prefeitura, etc., comprovando as vantagens do aproveitamento do gás pobre como elemento capaz de conjurar a crise que a falta de combustiveis líquidos provocou no país.

*
* *

O Departamento do Serviço Público foi criado pelo Decreto-lei n. 12.521, de 23 de janeiro de 1942, tendo por finalidade a racionalização dos serviços públicos estaduais em todas as suas modalidades.

Em seu primeiro ano de atividades, o D. S. P. iniciou o levantamento de todas as repartições públicas, a-fim-de estudar a conveniência da redistribuição ou agrupamento dos serviços, eliminando paralelismos, superposições de funções e conflitos de competência porventura encontradas. Deu tambem começo ao cadastro geral dos servidores do Estado.

A-fim-de cumprir o imperativo da lei que o criou, o D. S. P. realizou estudos para elaboração de um projeto de lei reajustando os quadros e vencimentos do funcionalismo.

O projeto de reajustamento foi apresentado dentro do prazo de 120 dias fixados por lei, sendo publicado para receber sugestões.

O Governo estuda, ainda, as suas características essenciais.

Em setembro de 1942, foi iniciado o Serviço Médico do D. S. P. incumbindo-se da inspeção de saude dos funcionários.

Realizaram-se, até 31 de dezembro 2.515 inspeções.

A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D. S. P. já traçou o planejamento dos seus serviços técnicos com base nos estudos da secção de Profissiologia.

Realizou-se o primeiro concurso para seleção de pessoal destinado ao Serviço Público, e está estudado o plano geral de aperfeiçoamento dos servidores estaduais, estabelecendo-se cursos sistemáticos e cursos isolados de aperfeiçoamento. A Divisão tem ainda em estudo a organização de uma escola técnica de administração destinada ao preparo dos novos servidores do Estado.

Tambem tem merecido cuidadoso estudo o problema da padronização do material em uso nas repartições, colaborando nos trabalhos preliminares a Prefeitura da Capital, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Associação Brasileira de Normas Técnicas.

*
* *

Em junho de 1941, foi nomeada pelo Interventor uma Comissão incumbida de estudar um plano de organização do sistema estatístico do Estado, a-fim-de enquadrar os respectivos serviços nas diretrizes traçadas pelo Governo da República. O resultado desse estudo converteu-se no Decreto-lei n. 12.610. de 31 de março de 1942, que reuniu no Departamento Estadual de Estatística todos os serviços técnicos especializados das várias repartições estaduais e subordinou aquele orgão diretamente à Interventoria Federal.

Os trabalhos do Departamento, que ainda se ressentem das modificações impostas pelo reajustamento feito, prosseguem com empenho, tendo sido dados já a publicidade vários volumes referentes a estatística policial, estatística agrícola, movimento demógrafo-sanitário da Capital e do Interior, entradas e saidas do porto de Santos, comércio de gêneros na Capital, etc., sobressaindo-se a apresentação do primeiro número do "Anuário Estatístico Estadual", no gênero do "Anuário Brasileiro".

Foram instaladas nas cidades do Interior agências estatisticas municipais, destinadas a colher e remeter para o Departamento dados de interesses administrativos, econômicos, demográficos, culturais, etc.

Foi ratificado o Convênio Nacional de Estatística Municipal, dando plena execução ao acordo firmado e que é básico para o levantamento dos dados relativos à Segurança Nacional.

Foi feito pela primeira vez, em 1942, o registo industrial, instituido por lei federal, alcançando-se o total de 12.000 firmas.

A Secção de Estatística Militar foi criada em abril de 1942 e instalada em outubro, sendo seus trabalhos iniciados com grande entusiasmo, merecendo as melhores referências das autoridades militares da II Região, às quais foram encaminhados numerosos relatórios e estatísticas por elas solicitados.

*
* *

Novas secções e serviços foram criados no Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda por esta Interventoria, a-fim-de fortalecer sua estrutura e permitir mais completa execução do seu programa de trabalho. Assim, passou a contar o Departamento com: — Serviço de rádio-escuta; secção de publicidade,

serviço de recorte e de fotótica, serviço de inquéritos populares, serviço cinematográfico, serviço de consultas, assistência técnica ao lazer popular, censura sanitária e outros serviços administrativos auxiliares.

Organizou o DEIP uma sala de consultas e uma irradiação especial, em ondas curtas, denominada "Hora dos Prefeitos", para noticiário e difusão de assuntos oficiais, de interesse dos municípios, e manteve estreito contacto com as autoridades militares para vários empreendimentos ligados ao estado de beligerância do Brasil com as potências do "Eixo".

A rádio-difusão estadual, que compreende 42 estações e 200 serviços de alto-falantes, esteve sob permanente observação do DEIP, que censurou, em 1941, 2.003 programas e, em 1942, 3.389. O serviço de fiscalização pela rádio-escuta trabalhou 19.936 horas em 1941 e 38.075 horas no ano seguinte.

A Agência Nacional, cuja sucursal em S. Paulo funciona no DEIP, desenvolveu grande e proveitosa atividade, quer distribuindo todo o noticiário oficial, quer redigindo e publicando notícias e comentários próprios, referentes a assuntos de interesse público. Em 1942, produziu 32.421 notícias, comunicados e reportagens, com mais de um milhão de cópias mimeografadas. Sua distribuição aos jornais e estações de rádio é, em média, de 120.000 folhas dactilografadas por mês, ou sejam 4.000 folhas por dia.

* * *

O Departamento Estadual do Trabalho procurou dar cumprimento às leis de proteção ao trabalho, correspondendo à confiança outorgada pela União ao Estado.

O novo Convênio, firmado em julho de 1942, deu maior amplitude de ação ao Departamento, que ficou com todos os encargos que, nos outros Estados, competem às Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Por força desse Convênio, ficou o D. E. T. diretamente subordinado à Interventoria Federal.

No período de janeiro de 1941 a dezembro de 1942, a atividade do D. E. T. foi das mais profícuas, como se vê pelos dados abaixo:

A Procuradoria do Trabalho, que vem prodigalizando assistência judiciária gratuita desde 1911, efetuou, nos dois anos em exame, liquidações no valor total de Cr$ 3.998.958,26, importância vultuosa que entrou integralmente para o patrimônio dos assistidos.

O número de carteiras profissionais expedidas pelo D. E. T. atingiu à soma de 118.759.

Todas as demais secções do D. S. T. tiveram apreciavel movimento: — a secção Sindical, as secções de Fiscalização do Trabalho, de Registo de Menores e a Divisão Regional do Trabalho, em Santos.

Foram instaladas, no interior do Estado, sete Divisões Regionais do Trabalho, a-fim-de facilitar a execução do programa de aplicação e observância das leis de proteção do trabalho. As respectivas sedes foram localizadas em: Sorocaba, Baurú, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Preto, São Carlos e Taubaté.

O montante das liquidações efetuadas por essas Divisões Regionais, no ano de 1942, atingiu a Cr$ 336.443,20 sendo de se acentuar que, só no primeiro semestre do corrente ano, esse expressivo índice foi quase igualado, o que demonstra a eficiência e o desenvolvimento crescente desses importantes núcleos regionais, em boa hora criados e instalados pelo Governo do Estado.

* * *

Mandam a cortezia e a justiça que a Interventoria Federal, ao balancear as atividades administrativas estaduais no primeiro ano do atual governo, refira a valiosa cooperação prestada pelo Conselho Administrativo do Estado no estudo dos projetos e demais atos legislativos então baixados.

Não só o seu ilustre Presidente, como todos os senhores Conselheiros, deram o melhor dos seus esforços em favor dos legítimos interesses do Estado e de sua coletividade.

* * *

São estas, Senhor Presidente, as realizações mais importantes que o meu governo efetuou numa época, como disse, cheia de ansiedades e de mil dificuldades.

Graças a Deus, não obstante os incidentes da situação criada pela guerra, reinou paz e tranquilidade na família bandeirante. Todos trabalharam confiantes na administração estadual e principalmente na atuação patriótica de Vossa Excelência, que sempre foi o grande impulsionador do nosso progresso [illegible] e o decidido mantenedor das prerrogativas da nossa civilização..

A Vossa Excelência S. Paulo muito deve. Aos reclamos da lavoura, da indústria, do comércio paulista, Vossa Excelência sempre os acolheu com atenção especial, dando em cada caso concreto, as providências capazes de atingir e realizar os interesses do Estado.

São Paulo, setembro de 1943.

FERNANDO COSTA,
Interventor Federal.

SECRETARIA DA INTERVENTORIA

Os serviços administrativos do Palácio do Governo, a cargo da Secretaria da Interventoria, passaram por diversas modificações tendentes a melhorar o rendimento do trabalho e, ao mesmo tempo, dar mais conforto aos funcionários que alí têm exercício.

Ao assumirmos a Interventoria, a então Secretaria do Governo tinha a seu cargo não só a direção do Gabinete do Interventor como tambem a Diretoria do Expediente, a Diretoria de Esportes, o Departamento Estadual de Estatística e a Força Policial do Estado.

Embora já houvesse sido remodelado o sistema de trabalho burocrático, introduzindo-se novas normas para o protocolo de papéis, adotando-se novo padrão de correspondência e de arquivamento, que concorreram para maior facilidade do serviço, era ainda mister dotar a repartição de acomodações mais amplas e confortaveis, pois não seria possivel obter resultados satisfatórios permanecendo os funcionários em salas acanhadas e desguarnecidas como até então se achavam.

Isso foi conseguido graças a diversas providências mandadas adotar por esta Interventoria, entre as quais se conta a mudança da secretaria do Conselho de Expansão Econômica para outro edifício, junto ao Palácio, e à transferência, para a Secretaria da Segurança Pública, da secção administrativa que preparava o expediente da Força Policial.

Em meados de 1942, deu-se nova organização à Secretaria, que voltou a denominar-se Secretaria da Interventoria, ao mesmo tempo que se distribuiam mais equitativamente os serviços da Diretoria Geral do Expediente, de modo a permitir o andamento mais rápido do consideravel volume de papéis que transitam pelo Palácio, facilitando tambem o controle dos mesmos.

Com o novo sistema de autuação adotado, obteve-se razoavel economia de tempo e de material, dando margem favoravel à execução orçamentária, que apresentou saldo em várias das rubricas votadas para o exercício.

O protocolo acusou, em 1941, a entrada de 24.593 papéis e a saida de 23.692. Em 1942, registou-se a entrada de 12.979 e a saida de 10.907, justificando-se tal redução em relação ao ano anterior pela não inclusão nesses algarismos do expediente da Casa Civil e da Casa Militar, que foi separado do expediente comum, sendo protocolado àparte.

Em 1941, foram arquivados 2.865 processos, ficando em "esperados" 3.330; em 1942, arquivaram-se 4.426 e ficaram em "esperados" 5.174.

As informações prestadas pelo serviço respectivo foram em número de 5.571 em 1942 contra 3.068 no ano anterior.

A biblioteca atendeu a 752 consultas em 1941 e a 1.262 em 1942.

A correspondência dactilografou 15.070 papéis diversos em 1942, quando em 1941 o total do serviço foi de pouco mais de 12 mil unidades.

Foi grande o movimento de processos de naturalização, pedidos de títulos declaratórios de cidadão brasileiro e opções pela nacionalidade brasileira, como se observa nos dados abaixo:

	1941	1942
Naturalização expressa	506	220
Títulos declaratórios	284	783
Opções	19	16
SOMA	809	1019

E' a seguinte a classificação dos requerentes de título declaratório de cidadania brasileira em 1942, segundo as nacionalidades:

Alemães, 11; argentino, 1; belgas, 2; checosloveno, 1; espanhóis, 27; franceses, 8; ingleses, 2; italianos, 658; iugoslavos, 2; japoneses, 7; norte-americano, 1; poloneses, 4; portugueses, 44; russos, 3; sírio-libaneses, 12.

Maior teria sido, certamente, o número de processos dessa categoria se não fosse a paralização dos recebimentos de requerimentos e documentação por espaço de três meses, em cumprimento da portaria emanada do Ministério da Justiça.

O movimento geral dos serviços da Diretoria Geral do Expediente pode ser examinado com mais pormenores, maiores detalhes nos mapas estatísticos que acompanham este relatório.

CONSELHO DE EXPANSÃO ECONÔMICA

O Conselho de Expansão Econômica do Estado de S. Paulo, criado para o fim de promover e facilitar o desenvolvimento das atividades econômicas do Estado e coordená-las com as da Nação, teve a seu cargo o estudo de importantes problemas cuja influência se fazia sentir, de forma direta, na vida econômica paulista.

Funcionando sob minha presidência, realizou o Conselho, durante o ano de 1941, 46 sessões, das quais 6 foram extraordinárias; em 1942, foram realizadas 30 reuniões, sendo 6 extraordinárias.

Para a boa marcha dos seus trabalhos, contou com a colaboração de suas Comissões Permanentes constituidas conforme estabelece o Regimento Interno, em número de quatro: "Cooperativismo e Finanças", "Indústrias Extrativa e Transformadora", "Pecuária e Agricultura" e "Transporte e Comércio". Afora os assuntos que surgiam na ordem do dia das sessões plenárias e que requeriam exame especializado, a essas Comissões foram entregues, para à emissão de pareceres, um sem número de papéis constantes do expediente, representações enviadas ao Conselho por interessados, compreendendo a mais diversa origem e o mais variado setor econômico-financeiro.

Em setembro de 1942, deliberou esta Interventoria que, daquele mês em diante, se reunissem conjuntamente o Conselho de Expansão Econômica e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, no intuito de atender aos

imperativos do momento, com a multiplicidade dos problemas oriundos do estado de guerra da Nação com as potências do "eixo". Os assuntos de que tratam ambos os Conselhos são, realmente, correlatos: dest'arte, mais eficazmente o Governo estenderia a sua ação, amalgamados como ficariam os resultados dos estudos processados, alcançando-se medidas de alto valor para o desenvolvimento da produção do Estado.

Para o fim de serem atingidas soluções mais adequadas aos problemas que se apresentavam, bastas vezes verificava-se a presença, às sessões, não apenas de técnicos como tambem de representantes de classes, convidados como consultores, e que prestavam, com repetida assistência, amplos esclarecimentos relativamente aos assuntos que lhes eram afetos.

Durante o ano de 1941, registou a Secretaria do Conselho o número de 65 processos; 22 pareceres sobre diversos assuntos foram emitidos, quer pelas Comissões Permanentes, que tratam de assuntos especializados, quer pelas associações de classe, representadas no Conselho, assim como por comissões especialmente designadas.

Em 1942, o movimento de processos alcançou o total de 150.

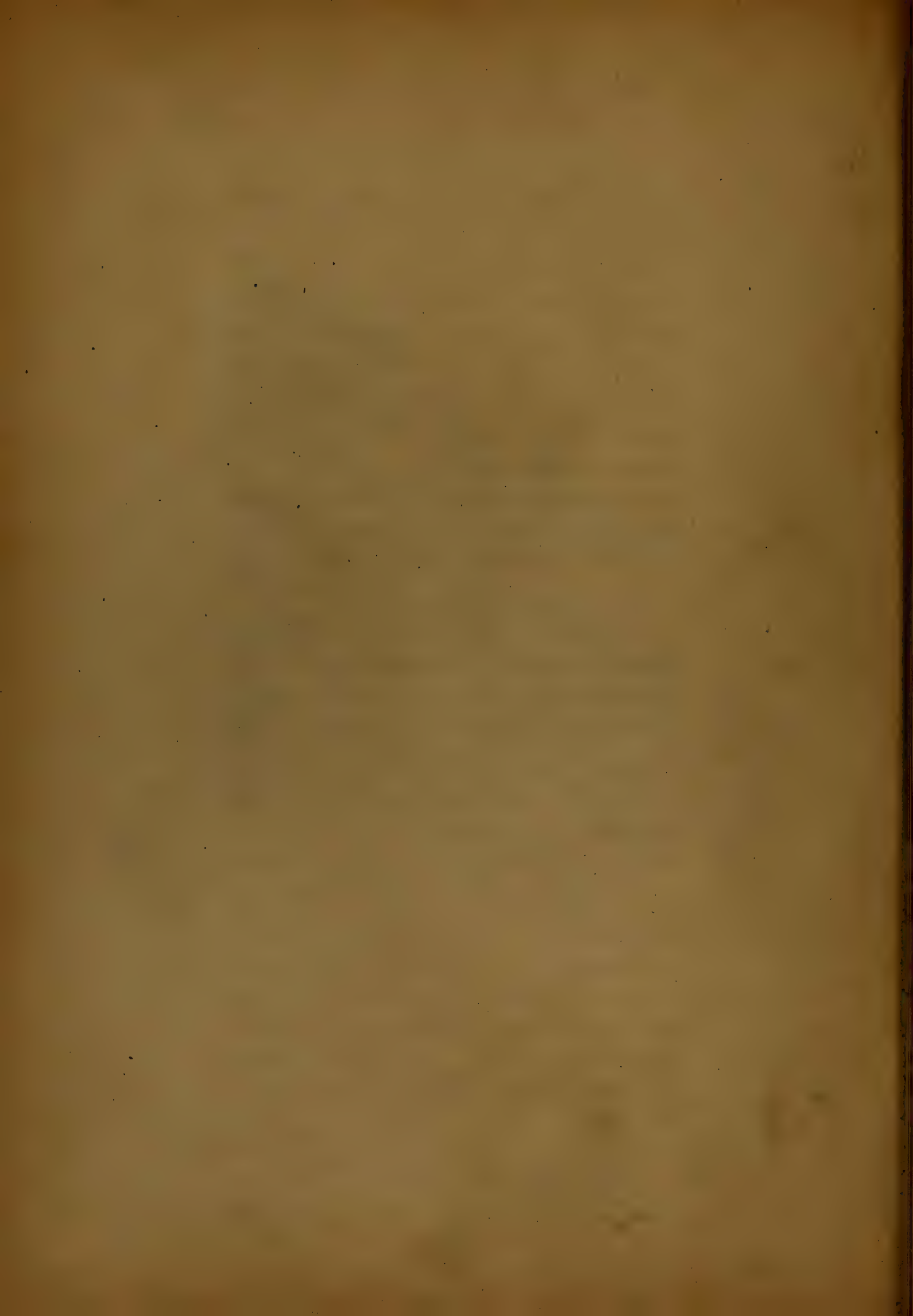
Entre os assuntos que mais relevo assumiram no seu estudo pelo Conselho de Expansão Econômica, cumpre salientar o problema da pecuária, produção, transporte, indústria e comércio da carne, cuja análise demonstrou a necessidade da criação de uma Comissão Permanente de Economia da Carne, que foi levada a efeito e funcionou durante vários meses anexa ao Conselho.

O financiamento do algodão, com a melhor das bases já estabelecidas pelo Governo Federal, foi outro problema que preocupou a atenção do Conselho, bem como a si-

tuação da produção cafeeira do Estado, cujo declínio ameaçava fazer desaparecer o produto básico da economia paulista.

As questões ligadas à lenha e ao carvão vegetal, relacionadas diretamente com o problema dos transportes, foram tambem carinhosamente estudadas pelo Conselho, que convocou reuniões de silvicultores, industriais, representantes de estradas de ferro e do comércio atacadista de carvão e lenha, chegando a resultados conciliatórios, quer para acautelar os interesses da indústria, quer para defender o interesse público.

Dos debates do Conselho tirou o Governo conclusões propícias para elaborar os atos necessários a favorecer o reflorestamento, assunto vital para o Estado e o próprio país.

A situação da mandioca, o incremento da produção e uso de gasogênios, a expansão da lavoura de cereais e leguminosas, necessários à alimentação; formação e aperfeiçoamento de aprendizes para a indústria, suprimento de matérias primas de procedência estrangeira, estabilização de preços no mercado interno, etc., mereceram amplo exame do Conselho durante o ano de 1942, sendo as conclusões de tal estudo devidamente apreciadas por esta Interventoria.

CAMPANHA DO GASOGÊNIO

A guerra, exigindo sacrifícios de toda espécie, transforma a vida econômica dos povos e estimula novas fontes de produção e novos processos de trabalho, sem o que mais longo e dificil se tornaria o caminho para a vitória final.

Nosso país, dependendo ainda em muita cousa do mercado externo, deveria prevenir-se ante as possiveis dificuldades que o bloqueio marítimo viria a acarretar para a nossa importação, principalmente no tocante ao suprimento de combustiveis líquidos, de que a gasolina é o principal elemento.

A-fim-de evitar o colapso do nosso serviço de transportes, esta Interventoria resolveu dar desenvolvimento ao uso do gás pobre em São Paulo, prosseguindo, assim, a campanha já por nós vitoriosamente iniciada no Ministério da Agricultura, da qual resultou a criação da Comissão Nacional do Gasogênio, cuja obra benéfica desde logo se fez sentir em favor da instalação das primeiras fábricas nacionais de gasogênios e da aplicação destes nos veículos de várias empresas do país.

Era imprecindivel insistir na propaganda do gás pobre, indicado como o recurso mais econômico e eficiente para enfrentar a crise de combustiveis líquidos que se avizinhava, como fora provado em outros paises de condições geo-econômicas semelhantes às do Brasil.

Com o apoio do parque industrial de São Paulo, a Comissão aplicou integralmente o seu Plano de Emergência, formando inúmeros gasogenistas, distribuindo desenhos do tipo de gasogênio por ela estudado e que passou a ser denominado "Tipo C. E. G.", a todos os interessados que lhos solicitavam, fornecendo carvão "tipo A", à razão de até 5 toneladas por dia, distribuindo à indústria paulista vultosas encomendas de gasogênios e revendendo-os ao público por baixo preço, efetuando em suas oficinas montagens de gasogênios em numerosos veículos, tambem pelo preço de custo, facultando informações a incontaveis consulentes de todo o País, proporciônando todas as instruções necessárias aos que desejavam fabricar ou montar gasogênios ou preparar carvão para os mesmos, etc. e isto tudo sem prejuizo de suas funções normais constantes dos 168 pontos de seu programa, especialmente as relativas a pesquisas, aperfeiçoamentos, propaganda e fiscalização.

Em 31 de dezembro de 1942, eram dos mais auspiciosos os resultados da campanha do gasogênio em São Paulo, bastando assinalar que este Estado, que, em meados de 1941, ignorava o gás pobre, passou a ser, em pouco mais de um ano, a região do país que mais se utiliza de gasogênios e onde a fabricação e aperfeiçoamento desses aparelhos atingiram o mais elevado nivel.

O número de gasogenistas formados, até aquela data, da Capital, do interior e de outros Estados, era de 2.224, existindo no território estadual, aproximadamente, 7 mil veículos adaptados ao uso de gasogênio.

Existiam na Capital, registados pela Comissão, 2.822 automoveis a gasogênio, e, no interior, 2.728, calculando-se em 1.500, mais ou menos, os veículos dessa espécie ainda dependentes de registo.

Era de 5.920 o total de gasogênios do tipo "C. E. G." construidos, ou em vias de construção, com ciência da Comissão, que tinha em estoque, prontos para fornecimento ao público, 500 aparelhos.

Foram distribuidas pela C. E. G. 400 coleções de desenhos de gasogênios do tipo por ela estudado, tendo sido 325 aparelhos fornecidos diretamente aos interessados e 335 veículos adaptados em suas oficinas.

O carvão preparado e fornecido pela Comissão, desde o início de suas atividades, até fins de 1942, elevou-se a 350 toneladas, sendo de 4 toneladas por dia a saida desse produto. Na Capital, o consumo diário de carvão vegetal para uso do gasogênio atingia cerca de 150 toneladas.

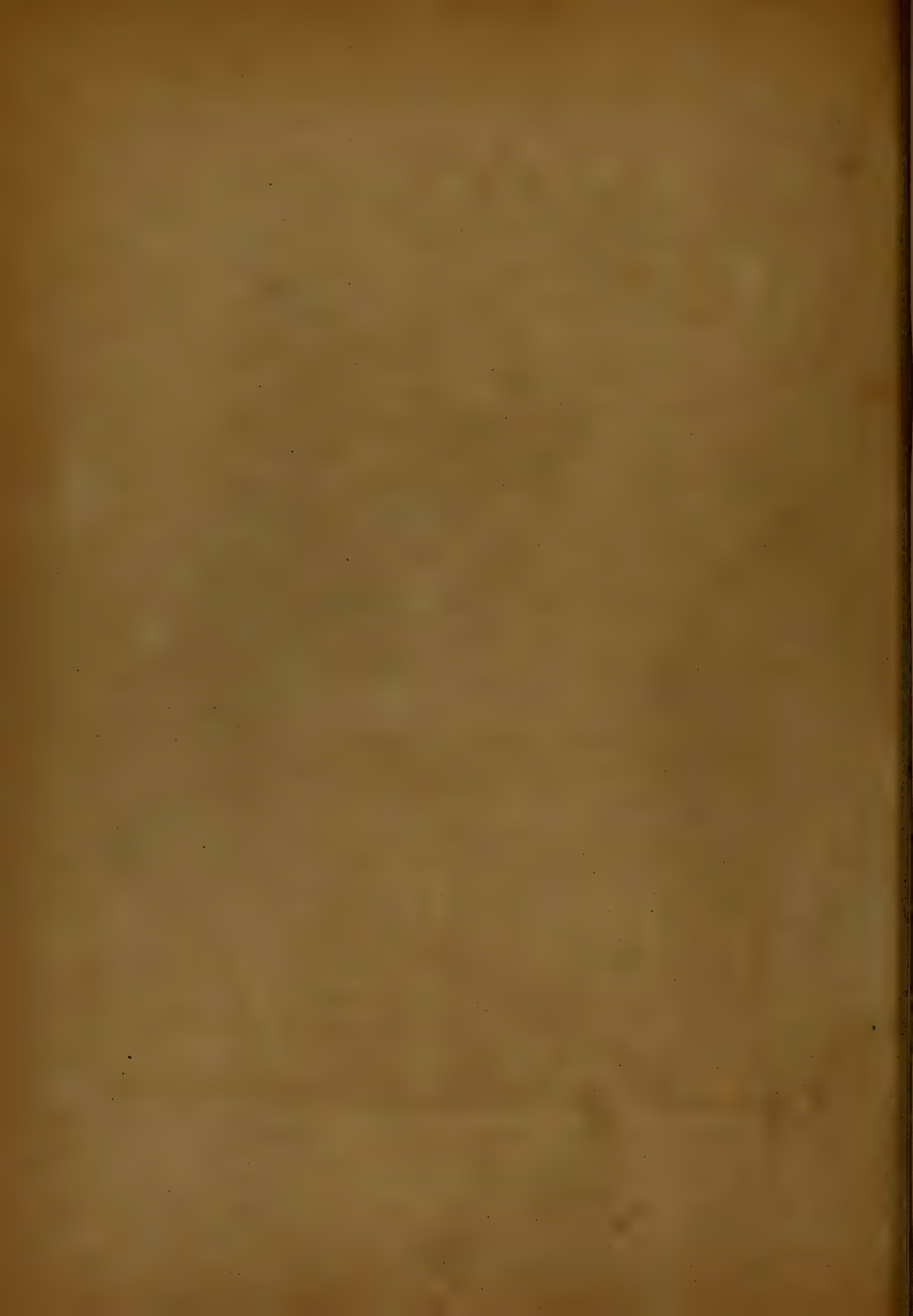
A título de propaganda, foram distribuidos gratuitamente pela Interventoria 9 gasogênios.

A capacidade de montagem da C. E. G. chegou até a 5 veículos por dia, ocupando suas construções a área de 2.000 ms.2.

Estavam registados na Comissão 88 fabricantes de gasogênios de diversos tipos, sendo 60 unicamente do tipo "C. E. G.".

Resultados animadores apresentaram tambem os trabalhos sobre gasogênio efetuados nas várias repartições técnicas do Estado, como na Repartição de Águas da Capital, o Departamento de Estradas de Rodagem, etc.

Pode, assim, considerar-se vitoriosa a Campanha do Gasogênio, coroada de êxito em tão curto espaço de tempo e com recursos relativamente limitados, tornando realidade o aproveitamento do gás pobre, não obstante a incompreensão, a descrença, a inércia e até o ridículo com que procuravam dificultar o movimento os maus patriotas.

Passada a atual emergência, è indubitavel que os frutos dessa bem sucedida Campanha continuarão a ser colhidos, proporcionando a nossas populações um nivel de vida cada vez melhor, graças à energia abundante, barata e facil que porá a seu dispor, em quantidades ilimitadas e em todos os recantos de nosso País, confirmando o lema sob o qual esta Interventoria colocou a sua iniciativa: "O gás pobre fará o Brasil rico".

COMISSÃO ESTADUAL DE GASOGÊNIO — Vista dos pavilhões — Interior da oficina de carpintaria — Oficinas de montagem

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

O Departamento do Serviço Público, criado pelo Decreto-lei n. 12.521, de 23 de janeiro de 1942, tem por atribuições: o estudo pormenorizado das repartições, do ponto-de-vista da economia e eficiência, para verificar as modificações que se devem introduzir na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, condições e processos de trabalho, relações de umas com outras e com o público; estudar e rever o quadro de funcionários; estudar e coordenar a proposta orçamentária, mantidas as atribuições que, pelo Decreto-lei federal n. 2.416, de 17 de julho de 1940, são dadas à Contadoria Central do Estado; selecionar os candidatos aos cargos públicos e às funções de extranumerários; promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos servidores estaduais; fixar padrões e especificações do material para os serviços públicos e estabelecer normas para melhor aproveitamento, compra, guarda, uso e distribuição do mesmo; inspecionar os serviços públicos; estudar os regulamentos e os regimentos relativos à administração pública; estudar e propor a fixação da lotação das repartições; emitir parecer sobre os projetos de lei relativos à organização e funcionamento dos serviços públicos; centralizar o serviço de assentamentos dos funcionários e extranumerários; examinar e manifestar-se sobre os processos de nomeação e promoção de funcionários; e coligir dados estatísticos relativos aos serviços públicos estaduais.

O D. S. P. foi dividido em Divisão de Organização e Orçamento, Divisão do Pessoal, Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento, Divisão do Material e Serviço de Administração.

Em seu primeiro ano de atividades, alem dos serviços pertinentes às Divisões, foram pelo D. S. P. estudadas questões referentes a funcionários e repartições diversas, emitindo-se 435 pareceres que enquadraram suas conclusões em normas estatutárias, de modo que se estabelecesse unidade na estrutura administrativa do Estado, na parte relativa ao seu funcionalismo.

Os documentos protocolados foram em número de 1.728; ofícios expedidos, 1.666; exposições de motivos expedidas, 45; cartas, 182; atestados diversos, 590; portarias, 72; quadros diversos, 111; cópias, 527.

A Biblioteca contava, no fim do exercício, 306 volumes e 379 folhetos, no valor global de Cr$ 15.532,98.

A-fim-de atender às despesas do D. S. P. foram abertos, em 1942, os seguintes créditos especiais, num total de Cr$ 1.050.000,00, assim discriminados:

Decreto-lei 12.522, de 23-1-1942 — Cr$ 550.000,00

Decreto-lei 12.868, de 12-8-1942 — Cr$ 500.000,00

Redistribuição ou reagrupamento dos serviços públicos

A Divisão de Organização e Orçamento do D. S. P. iniciou o levantamento de todas as repartições públicas, compreendendo organização, métodos e normas de trabalho, e meios de que dispõem para a realização de suas finalidades, a-fim-de poder realizar estudos sobre a conveniência da redistribuição ou reagrupamento dos serviços públicos, visando por essa forma a eliminar paralelismos, superposições de funções e conflitos de competência, acaso verificados.

A execução desse serviço vai decorrendo normalmente, sendo já grande o número de organogramas levantados. Tambem o cadastro geral — que constitue uma das partes do serviço — está sendo elaborado dentro das possibilidades atuais.

Reajustamento dos quadros e vencimentos

Os dirigentes do D. S. P. encontraram já à sua posse, realizada a 24 de janeiro, um encargo de relêvo, estabelecido em lei e com prazo certo: a organização de um projeto de decreto-lei reajustando os quadros e vencimentos dos funcionários públicos civís do Estado.

Para esse reajustamento, coube à Divisão do Pessoal proceder ao levantamento e aos estudos necessários à composição do futuro Quadro Único.

O total apurado foi de 37.356 cargos, incluido o professorado primário, escalonados em 113 padrões de vencimentos variaveis entre Cr$ 90,00 e Cr$ 6.500,00 mensais.

A seguir, procedeu-se ao enquadramento dos vencimentos nos 23 padrões criados, após dezenas de tentativas, com a majoração, autorizada pelo Governo, dos proventos inferiores a 800 cruzeiros mensais.

Foram os cargos, depois, classificados, indicando-se quais os de carreira e os isolados; os de provimento efetivo ou em comissão; os que deveriam transformar-se em funções gratificadas, de extranumerários ou extintos.

Por fim, foram os cargos, com os respectivos vencimentos já enquadrados nos padrões adequados, reunidos em carreiras profissionais próprias, seguindo-se um processo de estruturação, conhecido pela sua figuração de pirâmide, num mínimo de 3 classes e máximo de 7.

Como a soma dos cargos considerados de uma mesma profissão e sua escala de vencimentos, não raro obs-

tavam à estruturação adotada, a carreira conservou o escalonamento resultante da reunião, enquanto que, por outro lado, se construiu carreira ideal correspondente. Uma se preencheria, à medida que a outra fosse desaparecendo.

Esta é uma das razões por que o Quadro Único se constituiu em Parte Permanente e Parte Suplementar. A Parte Especial abrangeu os cargos da magistratura, ministério público e magistério, que apenas tiveram seus vencimentos enquadrados nos padrões, participando do aumento os que se achassem dentro das bases estabelecidas.

Não obstante o vulto e a delicadeza de tal trabalho, todas as dificuldades materiais foram vencidas pelo esforço e boa vontade de dirigentes e dirigidos, sendo feita a apresentação do projeto antes de vencidos os cento e vinte dias fixados por lei, publicando-se o plano do reajustamento no "Diário Oficial", para receber sugestões. Os estudos sobre esse trabalho prosseguem, segundo orientação traçada por esta Interventoria.

Serviço Médico

Iniciou a Divisão do Pessoal do D. S. P., em setembro de 1942, o seu Serviço Médico, destinado, inicialmente, à verificação das faltas dadas pelos funcionários administrativos da Capital, por motivo de moléstia, contando o quadro apenas com 9 médicos e 7 funcionários.

Foram realizadas, de 10 daquele mês a 31 de dezembro, 2.515 inspeções, incluindo locais os mais distantes, e, nas atuais condições, de dificeis transportes.

Cadastro Geral dos Servidores do Estado

Teve início tambem, em setembro de 1942, o Serviço do Cadastro Geral dos Servidores do Estado, colhendo-se os dados das relações preenchidas pelas Secretarias, adotando-se um habil sistema de fichários.

Atinge esse levantamento a 80.000 fichas, em dois fichários gerais: o de cargos e o de funcionários. Mais 6.500 fichas se destinam ao pessoal extranumerário.

Excetuando-se as fichas de cargos do pessoal docente do ensino primário, que se elevam a 14.000, todas as demais já foram preenchidas, estando prontas cerca de 40.000, que, ao mesmo tempo, se atualizam, à vista das publicações do "Diário Oficial".

Seleção e Aperfeiçoamento

A Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento do D. S. P., impossibilitada de realizar as suas atribuições específicas capitais, tais como os concursos e os cursos de aperfeiçoamento, que não deveríam anteceder o trabalho básico do reajustamento do funcionalismo, aplicou o seu tempo no estudo de problemas técnicos de interesse da Divisão.

Distribuiu, assim, os seus trabalhos técnicos em quatro Serviços, a saber: Profissiologia; Seleção; Aperfeiçoamento; Expediente Técnico.

O primeiro fará o estudo especial de cada profissão, ou função do serviço público, de modo que se levantem os profissiogramas de interesse do Departamento. Tais estudos servirão de base para o planejamento dos concursos e organização dos cursos de aperfeiçoamento.

Ao Serviço de Seleção incumbirá o planejamento e a execução dos concursos para nomeação de funcionários, ou admissão de extranumerários, devendo ficar nele integrada a Secção de Biometria Médica, a cujo cargo estará o exame dos candidatos ao serviço público, bem como os exames periódicos para efeito de assentamentos na carteira de saude.

Caberá ao Serviço de Aperfeiçoamento organizar e executar os cursos educacionais de interesse do serviço público estadual.

O Serviço de Expediente Técnico fará a escrituração geral de interesse da Divisão, principalmente no tocante aos concursos e cursos de aperfeiçoamento.

A Divisão traçou tambem o plano geral do Serviço de Aperfeiçoamento, compreendendo três modalidades: cursos isolados; cursos sistemáticos; e atividades complementares.

Deu início, igualmente, ao estudo do plano de uma escola técnica de administração, destinada ao preparo de novos servidores do Estado.

Padronização do material

Pela Divisão do Material do D. S. P. foram executados diversos trabalhos, salientando-se os referentes à padronização do material.

Primeiramente, foram examinados os impressos em uso nas repartições estaduais, cuja variedade de formatos e de qualidade de papel é consideravel. Dada a dificuldade de conseguir-se no mercado um tamanho de folha de papel que permita, com um mínimo de aparas, o formato 22x33 chamado "oficio", procurou a Divisão um entendimento com os fabricantes de papel, articulando-se, ao mesmo tempo, com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, sob cujos auspícios, se realizou, na Capital Federal, no mês de agosto, uma reunião de técnicos para o estudo nacional do assunto. Suas conclusões favorecem a solução definitiva do problema, esperada para breve.

Em seguida, a D. M., de acordo com a Prefeitura da Capital e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, procedeu ao estudo da padronização dos moveis de madeira, usados nas repartições, trabalho esse que ainda se acha em curso.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA

Cumpre salientar-se a obra de colaboração realizada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (D.E.I.P.), orgão destinado a aproximar governantes e governados através de uma difusão ampla e clara dos princípios que regem a vida nacional e das atividades construtivas do Estado, em benefício da democracia brasileira.

Arregimentando valores, prestigiando a inteligência e a cultura, o Departamento vem firmando cada vez mais o seu prestígio, cooperando com o governo, com os jornais, cinemas e rádios emissoras na patriótica cruzada de defesa do nosso patrimônio tradicional e moral, dentro do espírito de unidade e de engrandecimento nacionais, que caracterizam o Estado Novo.

Para realizar seu vasto e complexo programa, o DEIP reclamava diversos aperfeiçoamentos na sua estrutura, que esta Interventoria procurou desde logo fortalecer. Assim, novas secções foram criadas para que o Departamento não faltasse à sua finalidade: Serviço de rádio-escuta, Secção de publicidade; Serviço de recorte e de fotótica; Serviço de inquéritos populares; Assistência técnica ao lazer popular; Serviço cinematográfico; Serviço de consultas; Censura Sanitária; Arquivo; Almoxarifado; Contabilidade.

Foram aperfeiçoadas todas as divisões, inclusive os Serviços Auxiliares, com a racionalização das tarefas,

adequação do quadro dos funcionários às exigências do Estatuto respectivo, aparelhagem nova, Serviço de fichários, serviços telefônico, rádio-telegráfico, transporte e garage.

Dest'arte, o Departamento, que se instalara inicialmente, em pequenas salas do prédio n. 70 da Rua Xavier de Toledo, está, sem maiores onus para o Estado, com instalações adequadas, ocupando agora seis andares do Prédio Campanário, à rua Antônio de Godói, n. 122, alem de parte do andar térreo e porão. Fora do prédio, em virtude das exigências legais e de segurança, montou o laboratório cinematográfico e garage à rua dos Guaianases, 476.

A Diretoria Geral, em sua função orientadora e de supervisão das atividades do Departamento, organizou-se com o seu expediente particular, tendo o seguinte movimento: Despachos em geral, de junho a dezembro de 1941, 4.742; de janeiro a junho de 1942, 5.325.

Para assegurar a mesma intensidade de produção, criou-se junto ao Gabinete do Diretor Geral, uma sala de consultas e com ela um serviço de intercâmbio, não só com todas as repartições públicas do Estado, com todos os municípios paulistas, como tambem com todos os Ministérios da República e com as Interventorias Estaduais.

O Serviço de Consultas, apenas como orgão de aproximação e informativo, está organizando um fichário das atividades administrativas, políticas e culturais do país, desde o 1.º Império. Possue sua discoteca, fotótica, serviço de rádio e de informações por meio de discos gravados e distribuidos às difusoras. Através da sua emissora de ondas curtas, PPN2, mantem a "Hora dos Prefeitos" e programa idêntico para professores, médicos e jornais do Interior.

Para cumprir as nobres finalidades democráticas do regime, criou-se o Serviço de inquéritos populares. Visa a colher, de maneira clara e positiva, qual a reação da opinião pública sobre acontecimentos, decisões do governo, leis e projetos.

Nesse sentido, muito embora recemcriado, muitos inquéritos já foram feitos, com os melhores resultados. Assim, entre os que se fizeram, merecem salientar-se os seguintes: a) gasolina; b) carvão vegetal; c) carestia da vida; d) jornais novos em São Paulo; e) ensino secundário; f) utilização da borracha usada, e g) indústria da seda.

O Departamento colaborou estreitamente com todos os Ministérios da República, especialmente com o Ministério da Guerra e da Justiça; com a 2.ª Região Militar; com a Universidade de São Paulo; com a Legião Brasileira de Assistência; com os serviços federais em S. Paulo, instituições para-estatais, de coordenação, e as consideradas de utilidade pública.

Entre as inovações destinadas a aperfeiçoar o serviço, no período de 1941 a 1942, convem citar: melhor racionalização dos serviços da Agência Nacional; o desenvolvimento e aperfeiçoamento da Assistência Técnica de Festejos Populares, com a colaboração de todos os Municípios do Estado; a introdução de melhoramentos indispensaveis na secção da cinematografia, que completou seu serviço sonoro e de revelação com material exclusivamente nosso e com os próprios técnicos da secção; e a criação do Boletim "S. Paulo", destinado, em vista da insuficiência do papel para a imprensa, a divulgar as atividades do poder público.

Os seguintes dados resumem as atividades das diversas secções do DEIP:

A Assistência Técnica de Imprensa manteve regularmente a distribuição de artigos para os jornais do país, textos para as estações de rádio e a redação do boletim "S. Paulo".

Pela Assistência Técnica de Propaganda foram distribuidos 1.213 tópicos e comentários aos jornais e revistas; estudados 1.308 processos e classificados 148.000 recortes de jornais e outras publicações.

Exercendo sua ação sobre 42 estações de rádio-difusão do Estado e 200 serviços de alti-falantes, a Assistência Técnica de Rádio-difusão, em 1941, censurou 2.003 programas; 203 peças; divulgou 206 notícias; concedeu 13.000 autorizações a artistas; e escutou 19.936 horas. Em 1942, censurou 3.389 programas, 477 peças, 1.305 capítulos e "sketches"; fez 64 ampliações externas, 9 retransmissões e fiscalizou, pelo serviço de rádio-escuta, 38.075 horas.

O controle da imprensa diária leu 3.476 jornais, transmitiu 353 ordens do DIP, 175 da Chefia, 91 advertências e fez 2.179 plantões. Da imprensa do Interior, foram lidos 9.066 jornais, fizeram-se 21 advertências e 141 recomendações.

A Divisão de Turismo e Diversões Públicas procedeu ao levantamento dos locais e paisagens do Estado que possam incrementar o movimento turístico, sendo nisso auxiliado pelas prefeituras. Promoveu várias excursões a pontos pitorescos e sítios históricos de S. Paulo e distribuiu folhetos ilustrados de propaganda, bem como atendeu a pedidos de fotografias procedentes do país e do estrangeiro. A Assistência aos Festejos Populares orientou e fez a propaganda de festas tradicionais realizadas em Jacareí e Piracicaba, assim como colaborou na realização da Festa do Vinho, em São Roque. Todos esses festejos foram fil-

mados, obtendo as películas grande êxito. Para as crianças pobres, organizou, em junho de 1941, uma festa de São Pedro, no Jardim da Aclimação, durante a qual foram distribuidos leite, refrescos, doces e merenda a cerca de 5.000 crianças. Foram editados dois estudos: sobre a Festa do Divino, com desenhos coloridos reproduzindo os trajes usados pelos principais protagonistas desse tradicional festejo popular, e sobre a cidade histórica de São Vicente. Vários espetáculos gratuitos, para as classes pobres, foram promovidos em circos e cinemas, revestindo-se de brilho a festa do Natal dedicada aos filhos dos operários do Ipiranga, Mooca e Cambucí, realizada em 1942.

A parte cinematográfica de divulgação foi intensificada. Montou-se um laboratório adequado, aproveitando-se o material existente no Palácio do Governo e adquirindo-se novos maquinários na praça, tendo, assim, início a produção do "DEIP JORNAL", o qual já se encontra no n. 32 — 2.° volume. Produziram-se tambem 9 documentários e 4 avulsos, cuja exibição causou favoraveis comentários da crítica.

A Divisão registou o seguinte movimento: alvarás em geral expedidos, 8.429; programas de música aprovados, 7.064; autorizações de sociedades autorais, 10.694; espetáculos cinematográficos, teatrais e circenses realizados, 44.443; peças teatrais censuradas, 363; repertórios e atos variados censurados, 236; certificados de registo de filmes, 4.193; multas aplicadas, 574; arrecadação por multas, Cr$ 54.493,00.

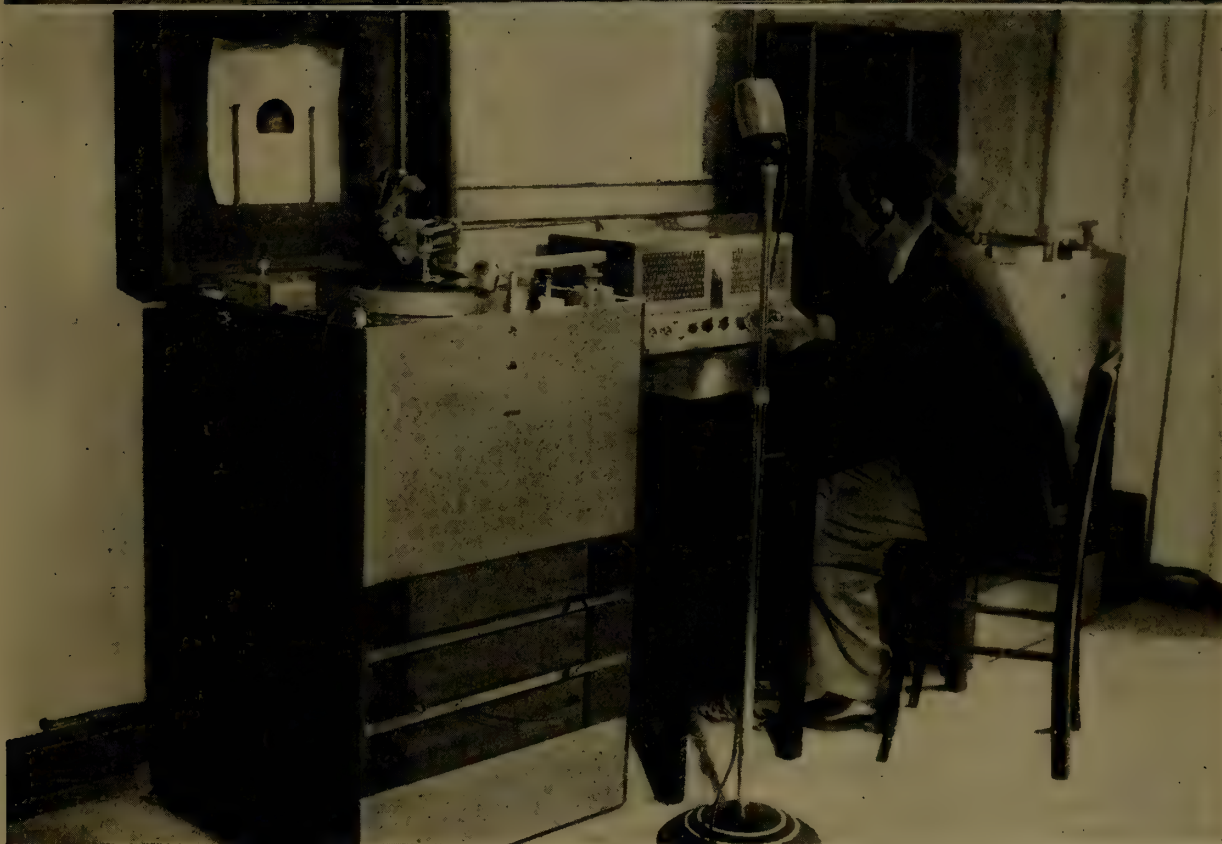
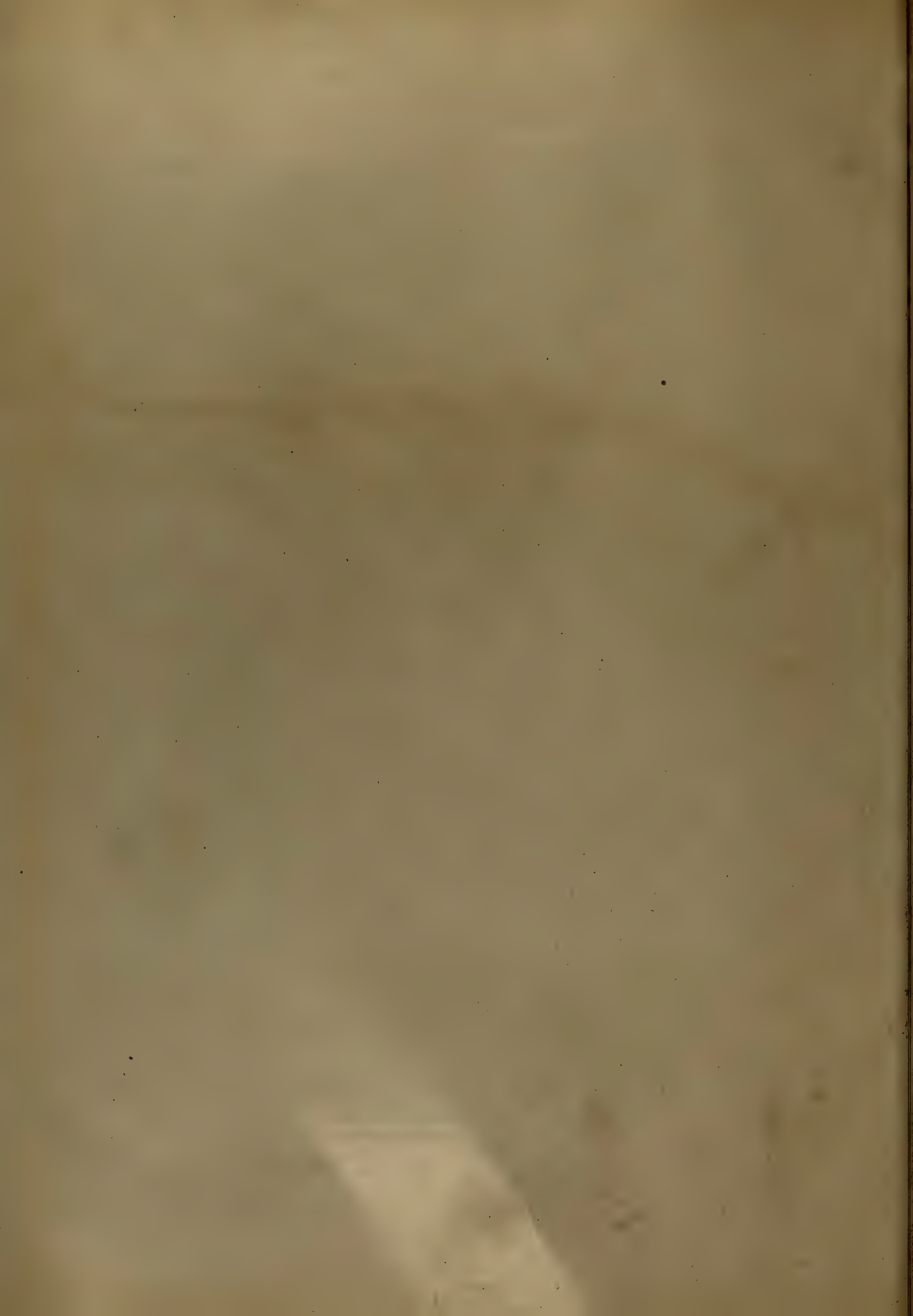
A renda total da Divisão de Turismo e Diversões, em 1941 (2.° semestre) foi de Cr$ 304.408,70; em 1942, Cr$ 602.878,50.

O Serviço de Censura e de Publicidade Sanitária censurou 124.804 textos no 2.° semestre de 1941; cadas-

trou 3.391 estabelecimentos e registou 365 profissionais. Em 1942, foram censurados 169.993 textos, cadastrados 85.193 estabelecimentos localizados na Capital e no Interior do Estado; fichados 35.561 profissionais da Capital e do Interior; cadastrados 91.770 produtos; lavradas 1.202 notificações e informados 169.993 processos, entre requerimentos solicitando registo de estabelecimentos, profissionais e aprovações de textos de propaganda de produtos.

Alem disso, a Secretaria enviou 3.845 cartas contendo avisos, circulares, comunicações, orientando os interessados.

Os Serviços Auxiliares foram reorganizados, sob bases racionais, obtendo grande melhoria no andamento de todos os seus trabalhos. O protocolo acusou a entrada, no 2.° semestre de 1941, de 3.397 processos; e, em 1942, de 28.687. Foram arquivados, em igual período de 1941, 3.425 processos, e, em 142, 12.125. Expediram-se, em 1941, 2.784 ofícios e 833 telegramas; em 1942, 7.541 ofícios e 1.559 telegramas. O Almoxarifado realizou 92 concorrências em 1941 e 220 em 1942. Atendeu, de 1941 a 1942, a 2.540 requisições. Pelo Serviço de Pessoal foram informados 1.302 processos e preparados os fichários destinados a receber os dados sobre a vida funcional dos servidores do DEIP, iniciando, tambem, a entrega das carteiras aos funcionários.

Foi organizado um serviço de recortes, que se mantem em dia, confeccionando e expedindo diariamente 34 pastas. Durante o ano de 1942, em que foi criado, os funcionários desse serviço manusearam 64.110 jornais, fazendo e expedindo 2.474 pastas, com 170.312 recortes. Arquivaram-se 2.063 fotografias, das quais foram fornecidas 1.731 cópias.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE IMPRENSA E PROPAGANDA — Detalhe do salão de consultas no novo prédio — Gravação de discos pela Assistência Técnica de Radiodifusão

Os trabalhos da Pagadoria, Recebedoria e Contabilidade processaram-se normalmente, não obstante o aumento de volume registado de 1941 a 1942.

As dotações orçamentárias do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda elevaram-se a Cr$ ..... 7.166.262,50, sendo para Pessoal Cr$ 2.905.500,00 e para Material e Serviços Cr$ 4.260.762,50.

A Agência Nacional, cuja sucursal em São Paulo funciona no DEIP, possue uma redação constituida de profissionais da imprensa, uma secção de arquivo e recorte de jornais, secção de expedição e mimeografia, uma estação de rádio, uma secção fotográfica, preparando um noticiário completo do Estado, que envia à matriz do Rio, e recebendo um grande noticiário do país, que é enviado para os jornais e estações de rádio da capital e para a imprensa do interior. Alem de fazer todo o noticiário oficial, elabora, tambem, todas as demais notícias de interesse público. Quer dizer que, através da Agência, o Governo é presente em todo o noticiário jornalístico, direta e indiretamente.

Para se ter uma idéia do volume dos trabalhos da Agência, basta dizer que ela envia, em média, a jornais e estações de rádio, 120.000 folhas dactilografadas de serviço, por mês, correspondendo a 4.000 folhas diárias.

A produção, em 1942, foi de 32.421 notícias, comunicados e reportagens, com mais de um milhão de cópias mimeografadas.

Na estatística organizada, atingem maior cifra os assuntos militares, que tiveram 215.352 cópias. Em segundo lugar, está o Governo do Estado com suas Secretarias e Departamentos, com 94.462. Depois, em ordem decrescente, religião católica, com 22.864 e principais entidades de classe com 4.454.

A Secção fotográfica forneceu aos jornais, ilustrando reportagens, 45.353 cópias em diversos tamanhos.

Foram expedidos 13.530 telegramas, com 1.087.444 palavras, e recebidos 15.291 num total de 1.385.595 palavras.

Os funcionários da Agência Nacional trabalham em 3 turmas, realizando esse volumoso expediente com notavel dedicação e eficiência, de modo que se torna cada vez mais conhecido e prestigiado o serviço por ela distribuido à imprensa do país.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

De conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal para os serviços de estatística, procurou esta Interventoria, desde o início, aparelhar convenientemente a administração estadual nesse importante setor, de modo que possa o Departamento respectivo prestar cooperação integral às iniciativas governamentais como orgão de consulta e orientação técnica.

Para esse fim, tornava-se mister reorganizar o corpo das estatísticas oficiais do Estado, as quais, distribuidas por várias Secretarias, se ressentiam da existência de uma cordenação consentânea entre elas, pois agiam dentro de planos diferentes, sem pontos técnicos harmônicos.

A centralização das repartições estatísticas estaduais seria, pois, a solução desejada. Assim pensando, nomeou o Governo, em 18 de junho de 1941, uma comissão de especialistas para elaborar um plano geral de organização do sistema estatístico do Estado, deliberação essa comunicada a assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística, reunida no Rio de Janeiro, em julho do mesmo ano, tendo alí a melhor repercussão.

O projeto apresentado foi convertido no Decreto-lei n. 12.610, de 31 de março de 1942, que não somente reuniu no Departamento Estadual de Estatística os serviços técnicos especializados das várias repartições estaduais, como subordinou diretamente aquele orgão ao Interventor Federal.

Passaram, em consequência, para o Departamento Estadual de Estatística a Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, da Secretaria da Agricultura; a Secção Técnica de Estatística Sanitária, da Secretaria da Educação; o Serviço de Estatística Policial, da Secretaria da Segurança Pública; e a Estatística do Ensino.

Todos esses setores desenvolveram proveitosa atividade em 1942, embora, a princípio, se houvessem ressentido das modificações impostas pela necessidade do reajustamento de serviço e pessoal à nova administração.

Foi publicado o primeiro número do "Anuário Estatístico Estadual", no gênero do "Anuário Brasileiro", mais desenvolvido e atualizado do que as sinopses que vinham sendo anualmente distribuidas. Circulou regularmente o "Resumo Mensal do Movimento Demógrafo-Sanitário do Estado de S. Paulo, por Municípios", correspondente aos anos de 1941 e 1942, publicação que constitue notavel índice do nosso progresso e da nossa civilização. Preparou-se o volume III de "A Estatística Policial-Criminal", referente aos fatos moralmente negativos registados no transcorrer de 1940, com cerca de quatrocentas páginas, e iniciou-se o trabalho de preparo do volume IV, relativo a 1941. Foi publicado, tambem, mais um volume da "Estatística Agrícola", correspondente a 1939-40, alem dos boletins mensais e anuais do movimento do porto de Santos e da entrada e saida de gêneros da Capital.

O Departamento continuou a editar o seu boletim mensal e atendeu a inúmeros pedidos de informações, relatórios, mapas e levantamentos que lhe foram formulados pelos orgãos da alta administração da República e pelo Governo do Estado.

Agentes Estatísticos no Interior

A-fim-de completar a reorganização do serviço estatístico de S. Paulo, promoveu tambem a Interventoria a instalação, nas cidades do Interior do Estado, de agências ou representações estatísticas padronizadas, as quais têm por incumbência colher e remeter para o Departamento os dados coletados nos diversos planos de atividade de interesse administrativo, econômico, demográfico, cultural, etc.

Desnecessário se torna encarecer a importância e o alcance de semelhante medida, que veio formar como que uma vasta rede sistematizada de informações estatísticas, através da qual se poderá acompanhar e considerar metodicamente a marcha do progresso paulista.

Estatística Municipal

Para dar corpo à realização do programa estatístico nacional fazia-se ainda necessária, com a maior premência, nos termos do Decreto-lei federal n. 4.181, de 16 de março p. p., a efetivação do Convênio Nacional de Estatística Municipal no tocante a esta unidade federativa.

S. Paulo foi o primeiro Estado a assinar esse notavel documento, que foi ratificado pelo Decreto-lei n. 12.907, de 28 de agosto do mesmo ano. As 270 circunscrições administrativas do Estado já lavraram tambem seus decretos de ratificação, dando plena execução ao acordo, considerado elemento básico para o levantamento dos dados relativos à Segurança Nacional.

Registo Industrial

Foi feito pela primeira vez, em 1942, o registo industrial instituido pelo Decreto-lei federal n. 4.081, de 3 de fevereiro do mesmo ano. O Departamento Estadual de Estatística, obedecendo à limitação na obrigatoriedade do registo, só cogitou de fichar as indústrias de movimento apreciavel, alcançando um total de 12.000 firmas.

Exposição de Goiânia

Foi das mais brilhantes a colaboração do Departamento nos festejos comemorativos da elevação de Goiânia a foros de cidade, tendo apresentado na Exposição de Educação, Estatística e Cartografia alí realizado interessante material, composto de quase uma centena de gráficos e mapas murais, retratando a evolução de São Paulo nos múltiplos aspectos da sua atividade.

Estatística Militar

Se em todos os momentos a estatística é a base para a adoção de medidas de defesa do país, na hora presente, em que essas medidas são de necessidade imediata, nada mais oportuno que a criação de uma Secção de Estatística Militar, nos moldes preconizados pela Lei federal n. 4.181. Assim, pelo Decreto-lei n. 12.665, de 18 de abril de 1942, esta Interventoria criou a referida Secção no Departamento Estadual de Estatística, conferindo-lhe verba própria. Inaugurada em outubro, essa Secção, nos dois meses de sua existência, já entregou à II Região Militar inúmeros e valiosos trabalhos, que o carater reservado dos mesmos impede de enumerar, mas que mereceram as melhores referências daqueles a quem eram destinados.

Recursos Orçamentários

Considerando o interesse e o vulto dos trabalhos do Departamento Estadual de Estatística, o Governo consignou no orçamento de 1942 as seguintes dotações para atender aos serviços estatísticos do Estado:

	Cr$
Departamento Estadual de Estatística..	1.510.500,00
Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio	2.506.999,60
Secção Técnica de Estatística Sanitária	667.650,00
Serviço de Estatística Policial	425.190,00

A estas parcelas, que somam Cr$ 5.110.339,60, ainda podemos adicionar o saldo do Crédito Especial aberto em 1941 para a Secção de Estatística Militar, de Cr$ .. 292.595,90, com vigência para o ano seguinte, o que faz elevar para Cr$ 5.402.935,50, o montante dos recursos atribuidos às diversas dependências do Departamento Estadual de Estatística.

Em 1939, as repartições de estatística, ainda descentralizadas, apenas contavam para suas despesas com verbas no total de Cr$ 3.772.457,60. Hoje, contam elas, como vimos, com Cr$ 5.402.935,50, ou sejam mais Cr$ 1.630.477,90.

Esta diferença para mais se destinou, em grande parte, a aquisições e aluguéis de novas unidades mecânicas, a-fim-de melhorar o equipamento já existente, no Departamento, tornando mais rápida a apuração de milhões de questionários estatísticos que entram anualmente naquela repartição.

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

Processaram-se normalmente os trabalhos do Departamento das Municipalidades em 1941 e 1942, o mesmo podendo-se dizer da vida dos 269 municípios paulistas por ele assistidos.

A execução orçamentária dessa importante repartição assim se resume quanto ao exercício de 1942:

	Cr$	Cr$
Dotação orçamentária ...	3.000.000,00	
Créditos adicionais	416.878,00	
	3.416.878,00	
Anulações	91.800,00	3.325.078,00
Despesa realizada	3.126.821,90	
Saldo de verbas	198.256,10	3.325.078,00

O movimento financeiro do exercício de 1942, neste compreendido tambem o numerário destinado ao financiamento de obras de água e esgotos e auxílios do Governo do Estado a Estâncias e Prefeituras Sanitárias, entregues a esta Repartição, para a aplicação devida, cauções de contratantes de obras municipais, etc., èxpressou-se pelas cifras abaixo:

	Cr$	Cr$
Entrada:		
Saque contra Bancos	4.239.357,40	
Do Tesouro do Estado ...	6.760.080,40	
De Prefeituras	37.730,00	
Cauções, Depósitos e Valores em trânsito	396.524,70	
Diversos	1.609,50	
Saldo de Caixa de 1941..	12.270,40	11.447.572,40
Saida:		
Depósitos em Bancos e Valores encaminhados	5.489.380,30	
Pagamentos e adiantamentos	5.955.046,90	
Diversos	615,80	
Saldo para 1943	2.529,40	11.447.572,40

Inspeções

O desenvolvimento dos serviços de inspeção tem contribuido para intensificar a ação fiscalizadora e de controle do Departamento, sendo já sensiveis os benefícios resultantes da sua ampliação.

Foram realizadas inspeções "in loco", em 81 Prefeituras do Estado e procedeu-se a exames em 2.889 balancetes de 1942 e 311 de 1941, num total de 3.280; 260 balanços de 1941 e 44 de 1940, alem de 27 relatórios de Prefeituras.

Serviços de Estatística

Os serviços de estatística, a cargo da respectiva Secção, tomaram novo impulso no decorrer do exercício de 1942. Alem dos levantamentos realizados sobre dados relativos à vida econômico-financeira dos municípios, sistemas educativos, obras públicas e outros, foram organiza-

dos diferentes trabalhos a-fim-de atender a pedidos formulados pelo Governo Federal, autoridades militares e repartições estaduais.

A Secção de Estatística tem fornecido todos os elementos necessários aos trabalhos estatísticos do Departamento, o qual, no ano passado, participou das Exposições Nacionais realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo e na de Goiânia, por ocasião das festas comemorativas da inauguração oficial da Capital do Estado de Goiaz.

Serviços de Guerra

Declarado o estado de guerra entre o Brasil e os paises do "eixo", iniciou o Departamento das municipalidades intensa atividade, pondo em prática, através de numerosas circulares expedidas, em todo o interior do Estado, as providências determinadas pelos Governos Federal e Estadual relacionadas com a situação, atendendo, de outra parte, prontamente, às solicitações das autoridades militares desta Região, inclusive as quanto à defesa passiva anti-aérea.

Entre as medidas que desde logo reclamaram a colaboração dedicada das Prefeituras avultam as referentes ao racionamento dos combustiveis, de gêneros alimentícios, tabelamento de preços, levantamento dos estoques de mercadorias, etc., não poupando o Departamento e os Prefeitos esforços no sentido da maior eficiência dessa colaboração, prestada aos orgãos incumbidos pelo sr. Presidente da República da mobilização econômica do País na hora grave que atravessamos.

Financiamento de obras de água e esgotos

O financiamento, pelo Estado, das obras de saneamento do interior, executadas nos termos do Decreto n. 6.377, de 4 de abril de 1934, prossegue normalmente. Ainda, no exercício de 1942, foram pagas obras de abasteci-

mento de água e instalação da rede de esgotos, no valor de Cr$ 3.110.836,20, assim distribuidos:

	Cr$
Assiz	241.369,00
Palmital	41.283,00
Santa Bárbara	248.123,40
Capão Bonito	347,90
Nova Granada	41.547,00
Sorocaba	1.752.953,90
Araras	370.494,20
Baurú	77.507,20
Brodosqui	39.000,00
Santo Anastácio	45.819,70
Avaré	148.552,40
Ipaussú	103.838,50
	3.110.836,20

Providenciou-se, no mesmo exercício, para a abertura de crédito especial para atender a novos empréstimos destinados a serviços de água e esgotos. Dentre os numerosos projetos já estudados e aprovados, que aguardem financiamento, escolheu o Departamento aqueles reputados de maior premência, ou sejam:

	Cr$
Americana	1.657.616,20
Angatuba	511.134,30
Araras	400.000,00
Bernardino de Campos	1.003.570,60
Botucatú	5.027.973,70
Itapetininga	2.171.268,30
Jacareí	393.015,00
Mirassol	1.371.934,70
Novo Horizonte	647.855,70
Ourinhos	1.409.176,00

Pindamonhangaba	422.721,10
São João da Boa Vista	1.171.751,40
Santa Cruz do Rio Pardo	506.931,90
Taubaté	850.000,00

O crédito especial de Cr$ 17.544.948,90 destinado ao financiamento dos serviços acima foi já aprovado pelo Departamento Administrativo do Estado, devendo vigorar até 1945, época em que certamente os municípios beneficiários de mais essa assistência do Estado estarão com o seu problema de águas e esgotos definitivamente resolvido.

Reajustamento das dívidas municipais

Em março de 1942, designou-se uma comissão para estudar e propor as medidas necessárias a-fim-de que os municípios que obtiveram empréstimos do Estado nos termos dos Decretos ns. 6.377, de 4 de abril de 1934, e 6.467, de 26 de maio do mesmo ano, para execução de serviços de saneamento do interior do Estado e reajustamento das finanças municipais, possam manter em dia, dentro das suas atuais condições econômico-financeiras, os respectivos serviços de juros e amortizações.

Após três meses de intensivo trabalho, foi apresentado o relatório da Comissão e, com base nele, elaborou-se o projeto de decreto-lei sobre o assunto, para apreciação do Departamento Administrativo.

Por esse reajustamento, passará a ser de 5% ao ano a taxa de juros de todos os empréstimos; dilatou-se para 40 anos o respectivo prazo; cancelou-se a dívida do extinto município de Sapesal; cancelaram-se os juros em atraso até 31 de dezembro de 1941, de todos os empréstimos; eliminou-se a contagem de juros durante a execução das obras; ficaram as importâncias retidas pelas Coletorias Estaduais ou a elas recolhidas pelas Prefeituras em 1942,

destinadas ao pagamento das anuidades de 1943, dos respectivos municípios, ou, se excedentes, às do exercício seguinte; fixou-se o exercício de 1943 para início das amortizações segundo o novo plano, das dívidas reajustadas.

Com base nos Decretos ns. 6.377 de 4-4-934, 6.467 de 26.5.934 e 11.726 de 24.12.940, o governo do Estado concedeu a diversos municípios 86 empréstimos, a juros de 7 e 8% ao ano, prazo máximo de 30 anos, sendo 52 destinados aos serviços de águas e esgotos, na importância de Cr$ 60.830.675,10 e 34 para reajustamentos financeiros, no montante de Cr$ 26.968.000,00. Desses empréstimos, 77 já estavam sujeitos ao serviço de juros e amortização, dos quais somente 32 se achavam em dia.

Estudos e projetos de obras municipais

A Diretoria de Engenharia do Departamento das Municipalidades examinou, em 1942, 710 processos, orçando por Cr$ 20.579.205,10, as obras de águas e esgotos estudadas, alem de muitas outras, como paços municipais e Ginásios, mercados, matadouros, jardins, pontes e reservatórios; planos de urbanismo, arruamentos e loteamentos; numerosos projetos de decretos-leis, vistorias e orçamentos. Entre os principais estudos realizados salientam-se:

I — **Estudos e projetos de abastecimento de águas:**

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DAS OBRAS Cr$
1 — Burí	732.821,80
2 — Itapeva	1.234.921,20
3 — Pompéia	3.129.265,50
4 — Pontal	211.091,10
5 — Presidente Venceslau	1.836.693,60
6 — Rio Preto	4.500.893,90
7 — Salto Grande	985.394,20
8 — Vera Cruz	1.917.918,40
SOMA	14.548.999,70

II — Estudos e projetos de esgotos:

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DAS OBRAS Cr$
1 — Itapeva	395.010,00
2 — Pontal	336.398,00
3 — Rio Preto	3.895.887,00
4 — Salto Grande	570.616,00
5 — Tabatinga (distrito de Nova Europa)	194.879,50
6 — Tapiratiba	253.217,00
7 — Vera Cruz	344.197,90
SOMA	5.990.205,40

III — Projetos de reservatórios

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DAS OBRAS Cr$
1 — Barretos	
2 — Pindamonhangaba (Vila dos Pobres).......	17.741,00
3 — Salto Grande	26.439,00

IV — Projetos de Pontes

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DAS OBRAS Cr$
1 — Campo Largo de Sorocaba	
2 — Fernando Prestes	92.749,70
3 — Itaporanga	
4 — Mogí das Cruzes	104.000,00
5 — Socorro	94.000,00

V — Projetos de obras de defesa contra inundações

MUNICÍPIO	ORÇAMENTO DAS OBRAS Cr$
1 — Colina	82.000,00
2 — São Carlos	115.845,70

A Diretoria de Engenharia procedeu ainda aos seguintes trabalhos: fiscalização dos serviços técnicos municipais, principalmente os de água e esgotos; propositura de normas, regulamentos e taxas para os serviços municipais, aprovando-os quando propostos pelas Prefeituras; fiscalização das concorrências para aquisição de materiais e aparelhamento de conservação dos serviços e seu recebimento; análise e estudo das águas utilizadas ou utilizaveis no abastecimento público das cidades do interior, bem como do afluente de esgotos, com a prescrição do tratamento adequado; e direção da execução dos serviços administrados e explorados pelo Estado, a este entregues pelas municipalidades.

Leis orçamentárias municipais

Pelo estudo a que procedeu a Diretoria de Contabilidade, a despesa prevista dos 269 municípios do interior do Estado para 1943 foi fixada em importância igual à receita orçada, mantendo-se, assim, perfeito equilíbrio orçamentário. Após a apresentação de emendas e aprovação dos projetos de decretos-leis pelo Departamento Administrativo, o total da receita foi orçado em Cr$ ...... 174.512.900,00 e a despesa fixada em Cr$ 174.569.900,00, havendo, portanto, um "deficit" previsto de Cr$ ...... 57.000,00.

As verbas orçamentárias da Receita e da Despesa para 1943, foram assim previstas e classificadas:

RECEITA ORÇADA

	Cr$	%
I — Receita Ordinária:		
Receita Tributária:		
Impostos	94.394.261,00	54,10
Taxas	25.749.470,00	14,75
Receita Patrimonial ...	2.772.271,60	1,60
Receita Industrial	24.493.605,00	14,03
Receitas Diversas	10.032.410,00	5,74
II — Receita Extraordinária:	17.070.882,40	9,78
	174.512.900,00	100,00

DESPESA FIXADA

	Cr$	%
Administração Municipal	29.137.897,80	16,69
Serviços Públicos Municipais. .	39.563.459,30	22,66
Obras e Melhoramentos	41.456.878,80	23,75
Serviços Públicos de Interesse Comum com o Estado.	24.892.282,60	14,26
Dívidas	25.494.161,00	14,60
Auxílios e Subvenções	5.389.294,80	3,09
Aposentadorias e Pensões.	3.132.819,60	1,80
Despesas Judiciais	1.891.834,20	1,08
Despesas Diversas	3.611.271,90	2,07
	174.569.900,00	100,00

Os serviços públicos de interesse comum do Estado estão contemplados com as seguintes cifras no total dos orçamentos municipais:

	Cr$	%
Higiene	2.096.021,80	8,42
Instrução pública	13.216.513,60	53,09
Segurança Pública	5.271.392,20	21,18
Departamento das Municipalidades	3.470.815,00	13,94
Orgãos Culturais	631.310,00	2,54
Fomento	206.230,00	0,83
	24.892.282,60	100,00

Aos serviços de dívidas correspondem as somas seguintes:

Dívida Consolidada:

	Cr$	Cr$	%
Amortização . .	4.674.995,60		
Juros	15.775.839,20		
Despesas Diversas	302.414,20	20.753.249,00	81,40
Dívida Flutuante		4.740.912,00	18,60
		25.494.161,00	100,00

DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO

Os trabalhos do Departamento Estadual do Trabalho não sofreram solução de continuidade em seu desenvolvimento normal, a despeito de o recente convênio firmado com o Governo Federal e a criação das Divisões Regionais terem ampliado de muito a ingente tarefa administrativa a cargo daquela repartição.

O movimento global de processos que transitaram pelo Departamento alcançou a expressiva cifra de 31.060, cabendo à Diretoria Geral despachar 15.041 autos de diversas procedências. Os papéis expedidos foram em número de 73.838.

A Procuradoria do Trabalho, prodigalizando a assistência judiciária gratuita que o Estado, desde 1911, instituiu e vem desenvolvendo cada vez mais, efetuou liquidações amigaveis ou judiciais, no valor total de Cr$ ...... 2.058.383,49, importância vultosa que entrou integral para o patrimônio dos assistidos.

O valor das questões resolvidas com efetivo pagamento aos assistidos, desde a criação da antiga Subdiretoria de Assistência Judiciária, posteriormente transformada na atual Procuradoria do Trabalho, atingiu o significativo total de Cr$ 14.617.726,49.

O movimento sindical tambem foi bastante expressivo. Basta acentuar que durante o ano foram registadas 46 associações profissionais. Quanto ao reconhecimento de

sindicatos até 31 de dezembro de 1942, o seu total alcançou a 268. E' digno de nota o número de associações profissionais registadas até aquela data, o qual atingiu a 133 unidades, com um total de 10.454 sócios. No decorrer do ano, foram reconhecidas 2 federações, sendo uma representativa de categoria económica e outra de categoria profissional.

Por intermédio da diretoria competente, foram encaminhadas para os serviços da indústria e da agricultura 10.797 pessoas, sendo que, só para as diversas lavouras do Estado, foram encaminhados 3.064 colonos constituidos em 875 famílias e 180 avulsos (camaradas).

Quanto ao movimento de declarações de empregados (Lei dos 2/3), alcançou ele uma cifra bastante elevada, pois, durante o ano, deram entrada na Repartição 83.243 declarações, número este que supera o do ano anterior.

Relativamente aos serviços de fiscalização das leis trabalhistas no município da Capital, foram lavrados 1.152 autos de infração e visitados 5.970 estabelecimentos do comércio, indústria e transportes.

No decorrer do ano, foram distribuidos aos inspetores 2.703 processos e devolvidos pelos mesmos, devidamente informados, 2.379. Quanto ao total de autos lavrados foi de 602 e o movimento das inspecções elevou-se a 3.797.

Com referência ao serviço de registo de menores, foi grande seu movimento, como se verifica pelos dados seguintes:

Apresentaram-se na Secção	31.966
Receberam informações	14.852
Atendidos na Secção	17.114
Diplomas apresentados	5.461
Examinados	12.424
Aprovados	5.755
Reprovados	6.669
Autorizações concedidas	14.520
Transferências	5.749

A mesma Secção verificou que, nos 886 estabelecimentos visitados pelos inspetores, foram encontrados, em trabalho, 32.956 mulheres e 16.009 menores.

Apreciavel foi o movimento das carteiras profissionais expedidas: 57.023, produzindo a renda anual de Cr$ 463.194,80, incluidos emolumentos de taxas, selos federais e estaduais, etc.

A receita geral de 1942, arrecadada pela exatoria do DEI foi de Cr$ 543.540,10.

A Biblioteca teve seu acervo aumentado, contando presentemente 4.050 volumes. Durante 1942, atendeu a 632 consultas, expediu 2.715 publicações e distribuiu 95 comunicados à imprensa.

Pela secção competente, foram registados 1.845 professores, 158 jornalistas e 234 químicos.

DIVISÕES REGIONAIS DO TRABALHO — Dando execução ao Decreto-lei n. 11.187, de 27 de junho de 1940, que reorganizou o Departamento, criando no seu quadro sete Divisões Regionais do Trabalho, esta Interventoria promoveu, por intermédio da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, a instalação desses orgãos de orientação e assistência às massas operárias e às classes empregadoras, no que toca à disciplina prescrita pelas leis de proteção ao trabalho.

Padronizadas pela Divisão Regional, com sede em Santos, existente desde o ano de 1933, foram organizados os serviços das Divisões Regionais, que possuem todas as atribuições conferidas ao Departamento Estadual do Trabalho e, instaladas, consecutivamente, durante o primeiro semestre de 1942, começaram, desde logo, a produzir resultados dos mais animadores.

A descentralização dos serviços afetos ao Departamento Estadual do Trabalho, localizado na Capital, era,

sem dúvida, uma iniciativa que se impunha, a-fim-de que fossem atendidos, com mais presteza, os interessados residentes nas zonas mais afastadas do centro, e o Governo do Estado apressou sua realização, determinando se pusessem em atividade as Divisões Regionais criadas.

O sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio manifestou particular interesse na efetivação dessa iniciativa, à qual prestou todo o apoio, chegando a presidir aos trabalhos de instalação da Divisão Regional com sede em Sorocaba, um dos poderosos centros industriais do interior do Estado, realizando-se a solenidade em 31 de janeiro de 1942.

Seguiram-se as instalações das Divisões Regionais com sede em São Carlos, Ribeirão Preto, Baurú, Rio Preto, Presidente Prudente e Taubaté.

As Divisões Regionais apresentam quanto à natureza de seus trabalhos, aspectos diferentes, segundo os centros de atividades em que estão localizadas.

A 1.ª Divisão, com sede em Santos, oferece grande intensidade quanto aos trabalhos de transportes, dado o movimento intenso do ponto mencionado. Nesta região, que abrange todo o litoral, a atividade comercial é apreciavel, porem mínima, quanto às indústrias fabril e agrícola, quase que resumida esta à cultura de banana e arroz. O movimento sindical, quer operário como patronal, é sobremaneira importante, sendo mesmo, apontada a cidade de Brás Cubas como um dos mais intensos centros de atividade sindical.

Já as Divisões de Sorocaba, São Carlos e Taubaté apresentam atividades mais pronunciadas sob o aspecto industrial, à vista de servirem grandes centros fabrís do interior do Estado, se bem que as de São Carlos e Sorocaba não deixem de prestar assistência a zonas de trabalho agrícola e de apreciavel importância.

As sedes das 2.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Diretorias estão localizadas em Baurú, Presidente Prudente, Ribeirão Preto e Rio Preto, respectivamente. As atividades destas Divisões Regionais, naturalmente, versam sobre questões atinentes a contratos de trabalho agrícola, e, na sede dos mais importantes municípios, as resultantes das atividades comerciais e industriais.

As Divisões Regionais estão instaladas em prédios de propriedade particular e seus aluguéis estão a cargo das Prefeituras locais, excetuando-se a de Santos. Os prédios são bons e alguns bem confortaveis, com exceção do de Taubaté, que é um tanto acanhado.

O mobiliário é modesto e o pessoal ainda em pequeno número, devendo ser aumentado com o progresso dos serviços para que estes não sejam prejudicados.

A-pesar-de tais deficiências, naturais em repartições novas, o volume de trabalho foi grande e seus resultados bastante satisfatórios.

Até o mês de setembro de 1942, época em que deixaram de pertencer à Secretaria da Justiça, as Divisões Regionais tiveram o seguinte movimento:

PAPÉIS RECEBIDOS:			PAPÉIS EXPEDIDOS:
Santos	DR — 1	3.630	5.878
Baurú	DR — 2	2.416	2.376
Pres. Prudente	DR — 3	564	697
Rib. Preto	DR — 5	975	2.377
Rio Preto	DR — 5	236	308
São Carlos	DR — 6	3.078	2.572
Sorocaba	DR — 7	1.607	1.123
Taubaté	DR — 8	629	1.457
Total		13.135	Total 16.789

RESUMO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS

Liquidações amigaveis	1.474
Ações judiciais	54
Estabelecimentos fiscalizados	6.972
Infrações verificadas	484
Carteiras profissionais e agrícolas emitidas	22.481
Valor das liquidações	Cr$ 2.235.233,14
Papéis processados	29.923

Acrescentando-se a esses resultados verificados até setembro de 1942, mais os produzidos até 31 de dezembro do mesmo ano, período em que o Departamento Estadual do Trabalho já se encontrava diretamente subordinado à administração da Interventoria Federal, as Divisões Regionais evidenciaram soma avultada de serviços, como se pode apreciar pelos números abaixo:

MOVIMENTO GERAL	
Pessoas atendidas	95.133
Papéis processados	44.321
Questões liquidadas amigavelmente	2.117
Questões liquidadas judicialmente	172
Importâncias das liquidações ..... Cr.$	2.150.675,40
FISCALIZAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	
Estabelecimentos fiscalizados	9.234
Diligências efetuadas	2.700
Infrações verificadas	793
Autorizações para menores	4.292
ARRECADAÇÃO	
Carteiras profissionais e cadernetas agrícolas emitidas	45.182
Registo de livros e fichas ..... Cr.$	185.771,80
Total geral das liquidações ..... Cr.$	3.336.445,20

JUSTIÇA E NEGÓCIOS DO INTERIOR

Entre os assuntos principais que despertaram a atenção desta Interventoria na pasta da Justiça, avulta, pela sua importância a parte referente aos serviços judiciários. Para uma perfeita distribuição de justiça, faz-se mister dotar o seu aparelhamento de todos os requisitos, amoldando-o às necessidades do momento e aos imperativos da evolução por que têm passado a técnica jurídica e a legislação em nosso país.

A nova legislação federal, tanto a penal — substantiva e adjetiva — como a de processo civil e comercial, exige uma sistematização especial dos serviços judiciários. Com o intuito de colher elementos para uma reforma tanto quanto possivel definitiva e perfeita, a Secretaria da Justiça principiou por solicitar sugestões às seguintes instituições: Congregação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Conselho Superior da Magistratura, Ordem dos Advogados (Secção de S. Paulo) e Instituto dos Advogados de São Paulo. Consultou ainda a Secretaria diversos juristas, com larga experiência do assunto. De posse da vasta documentação reunida, o Governo confiou o estudo da matéria ao Exmo. Snr. Ministro Costa Manso, que foi encarregado de oferecer o anteprojeto da reorganização dos serviços judiciários, — trabalho a que se vem dedicando até este momento.

A reforma projetada adaptará o aparelho judiciário aos novos códigos e, tanto pela sua amplitude como pelos seus pormenores técnicos, estará habilitada a proporcionar à justiça um funcionamento modelar.

Entrementes, alguns assuntos correlatos foram resolvidos, pela urgência de que se revestiam, e sem prejuizo de sua entrosagem no quadro geral dos serviços judiciários, como expomos a seguir.

Juizo Privativo de Acidentes do Trabalho

Pelo Decreto-lei n. 12.421, de 12 de dezembro de 1941, foi criada a Vara Privativa de Acidentes do Trabalho. Centro industrial que possue cerca de 250.000 operários, São Paulo tinha necessidade de uma vara especializada de acidentes do trabalho, até então cumulada com o juizo civel e ultimamente com a vara dos feitos da Fazenda Municipal. Foi essa uma importante inovação, cujos benefícios já se fizeram sentir.

O Juiz Privativo de Acidentes do Trabalho será ainda aperfeiçoado, esperando-se dotá-lo de instalações próprias para exames médicos, mediante o Serviço Pericial de Infortunística.

Regulamento dos Depósitos Judiciais

Baixou esta Interventoria novo decreto regulamentando os depósitos judiciais.

Esse trabalho é resultado de estudos a que a Secretaria da Justiça procedeu, conjuntamente com uma comissão especialmente designada para apresentar sugestões na matéria e sobre as quais foi pedido o pronunciamento dos Srs. Presidente do Tribunal de Apelação, Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Presidente da Ordem dos Advogados (Secção de São Paulo), Presidente da Associação dos Serventuários

da Justiça, e Presidente do Instituto dos Advogados, sendo afinal decretado o regulamento em data de 8 de janeiro de 1942.

Regimento de Custas Judiciais

No sentido de verificar a conveniência de uma revisão no atual regimento de custas, a Secretaria da Justiça incumbiu uma comissão de formulas sugestões sobre o assunto. Dessa comissão fizeram parte representantes da classe dos advogados e dos serventuários de justiça, tendo ela, após prolongados estudos, apresentado um anteprojeto de Regimento que, de acordo com a praxe adotada por esta Interventoria de submeter a amplo debate os seus empreendimentos, foi publicado e continua em estudos. No seu trabalho, a comissão obedeceu a três preocupações dominantes:

1.ª) a de colocar o "quantum" da remuneração dos funcionários em harmonia com as condições próprias da época, tendo em vista o inegavel encarecimento da vida a partir da data em que foi elaborado o Regimento em vigor (1927) e a circunstância iniludivel de que o Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro veiu diminuir sobremaneira o número de atos e termos indispensaveis no processo judicial;

2.ª) a de simplificar a contagem e a verificação das custas, colocando-a tanto quanto possivel ao alcance das partes e do público em geral, e a de estabelecer dispositivos tendentes a evitar a prática de atos desnecessários em face das finalidades do processo e o seu desdobramento indefinido com as suas inevitaveis consequências de procrastinação e encarecimento;

3.ª) a de harmonizar a fixação, contagem e cobrança das custas com os novos princípios processuais, decorrentes do Código de Processo Civil e Comercial Brasileiro, recentemente posto em vigor.

Divulgação da nova legislação penal

A promulgação das novas leis penais do país assumiu transcendental importância na história da literatura jurídica nacional: Código Penal, Lei das Contravenções e Código de Processo Penal constituem, em seu conjunto, a cabal e magnífica realização de um verdadeiro compromisso do Governo Federal — à revisão do direito positivo brasileiro.

Com o objetivo de contribuir para a elucidação e divulgação do novo Código Penal Brasileiro, a Secretaria da Justiça, em harmonia com a Secretaria da Educação, promoveu uma série de conferências públicas, a cargo de professores da Universidade, especialistas na matéria. Essas preleções, realizadas em ambiente de grande interesse dos meios jurídicos, foram enfeixadas em volumes juntamente com o texto da nova legislação penal — Código Penal, Código do Processo Penal, Lei das Contravenções e Lei de Introdução — e distribuidas por todo o país.

Provimento de Ofícios de Justiça

Promulgou o Governo o Decreto-lei n. 12.520, de 22 de janeiro de 1942, estabelecendo novas formas para o provimento dos ofícios de justiça, condições dos concursos e substituições. A nova lei, fruto de experiência colhida não só no Estado como no Distrito Federal, estabelece um mais justo equilíbrio na política judiciária, com o novo critério de provimento, a saber: — um terço de livre escolha do Chefe do Governo, dentre doutores e bacharéis em direito e cidadãos de reconhecida idoneidade e competência; um terço dentre serventuários de justiça com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos mediante concurso de títulos; e um terço dentre escreventes habilitados dos cartórios da mesma natureza, com mais de cinco anos de efetivo exercício, escolhidos mediante concurso de títulos.

JUSTIÇA — Edifícios construidos — Forum de Catanduva — Forum de Araraquara — Projeto do Forum de Bananal, no estilo predominante na região

Código Judiciário do Estado

Iniciou a Secretaria da Justiça a elaboração do Código Judiciário do Estado, cujo esquema está assim esboçado:

I — Introdução.

II — Poder Judiciário:
a) orgãos;
b) atribuições;
c) correição;
d) código do funcionário.

III — Ministério Público:
a) orgãos;
b) atribuições;
c) correição;
d) código do funcionário.

IV — Serventuários de Justiça:
a) nomenclatura;
b) atribuições;
c) correição;
d) código do funcionário.

V — Peritos Judiciais:
a) nomenclatura;
b) atribuições;
c) correição;

VI — Comissão de eficiência.

VII — Disposições gerais.

Estão bastante adiantadas as diversas partes desse corpo de leis administrativas. Da parte referente às serventias de justiça foi incumbida uma comissão na qual estão representados os advogados, os serventuários e os escreventes.

Já foi entregue à Secretaria da Justiça o anteprojeto do *Código do Ministério Público,* elaborado pela Procura-

doria Geral do Estado. Esse notavel trabalho, índice da alta competência do Ministério Público estadual, condensa uma oportuna reforma das leis que regem a admissão, a organização e as funções do ministério público.

Ministério Público

Um dos setores da administração que mereceram grande atenção por parte do Governo foi o Ministério Público de São Paulo, hoje praticamente dividido em duas instâncias: — a primeira ou inferior e a segunda ou superior.

Esta última é constituida pela Procuradoria Geral do Estado que, alem de administrar toda a instituição, representa papel importante na vida judiciária, tendo de examinar e dar pareceres em mais de quatro mil processos por ano.

Em meados de 1941, era muito grande o volume de autos parados ou retardados, naquela repartição, motivo pelo qual o Governo deu todas as providências necessárias para que a situação se normalizasse. Dentro de dois meses, isto é, em fins de agosto, a situação estava completamente regularizada, tendo sido exarados mais de mil pareceres e assim o serviço se tem mantido de então para cá, como se pode verificar das resenhas mensais que foram adotadas, para controle do serviço e periodicamente publicadas para conhecimento do público.

Entre os fatos mais importantes assinalados naquele setor, alem do já mencionado de ter posto o serviço inteiramente em dia, o que tambem aconteceu na primeira instância, foram: — a estatística dos feitos retardados, que ficou ultimada em três meses; a consequente elaboração do Projeto do Código do Ministério Público destinada a dotar a instituição dos elementos necessários a enfrentar, inteiramente, a situação e a impedir que, em

qualquer tempo, se verifiquem as anomalias encontradas; e o Primeiro Congresso Nacional do Ministério Público, instalado a 15 de junho, em São Paulo. Esse certame, que por certo constituiu acontecimento de alta significação na vida jurídica do país, teve por objetivos principais:

a) exame e interpretação das novas leis penais brasileiras: o Código Penal, a Lei das Contravenções Penais e o Código de Processo Penal;

b) anotação e solução das dúvidas decorrentes da aplicação prática desses textos legais;

c) sugestões à elaboração de um Formulário Processual para o crime;

d) fixação das normas fundamentais do Estatuto do Ministério Público.

Toda a matéria das leis em apreço foi explanada com dissertações orais e escritas, que, oportunamente, reunidas em volume, constituirão os Anais do Primeiro Congresso Nacional do Ministério Público.

Serviço Pericial de Infortunística

Para estudar a organização do Serviço Pericial de Infortunística, foi constituida, por ato de 15 de julho de 1942, uma comissão de juristas e médicos de renome na especialidade. Solicitaram-se pareceres da Ordem dos Advogados, da Procuradoria Geral do Estado, da Procuradoria Judicial, do Gabinete Médico-Legal, do Instituto de Engenharia, da Associação Paulista do Ministério Público, da Federação das Indústrias, da Associação Comercial e da Sociedade Cooperativa de Seguros Contra Acidentes do Trabalho "A Textil", submetendo-se à apreciação desses elementos o anteprojeto elaborado pela Comissão.

Palácio da Justiça

O monumental edifício do Palácio da Justiça, cujas obras foram iniciadas há mais de 20 anos e para cujo acabamento foram pelo atual Governo decretados vários créditos especiais, foi, finalmente, inaugurado por esta Interventoria no dia 25 de janeiro de 1942.

Fica assim a Justiça com instalações à altura do seu prestígio, muito embora tal não signifique que esteja ela dotada de instalações capazes de acolher todos os seus departamentos ainda por longos anos. A verdade é que no dia em que se inaugurou o novo Palácio — calculado, há trinta anos atrás, para um crescimento judiciário de cincoenta anos — verificou-se a insuficiência da previsão, tal o índice do crescimento paulista. Já se cogita porisso de ampliar as instalações da Justiça. Para tanto, o Governo desapropriou, nas imediações do novo Palácio, um terreno destinado a receber, em futuro próximo, mais um edifício onde sejam concentrados serviços atualmente dispersos e outros que deverão ser criados em face do crescente desenvolvimento da atividade forense.

Diretoria Geral

A Diretoria Geral da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior, em 1941, alem da superintendência dos orgãos administrativos da Secretaria e da solução dos casos diários de sua competência, examinou e estudou a matéria constante de 41.456 processos de diversa natureza, resolvendo e despachando 30.988 deles e emitindo parecer em 10.468 que tratavam de assuntos da alçada do titular da pasta. Assinou, ainda 7.271 ofícios e 7.704 requisições de pagamento; proferiu 1.945 despachos em processos da Diretoria da Justiça e 13.573 em processos da Diretoria da Contabilidade.

Em 1942 foram examinados e estudados pela Diretoria Geral 40.265 processos e assinados 7.661 ofícios e 5.834 requisições de pagamento.

A Diretoria da Justiça expediu, em 1941, 208 certidões, 2.090 decretos, 3.857 atos e 109 editais; prestou 6.962 informações em processos; preparou 18.000 despachos; lavrou 64 contratos; extraiu 4.275 requisições de passagem; entregou 69 cartas de naturalização; providenciou sobre o reconhecimento de 32 autoridades consulares e a remoção de 777 sentenciados do interior para a Penitenciária do Estado; entregou 17 carteiras consulares; reconheceu 19 firmas de autoridades consulares e registou um movimento de 11.326 processos diversos, tendo encaminhado 1.463 ao Arquivo.

O movimento dessa Diretoria, em 1942, foi o seguinte: certidões expedidas, 267; decretos lavrados, 1.432; atos, 2.482; portarias, 225; informações prestadas, 4.590; processos preparados, 9.598; despachos, 11.715; requisições de passagens, 1.274; contratos de locação de serviços, 4; cartas de naturalização entregues, 11; guias para remoção de sentenciados, 623; editais, 42; reconhecimentos de cônsules, 12; reconhecimento de firmas, 5; carteiras consulares entregues, 8; processos remetidos ao Arquivo, 848.

A Diretoria de Contabilidade, em 1941, prestou, pelas suas três secções, 16.438 informações; emitiu 7.017 notas de empenho; redigiu 4.608 ofícios e 3.008 despachos; organizou 12.427 fichas de lançamento e diversas; extraiu 210 balancetes, minutou 61 projetos de decretos referentes a créditos e modificações orçamentárias. Utilizou 56 livros para os seus trabalhos, entre os quais o Diário, Razão Geral, Razão Auxiliar, Contas Correntes e Auxiliares da Despesa.

Em 1942, seus serviços podem ser assim resumidos: informações prestadas, 12.854; notas de empenho emitidas, 4.717; ofícios redigidos, 2.925; despachos prepara-

dos, 2.061; balancetes, 157; fichas organizadas, 8.909; projetos de decretos minutados, 15.

O Almoxarifado atendeu a 865 pedidos em 1941 e a 611 em 1942.

A Diretoria do Expediente, em 1941, protocolou a entrada de 61.555 papéis, tendo organizado 20.183 processos novos; extraiu 2.958 cópias, expediu 29 circulares, 6 telegramas, 2 certidões e 27.900 ofícios do Secretário, Diretor Geral e Diretor do Expediente. No Arquivo, entraram 53.783 processos e sairam 35.537.

No exercício de 1942, o expediente foi o seguinte: papéis entrados, 40.265; processos novos, 14.519; cópias, 1.561; circulares, 17; telegramas, 2; certidões, 2; ofícios, 21.037. Entraram no Arquivo 35.219 processos e sairam 20.453.

Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado

Com o objetivo de velar pela sua propriedade de imobiliária e para efeito de legitimar as ocupações particulares sobre terras devolutas, depois de apuradas e discriminadas, o Governo do Estado de São Paulo organizou a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro.

Trata-se, como se vê, de uma repartição de relevo no conjunto da administração paulista e, para que se possa aquilatar da complexidade das questões que ela é obrigada a resolver, basta considerar o vultoso total da fortuna imobiliária de São Paulo e as extensas áreas cujos ocupantes não contam ainda com título habil de propriedade, em face da legislação que disciplina a matéria de terras devolutas.

Impressionada pela rigidez da lei que ainda hoje rege o assunto, resolveu esta Interventoria reformá-la, de maneira que suavizasse seus dispositivos, adaptando-os à realidade do momento.

Assim, terá em breve a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro um instrumento legislativo capaz de levar avante sua missão, qual seja a separação da propriedade particular da propriedade pública, dando aos ocupantes legítimos daquela, um título dominial, escoimado de qualquer dúvida, alem dos meios legais de que estará cercada, para levar adiante o levantamento cadastral, sem dúvida alguma, de inegavel importância.

Essa lei permitirá ainda à Procuradoria do Patrimônio legislar sobre terras marginais, rios públicos, ilhas, quedas dágua, delimitação de terrenos de marinha federais, estes nos próprios estaduais, e na localização de jazidas minerais, bem como de enormes áreas de florestas que serão reservadas para os futuros Parques Nacionais.

Embora a situação anormal que atravessa nosso País, tenha obrigado a restringir vários serviços de carater público, ainda assim pode a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro apresentar razoavel soma de serviços executados durante o período 1941-42, como se verifica dos dados abaixo:

Perímetros estudados e reconhecidos: — Total, 15; área total reconhecida, 409.779 hab.; valor aproximado das terras, Cr$ 23.470.700,00.

Perímetros em discriminação até o presente: — Total, 193; área total, 4.251.884 hab.; valor das terras Cr$ 447.697.997,00.

Levantamentos topográficos: — Total 5.993.477 ms.

Perímetros demarcados: — Total, 37; área total, 257.361 hab.; valor das terras, Cr$ 13.773.067,00.

Posses medidas e demarcadas: — Total, 565; área aproximada, 24.950.65 hab.; valor das terras, Cr$ .... 3.991.789,00; valor das benfeitorias, Cr$ 1.400.154,00.

Reserva Florestal:

	Hects.
1.º e 2.º Perímetros de Presidente Venceslau ..	37.157
10.º Perímetros de Presidente Venceslau .. (parte)	13.343
13.º Perímetros de Presidente Venceslau ..	246.840
2.º Perímetros de Capão Bonito	6.534
25.º Perímetros de Xiririca	15.004
Vertentes da serra de Paranapiacaba	8.192
Perímetro de São Vicente (parte)	1.520
Fazendas Campininha e Capitinga	4.500
TOTAL	333.090

Imoveis do Governo cadastrados e avaliados: — Total, 135; área total, 27.135.880 ms2; valor total, Cr$ 36.242.896,00.

O movimento de papéis registados pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado foi volumoso, como se infere dos números a seguir:

Processos iniciados: — Em 1941 - 1 434; em 1942 - 1168.

Processos julgados: — Em 1941 - 750; em 1942 - 630.

Processos de justificação de posse iniciados: — Em 1941 - 426; em 1942 - 259.

Processos de justificação de posse julgados: — Em 1941 - 94; em 1942 - 888.

Processos informados: — Em 1941 - 9.477; em 1942 - 11.443.

Processos despachados: — Em 1941 - 5.093; em 1942 - 8.391.

Procuradoria Geral do Estado

A Procuradoria Geral do Estado desempenhou cabalmente as suas atribuições, vencendo todas as dificuldades surgidas quanto à execução das leis e regulamentos e quanto ao atraso de serviço por falta de funcionários em número suficiente. As providências determinadas pela Secretaria da Justiça sanaram prontamente as lacunas apontadas pelo Procurador Geral, de maneira que ficassem em dia os serviços do Ministério Público em todo o Estado, como consta de tópico especial do presente relatório.

A estatística do movimento dos trabalhos da Procuradoria Geral pode ser resumida nos seguintes números:

Em 1941 —

Pareceres em processos criminais, civeis e diversos, 3.991; autos examinados para ciência de acordãos 2.680; requerimentos, 16; ofícios recebidos, 1.538; telegramas recebidos, 15; relatórios recebidos dos Membros do Ministério Público (relativos ao ano de 1940), 112; ofícios expedidos, 1.264; consultas solucionadas, 13; representações solucionadas, 7; provimentos expedidos, 5; instruções expedidas, 4; licenças concedidas, 25; férias concedidas, 55; designações de Membros do Ministério Público, 78; compromissos prestados perante o Procurador Geral, 53; sessões do Conselho Superior do Ministério Público, 44.

Em 1942 —

Pareceres em processos criminais, civeis e diversos, 2.930; exame de autos para ciência de acordãos, 2.530; ofícios recebidos e expedidos, 2.824; relatórios recebidos, 93; consultas respondidas, 22; telegramas expedidos, 44; representações recebidas, 19; circulares e provimentos expedidos, 3; requerimentos, 4; férias e licenças concedidas, 75; compromissos prestados perante o Procurador

Geral, 33; designações de Membros do Ministério Público para substituições e diligências, 160; correições, 15; sessões do Conselho Superior do Ministério Público, 25; candidatos examinados em concurso de Promotor Substituto, 67.

O total de processos criminais e atos de natureza criminal, processos cíveis e atos de natureza civel, executivos fiscais e atos de natureza administrativa registrados no exercício de 1942, nas varas do Estado, atingiu a 129.916.

Procuradoria Judicial do Estado

À Procuradoria Judicial do Estado, criada em 1935, com o desmembramento da antiga Procuradoria Fiscal e transferência de atribuições da Procuradoria Geral — incumbe o patrocínio jurídico, em qualquer instância das ações em que, como Ré ou Autora, é parte a Fazenda Pública, excetuadas as questões fiscais e as referentes à defesa do patrimônio imobiliário do Estado. Essa repartição pública constitue, portanto, o escritório de advocacia do Estado, competente, em regra, para a defesa dos seus interesses. E exerce ainda, pelo seu chefe, o Procurador Judicial, funções consultivas, exarando pareceres nos processos administrativos que, das diversas Secretarias de Estado e mesmo da Interventoria Federal, lhe são enviados. Dando desempenho a essa tarefa, no período compreendido no presente relatório, algumas centenas de consultas foram respondidas, em todas observado um critério estritamente objetivo e técnico, procurando-se assim acautelar, da melhor forma possivel, o interesse público, que se reflete nas relações entre o Estado e os cidadãos. Essa função preventiva terá dado, seguramente, seus frutos, ora evitando demandas inuteis, ora premunindo e fortalecendo a Fazenda Pública, nos seus elementos de convicção e defesa em Juizo.

No mesmo período acima citado, foi de 892, o número de questões em que, sob o patrocínio da Procuradoria Judicial, esteve a Fazenda do Estado em pretório, em 749 como Ré e em 143 como Autora. Sobre esse total, conseguiu-se uma porcentagem de êxito, porventura lisonjeira, que atinge a 80%, convindo notar não somente que naquela cifra se incluem, em grande número, questões representando interesses financeiros que orçam por alguns milhões de cruzeiros, como ainda o fato de não haver sido necessário contratar os serviços de profissionais estranhos ao quadro de advogados da repartição. Isso atesta, a um só tempo, a boa ordem dos serviços, a competência, de seus funcionários, e empenho com que se entregam à defesa do erário público. Grande número, ainda, de mandados de segurança foram impetrados contra atos das autoridades no exercício dos poderes e da administração, conseguindo a Procuradoria vê-los denegados em sua quase unanimidade, o que contribue para o prestígio daqueles orgãos, pondo em evidência a licitude de tais atos e seu amparo na legislação vigente.

A Procuradoria Judicial é ainda a representante do Estado no exercício de seu poder expropriante. Assim foram promovidas desapropriações, por necessidade ou utilidade públicas, num total de 700, ora amigavelmente, ora judicialmente, conseguindo-se em ambas as hipóteses, os resultados mais convenientes aos interesses da Fazenda.

Departamento de Serviço Social

O Departamento de Serviço Social, criado pela Lei n. 2.497, de 24 de dezembro de 1935, e alterada pelos Decretos ns. 9.486, de 13 de setembro, e 9.744, de 11 de novembro, ambos de 1938, compreende os seguintes serviços:

a) Serviço Social dos Menores;
b) Serviço Social dos Desvalidos;

c) Serviço Social dos Trabalhadores;
d) Serviço Social da Família;
e) Procuradoria de Serviço Social.

São seu escopo, de modo especial: celebrar, para a realização de seu programa, acordo com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; harmonizar a ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; orientar os poderes públicos nos assuntos de assistência social; e receber e aplicar doações que lhe sejam feitas.

Para realização de tal programa, necessitava o Departamento do concurso de técnicos no assunto, isto é, de assistentes sociais, tendo, por esse motivo, recorrido a dois estabelecimentos de ensino particular especializado: a Escola de Serviço Social, do Centro de Estudos e Ação Social, e o Instituto de Serviço Social, filiado à Juventude Universitária Católica, aquela destinada à formação de assistentes sociais do sexo feminino, este à de assistentes masculinos. Instituições idôneas e bem aparelhadas, ambas sob o regime de inspeção estadual, das quais a primeira, por ser a mais antiga, já tem fornecido a nosso meio turmas de assistentes sociais que se encontram trabalhando em obras públicas e particulares da especialidade.

A-fim-de que não atraissem tais estudos apenas os elementos da Capital, fez-se no Interior, por intermédio dos prefeitos municipais, intensa propaganda, instituindo-se bolsas de estudo em cada município paulista.

De cincoenta e nove prefeituras acudiram 136 candidatas femininas às bolsas de estudo, e de treze prefeituras procederam 20 candidatos do sexo masculino. Submetidos uns e outros ao crivo do Curso Intensivo preparatório, constituido pelo primeiro mês de aula, verificou-se o seguinte resultado:

Bolsistas matriculadas no primeiro ano do curso regular da Escola de Serviço Social 43

Bolsistas matriculados no primeiro ano do curso regular do Instituto de Serviço Social 11

Outro passo importante para o desenvolvimento do serviço social nos municípios de São Paulo será sem dúvida a criação dos Conselhos Municipais de Serviço Social, cujo anteprojeto de lei se acha em estudos.

No sentido de melhor conhecer a situação do Estado com referência ao serviço social, foram visitadas várias regiões de S. Paulo, entre as quais a zona bragantina, o Vale do Paraiba, o litoral norte e a Araraquarense, notando-se em algumas delas progressiva extinção da mendicância.

Procurou o Departamento, quanto aos menores, concertar planos no sentido de substituir o regime de soldada pelo de colocação familiar, sistema que sem dúvida deve ser preferido àquele, pois que beneficia mais satisfatoriamente o menor e favorece indiretamente a família que o educa, estimulando-a e recompensando-a pelo bem que fizer à criança.

A assistência à família foi tambem detidamente estudada, cogitando o governo de criar e instalar oportunamente uma série de casas maternais, estando já projetadas as de Santo André e de Jacareí, especialmente destinadas ao amparo da família operária; a casa maternal de Rio Preto, cujo objeto é prestar assistência especialmente à família habitante da zona rural.

Na Capital, a Casa Maternal "D. Leonor Mendes de Barros" estará, em breve, funcionando. Fazem-se, atual-

mente, algumas modificações internas no edifício em questão, para o seu fiel aproveitamento, tendo já sido solicitados, os créditos necessários para sua instalação e manutenção.

Chamou a atenção desta Interventoria a situação do Serviço Social de Menores, quanto às suas funções de abrigo e triagem.

A parte do Abrigo com sua capacidade de lotação continuamente excedida, transformara-se de abrigo provisório em abrigo permanente. Quanto à triagem, era praticamente inexistente, em consequência daquele fato e da inexistência de obra em número e qualidade desejaveis. Não havia para onde remeter os menores triados. Diante deste problema, tomou o Departamento de Serviço Social a iniciativa de criar e localizar diferentes obras padrões para assistência de menores, adaptadas à idade, ao sexo e ao tipo de deficiência de que padeçam os seus assistidos. Até agora, dois únicos educandários para menores são mantidos pelo Estado: o Instituto Modelo de Menores, da Capital, e o Instituto de Menores, de Mogí-Mirim. Em breve, teremos o Instituto Industrial Rural para Meninos e outro congênere para meninas; o Instituto Masculino para Deficientes Físicos (com exceção de menores cegos e surdos-mudos) e outro similar para o sexo feminino; enfim, o Instituto Agrícola de Reeducação de Monções (em Avaré), o primeiro dessa série que será inaugurado.

No tocante ao Instituto Modelo de Menores, da Capital, acima mencionado, grande era a ineficiência do tratamento dispensado aos seus internados, quer do ponto-de-vista do ensino comum, quer do ensino técnico profissional. Contamos sanar essas lacunas, remodelando convenientemente o Instituto de Pesquisas do Serviço Social

dos Menores. Para melhoria da assistência educativa aos menores abandonados e delinquentes, será aperfeiçoado o aparelhamento do Instituto de Pesquisas, prevendo-se a criação de um laboratório de psicotécnica anexo a este último, bem como a inclusão, no plano de ensino, de aprendizados de avicultura, horticultura, floricultura, indústrias correlatas e mesmo de aeronáutica, para o que se aproveitarão as oficinas já existentes no estabelecimento. Será instalado tambem um parque de recreio infantil à margem do Tietê.

Dois projetos de decreto-lei de real importância para a vida do Departamento de Serviço Social, possibilitando-lhe maior rendimento em suas atividades estão em estudos: a criação do Instituto de Menores de Ubatuba, destinado a abrigar menores de todo o Estado e aos quais será ministrado o ensino de todos os trabalhos do mar; e a centralização, junto à Diretoria Geral do Departamento, de todos os serviços administrativos de suas dependências, o que virá reduzir pela metade a rotina burocrática.

O movimento do expediente do D. S. S. em 1942 foi o seguinte: ofícios expedidos, 7.571; processos abertos, 1.594; processos distribuidos, 7.807; papéis de juntada, 6.195; atestados fornecidos, 1.384, sendo assim discriminados: de matrícula, 470; negativos, 54; de pobreza, para assistência judiciária, 860.

O Serviço Social dos Casos Individuais atendeu a 4.777 casos, iniciou 725, realizou 1.244, deu 2.528 pareceres, e encerrou 2.593 casos. Dos casos iniciados, 545 eram de famílias, 68 de desvalidos, 27 de menores, 38 de detentos e egressos, 5 de egressos de reformatórios, 14 de trabalhadores e 28 diversos. Da assistência solicitada, 37 eram para hospitalização, 5 para asilamento, 154 para internação, 10 para assistência médica, 24 para assistência

judiciária, 85 para assistência monetária, 40 para assistência geral, 33 para trabalho, 5 para passes e 340 diversos.

O Serviço de Pesquisas de Obras Sociais, mais tarde denominado Orientação Técnica de Obras Sociais, registou o seguinte trânsito de processos: de matrícula, 120; de subvenção, 6; de auxílios extraordinários, 36; de autorização para angariar donativos públicos, 1; de informação, 5; e diversos, 27, num total de 195 processos.

Foram concedidas 4 matrículas na Capital, e 13 no Interior; denegadas 1 na Capital e 5 no Interior; canceladas 6 na Capital e igual número no Interior.

Registaram-se muitos pedidos de auxílio extraordinário. Por auxílios extraordinários compreende-se toda a soma em dinheiro ou em espécie concedida a uma instituição, independentemente da operação mediante a qual a Estatística do Serviço Social indica a subvenção que cabe a cada obra.

As subvenções concedidas a obras situadas no município da Capital e do Interior montaram a Cr$ ...... 900.000,00.

Até dezembro de 1942, foram abertos, no Serviço Social dos Casos Individuais, 9.957 processos.

Matricularam-se no Departamento 392 obras sociais, 139 das quais na Capital e as restantes no Interior do Estado.

Procuradoria do Serviço Social

Correram normalmente, no ano de 1942, todos os serviços afetos à Procuradoria de Serviço Social, que acusou o movimento que segue:

1 — Instalação Central	1.637	casos
2 — Protocolo e Arquivo	62	„
3 — Casa de Detenção	116	„
4 — Penitenciária do Estado	124	„
5 — Divisão Regional de Santos ..	513	„

Serviço Social dos Menores

Os serviços dessa dependência, prejudicados em grande parte em virtude da superpopulação de todas as suas diversas secções, institutos e abrigos, teve o seguinte movimento no que se refere aos menores sob sua guarda:

Menores existentes até 31-12-42 .... 3.640, assim distribuidos:

a) Instituto Modelo de Menores:				
Secção Masculina	582			
Secção Feminina	164	746		
b) Instituto de Menores de Mogí-Mirim		136		
c) Serviço de Abrigo e Triagem				
Secção Masculina	904			
Secção Feminina	168	1.072		
d) Hospital:				
Sexo masculino	70			
Sexo feminino	30	100		
e) Liga das Senhoras Católicas				
Sexo masculino	650			
Sexo feminino	736	1.386		
f) Outras instituições:				
Sexo masculino	23			
Sexo feminino	17	40		
g) Hospitais e Sanatórios:				
Sexo masculino	81			
Sexo feminino	79	160	3.640	

Papéis entrados no protocolo da repartição: — Em 1941 - 5.942; em 1942 - 5.588.

Correspondência expedida: — Em 1941 - 7.118; em 1942 - 8.032.

Juizo de Menores

O Juizado de Menores teve grande atividade em 1942, movimentando cerca de 5 mil processos, dos quais 3.676 foram iniciados naquele exercício. Atingiram a 1.113 os referentes a casos de abandono.

A fiscalização exercida foi bastante ativa: lavraram-se 792 multas das quais 621 foram pagas em Cartório, tendo sido recolhida à Recebedoria de Rendas a importância de Cr$ 98.690,00. À Procuradoria Fiscal, para cobrança executiva, remeteram-se 140 autos de infração no total de Cr$ 60.750,00.

As custas pagas em Cartório somaram Cr$ 36.653,00, tendo contribuido para tanto os alvarás para bailes e festas públicas, em número de 495. Com as multas e as custas, o Juizo de Menores de São Paulo auferiu a renda de Cr$ 135.343,00.

Foram concedidos ainda 97 alvarás de autorização para trabalho de menores, não se incluindo nesse total as licenças aos pequenos vendedores de jornais, que são em número de 300, possuidores de licença especial, em fichas com a qualificação e fotografia.

O expediente do Juizo de Menores em 1942 apresentou o seguinte movimento: — Ofícios expedidos, 6.500; Guias expedidas, 1.514; Mandados expedidos e cumpridos pelo Oficial de Justiça, 3; Mandado autorizando o registo de menores, nos termos do Decreto Federal n. 7.270, 200; Precatórias expedidas, 2; Alvarás de suprimento de idade para casamento de menores, 17; Alvarás para suprimento de consentimento paterno para o casamento de menores, 6; Alvarás de autorização para o trabalho de menores, 97; Alvarás de autorização para bailes e festas, 495; Sindicâncias procedidas, 1.579; Certidões negativas, 83; Certidões a requerimento de partes, 301; Certidão "ex-officio", 391; Desentranhamentos pagos,

97; Desentranhamentos "ex-officio", 417; Apelação para o Tribunal de Apelação, 2; Pedidos de Habeas Corpus, 1; Vistas abertas ao Dr. Curador, para razões e pareceres, 5.277.

Junta Comercial

Os trabalhos na Junta Comercial de S. Paulo seguiram, em 1942, sua marcha sempre crescente, que reflete o magnífico surto de progresso que se registra em todas as atividades paulistas.

Conservando em dia seu expediente e atendendo a todos os encargos que lhe são afetos, a Junta Comercial apresentou no período 1941-42 satisfatório movimento financeiro, assim resumido:

Renda:

1941	Cr$ 2.676.488,30
1942	Cr$ 3.070.000,40

Despesa:

1941	Cr$ 1.099.068,60
1942	Cr$ 1.154.796,30

Lucro líquido:

1941	Cr$ 1.517.429,00
1942	Cr$ 1.915.204,10

Pormenorizemos mais a renda de 1942, para melhor observarmos a eficiente organização e a importância deste departamento da Secretaria da Justiça:

RENDA:	Cr$
1) — Selo estadual arrecadado de 1.º de janeiro a 31-12-42	2.499.566,50
2) — Emolumentos do Estado arrecadado pela Junta no mesmo período	570.433,90
	3.070.000,40

DESPESA:	Cr$
1) — Pessoal	984.433,60
2) — Material e serviços	160.372,70
3) — Material permanente	9.990,60
	1.154.796,30
Renda bruta	3.070.000,40
Despesa	1.154.796,30
Lucro líquido	1.915.204,10

Em 1941, foram registados na Junta Comercial 1.890 contratos, 1.355 alterações de contratos, 669 distratos, 1.309 firmas individuais e 1.899 firmas sociais, 815 sociedades em nome coletivo, 12 sociedades em comandita simples, 1.055 sociedades por quotas, 177 sociedades anônimas nacionais e 1 estrangeira, 1 sociedade em conta de participação e 62 sociedades cooperativas sob formas anônimas.

O total do capital dos contratos foi de Cr$ .... 179.983.557,30; das firmas individuais, Cr$ .... 47.634.528,40; das sociedades anônimas, Cr$ .... 604.309.000,00.

O selo federal arrecadado importou em Cr$ ...... 5.202.507,70 e o estadual Cr$ 2.168.190,30.

Os emolumentos do Estado somaram Cr$ 508.308,00.

A despesa geral da Junta em 1941 foi de Cr$ ...... 1.099.068,60, registando-se, pois, um "superavit" de Cr$ 1.577.429,70.

No mesmo exercício foram comunicadas 135 falências, na Capital e no Interior, 14 rehabilitações e 1 concordata; matriculados, 30 negociantes, 3 intérpretes e 1 avaliador; registados, 76 diplomas de guarda-livros e con-

tadores. Foram rubricados 18.084 livros comerciais contendo 4.364.208 folhas.

Em 1942, a Junta Comercial arquivou 4.111 contratos e alterações de contrato; 697 distratos sociais, 1.777 documentos de Companhias; 706 de armazens gerais; 2.049 documentos diversos; 67 documentos de cooperativas e 8 de leiloeiros.

Recebeu 162 comunicações de falências, concordatas e rehabilitações. Matriculou 17 comerciantes, 2 avaliadores e 1 intérprete. Forneceu 4.000 certidões e 173 cópias fotostáticas.

Foram rubricados 18.601 livros comerciais contendo 4.434.339 folhas e transferidos 261.

Registaram-se 4.206 firmas comerciais e 191 diplomas de guarda-livros e contadores.

O total dos capitais dos contratos arquivados foi de Cr$ 196.393.216,00; das firmas individuais, Cr$ ..... 49.111.367,00; das sociedades anônimas, Cr$ .... 855.837.000,00.

A arrecadação atingiu ao total de Cr$ 3.070.000,40, importando as despesas em Cr$ 1.154.796,30, donde o "superavit" registado de Cr$ 1.915.204,10.

Penitenciária do Estado

Várias remodelações foram introduzidas por esta Interventoria nos serviços penitenciários do Estado, que, como é sabido, já contava com estabelecimentos penais masculinos, industriais e agrícolas.

No aparelhamento material da famosa casa de regeneração do Carandirú não descurou o Governo de introduzir aperfeiçoamentos, cumprindo salientar as novas instalações hospitalares, inauguradas em outubro de 1942. Vinte e oito novas celas-enfermarias, clínicas oftalmoló-

gica e oto-rino-laringológica, sala de cirurgia, necrotério e demais dependências foram instaladas nessa ocasião, com a presença de altas autoridades.

O Instituto de Biotipologia Criminal, diretamente subordinado ao Diretor da Penitenciária, foi reorganizado pelo Decreto-lei n. 12.439, de dezembro de 1941; esse serviço, dotado agora de aparelhamento e pessoal à altura, dispõe de secções de antropometria, endocrinologia, psiquiatria, psicologia e sociologia, alem da administrativa, e os seus resultados em prol das pesquisas criminológicas já se fazem sentir.

Os relatórios elaborados pelas diversas diretorias da Penitenciária do Estado e relativos ao ano de 1942 mostram que nesse período todos os trabalhos afetos a esse Presídio continuaram a desenvolver-se progressivamente. As próprias oficinas, que trabalham quase que exclusivamente para o Estado, proporcionaram o movimento seguinte:

Oficinas	Cr$	1.711.187,97
Secções subsidiárias	Cr$	2.892.499,44
Com lucros de	Cr$	237.759,45 e
	Cr$	781.631,72,

respectivamente.

Movimento carcerário

Ingressaram no Estabelecimento, no período decorrente de 1.° de janeiro a 31 de dezembro de 1942, 602 novos detentos. Destes, 172 procedentes da Casa de Detenção da Capital, 2 procedentes do 4.° R. I. e 428 do Interior do Estado, obedecendo à seguinte classificação:

IDADE:

Menos de 20 anos	23
De 20 a 30 anos	272
De 30 a 40 anos	181
De mais de 40 anos	126

ESTADO CIVIL:

Solteiros	286
Casados	270
Viuvos	46

COR:

Brancos	422
Pardos	89
Pretos	86
Amarelos	5

CRIME:

Homicídio	218
Lesões corporais	49
Crimes contra a propriedade	271
Crimes contra a honra	58
Não classificados	6

NACIONALIDADES:

Brasileiros	556
Italianos	10
Espanhóis	8
Portugueses	7
Japoneses	5
Rumenos	4
Sírios	2
Alemães	2
Russos	2
Lituanos	2
Francês	1
Sérvio	1
Peruano	1
Húngaro	1

Ao movimento de inclusões devem-se acrescentar 13 sentenciados que regressaram das Cadeias do Interior e

da Casa de Detenção, desta Capital, e 10 procedentes da Secção de Taubaté, obtendo-se um total de 625 inclusões.

EXCLUSÕES — Foram excluidos da população carcerária no período compreendido de 1.º de janeiro a 1.º de dezembro de 1942, 619 sentenciados a saber: 185 por cumprimento da pena, 9 indultados, 6 removidos ao Manicômio Judiciário a-fim-de serem observados, 20 removidos às Cadeias do Interior e à Casa de Detenção da Capital, 17 falecidos, 229 removidos à Secção de Taubaté e 153 que obtiveram o benefício do livramento condicional, dos quais assumiram o compromisso de residir nesta Capital e 99 em diversas localidades do Interior do Estado.

Tomando-se por base a população existente em 31 de dezembro de 1941, isto é, 1.243 sentenciados, acrescentando-se a estes 625, total geral das inclusões, e deduzindo-se 619 da soma total das exclusões, verifica-se, em 31 de dezembro de 1942, a existência de 1.249 detentos, exceção feita dos recolhidos na Secção de Taubaté.

Presídio de Mulheres

Pelo Decreto-lei n. 12.116, de 11 de agosto de 1941, foi criado o Presídio de Mulheres, secção feminina da Penitenciária do Estado, a cuja administração fica subordinada. Foi o Presídio de Mulheres instalado em imovel construido nos terrenos da Penitenciária; dispõe de pessoal constituido por mulheres devidamente habilitadas para as funções, inclusive professora de instrução moral e cívica.

Os métodos educativos e de trabalho da secção feminina são os em uso no estabelecimento, com as modificações recomendaveis; serão de preferência instaladas oficinas de costura, lavanderia, etc., não somente destinadas a servir à Penitenciária, como tambem aos particulares.

As primeiras sentenciadas alí ingressaram no dia 17 de julho de 1942.

A exemplo do sistema adotado para os presidiários, foram confeccionados prontuários das internadas, processando-se a mesma regularização para o complemento dos mesmos, exceção feita ao período de prova.

Atestados de comportamento, dados sobre os crimes, informações sobre idoneidade dos parentes apontados foram solicitados às autoridades competentes, ao mesmo tempo que eram requisitados ao Serviço de Identificação os respectivos boletins de antecedentes.

Ingressaram no Presídio de Mulheres no lapso de tempo decorrente de 17 de julho a 31 de dezembro de 1942, 35 sentenciadas, com a seguinte classificação:

IDADE:

Menos de 20 anos	0
De 20 a 30 anos	18
de 30 a 40 anos	6
De mais de 40 anos	11

ESTADO CIVIL:

Casadas	14
Solteiras	11
Viuvas	10

DELITOS:

Homicídio	22
Ferimentos graves	3
Lenocínio	2
Aborto	2
Roubo	2
Furto	2

Falsidade	1
Estelionato	1
Falsificação	1
NACIONALIDADES:	
Brasileiras	29
Italianas	2
Portuguesa	1
Letoniana	1
Russa	1
Polonesa	1
COR:	
Brancas	20
Pretas	6
Pardas	8
Amarela	1
PROCEDÊNCIAS:	
Capital	15
Campinas	2
Novo Horizonte	2

Santos, Barirí, São Manuel, Pompéia, Olímpia, Mogí-Mirim, Orlândia, Itapetininga, Franca, Jacareí, Palmeiras, Lins, Jaú, Biriguí, São Simão, Araraquara — uma de cada comarca.

Das 35 internadas, 3 obtiveram o benefício do livramento condicional, comprometendo-se a residirem nos locais de suas procedências; 1 foi removida ao Manicômio Judiciário a-fim-de ser observada; e 1 foi indultada por decreto do Exmo. Snr. Presidente da República, sendo, em consequência, posta em liberdade.

Das procedentes da Capital, 2 foram condenadas pelo Egrégio Tribunal de Apelação do Estado, reformando sentenças absolutórias dos Juris de Ituverava e Penápolis, localidades onde correram seus processos.

Secção Agrícola da Penitenciária

Na Secção Agrícola da Penitenciária do Estado, em Taubaté, foram introduzidos diversos melhoramentos, visando a dotar aquele estabelecimento de mais conforto e amplitude, facilitando, assim, sua função educacional.

Construiram-se novas dependências, tais como: 3.° pavilhão, lavanderia, casa de campo, casas para vigias, casa de bomba, portaria principal, galerias, etc. e reformou-se a captação de água potavel.

O patrimônio do Estado na referida Secção era de Cr$ 1.956.884,22 em dezembro de 1942, correspondendo Cr$ 1.720.944,84 a bens imoveis e Cr$ 520.609,93 a bens moveis e semoventes.

A produção industrial apresentou a renda de Cr$ 86.863,11; a agrícola rendeu Cr$ 50.531,16 e as secções subsidiárias Cr$ 144.435,53, totalizando a importância de Cr$ 281.829,80, que foi a renda geral em 1942.

Os trabalhos de agricultura foram desenvolvidos à medida do possivel, tendo sido feito: — limpas nos pomares, novas plantações de árvores frutíferas e ornamentais, lenha, roçadas, reparações de cercas, vedos, valetas, aberturas de estradas e tiragem de areia e pedregulho para os cultura de feijão, milho, arroz, batatas, mandioca, corte de serviços da Secção.

Na lavanderia foram lavadas e passadas 140.733 peças de roupa; na farmácia, aviaram-se 2.212 fórmulas; o gabinete dentário atendeu a 1.912 casos e o gabinete médico a 2.647 consultas, tendo procedido a 3.106 curativos.

As aulas de alfabetização e de música processaram-se com regularidade e notavel aproveitamento dos alunos, sendo boa a percentagem de promoções.

O movimento carcerário foi o seguinte: em 1940, havia 120 sentenciados internados; em 1941, deram entrada alí 170, dos quais regressaram ao Presídio Central 9, cumpriram pena 3, foram indultados 2, faleceu 1, obtiveram liberdade condicional 91, permanecendo recolhidos em 31 de dezembro 184 detentos. Em 1942, ingressaram 229, sendo liberados 178, removidos para a Capital 10, perdoados 3 e soltos por conclusão de pena 2, encerrando-se o ano com a população carcerária de 220 presidiários.

Conselho Penitenciário

O Conselho Penitenciário do Estado realizou, em 1941, 12 reuniões, tendo processado e julgado 354 pedidos de livramento condicional de sentenciados, dos quais 194 obtiveram parecer favoravel e 151 parecer contrário. Tomou conhecimento de 262 processos de perdão e comutação da pena, sendo favoravel a 69 e contrário a 193.

Em consequência de parecer favoravel do Conselho homologado pelo M. Juiz de Direito das Execuções Criminais, foram postos em liberdade condicional, em 1941, 250 liberados, da Penitenciária, Casa de Detenção e Cadeias do Interior, tendo fixado residência na Capital 94 e 150 no Interior, havendo 6 solicitado remoção para outros Estados.

Em 1942, o Conselho reuniu-se 12 vezes, realizando ainda 1 sessão extraordinária. Foram julgados 640 processos, a saber: 510 de liberdade condicional, 86 de perdão e 44 de comutação.

Desses processos obtiveram parecer favoravel: 360 em liberdade condicional; 34 em perdão; 13 em comutação.

Foram contrários os pareceres: 150 para liberdade condicional; 52 para perdão; 31 para comutação.

Dos processos de livramento condicional, remetidos ao M. Juiz de Direito das Execuções Criminais, tiveram sentença favoravel 392, distribuidos da seguinte forma: 329 sentenciados da Penitenciária; 4 sentenciadas do Presídio de Mulheres; 53 sentenciados da Casa de Detenção; 4 sentenciadas da Casa de Detenção; 2 sentenciados das cadeias do Interior.

Os liberados condicionais têm comparecido normalmente ao Conselho para visar a respectiva caderneta, bem como têm prestado por escrito as informações que a Lei exige, cumprindo dessa forma as obrigações impostas na sentença que concedeu o benefício.

Aguardam despacho do M. Juiz para ser definitivamente revogado o benefício do livramento condicional 6 sentenciados que, havendo infringido disposições regulamentares, se tornaram indignos da graça obtida.

Considerando já revogada a liberdade nesses seis casos e juntando-se aos 14 casos revogados desde a instalação do Conselho em 1928, obtem-se o total de 20. E atendendo-se para o número de liberados, condicionais desde a instalação do Conselho até 31 de dezembro de 1942, isto é, 1.357, vê-se que a porcentagem de sentenças revogatórias não atinge a 1,5 %, o que é bastante animador quanto à eficiência do trabalho realizado.

A Secretaria do Conselho, em 1941, expediu 809 ofícios da Presidência e 1.516 da Secretaria, tendo os srs. Membros elaborado 607 pareceres.

Em 1942, o movimento da Secretaria do Conselho Penitenciário foi: ofícios expedidos, 2.709; ofícios recebidos, 1.762; pareceres elaborados, 758; processos em andamento, 402.

Imprensa Oficial do Estado

Os embaraços que a situação internacional criou para as empresas de artes gráficas em geral atingiram tambem a repartição do Estado que a elas se dedica: a Imprensa Oficial.

Houve sistemática preocupação, em 1941, diante das dificuldades decorrentes da guerra e das restrições do transporte, em diminuir não só as despesas gerais, como, principalmente, os gastos inerentes ao consumo do papel. Este, com o vertiginoso surto de São Paulo, cresce de ano para ano, pois o "Diário Oficial" não pode fugir à evolução e menos ao ritmo desse crescimento.

Naquele ano, o consumo de papel em bobinas foi de 537.566 ks., menos 6.632 ks. do que em 1940, atestando o esforço feito no sentido de não onerar a Fazenda, pois o normal seria o aumento do consumo, como é praxe na imprensa em virtude da expansão contínua dos serviços.

Para 1942, como salutar medida, foi adotada a divisão do "Diário Oficial" em dois cadernos, compreendendo um o "Diário do Executivo", o "Diário dos Municípios" e o "Boletim Federal", e o outro somente o "Diário da Justiça".

Essa providência entrou em vigor a 1.° de março de 1942 e mostrou desde logo o seu acerto, dando margem a uma economia de cerca de onze toneladas mensais, de modo que, a 31 de dezembro, o consumo total do papel bobinado do ano, em comparação com o do ano anterior, havia diminuido de 109.616 quilogramas, a saber:

Consumo em 1941	537.566 k
Idem em 1942	427.950 k
Saldo em 1942	109.616 k

O resultado teria de influir, como é óbvio, nas despesas feitas com esse serviço. Efetivamente, apesar da

alta contínua do papel, majorado não apenas pela escassez da fabricação no estrangeiro, mas tambem pela elevação dos fretes e dos seguros de risco de guerra, o custo desse consumo foi sensivelmente menor em 1942 do que em 1941. Neste ano, despenderam-se com papel para imprensa Cr$ 819.049,20 e naquele apenas Cr$ 688.050,70, com um saldo a favor de Cr$ 130.998,50.

A economia resultante da divisão do "Diário Oficial" em dois cadernos pode ser estimada em cerca de 400 mil cruzeiros anualmente.

A arrecadação da Imprensa Oficial em 1941, foi de Cr$ 2.327.209,50, sendo renda do jornal Cr$ .... 2.206.964,60, da secção de obras Cr$ 49.458,00 e receita de exercícios anteriores Cr$ 70.786,90.

O excesso arrecadado sobre 1940 foi de Cr$ ..... 466.079,60.

Em 1942, a arrecadação atingiu a Cr$ 2.415.760,90, com um saldo de Cr$ 88.551,40 sobre o exercício anterior.

A produção global da Imprensa Oficial do Estado, calculada pela arrecadação, pelo fornecimento de impressos da oficina de obras, pela publicidade oficial gratuita e pelas assinaturas tambem gratuitas, acrescidas da publicidade a crédito, determinada esta legislação em vigor, alcançou um montante superior a quatro milhões de cruzeiros, em 1941, aproximando-se de igual cifra em 1942.

Entre os inúmeros trabalhos confeccionados pela Imprensa Oficial no período referido neste relatório, cumpre por em evidência a 2.ª edição da "História Natural do Brasil," de Marcgrave, realizada quase que exclusivamente a espensas da casa, embora feita para o Museu Paulista.

A obra, que é, sem favor, magnífica realização de arte gráfica, apareceu inteiramente traduzida em portu-

guês e apresentou, alem de muitos capítulos de comentários de notaveis especialistas, um escorço biográfico de Marcgrave, devido à pena de Afonso Taunay. Confeccionada em papel "regente", repetiu, em reprodução facsimilar, todos os clichês da primeira estampa, dando-lhes exatamente a mesma posição com que se apresentaram na edição "princeps". E, embora se trate de um grosso "in-folio" de mais de 400 páginas, seu custo, para 2.500 exemplares, não ultrapassou de Cr$ 80.000,00.

A oficina de obras da Imprensa Oficial vem se ressentindo da falta de máquinas modernas para melhorar o rendimento de sua produção. Com as baterias antiquadas que possue, não está mais em condições de medir-se com o trabalho particular, que se beneficiou da aquisição de maquinário novo, muito mais eficiente.

Em 1942, a-pesar-das dificuldades do mercado, foram substituidas algumas máquinas por outras de tipos mais modernos, embora não se tratasse de máquinas novas. Assim, foram adquiridas as seguintes: uma máquina de dobrar "Brehmer" dotada de margeador automático, com capacidade para quatro dobras, quando a que existia era de três dobras e não automática, estando alem disso bastante gasta pelo muito uso e exigindo uma reconstituição integral; uma máquina de cortar papel (guilhotina) "Krause", tambem automática; uma impressora "Nebiolo" de alta rotação.

Ao mesmo tempo, começou a funcionar uma rotativa semi-automática, que estava parada por falta de operário habilitado e que foi agora contratado.

Quer isto dizer que a Imprensa Oficial praticamente recebeu, em 1942, quatro máquinas de tipo mais moderno, que concorrerão para aumentar-lhe a eficiência.

Apesar dos esforços que o governo vem realizando para aparelhar a Imprensa Oficial do Estado, mediante a dotação de pequenas parcelas anuais, subsiste um mal velho: é que a repartição está demandando uma remodelação mais profunda de modo que se possa dela reclamar maior soma de trabalho e alivie a administração de gastos que devem ser diminuidos. Para tanto precisa de um reaparelhamento de maior estilo e de maior vulto do que lhe vem sendo concedido.

Compreendendo isso, esta Interventoria mandou que se fizessem os estudos preliminares para verificar se é possivel, no momento atual, a modificação que se requer, estudos esses que se acham adiantados.

FINANÇAS

Equilíbrio Orçamentário

As atividades da Secretaria da Fazenda nortearam-se pela orientação baixada por esta Interventoria no sentido da mais rigorosa compressão de despesas, sem prejuizo, entretanto, dos compromissos inadiaveis da administração e das obras consideradas de interesse vital para o Estado, a-fim-de obter-se a redução dos "deficits" até então em curva ascendente.

Dos resultados dessa sadia orientação dizem melhor os algarismos. Assim, o "deficit" acusado pelos balanços anuais do Tesouro, que em 1938 atingiu a Cr$ .... 161.223.560,00, em 1939 a Cr$ 192.154.426,20, em 1940 a Cr$ 229.969.903,20, passou a ser em 1941 de Cr$ 104.506.644,50 e em 1942 de Cr$ 80.919.873,20.

É de salientar que com o progressivo aumento da receita do Estado, o "deficit" dos últimos dois anos representa, apenas, 9,5% e 7% daquela, respectivamente, quando, em 1940, foi equivalente a 26% da receita.

O Decreto-lei n. 12.350, de 29 de novembro de 1941, orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício de 1942, nos algarismos seguintes:

RECEITA	Cr$	1.165.399.434,50
DESPESA	Cr$	1.165.399.434,50

Com a emissão de *apólices rodoviárias,* autorizada pelo Decreto-lei n. 12.700, a receita prevista foi acrescida da importância de Cr$ 30.000.000,00.

A despesa fixada sofreu alterações em virtude de reajustamento de dotações, a saber:

PELO DECRETO-LEI N. 12.884, DE 20-8-1942

Reduções de dotações	Cr$	19.864.232,00
Suplementações	Cr$	42.133.924,00
Acréscimo de despesa	Cr$	22.269.692,00

PELO DECRETO-LEI N. 13.135, DE 18-12-1942

Redução de dotações	Cr$	9.003.896,50
Suplementações	Cr$	51.052.558,50
Acréscimo de despesa	Cr$	42.048.662,00

Alem da despesa orçamentária propriamente dita, prevista como acima, no exercício de 1942 foram revigorados e abertos créditos adicionais no montante de Cr$ 177.712.085,13.

Recapitulando, temos que as previsões do exercício de 1942 foram:

RECEITA

Prevista no orçamento	Cr$	1.165.399.434,50
Emissão de apólices rodoviárias	Cr$	30.000.000,00
TOTAL	Cr$	1.195.399.434,50

DESPESA

Fixada no Orçamento	Cr$	1.165.399.434,50
Acréscimo proveniente do reajustamento de dotações orçamentárias, pelo Decreto-lei n. 12.884	Cr$	22.269.692,00
Idem, pelo Decreto-lei número 13.135	Cr$	42.048.662,00
Créditos adicionais e revigorados	Cr$	177.712.085,13
TOTAL	Cr$	1.407.429.873,63

De acordo com essas previsões, o resultado do exercício seria:

Receita prevista	Cr$	1.195.399.434,50
Despesa autorizada	Cr$	1.407.429.873,63
"Deficit" previsto	Cr$	212.030.439,13

A Receita arrecadada no exercício produziu Cr$ 1.164.731.924,30, sendo:

Receita geral, excluida a de Estradas de Ferro e contribuição para o serviço do empréstimo de ££ 20.000.000	Cr$	972.356.092,90
Receita de Estradas de Ferro	Cr$	167.697.064,20
Contribuição para o serviço do empréstimo de ££ 20.000.000	Cr$	24.678.767,20
RECEITA TOTAL ...	Cr$	1.164.731.924,30

A Despesa realizada no exercício elevou-se a Cr$ 1.245.651.797,50, sendo:

Despesa geral, excluida a de Estradas de Ferro e do serviço de empréstimo de ££ 20.00.000	Cr$	1.029.493.086,830
Despesa de Estrada de Ferro	Cr$	191.479.943,50
Despesa com o serviço do empréstimo de ££ 20.000.000	Cr$	24.678.767,20
DESPESA TOTAL ..	Cr$	1.245.651.797,50

Comparada a Despesa total	Cr$	1.245.651.797,50
com a Receita total	Cr$	1.164.731.924,30
resulta o "deficit" de	Cr$	80.919.873,20

A Receita e Despesa de Estradas-de-Ferro e do serviço do empréstimo de ££ 20.000.000 constam do Orçamento, em obediência ao princípio da unidade orçamentária estabelecido por leis em vigor. Entretanto, esse movimento não afeta as operações financeiras do Estado, pois tais serviços vivem de recursos próprios.

Excluidas essa Receita e Despesa, o resultado do exercício de 1942 foi o "deficit" de Cr$ 57.136.993,90, como, a seguir, se demonstra:

RECEITA GERAL	Cr$	972.356.092,90
DESPESA GERAL	Cr$	1.029.493.086,80
"DEFICIT"	Cr$	57.136.993,90

A importância do "deficit total", inclusive Estradas-de Ferro e serviço do empréstimo de ££ 20.000.000, representa 6,94%, da Receita total arrecadada e 5,88%, excluindo-se esses serviços.

O "deficit" do exercício de 1942 é o menor verificado, a partir de 1926 e a porcentagem do "deficit" sobre a Receita é a menor verificada, nestes últimos 35 anos de administração financeira do Estado.

Confronto entre a Previsão e a Execução

Receita total prevista	Cr$	1.195.399.434,50
Receita realizada	Cr$	1.164.731.924,30
Menor arrecadação ...	Cr$	30.667.510,20
Despesa autorizada	Cr$	1.407.429.873,63
Despesa realizada	Cr$	1.245.651.797,50
Menor despesa realizada	Cr$	161.778.076,13
Tendo sido previsto o "deficit" de	Cr$	212.030.439,13
e tendo havido a menor arrecadação de	Cr$	30.667.510,30
o "deficit" ficaria elevado a	Cr$	242.697.949,43
Mas, houve a menor despesa do que a autorizada, na importância de	Cr$	161.778.076,23
donde o "deficit" efetivo do exercício de 1942, de ..	Cr$	80.919.873,20

A elaboração do Orçamento para 1943 foi um dos trabalhos notaveis da Secretaria da Fazenda, que, prevendo todas as despesas decorrentes das necessidades da administração, dentro do plano de realizações estabelecido pelo Governo do Estado, sem desatender às possibilidades da Receita, estimada dentro de um critério de moderação e perfeito senso da realidade, apresentou um projeto com-

pleto e equilibrado que se aproxima da vultosa cifra de 1 bilião e 300 milhões de cruzeiros.

As estimativas da Receita tiveram um carater eminentemente objetivo, calculadas que foram em dados cujo estudo se fez com todo rigor e demorado exame e que permitem o controle da arrecadação de tributos, "paripassu" com o seu desenvolvimento, levados em conta a espécie do tributo, a época e o local da arrecadação.

Consistiu tal trabalho em subdividir a Receita prevista, tributo por tributo, distrito por distrito fiscal, considerando ainda, em cada um, as formas de atividade mais em evidência — lavoura, comércio, indústria ou pecuária — com as respectivas épocas de safras, ou de maior ou menor intensidade, tanto na produção como nas transações. Esses elementos, aliados aos períodos normais de arrecadação dos tributos lançados, permitem fixar, no início do exercício fiscal, com bastante aproximação, a quanto deverão montar as entradas relativas a um determinado tributo, em certo mês e num dado distrito fiscal.

Essa possibilidade, generalizada a todas as fontes da Receita tributária, a todo o território do Estado, assim como a um exercício financeiro todo, subdivididos por títulos, distritos e meses, faculta um constante e completo controle da marcha da arrecadação, com vantagem que não é preciso encarecer.

Assim, por exemplo, se em um distrito fiscal qualquer, a arrecadação do imposto sobre vendas e consignações sofre um decréscimo sensivel, de um momento para outro, o fato é imediatamente acusado pela previsão, fixada em quantia maior, cabendo à administração perquirir-lhe a causa. Esta, se não residir num acontecimento imprevisivel, quais os de natureza climatérica, ou os de ordem econômica ou social, uns e outros facilmente iden-

tificaveis, certamente se encontrava na própria organização do serviço, cujo ponto fraco precisará ser encontrado e reforçado.

Dessa forma, guiada, pelo quadro de previsão da receita, a administração poderá exercer, com precisão quase absoluta, o controle da arrecadação, orientando-se, ainda, de conformidade com as entradas em perspectiva, sobre a distribuição dos encargos a ser satisfeitos.

Regulando a execução orçamentária em 1943, foi baixado o Decreto-lei n. 13.156, de 30 de dezembro de 1942, que, entre outras disposições, permite o reajustamento das dotações apenas duas vezes por ano, em julho e em outubro, por um só decreto de cada vez. Fixa tambem em 5% sobre o total do Orçamento o limite máximo das operações de crédito, a curto prazo, a serem realizadas pela Secretaria da Fazenda para atender à despesa decorrente de créditos especiais e suplementares; e determina que as propostas orçamentárias dos municípios, inclusive o da Capital, sejam apresentadas ao Departamento Administrativo até o dia 15 de setembro de cada ano.

Ao mesmo tempo, pelo Decreto-lei n. 13.163, de 31 de dezembro de 1942, foram estabelecidas as medidas de carater financeiro para o exercício de 1943, sendo esse diploma, com exclusão apenas de dois artigos, todo dedicado a providências de ordem fiscal, visando a melhorar e a resolver questões atinentes a impostos e taxas estaduais.

Despesas de Exercicios Encerrados

Com a extinção do período adicional do exercício financeiro, viu-se o Estado na contingência de legislar sobre a liquidação, escrituração e pagamento de despesas de exercícios encerrados. Assim, baixou o Governo o Decreto-lei n. 13.168, de 31 de dezembro de 1942, que, em seus 17 artigos, regulamentou a forma de pagamento da-

quelas despesas, determinando tambem que a Secretaria da Fazenda, pelo Departamento da Despesa, proceda à apuração de *Restos a Pagar* até 28 de fevereiro.

Pagamentos efetuados pelo Tesouro

Em 1942, o Tesouro do Estado efetuou em suas pagadorias e por via bancária, pagamentos no total de Cr$ 99.039.413,80. De entendimentos diretos com as partes interessadas, conseguiram-se descontos a favor do Estado no total de Cr$ 100.238,50. Durante 1942, foram emitidos, pela Tesouraria, cheques no valor total de Cr$ 479.477.565,80. A 1.ª Pagadoria efetuou pagamentos no total de Cr$ 174.575.421,70, correspondentes a 129.126 cheques mecânicos. A 2.ª e a 3.ª Pagadorias, por sua vez, efetuaram pagamentos nos totais, respectivamente, de Cr$ 273.904.443,30 e 41.815.397,80.

Movimento de mercadorias nos portos e aeroportos

Em obediência ao decreto-lei federal que determinou fosse toda a legislação estadual que interferisse com a movimentação de mercadorias nos portos e aeroportos nacionais sujeita à sua prévia aprovação, mandando ainda que a essa formalidade se submetesse toda a legislação então vigente, a Secretaria da Fazenda cuidou de condensar em um só texto, consolidando-as, todas as disposições legais da espécie, confeccionando assim um anteprojeto, que, afinal, se converteu no Decreto-lei n. 12.713, de 21 de maio de 1942.

A oportunidade serviu ainda para, ao mesmo tempo que se consolidava, fazer-se a atualização de alguns dispositivos.

O projeto elaborado obteve a aprovação das altas autoridades administrativas federais, sem que lhe fosse introduzida qualquer modificação.

Bolsa Oficial de Santos

A Lei n. 1.416, de julho de 1914, que criou a Bolsa Oficial de Café de Santos, atribuia-lhe — conforme sua denominação indica — funções de intervir, exclusivamente, nos negócios de café.

Aconteceu, entretanto, que, com o decorrer do tempo, os negócios de outros produtos foram tomando, naquela praça, grande e natural desenvolvimento, circunstância essa que, aliada à sensivel diminuição das operações sobre café — consequência da guerra mundial — veio colocar em foco o problema da ampliação das atribuições da Bolsa, a-fim-de que pudesse ela, de maneira mais completa, exercer ação controladora de negócios, em benefício dos interesses em jogo.

Conhecedor da situação e compreendendo-lhe o exato significado, cuidou o Governo de resolvê-la, colocando a Bolsa à altura de sua missão.

Pelo Decreto-lei n. 12.930, de 9 de setembro de 1942, foi ela convertida em Bolsa Oficial de Café e Mercadorias, com as novas atribuições de "centralizar e sistematizar as operações de mercadorias em geral e apurar, registar e divulgar, dia a dia, os preços correntes e a situação do mercado".

Ficou assim a praça de Santos aparelhada, para os negócios em geral, com um orgão cujas vantagens já haviam sido sobejamente provadas, no âmbito dos negócios sobre café.

Superintendência dos Serviços do Café

Pelo Decreto-lei n. 12.281, de 30-10-41, foram suprimidas as funções do Instituto de Café do Estado, passando as mesmas a ser exercidas pela Superintendência dos Serviços do Café, criada pelo mesmo ato na Secretaria da Fazenda.

Posteriormente, pelo Art. 97, do Decreto-lei n. 12.490, de 31 de dezembro daquele ano, foi organizado o quadro de funcionários da Superintendência, fixados os respectivos vencimentos.

Não obstante, verificou-se ainda, algum tempo mais tarde, a necessidade de se legislar de novo sobre o assunto, não só para regularizar a situação de alguns funcionários do Instituto que, por inadvertência, não foram incluidos no quadro organizado pelo Decreto-lei n. 12.490, como a de outros que, por haverem excedido o limite de idade, estavam impedidos de entrar para o quadro do funcionalismo público. Para estes, a solução que se encontrou, justa e humana, foi a de conceder-lhes uma aposentadoria, a que, a rigor, não teriam direito, pois, de outra forma, iriam ser lançados ao abandono e à miséria, numa idade em que lhes seria de todo impossivel iniciar qualquer atividade util, com que pudessem manter-se.

Tais pontos foram plenamente resolvidos pelo Decreto-lei n. 13.078, de 27 de novembro de 1942.

Instituto de Previdência

Completada a organização do Instituto de Previdência do Estado, Decreto-lei 12.716, de 23 de maio de 1942, o qual foi expedido como um complemento para o de n. 10.291, de 10-6-939, cuidou o governo da sua regulamentação. Após os necessários estudos, foi baixado o Decreto n. 12.762, de 18 de junho de 1942, que, reunindo a matéria em 229 artigos e nas tabelas que o acompanham, previu e regulou em todos os pormenores, o funcionamento de todos os serviços do Instituto, de tal sorte que este pode, naquele mesmo ano, imprimir um novo surto de desenvolvimento às suas atividades. Fato auspicioso, dentre estas, foi a primeira distribuição de empréstimos aos associados, pela Carteira Predial, na importância total de Cr$ 1.840.326,00.

Classificação das Caixas Econômicas do Estado

Havia 25 anos que vigorava, com algumas alterações, o Regulamento das Caixas Econômicas, mandado observar pelo Decreto n. 2.765, de janeiro de 1917.

Sensiveis modificações nos métodos de administração, impostas por fatores diversos, durante esse lapso de tempo, exigiam, entretanto, nova regulamentação para aquelas instituições.

Atendendo a esse fato, e não querendo que a legislação das Caixas, por falta de atualidade, viesse a se tornar um entrave ao seu natural desenvolvimento, elaborou a Secretaria da Fazenda um projeto que se converteu no Decreto-lei n. 12.519, contendo medidas de ordem legislativa, nas quais foram previstas todas as questões de carater fundamental para a vida desses estabelecimentos, ou seja, os princípios básicos de sua estruturação e organização.

Nova classificação foi feita, abrangendo todas as caixas existentes. Segundo a legislação anterior, só deixavam de ser anexas às Coletorias, as Caixas cujos depósitos excedessem a 8 milhões de cruzeiros. A observação mostrou que esse limite deveria ser reduzido para 5 milhões de cruzeiros, o que foi feito, com benefício tanto para as Caixas como para as Coletorias. Livres de tão pesado encargo, podem os coletores das grandes estações arrecadadoras dedicar-se, inteiramente, aos serviços de sua repartição, que não são pequenos, e as Caixas, com volume de depósitos já tão vultoso, terão quem cuide de seus interesses com exclusividade.

Alem dessas medidas, que sobressaem pela sua importância, outras foram incluidas no projeto, referentes ao quadro do pessoal, aos seus vencimentos e agrupamentos em carreiras; à lotação do pessoal de cada Caixa; à instalação de agências das Caixas de 1.ª e 2.ª categorias;

à representação das Caixas em Juizo, pela Procuradoria Fiscal do Estado: à elevação ou rebaixamento de classe, das Caixas, tendo em vista o seu movimento; às fianças de funcionários; à sujeição de todas as Caixas à superintendência da Diretoria das Caixas Econômicas, da Secretaria da Fazenda; à remodelação dessa última, para que pudesse atender ao volume de serviço resultante de suas novas atribuições, etc.

Dessa forma, ficaram as Caixas melhor aparelhadas para atender à sua principal finalidade, qual seja a de orgãos encarregados de recolher e guardar o produto da economia popular.

Orçamento Único das Caixas Econômicas

Medida merecedora de encômio, não só pela própria significação, como por se ter registado pela primeira vez, foi a confecção do orçamento único para todas as Caixas Econômicas do Estado, providência que apresenta indiscutiveis vantagens.

A existência de um só padrão de orçamento, alem de atender a um salutar princípio de ordem, facilita a ação fiscalizadora que a Secretaria da Fazenda exerce sobre aquelas entidades e permite, ainda, uma intervenção mais direta da alta administração estadual em sua vida financeira, uma vez que o orçamento único é, previamente, mandado observar por ato do Governo.

Os orçamentos das caixas autônomas eram, anteriormente, elaborados pelos respectivos conselhos administrativos, e sua vigência não dependia de qualquer aprovação superior.

Não obstante obedecessem aquelas leis de meios ao critério de bem resguardar e proteger os interesses das Caixas, assim como os seus patrimônios, era perfeitamen-

te justo e razoavel que se reservasse ao Estado oportunidade para intervir em sua expedição, mesmo porque ele garante a restituição dos depósitos recebidos.

Em 1943, a vida financeira de todas as Caixas Econômicas do Estado, já se regerá pelo Orçamento aprovado pelo Decreto n. 13.106, de 3 de dezembro de 1942.

A propósito, ainda, das Caixas Econômicas, é interessante mencionar que diversas delas, entre as de mais elevada classificação, estão se movimentando no sentido de construir sede própria, para suas instalações, dando por essa forma excelente emprego a elevadas quantias pertencentes ao seu patrimônio e que não poderiam encontrar melhor colocação.

Assim entendendo, a Secretaria da Fazenda tem acoroçoado o desenvolvimento dessas iniciativas, não só facilitando às Caixas as providências de ordem administrativa indispensaveis, como, até, colaborando com elas na elaboração dos estudos e projetos arquitetônicos.

Com essas construções, as Caixas Econômicas, não só realizam excelente emprego de capital, como, ainda, dotam as cidades em que estão instaladas, de um grande melhoramento; oferecem aos construtores um eloquente modelo de bom gosto na arte arquitetônica, contribuindo para a melhoria do padrão de construções locais; proporcionam adequadas instalações aos seus próprios serviços e a outras dependências da administração, como sejam as Coletorias Estaduais e os Postos de Fiscalização de Rendas, que lhes oferecem, remuneração certa e compensadora; e, finalmente, realizam inteligente propaganda de si mesmas, pois o *prédio próprio*, sugerindo solidez e prosperidade financeira, é um poderoso elemento gerador de confiança.

No encerramento do ano de 1942, a Caixa Econômica de Jundiaí encontrava-se com as suas obras já muito adiantadas e as de Tietê, Piracicaba, Bragança, São João da Boa Vista e Jaboticabal, tinham os seus planos de construção quase todos concluidos. Seguindo o exemplo dessas, outras Caixas já se movimentam no mesmo sentido, procurando adquirir terreno adequado e iniciando os estudos preliminares necessários.

Obras do Palácio da Fazenda

Dificuldades imperiosas e de diversas fontes, impediram o prosseguimento normal das obras do edifício destinado à Secretaria da Fazenda. Entre essas dificuldades, surgem, em primeiro plano, as advindas com a desapropriação de dois lotes encravados no local da construção, e, não tendo sido possivel acordo amigavel, foi a questão levada a juizo, retardando sobremodo sua solução e tambem as obras em andamento. Logo em seguida, a crise de gasolina e seu consequente racionamento, entravaram a ação do contratante dos desmontes de terra. Não obstante, a metade dos trabalhos de desmontes já estava terminada em fins de 1942, dependendo atualmente as obras de sondagens para o assentamento dos alicerces do prédio, porque ficou demonstrada a impossibilidade de executar esse trabalho nas camadas superficiais.

ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA — Pavilhão das oficinas — Apiário — Sirgaria (sericicultura)

AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ouvindo a Lavoura Paulista

Ao iniciarmos a nossa administração, resolvemos ouvir os lavradores de todas as regiões do Estado, a-fim-de que dissessem das necessidades das respectivas zonas.

Para esse efeito, o Estado ficou dividido em 6 regiões, de 45 municípios cada uma, comparecendo os representantes de 233 municípios, ou sejam 86,3 % da nossa organização administrativa. Pelos mesmos foram então entregues, devidamente preenchidos, os questionários que lhes haviam sido enviados e nos quais vinham enumerados os três problemas principais e os três problemas secundários das respectivas zonas, com as soluções preconizadas, e bem assim a indicação das culturas predominantes e de maior expressão na atividade agrícola local ou regional.

1.789 memoriais sobre diversos assuntos, procedentes de 78 municípios, foram igualmente recebidos.

Escolheram-se, dentre os presentes, cinco representantes de cada região para constituir a comissão encarregada de estudar, sob orientação técnica de um engenheiro agrônomo, todos os questionários e memoriais enviados e apresentar uma súmula da matéria respectiva.

Os trabalhos decorreram em meio de grande entusiasmo e cordialidade, predominando em todas as reuniões o mais elevado espírito de cooperação e o mais completo entendimento entre os lavradores e os técnicos da Secre-

taria da Agricultura, o que logrou imprimir aos trabalhos uma grande objetividade. Os serviços materiais, múltiplos e copiosos, foram executados satisfatoriamente, auxiliando grandemente o bom andamento do certame.

As múltiplas questões apresentadas puderam ser, com exatidão, distribuidas em três grandes grupos, compreendendo três classes de problemas de natureza distinta, enumeradas, conforme a importância decrescente, na seguinte ordem:

I — *Vias de Comunicação;* II — *Assistência Técnica Agro-pecuária e Sanitária;* e III — *Crédito Agrícola.*

As necessidades ligadas ao grande problema das vias de comunicação têm de vir, efetivamente, em primeiro lugar, e a sua realização abrirá verdadeiros caminhos a novos e maiores empreendimentos por parte dos nossos produtores. Auxiliados que sejam estes em suas atividades por uma efetiva e ampla assistência técnica e garantidos por um criterioso amparo financeiro, apresentam eles indiscutiveis credenciais para explorar as ricas fontes de produção do Estado em melhores condições, aumentando-lhe o vulto, multiplicando as suas possibilidades, elevando o seu rendimento, facilitando a distribuição e favorecendo o consumo dos seus produtos.

Comissão de Alimentação Pública

Um dos sérios problemas com que se defrontou, de início, o meu governo foi o referente à carestia da vida e de certos elementos básicos da alimentação popular.

A magnitude do assunto e a necessidade da organização de uma entidade destinada ao estudo dos diversos problemas por ele sugeridos, levaram esta Interventoria a nomear a Comissão de Alimentação Pública, que se compôs do diretor e alguns chefes de secções do Depar-

ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA — Projeto do edifício principal (administração, escola e alojamento) — Casa do diretor — Casa de operário — Pavilhão de avicultura — Cocheiras

tamento de Fomento da Produção Vegetal, engenheiros civís, ferroviários, representantes de sociedades agrícolas, comerciais e industriais, de sindicatos produtores de massas alimentícias, de moageiros de trigo, do diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, todos os membros do Conselho de Expansão Econômica, um médico dietólogo da Superintendência do Ensino Profissional, o diretor do Instituto de Higiene do Estado, o diretor do Serviço de Policiamento da Alimentação Pública, o diretor da Estatística Agrícola e Zootécnica da Secretaria da Agricultura e o diretor do Departamento das Municipalidades.

O programa da Comissão de Alimentação Pública foi o seguinte:

— Verificação das disponibilidades de cereais e gêneros alimentícios necessários ao consumo da população do Estado no 2.o semestre de 1941;

— Determinação dos substitutos nacionais e estrangeiros em condições de suprir as faltas verificadas;

— Sugestões e providências de ordem econômica e administrativa e de ordem político-educacionais; e

— Medidas de emergência e de carater permanente.

Foi feita uma consulta telegráfica aos prefeitos dos 270 municípios do Estado. Responderam 236 prefeituras informando sobre a colheita de gêneros alimentícios de 1940-41 e os produtos em estoque, assim como sobre a pecuária e avicultura do município.

Comparando alguns desses dados com os do consumo estadual provavel, chegamos ao seguinte resultado:

PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALGUNS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Gêneros	*Unidades*	*Safra 40-41* (1)	*Consumo* (2)	*Diferença*
Arroz........	sacos.........	5.611.351	4.847.200	+ 764.151
Banana.....	cachos.......	11.745.843	1.636.800	+ 10.109.043
Batatas.....	sacos.........	1.731.612	4.258.333	— 2.647.733
Feijão.......	sacos.........	2.421.834	2.652.333	— 230.499

(1) Segundo respostas de 236 Prefeituras completadas com dados de 1937-38 em relação às 34 Prefeituras que deixaram de responder.

(2) Cálculos baseados nos coeficientes de consumo diário por pessoa, apurados pelo inquérito da Superintendência do Ensino Profissional.

Os assuntos que mais ocuparam as atividades dos membros da Comissão de Alimentação Pública foram o suprimento de arroz, a alta do óleo de caroço de algodão, o custo dos transportes, mercados municipais, distribuição e consumo do leite, impostos e regulamentos dificultadores da produção e do comércio.

Exposição de Alimentação

A Exposição de Alimentação, certame dos mais brilhantes pelo seu aspecto econômico, social e biológico, foi inaugurada no dia 11 de novembro de 1941.

Orientar a produção agrícola, pastoril e industrial dos gêneros alimentícios e dar às massas populares instrução suficiente na arte de bem nutrir-se — eis o que objetivou a Exposição de Alimentação, a primeira no País.

A Exposição de Alimentação realizou-se de 11 a 25 de novembro, com grande concorrência, na Feira das Indústrias.

Alem da exposição de alimentos com dizeres instrutivos sobre o seu valor nutritivo, as combinações necessárias, gráficos esclarecedores sobre dietética etc., foi tambem aberto um restaurante para servir o público e mostrar as melhores preparações culinárias, sendo simultaneamente distribuidas publicações informativas sobre o problema da Alimentação Racional.

ESCOLA PRÁTICA DE AGRICULTURA DE RIBEIRÃO PRETO — Sede em construção — A entrada da fazenda vista do prédio principal

"Maquette" da Escola de Agricultura de Pirassununga

Aspecto das obras de construção do edifício

Comissão de Fiscalização de Preços de Gêneros de Primeira Necessidade

Para atender aos problemas criados com a alta dos preços dos alimentos e demais produtos indispensaveis à vida humana, e atender às justas necessidades da população — sobretudo os seus componentes de menores recursos — foi constituida a Comissão de Fiscalização de Preços de Gêneros de Primeira Necessidade.

E' coisa dificil, sem dúvida, o funcionamento de uma entidade dessas, pois o aumento dos preços é reflexo de uma situação geral e, — por que não dizer? — de uma fase de transição do padrão de vida. Esse padrão, que entre nós é, realmente, baixo, em virtude da extensão territorial do país e da população rarefeita, tende a deslocar-se para índices mais elevados, como consequência não só da situação internacional ora subvertida, como tambem da intensidade que vai atingindo a produção e do notavel surto industrial que caracteriza os últimos lustros.

Conquanto árdua a sua tarefa, procurou a Comissão de Fiscalização de Preços de Gêneros de Primeira Necessidade atender aos problemas mais urgentes e o fez com patriotismo e energia. Se não pode dar solução a todas as questões graves que pesam sobre a população, é porque o momento universal que atravessamos é sobrecarregado pelo desequilíbrio das coisas e dificilmente a vontade dos homens e o imperativo das necessidades poderão tão depressa repô-las nos seus lugares.

A Comissão de Fiscalização de Preços de Gêneros de Primeira Necessidade desempenhou serena e criteriosamente a missão que lhe incumbia por força das disposições do Decreto n. 12.146.

Tendo que atender aos justos reclamos dos consumidores, sem descuidar, contudo, os interesses razoaveis da lavoura, da indústria e do comércio, sua tarefa foi

executada de molde a correspònder à firme orientação do governo, empenhado em harmonizar da melhor forma as diferentes classes produtoras e consumidoras, evitando altas exageradas, pondo cobro a ganâncias, ao mesmo tempo que mantendo o necessário estímulo à produção e à distribuição das utilidades.

Pleiteou desde logo se estendessem aos ambulantes de frutas, verduras, legumes, raizes e tubérculos, as mesmas regalias anteriormente concedidas pelo Governo do Estado aos vendedores de frutas nacionais e propôs a extinção da "taxa de estatística", cobrada na entrada de volumes que contêm frutas, legumes, verduras, raizes e tubérculos no mercado da Capital.

Alem de tais medidas de inegavel alcance social no seu interesse pelo barateamento do custo da vida, fixou os preços máximos do pão, do óleo comestivel de caroço de algodão, do açucar e do macarrão, ao mesmo tempo que sugeriu medidas relativas às questões dos medicamentos e dos aluguéis.

Exposições de Animais e Produtos Derivados

E' indiscutivel a grande influência das exposições de animais na orientação e fomento da pecuária. Compreendendo essa verdade e para que os benefícios dela resultantes tenham maior extensão, esta Interventoria determinou a divisão do território paulista em 11 regiões, em cujas sedes se realizarão exposições regionais, a saber: Pindamonhangaba, Campinas, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Colina, Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Baurú, Botucatú e Itapetininga.

Para esses certames serão suficientes recintos rústicos e simples, dos quais já se acham concluidos os situados em Colina, Pindamonhangaba, S. João da Boa Vista e Rio Preto, este último inaugurado em 12 de de-

zembro de 1942. Os outros deverão ser inaugurados em 1943, com exceção dos de Baurú e Botucatú, cujas obras somente poderão ser concluidas em 1944.

O critério adotado para esse zoneamento foi, naturalmente, o de situar cada distrito zootécnico em centros de maior importância por sua densidade pecuária ou pelo grau de refinamento dos seus rebanhos, levando em conta, igualmente, as possibilidades do acesso rodo e ferroviário e os recursos urbanos para a acomodação de forasteiros nas ocasiões dos certames.

Na Capital, realizou-se em 1942, no Parque da Água Branca, a X Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, de acordo com o contrato firmado entre os Governos do Estado, da União e de Minas Gerais. São Paulo foi representado por 393 bovinos, 193 equinos, 44 asininos, 20 ovinos, 12 caprinos e grande número de aves. Foi de 987 o total de bovinos expostos, de raças leiteiras, de corte e mistas, dominando as raças indianas.

A 1.ª exposição regional de Rio Preto teve resultados animadores, quer por se tratar do primeiro certame estadual de tal natureza, quer pela qualidade dos bovinos apresentados.

Escolas Práticas de Agricultura

A evolução agrícola paulista reclamava dos poderes públicos a criação de centros de formação semi-técnica para o operário rural, de modo que pudesse imprimir à sua atividade um carater mais racional e mais consentâneo com as necessidades da agricultura moderna.

Nessa transformação representa papel capital o elemento rural, constituido pelo trabalhador do campo, o qual deve receber uma instrução objetiva que o ponha à altura da situação, para que não tenhamos de lamentar a

ausência crescente de operários aptos para executar os mais rudimentares trabalhos da terra, como se verifica ainda entre nós, em virtude da ausência de escolas práticas.

Precisamos para essa adaptação do agricultor primário às práticas da agricultura moderna, preparar o nosso trabalhador agrícola. Sem que este receba, de uma forma simples e realmente eficiente e prática, conhecimentos que lhes são indispensaveis para o manejo da máquina, para a seleção de sementes, para a aplicação dos meios de defesa sanitária da agricultura, para a lida com os animais que fornecem utilidades, e que constituem parcela notavel na nossa economia rural — não poderemos alcançar plenamente o êxito que está reservado a São Paulo na exploração do seu rico solo, na segunda fase de sua agricultura que ora desponta.

Daí a premente necessidade de se criarem em diferentes zonas, escolas práticas de agricultura, que completem o esforço do particular, conduzindo-nos ao trabalho racional mais apto a reanimar a produtividade das terras que, desflorestadas, precisam da ajuda do homem.

Para a realização desse propósito, foi decretada a organização de 10 escolas nos principais centros de convergência de transportes e de população das diversas regiões, assim distribuidas: Ribeirão Preto, Pirassununga, Guaratinguetá, Baurú, Itapetininga, Rio Preto, Presidente Prudente Araçatuba, Marília e Amparo. Essas escolas deverão especializar-se segundo as culturas locais, sem contudo abandonar as demais componentes da policultura paulista. Para isso, estão sendo já adquiridas as áreas de terras destinadas às instalações dos referidos estabelecimentos, que servirão de centros de instrução e constituirão meios de aplicação prática para lavradores

e seus filhos e para os que desejem integrar-se na vida rural. Essas verdadeiras fazendas-escolas, ao mesmo tempo que proporcionarão aprendizagem prática, produzirão tambem todo o alimento indispensavel à manutenção do internato, tornando o seu custeio mais econômico ao governo. Elas terão uma área maior que 200 alqueires, ficando localizadas a uma distância não superior a 10 quilômetros das cidades e nunca inferior a 3 quilômetros.

A-fim-de ocorrer às despesas com a compra dos terrenos e instalação das primeiras Escolas, foi aberto um crédito de Cr$ 16.000.000,00 e destinados mais Cr$.... 3.500.000,00 da verba a que se refere o Decreto n. 12.417, de 22 de dezembro de 1941.

Resolveu-se, inicialmente, a construção imediata de 5 das referidas Escolas, localizadas em Pirassununga, Guaratinguetá, Itapetininga, Ribeirão Preto e Baurú.

O projeto das três primeiras foi elaborado pela Divisão de Engenharia Rural, adotando-se o estilo colonial. O conjunto das peças que devem atender aos serviços nessas escolas, no que diz respeito à administração, ensino de certas disciplinas e hospedagem de alunos, foi agrupado em único edifício, cuja área é de cerca de 8.800 metros quadrados. Foram estudados todos os pormenores. Alem do edifício principal, outras construções serão executadas, tais como: aviário, fiação, usina de lacticínios, estábulos, paióis, pavilhão de apicultura, instalações para suinos, oficinas para consertos, reparações e serviços de carpintaria, ferraria e selaria, cocheira, banheiros carrapaticidas, residências para diretor, professores, funcionários e mestres de campo.

As obras das Escolas de Ribeirão Preto e Baurú estão a cargo da Secretaria da Viação.

Para a administração e orientação desses estabelecimentos, criou o governo a Diretoria do Ensino Agrícola, à qual compete a elaboração dos programas de ensino e a formação dos técnicos especializados que serão os futuros professores e mestres, tendo uma comissão especialmente nomeada dado já os passos preliminares em tal sentido.

Assim sendo, realizou-se um concurso para a seleção dos técnicos e práticos destinados àquele fim, sendo criadas duas categorias: PRIMEIRA — dos profissionais agrônomos e veterinários, e SEGUNDA — dos práticos rurais. Feita a seleção sob condições rigorosas, as categorias foram divididas em grupos especializados e estes submetidos a longo estágio, com assistência e orientação direta da Diretoria do Ensino Agrícola, a-fim-de se tornarem perfeitamente habilitados ao desempenho das funções a que se destinam. Obedecendo às normas estabelecidas para os estágios, os futuros professores e auxiliares percorreram e percorrerão não só estabelecimentos oficiais do Estado e da União, como tambem particulares relacionados estreitamente com as atividades escolares e instalações modelares, quer do ponto-de-vista prático, quer do ponto-de-vista do ensino. Os resultados até agora observados com os referidos estágios são bastante animadores, de sorte que, ainda em 1943, poderão ser inauguradas as Escolas Práticas de Ribeirão Preto e Pirassununga, ultimadas as instalações necessárias. Acresce ainda que, de início, será preenchido o primeiro ano de cada Escola, apresentando elas, portanto, somente um terço do total de sua lotação e ficando, assim, os corpos

docentes e administrativos com possibilidades suaves para se ajustarem perfeita e paulatinamente ao ritmo do ensino e demais atividades. Onde for possivel, levando-se em conta a densidade demográfrica rural, as Escolas comportarão, alem dos alunos internos, cerca de 100 semi-internos, que terão o mesmo tratamento físico e cultural dos primeiros, convindo salientar que, alem da parte do ensino propriamente dito, os alunos terão à sua disposição assistência médica, hospitalar, dentária e farmacêutica, e, em colaboração com o Departamento de Educação Física, preparo físico, dispondo as Escolas, para isso, de instalações completas e modelares. A Diretoria do Ensino Agrícola vem cuidando com especial carinho da parte referente ao melhoramento dos processos de trabalho e de produção dos pequenos proprietários, já tendo organizado o programa dos cursos intensivos destinados a sitiantes e homens do campo, que não disponham de longo tempo para um aprendizado básico.

As Escolas Práticas de Agricultura realizarão ainda outros cursos, tais como os práticos e rápidos para os trabalhadores adultos, mantendo, cada uma, a seu lado, uma estação experimental devidamente orientada pelo Departamento da Produção Vegetal e pelo Departamento da Produção Animal e sendo as suas culturas feitas em moldes de constituir um verdadeiro campo de demonstração para todos os agricultores da região.

Nas fazendas onde estão situadas as Escolas Práticas de Agricultura, não obstante não haver ainda, em 1942, um plano geral de trabalhos, empreenderam-se diversas realizações de envergadura, quer para melhoria das instalações quer para aumento das culturas, defesa do terreno contra a erosão, saneamento, reflorestamento, novas pastagens, etc.

Comissão de Estudos de Economia Rural

O progresso extraordinário do Estado de S. Paulo impõe ao seu governo a necessidade de dispor de estudos e análises de sua situação econômica, que o auxiliem a solucionar os problemas que constantemente aparecem sobre a produção, a distribuição e a circulação de sua riqueza.

Tendo em vista essa circunstância, ainda mais acentuada no domínio da agricultura, resolveu a Interventoria criar uma comissão de estudos, incumbida de iniciar os trabalhos e estudos da Economia Rural, tendo no seu programa de ação:

a) a coordenação dos estudos necessários à orientação da política agrícola do Estado;

b) a investigação e a análise das causas impedientes da melhoria das condições econômicas e sociais do meio rural do Estado;

c) o estudo da organização interna das propriedades agrícolas;

d) a pesquisa das condições dos mercados produtores e consumidores;

e) o estudo das exigências dos centros importadores e consumidores, para maior desenvolvimento da exportação do Estado;

f) o estudo da mercantilização dos produtos agrícolas; organização dos entrepostos e armazens reguladores do comércio interno, com o objetivo de facilitar o abastecimento dos mercados; armazens para o financiamento dos produtos agrícolas;

g) o estudo dos preços dos produtos; suas tendências, variações e causas;

h) a colaboração nos estudos para a instituição do seguro agro-pecuário;

i) o estudo do trabalho rural; colaboração com a organização profissional do trabalho rural;

j) o estabelecimento e o cultivo de relações com os centros agrícolas e científicos, nacionais e estrangeiros;

k) a manutenção de estreita colaboração, em assuntos de sua alçada, com todas as repartições do Estado.

A Comissão iniciou a oganização de um fichário de artigos econômicos publicados pelas diversas revistas nacionais e estrangeiras. No fim do ano, o arquivo da Comissão já contava com mais de 1.000 fichas.

Para a organização da sua biblioteca, foram enviados à Comissão todos os livros especializados do Instituto Agronômico de Campinas, sendo alem disso pedidas, em grande número, publicações estatísticas do Brasil e de diversos paises da América, a-fim-de reunir os dados estatísticos necessários aos trabalhos em vista.

Entre as suas atividades iniciais, cumpre mencionar os inquéritos já procedidos sobre as principais culturas do Estado, visando à elaboração de amplo relatório sobre as dificuldades presentes e as possibilidades futuras que têm os nossos agricultores de aumentar a produção para fins de guerra, e os referentes à situação do nosso trabalhador rural e a comercialização de ovos e figos.

Realizaram-se, neste período, 4 palestras pelos membros da Comissão, sendo 2 na "Semana de Economia Rural" e as outras duas no interior durante a "Semana do Lavrador".

Foram publicadas pelos membros da Comissão os seguintes artigos: 1.º — "Campo de pesquisas de Economia Rural", na Revista da Agricultura, e 2.º — "Exportação dos produtos Agrícolas" — no Estado de S. Paulo.

A Comissão de Economia Rural deu início à investigação sobre a questão das plantas texteis, tendo em vista dar um balanço ao momentoso problema de sacaria e cordoaria, e chegar a uma conclusão da vantagem ou desvantagem econômica da implantação, entre nós, de um textil indígena capaz de satisfazer os vários pontos-de-vista agrícolas e manufatureiros nacionais.

Diretoria Geral

Dando exato cumprimento às suas amplas atribuições, a Diretoria Geral teve as suas atividades grandemente aumentadas em 1942, refletindo, aliás, o aumento de trabalho decorrente das modificações introduzidas na estruturação da Secretaria. A intensificação dos seus trabalhos é expressa através dos seguintes dados numéricos: 18.480 autos que transitaram para estudo e despacho, mais 280 que no ano anterior; 22.621 expedientes diversos que foram assinados, sendo 26 atestados, 1.290 atos, 13.320 avisos de contabilidade ao Tesouro, 43 cartas, 130 circulares, 1.733 decretos, 6.049 ofícios e 30 telegramas, mais 2.341 que em 1941.

Serviço de Control de Veículos

As atividades do Serviço de Control de Veículos tiveram grande e proveitoso desenvolvimento no transcurso de 1942 e apresentaram resultados plenamente satisfatórios, já não podendo mais haver qualquer dúvida quanto ao acerto da orientação administrativa que, em muito boa hora, o estabeleceu. Instituido, de início, apenas para algumas das dependências da Secretaria e determinado gênero de veículos, foi, aos poucos, se estendendo até abranger toda a Secretaria, incluindo-se as dependências existentes no interior do Estado e todas as espécies de veículos a motor, embora continue a execução dos seus numerosos e crescentes trabalhos entregue, como no ano

anterior, a funcionários e extranumerários com que já contavam diversas repartições da Agricultura.

Cada veículo da Secretaria, onde quer que esteja, tem a sua "história" fiel e minuciosamente registada neste Serviço, sendo, porisso, possivel informar, a qualquer momento, sobre as suas condições de trabalho, bem como quanto à quilometragem por litro de gasolina, aos gastos de conservação, etc. Assim é que, com os 109 carros que trabalharam na Capital houve uma despesa de Cr$ 860.312,54, o que dá um gasto diário de Cr$ 21,92 para cada carro, sendo de 4.783 kms. a quilometragem média por carro e saindo a Cr$ 1,01 o quilômetro percorrido, incluindo-se gasolina, óleo, lubrificação, acessórios, consertos, pneus, câmaras de ar e vencimentos do motorista.

O consumo de gasolina, que é todo controlado, mês por mês, em cada repartição, na Capital e no Interior, acusou o total de 320.900 litros, dos quais 175.917 na Capital e 144.983 no Interior.

As aquisições foram muito reduzidas por força da situação internacional. Todavia, foram, ainda assim, adquiridos 10 veículos que custaram Cr$ 459.841,00, tendo sido dados, em parte de pagamento, 6 carros usados, no valor de Cr$ 44.550,00, ou sejam, 9,68% do valor total das aquisições.

Atendendo às necessidades decorrentes do momento foram 68 carros providos de aparelhos gasogênios, sendo o serviço de quebra de carvão executado na Garage Central pelo pessoal operário.

As despesas efetuadas na compra de peças, acessórios diversos, bem como nos consertos somam o total de Cr$ 503.876,55.

Vale a pena consignar a alta significação dos resultados de control exercido sobre os acidentes de trânsito ocorridos com os carros oficiais desta Secretaria, pois, mau grado a complexidade do tráfego numa grande capital como é São Paulo, o grande número de viagens levadas a efeito na Capital e no Interior, num total de 1.489.859 quilômetros e o aumento do número de veículos em circulação, só se registaram dois acidentes no decorrer do ano todo. Se este fato depõe a favor dos motoristas, fala igualmente da eficiência de todas as medidas adotadas pelo Serviço, mantendo os carros em perfeitas condições de trabalho e promovendo a responsabilização pessoal de cada motorista envolvido em acidente.

Alem dessas atividades foram, ainda, tomadas todas as providências relativas a licenças, registos, placas, certificados de propriedades, concorrências e demais incumbências deste Serviço. Houve, tambem, um grande movimento de expediente, verificando-se a entrada de 1.327 papéis e a saida de 1.320.

Diretoria Administrativa

A Diretoria Administrativa teve o volume dos seus trabalhos aumentado em consequência da reforma e ampliação de diversas repartições da Secretaria e tambem da aplicação das novas disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Civís do Estado.

A 1.ª Secção efetuou o levantamento do quadro do pessoal da Secretaria, que assim se discrimina: cargos efetivos: 3.440, dos quais 1.320 para preenchimento futuro, de acordo com as necessidades do serviço; e 937 extranumerários. Registaram-se 596 portarias de licença.

Transitaram pela 2.ª Secção autos de compra de material permanente no valor de Cr$ 1.282.133,40, tendo sido efetuada a aquisição da totalidade por Cr$ ....

1.250.704,40, com economia de Cr$ 31.429,00 a favor dos cofres públicos. Apurou-se a soma de Cr$ 18.006,40 com a venda de papéis usados e permuta de máquinas, ferramentas e utensílios diversos.

Diretoria de Contabilidade

Tiveram regular andamento os trabalhos da Diretoria de Contabilidade, podendo ser assim resumido o resultado geral apresentado pelos balancetes das diversas repartições da Secretaria em 31 de dezembro de 1942:

Dotações Orçamentárias ....Cr$		72.618.210,10
Dispendido no exercício ..Cr$	41.337.095,40	
Saldo disponivel ....Cr$	31.281.114,70	
Créditos especiais abertos ou revigorados.Cr$		16.444.095,60
Dispendido no exercício..Cr$	8.596.557,40	
Saldo disponivel ....Cr$	7.847.538,20	
Total geral ....Cr$		89.062.305,70

A receita arrecadada importou em Cr$ 32.734.425,40. Os recolhimentos aos cofres do Estado somaram Cr$ 33.078.980,20, incluindo-se neste total o saldo da receita de 1941, na importância de Cr$ 354.901,80, recolhido em 1942, restando a parcela de Cr$ 10.347,00, cujo recolhimento passa para o exercício de 1943.

A conta Patrimônio do Estado, a cargo da Secretaria da Agricultura, apresenta um saldo de Cr$ 175.428.715,90. Os bens imoveis somam Cr$ 112.024.970,70, e os bens moveis importam em Cr$ 64.139.948,60. Em dezembro de 1941, a conta Patrimônio do Estado somava Cr$ 169.976.539,90, registando-se, portanto, um aumento de Cr$ 5.452.176,00, não obstante haver essa conta sofrido uma redução apreciavel em consequência de os bens da Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio terem passado para o Departamento Estadual de Estatística, de acordo com o Decreto n. 12.610, de 31 de março de 1942.

Diretoria do Expediente

Atingiu a 20.158 o número de processos organizados pela Diretoria do Expediente da Agricultura em 1942.

Relativamente a papéis avulsos, foram recebidos 40.413 e liquidados 36.989, atingindo a 91,52 % a média da percentagem dessa liquidação.

Ciframse em 636 os registos de contratos, rescisões e compromissos do pessoal lavrados nos competentes livros.

No Arquivo Geral, foram tambem avultados os trabalhos de arquivamento e buscas: receberam-se 33.641 processos; atendeu-se a 5.334 requisições e procedeu-se a 252 buscas para contagem de tempo de serviço e de férias, somando 5.526 as consultas feitas, quer em autos quer em protocolos, copiadores e classificadores.

Divisão de Engenharia Rural

De junho de 1941 a dezembro de 1942, a Divisão de Engenharia Rural, subordinada diretamente à Diretoria Geral, executou numerosos trabalhos da sua especialidade, contando-se entre eles o prosseguimento da construção do pavilhão de indústrias agrícolas da Escola Prática de Agricultura "José Bonifácio", de Jaboticabal; pavilhão para serviços na sede do Departamento de Botânica, da Capital; melhoramentos vários na Estação Experimental de Produção Animal, em Pindamonhangaba; pavilhões para exposições de animais em Itapetininga, S. João da Boa Vista e Araçatuba; reforma do "packing-house", em Limeira; edifício-sede do Serviço Florestal, na Cantareira, e uma ponte de concreto sobre o rio Guanhantã, no litoral sul.

Foram executados, em 1941, 180 desenhos diversos e extraidas 1.473 cópias heliográficas; em 1942, 122 desenhos e 3.646 cópias.

Merece salientarem-se os trabalhos referentes às Escolas Práticas de Agricultura, localizadas em Pirassununga, Itapetininga e Guaratinguetá.

O valor dos serviços executados e em andamento em 1942 elevou-se a Cr$ 16.327.215,00.

Muitos outros trabalhos de natureza rural e topográfica foram executados em Ribeirão Preto, Jacareí, Mococa, Andradina, Araçatuba, Pirassununga, Itararé, Santa Rita, Tietê, Sertãozinho, Colina, São Roque, Araras, Jaú, Campinas e Piracicaba.

Estão em andamento 15 outras obras e serviços, na Capital e no interior, na importância de Cr$ 15.020.143,00.

O expediente da Divisão acusou o recebimento de 596 processos para estudos e parecer e a expedição de 632 ofícios e cartas.

Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica, diretamente subordinada ao Gabinete do Secretário, teve um ano de atividades, podendo os seus trabalhos ser resumidos nos seguintes dados: processos entrados, 529; processos saidos, 510; processos em estudo, 19; ofícios recebidos, 13, e ofícios enviados, 33. Foram, durante o ano, emitidos 512 pareceres escritos e elaboradas 30 minutas de decretos-leis, regulamentos, contratos e atos, alem de inúmeras consultas de diversos Diretores e Chefes de Serviço, respondidas verbalmente.

Instituto Geográfico e Geológico

O grande desenvolvimento dos trabalhos técnicos do Instituto Geográfico e Geológico impunha, desde há muito, a instalação deste orgão em sede mais ampla e condizente com suas necessidades.

Assim, foi providenciada pelo Governo a mudança do Instituto para os 7.°, 8.° e 9.° andares do Prédio

"Campanário", à rua Antônio de Godói, ocupando uma área de aproximadamente 1.000 metros quadrados, onde se distribuiram confortavelmente todos os seus serviços.

Ao mesmo tempo, construiram-se novos pavilhões no imovel da avenida Tiradentes, 273 e 319, pertencente ao Estado, para melhor acomodação dos laboratórios, oficinas, depósitos e garage.

As atividades do Instituto de 1941 a 1942 decorreram num ritmo satisfatório, apesar das dificuldades oriundas da guerra quanto aos recursos financeiros e à aquisição de aparelhos e maquinismos.

Para contrabalançar mesmo essas dificuldades, determinou o Governo a intensificação das pesquisas e prospecções geológicas na opulenta zona mineralizada abrangida pelos municípios de Apiaí, Iporanga, Ribeira, Capão Bonito e Itapeva.

O Decreto Estadual n. 12.429, de 24 de dezembro de 1941, ao mesmo tempo que atribuia ao Instituto mais amplos estudos das nossas reservas de minérios de chumbo, zinco e associados, abriu um crédito especial de Cr$ 1.465.000,00 destinados à aquisição do indispensavel aparelhamento e ao pagamento de pessoal técnico e operário.

Vários vieiros de minérios de chumbo foram descobertos em consequência da intensificação dos trabalhos na zona do Alto Ribeira.

Em Espírito Santo, município de Iporanga, as pesquisas de chumbo alcançaram completo êxito, tendo as amostras colhidas no vieiro "São Domingos" acusado até 47 % de chumbo, sendo de 1.412 gramas por tonelada o teor de prata revelado pela análise química. No mesmo município, foram pesquisadas as regiões de Morro do Chumbo, Braço de Pescaria, Chapéu de Pedra e Itapi-

rapuã, encontrando-se nesta última minérios de grande valor econômico e estratégico, avultando entre eles: galena argentífera, blenda de zinco, baritina, apatita, wulframita e fluorita. Tem esta grande aplicação no preparo artificial da criolita, matéria prima da metalurgia do alumínio.

A criolita natural é encontrada na Groenlândia, sendo, entretanto, essas reservas insuficientes para atender às necessidades sempre crescentes do alumínio. Está, pois, reservado à fluorita um valor econômico e estratégico de primeiro plano.

A quantidade de minérios extraidos durante o ano atingiu 500 quilos, com teor de 55 % a 60 % em chumbo, assim como uma certa quantidade de fluorita wulfenita.

O Serviço de Geologia Econômica realizou ainda pesquisas de ouro nas seguintes zonas: em Barra do Batatal e Sete Barras, município de Xiririca, e em Guarulhos; de estanho, nos ribeirões das Lavras, da Batéia e das Antas, acusando as análises das amostras de "cassiterite", obtidas pela lavagem em batéia, teores entre 2 e 15 % de óxido de estanho (SnO^2); de pirita, em Itapirapuã — município de Ribeira, e no Sítio Querozene — distrito de Xarqueada, observando-se nesta última jazida um enriquecimento de asfalto e óleo leve.

Nas pesquisas feitas no decorrer do ano, foram descobertas, alem do vieiro explorado durante o ano de 1932, mais dois outros afloramentos de pirita. Todos esses filões compõem-se de argila cinzenta plástica com teor aproximado de 40 % de pirita. A sua espessura máxima é de 80 centímetros aproximadamente.

Foram ainda realizados reconhecimentos geológicos, pesquisas e descobertas em Mogí das Cruzes (Bauxita),

Jacupiranga (Apatita), Praia da Juréia (Ilmenita), Itapecerica (Caolim e mica), Itapeva (Cobre), Inhandjara (Tungstênio e estanho), Sumidouro, Furnas, Serra dos Macacos, Jundiaí e Campinas, sendo que, nesta última comarca, foram retomados os serviços da antiga mina de carvão, situada perto de Rebouças, que acusa uma reserva de 10.000 toneladas de carvão mineral com as características comuns aos carvões da formação Tatuí-Tubarão.

Assídua assistência prestou o Instituto aos trabalhos de perfuração da jazida de linhito existente em Caçapava, de propriedade da Carbonífera Caçapava S/A., onde se alcançou a extensão de 1.123 metros, com a profundidade média de 48 metros por fuso.

Executaram-se perfurações de poços semi-artesianos na Estação Experimental do Departamento de Produção Animal, em Pindamonhangaba; na Estação Experimental de Nova Odessa; na séde da Sociedade de Produtos Cítricos do Brasil, em Limeira; na Escola Prática de Agricultura, em Itapetininga, e na cidade de Pompéia, a pedido do respectivo prefeito.

O laboratório especializado de tratamento de minérios realizou ensaios diversos de beneficiamento de carvão e vários outros de concentração, por flutuação, de grafita, chumbo, ocre, minério de cobre, tungstênio e outros. Suas instalações foram melhoradas em 1942, sendo adquirido, em princípio do ano, o "Separador Magnético", de fabricação nacional. Uma grande estufa, tambem de fabricação nacional, já se acha naquele laboratório funcionando a contento. O antigo galpão aberto foi adaptado, levantando-se parede de alvenaria de tijolo, com caixilhos envidraçados, permitindo proteção aos aparelhos e maquinário ao mesmo tempo que dá ao am-

biente a iluminação e ventilação desejadas. A área utilizada é de mais ou menos 200 metros quadrados. A construção foi feita com muita economia, justificavel não só pela deficiência de verba para construção, como por se tratar de instalação provisória.

Durante o ano de 1942, foram feitas 509 análises e 1.071 dosagens pelo laboratório de química, dando os serviços pagos o seguinte resultado:

Exercício de 1941 — Análises pagas, 44; dosagens pagas, 223; quantia recebida, Cr$ 4.570,00.

Exercício de 1942 — Análises pagas, 187; dosagens pagas, 370; quantia recebida, Cr$ 10.661,00.

Com prazer foi verificado este aumento de pedidos de particulares, que bem demonstra a confiança que está merecendo o Laboratório de Química do Instituto.

Pela secção competente foram feitas 168 análises espectrográficas qualitativas, para a orientação e control das análises químicas e tambem para melhor nortear os técnicos em seus trabalhos de campo. Cabe lembrar aquí que as análises de ordem qualitativa são feitas por este processo, por ser mais rápido, seguro, eficiente e econômico.

No quadro abaixo, vê-se o movimento destas análises, desde a instalação do espectrógrafo:

Espectrogramas — Anos de: 1939, 14; 1940, 122; 1941, 163; 1942, 168.

Como em exercícios anteriores, não foi descurada, no correr do ano de 1942, a assistência técnica e jurídica aos interessados na exploração e indústria mineiras, podendo-se afirmar que houve grande soma de serviços em benefício do fomento da produção mineral. Para tal muito concorreram o Laboratório de Química e os Serviços de Geologia Geral e Geologia Econômica.

Algum maquinário, em geral, constituido de sondas, compressores, caldeiras etc., foi cedido, por empréstimo, às pessoas físicas ou jurídicas devidamente autorizadas a proceder a pesquisas geológicas.

Atendendo-se a sugestão e solicitações das nossas forças armadas, por intermédio do Estado Maior da II Região Militar, foi incluida no programa de levantamentos topográficos, a extensa região do litoral sul do Estado, para o que foram distribuidas 23 turmas pelos municípios de Itanhaen, Prainha, Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Xiririca e Iporanga.

A-pesar-da pequena quantidade de combustivel e de deficiente transporte, assim como da natureza agreste e dificil da zona, satisfatórios foram os resultados obtidos em sete meses de campanha.

Os trabalhos de levantamentos geológicos e topográficos no sul do Estado foram precedidos da abertura de picadas na mata virgem, sendo feitos 337 quilômetros de caminhamentos, dos quais 245 na região de Apiaí e 92 nas divisas do município desta Capital.

Foi um rendimento baixo, devido, em grande parte, à lentidão com que se processa a abertura de picadas, consequência da natureza do terreno, da abundância de chuvas, dificuldades de transporte e de situações para instalação dos acampamentos.

Durante esses levantamentos descobriram-se várias ocorrências de minério de chumbo e uma de minério de cobre.

O Serviço de Geologia estudou 66 lâminas de rochas, sem contar as numerosas identificações feitas microscopicamente em pó e pequenos fragmentos de rochas.

Atendeu-se tambem a grande número de pedidos de coleções de rochas, minerais e minérios do Estado, para figurar nos museus de escolas secundárias e superiores do País.

Em fins do ano passado, adquiriu-se um moderno aparelho de Raio X, especialmente destinado a estudos de minerais e sua rápida identificação.

Foi estudada, ainda, pelo Serviço de Geologia Geral, a possibilidade da captação de águas subterrâneas, para o suprimento de água potavel para as seguintes localidades: a) — Agudos — para a Municipalidade; b) — Cascavel — para a firma Leal Ribeiro & Cia. Ltda.; c) — Guaratinguetá — para a Escola Prática de Agricultura; d) — Ipaussú — para dependência do Ministério da Agricultura; e) — Itapetininga — para a Escola Prática de Agricultura; f) — Mococa — para o Campo de Demonstração do Departamento da Produção Vegetal; g) — São Paulo — para a "Rádio São Paulo"; h) — Tupã — para a Municipalidade, e i) — Vera Cruz — para a Municipalidade.

A campanha de triangulação geodésica prosseguiu com animação, nas cadeias Capão Bonito-Santo Ângelo e Pariquera-Assú-Capão Bonito, onde foram restaurados os sinais construidos em 1940 pela Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado, sem que esta, todavia, os ocupasse.

A pedido do Estado Maior da II Região Militar, o Instituto mandou proceder a estudo, construção e ocupação de uma rede ligando pontos da Ilha de Santo Amaro e vários outros no continente e em pequenas ilhas do nosso litoral. Deu-se imediatamente início a esses serviços e, em dezembro, fazia-se a ocupação definitiva dos sinais construidos nos marcos A e B, da base de Gua-

rujá, na Ponta de Santo Amàro, Ilha das Cabras, Ilha da Moela, Tejereba, Botelhos, Galhetas e Munduba.

Para partida da triangulação atrás citada, foi medida na praia da Enseada, uma base geodésica de cerca de 3.084 metros. O cálculo exato desta linha ainda não foi terminado. Nesta medição utilizou-se o basímetro de fios "Invar Carpantier".

A-fim-de atender às necessidades do Serviço de Topografia, determinaram-se, durante o ano de 1942, as coordenadas geográficas das seguintes localidades: Areias, Banhado Grande (só latitude), Cachoeira, Cruzeiro, Guarujá (base geodésica), Iporanga, Jambeiro, Lorena, Natividade, Nazaré, Paraibuna, Piquete, Redenção, Ribeira, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel, São Luiz do Paraitinga e Silveiras. Como nos anos anteriores, estes 19 pontos tiveram as suas coordenadas determinadas por processo astronômico.

Continuando a instalação de marcos municipais, foram atendidas as cidades de Limeira, Piracicaba, Americana, Campinas, Bananal, Barreiros, Guaratinguetá, Tremembé, Areias, Cruzeiro, Queluz e Pinheiros. Tais marcos, de granilite, contêm as três coordenadas do lugar: Latitude Sul, Longitude a Oeste de Greenwich e altitude acima do nivel médio do mar, cuja referência é o marégrafo instalado no Porto de Santos (Companhia Docas).

O serviço de nivelamento de precisão que está, como o anterior, subordinado ao Serviço de Geodesia, muito se ressentiu devido à falta de transporte. As duas turmas destacadas para o nivelamento só conseguiram nivelar e contranivelar 200 quilômetros.

O serviço foi assim distribuido: a) Linha "Piedade-Juquiá" — 80 quilômetros, entre os marcos quilômetros

INSTITUTO BIOLÓGICO

Edifício principal, cujas obras foram terminadas — Pavilhão de sangria — Pinteiros- Galeiros
(Construidos pela Diretoria de Obras Públicas)

90 e 170, da estrada São Paulo-Juquiá; b) Linha "Sorocaba-Piedade" — 35 quilômetros, distância entre essas duas cidades pela estrada-de-rodagem; c) Linha "Vargem Grande-Sorocaba" — 55 quilômetros. Vargem Grande fica próxima da bifurcação das estradas São Paulo-Piedade e São Paulo-Sorocaba; e, d) Linha "Frigorífico Docas-Guarujá" e ramais — 30 quilômetros.

Para referência destes diversos nivelamentos foram construidos e assentados 40 marcos de concreto, que são feitos em duas partes. A primeira fica enterrada, com a sua parte superior cerca de 20 centímetros abaixo da flor da terra, e encerra um pino de bronze: referência da altitude a décimo de milímetro. A segunda parte aflora mais ou menos 30 centímetros e apresenta no extremo superior um pino de bronze: referência da altitude com a aproximação a centímetro. Um disco de metal embutido no concreto indica a Repartição e a sua finalidade. Os marcos são em geral colocados de cinco em cinco quilômetros.

Pelo Serviço de Topografia foram, em 1941, executados caminhamentos estadimétricos normais e alternados em 9.703 kms. e irradiação em 1.245 kms. somando 10.948 kms.

A área levantada em 1942 foi bem menor que a do ano anterior. Essa consideravel diminuição de trabalhos topográficos se deve à maior duração da estação chuvosa, à carência de veículos no interior do Estado, e, principalmente, às dificuldades oferecidas pelas zonas percorridas, em grande parte compostas de serranias ou encostas e vales revestidos de frondosas matas. As terras baixas, vales e campos, foram, por vezes, de dificil acesso, devido aos brejos, alagadiços ou mangues.

Entre os trabalhos realizados, avultam: levantamento das folhas topográficas de Avaré, Sta. Cruz do Rio Pardo, Marília, Santa Bárbara do Rio Pardo, Apiaí, Bananal, Barreiro, Cunha, Paraibuna, Prainha, Registro, Iguape, Xiririca e as zonas de divisas com os Estados do Rio de Janeiro e Paraná.

Para a demarcação de divisas municipais, foram levantados 987 quilômetros, entre caminhamentos normais e alternados. Com esses serviços cobriram-se, aproximadamente, 296,10 quilômetros quadrados. Nestes caminhamentos está incluido o serviço feito para a locação da reta divisória dos municípios de Salesópolis e Paraibuna, com a extensão de 24 quilômetros.

Os reconhecimentos e levantamentos pormenorizados das divisas S. Paulo-Rio, iniciadas em 1940, achamse em sua fase final. Grande parte dos levantamentos procedidos em 1940, 1941 e 1942, acha-se desenhada, de modo que permita um exame de conjunto para solução definitiva da demarcação.

Ao longo da linha divisória foram levantados mais 44 quilômetros, correspondentes à área de 9 quilômetros quadrados. A par dêsse serviço fizeram-se ainda reconhecimentos da linha a ser demarcada, num total de 62 quilômetros. Nesse trecho, colocaram-se 29 marcos de madeira de lei lavrada e localizaram-se 62 nascentes, vertentes para os dois Estados limítrofes.

As divisas S. Paulo-Paraná foram percorridas e levantadas desde a Barra do Turvo até a Serra do Cadeado, situada no extremo sul dos municípios de Iporanga e Jacupiranga. A faixa abrangida por esta serra é inteiramente despovoada, coberta de frondosas matas, percorrida por variadíssima fauna.

Levantou-se tambem o trecho divisório entre o ribeirão dos Macacos e as cabeceiras do Itapirapuã. Em setembro iniciaram-se o reconhecimento e os levantamentos das divisas de Três Pontões a Serra Negra, parte mais meridional do município de Jacupiranga, divisas com o Estado do Paraná.

O resumo dos trabalhos de campo é o seguinte:

SETORES	*Caminhamentos*	*Área levantada*
Zona Norte	1816,1	520,63
Zona Apiaí	504,9	—
Folha de Iguape	1258,2	377,50
Folha de Registo	1080,7	324,20
Folha de Prainha	418,3	125,40
Folha de Xiririca	247,3	74,20
Folha de Marília	308,6	93,00
Folha de Barretos	42,8	14,85
Escolas Práticas	—	52,00
Totais...........	5676,9 kms.	1581,78 kms.2

Os trabalhos aerofotogramétricos vêm sendo feitos em cooperação com a Secção de Fotogrametria do Departamento Nacional da Produção Mineral, orgão do Ministério da Agricultura.

Em 1942, a pedido da II Região Militar, passou-se a fotografar a nossa zona marítima, o que tornou possivel trabalhar com relativa facilidade as cartas topográficas do litoral sul, em execução pelos clássicos processos terrestres. Nesses serviços foram utilizadas 112,5 horas de vôo e expostos 5 filmes de 60 metros de comprimento e 19 cms. de largura, que dariam 1.575 fotografias, cobrindo uma área de 1.260 quilômetros quadrados, se tomadas a 2.000 metros acima do solo e com o recobrimento longitudinal de 60 % e o transversal de 30 %.

O Serviço de Topografia informou, no decorrer de 1942, 76 processos dos quais Burí, Casa Branca, Garça,

Jaú, Lindóia, Martinópolis, Paraguassú, Quatá, Santa Rita e Tanabí, exigiram levantamentos topográficos.

Várias demarcações de divisas municipais e distritais foram feitas a pedido dos Prefeitos interessados.

Em 23 de outubro de 1941, pelo Decreto Federal n. 3.742, ficava autorizada, mediante acordo com os Estados, a encampação dos Serviços Meteorológicos Estaduais e Municipais.

Com o propósito de tornar efetiva a unificação prevista em lei, lavrou-se, em 19 de dezembro de 1941, no Ministério da Agricultura, um termo de contrato.

Somente em 24 de junho de 1942, pelo Decreto-lei Federal n. 4.398, foi regulamentada a transferência dos serviços meteorológicos estaduais.

Ao entregar a rede estadual, coube ao Instituto o prazer de apresentar um conjunto de 36 estações completamente remodeladas, otimamente montadas e aparelhadas, funcionando em locais próprios e compativeis com as suas finalidades. Conforme o acordo assinado, ficaram com a Secretaria da Agricultura, 22 estações pertencentes à rede deste Instituto.

Tendo-se em vista as necessidades da rede, foram, em 1942, ainda instaladas por conta do Instituto, 5 estações, sendo 4 de 3.ª classe em Usinas de Tamôio, Monte Alegre, Terra Roxa e Jurupará, e 1 de 2.ª classe especial em Usina Junqueira. Foram, por outro, fechadas 4 estações de 3.ª classe.

Os trabalhos pluviométricos decorreram de modo satisfatório, tendo sido colocados mais 41 pluviômetros em numerosas localidades e ao longo do percurso da estrada de rodagem S. Paulo-Rio.

Prosseguiu-se no estudo do regime dos rios em 1941, sendo, nesse ano, iniciado o respectivo cadastro, bem como dos saltos, cachoeiras e bacias hidrográficas do Estado.

Foi publicada a 51.ª folha topográfica, na escala de 1:100.000, referente à zona de Barretos. Fizeram-se cópias diversas das folhas de Casa Branca, Mogí-Mirim, Jaboticabal, Piracicaba, São Simão, Bragança, Caldas, São Bento do Sapucaí e do litoral do Estado, estas últimas a pedido da II Região Militar, abrangendo uma faixa aproximada de 60 quilômetros.

O Gabinete Fotográfico, alem de outros serviços, tirou 5.085 cópias em papel "ozalid".

Deu-se início tambem à impressão da carta hipsométrica do Estado de São Paulo, trabalho que pela primeira vez vai ser impresso oficialmente.

O Museu Geológico, instalado em a nova sede, num único salão de 71 metros quadrados, pode reunir toda a antiga e preciosa coleção de rochas, minérios e fosseis, que vem sendo colecionada desde 1886.

Foram recebidos pelo Instituto, em 1942, 13.461 papéis diversos e expedidos 32.110. A arrecadação foi de Cr$ 37.146,90.

Diretoria Regional de Geografia

Este Diretório preencheu cabalmente as suas finalidades precípuas, quais sejam as de coordenar e desenvolver os serviços geográficos e afins, em todo o território paulista. Reuniu-se 11 vezes em 1942, sendo cinco reuniões extraordinárias. Foram reajustados vários Diretórios Municipais que não se achavam de acordo com a organização estabelecida pelo Conselho Nacional de Geografia.

Criaram-se e instalaram-se os Diretórios de S. Vicente e Colina.

Em julho de 1942, o Diretório fez-se representar na inauguração oficial de Goiânia, nova Capital de Goiaz, onde tambem se realizaram os trabalhos anuais da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Por parte da delegação de São Paulo foram apresentados dois projetos de resolução, ambos aprovados com emendas. Vinte e três foram as resoluções aprovadas em plenário.

Para a Exposição de Cartografia, que se inaugurou naquela Capital durante os festejos oficiais, o Diretório encaminhou vários gráficos, fotografias e mapas, focalizando o desenvolvimento cultural, técnico, social e econômico do Estado.

Tambem o público foi diretamente atendido pela Secretaria, que distribuiu 611 mapas municipais, organizados de acordo com o Decreto-lei Federal n. 311, e 239 fotografias aéreas, oblíquas. Essa venda rendeu um total de Cr$ 7.987,80.

Flora e Fauna

O Departamento de Botânica, organizado em 1938 pelo Decreto n. 9.715, foi inteiramente remodelado pelo Decreto n. 12.499, de 7 de janeiro de 1942, passando a denominar-se Instituto de Botânica, sendo reduzido o número de seus funcionários de 103 para 82.

Foi ultimada a construção do Herbário, cuja cobertura fora iniciada em junho de 1941.

Ficou assim o Instituto dotado de um edifício construido especialmente para acomodar um de seus mais importantes serviços — a Fitoteca — que atualmente ocupa 1.200 caixas e abrange uma coleção de 48.056 núme-

ros. Nas cinco salas de 10,60 x 5,60 ms., que do prédio estão reservados para o Herbário, poderão ser acomodadas estantes para 3.000 caixas, com capacidade para 150.000 exemplares de excicatas vegetais.

Outras construções foram iniciadas, tendo sido concluida, em 1942, mais uma casa para guarda florestal no Alto da Serra de Paranapiacaba.

Abriu-se à visitação pública em 15 de março de 1942, o Museu Botânico, instalado em prédio próprio, logrando registar, não obstante as dificuldades de transporte, o número de 3.054 visitantes em três domingos apenas. Nesse Museu estão reunidas 1.330 amostras de espécies compreendidas nas principais divisões e famílias do reino vegetal.

Em 1941, o movimento da repartição foi o seguinte: Consultas atendidas, 451, sendo 316 por correspondência e 135 verbalmente; prestou 2.673 informações assim classificadas: 1.966 taxonômicas, 207 bibliográficas e 492 de ordem geral.

O movimento de consultas e informações, no ano de 1942, decresceu um pouco, em relação ao exercício anterior, mas ainda assim se podem verificar números bem expressivos em relação a essa atividade do Instituto. E' justo que se saliente que entre os consulentes figuram, em elevado número, não só particulares, como estabelecimentos técnicos e científicos deste e de outros Estados e até do Exterior.

Verbalmente e por correspondência, na maioria dos casos, o movimento foi o seguinte: Consulentes atendidos, 380, e informações prestadas, 2.020.

O Herbário teve suas coleções aumentadas de 1.233 números em 1941 e de 1.843 números recebidos de pro-

cedências diversas, em 1942, acusando o total de 48.056. Em maio de 1942 já se achavam devidamente classificados e catalogados 31.262 números.

O serviço de dissecação e montagem de pormenores florais, para estudos morfológicos, decorreu com regularidade, tendo sido montados 911 e remontados 471 espécimes e feitas 958 dissecações de pormenores florais.

O número de desenhos feitos foi de 212, sendo grande número em côres naturais.

Alem do material classificado para atender ao interêsse dos consulentes, foram feitos estudos monográficos do material de diversas famílias para a Flora Brasílica, tais como: Orchidaceae, Aristolochiaceae, Compositae, Piperaceae. Do material do herbário geral ou Fitoteca foram identificadas diversas espécies para inclusão nas respectivas famílias, tendo sido estabelecida a identidade de diversas espécies da família Myrtaceae. Foi recebida a colaboração de especialistas estrangeiros no estudo especializado do material das seguintes famílias: Gramineae, Bromeliaceae, Menispermaceae, Legum.-Papilionatae do gên. **Erythrina**, Verbenaceae, Rubiaceae e Compositae, do gên. **Senecio.**

O Jardim Botânico passou por importantes melhoramentos: foram lançados os alicerces de mais um prédio, destinado aos laboratórios e depósito de publicações; continuaram-se os serviços de drenagem e conservação de gramados naturais, viveiros, jardins, estufas do Orquidário, caminhos e picadas. Para moldura dos gramados junto ao prédio do Herbário, foram assentadas guias de tijolos prensados. Na avenida que leva ao "belvedere" e, próximo ao referido prédio, foram colocadas guias e sargetas de pedra e tambem feitas canalizações para águas pluviais.

A coleção de plantas vivas acusa a existência de 1.550 espécies. Para cultura, entraram 427 mudas e 6.000 gramas de sementes de espécies diversas.

O Jardim Botânico foi visitado, durante o ano de 1942, por 27.240 pessoas, registando-se, no mesmo período, a entrada de 2.422 automoveis. Esse movimento, descresceu bastante, principalmente no segundo semestre, devido à dificuldade de transporte pela falta de gasolina, considerando-se a longa distância que separa o referido Jardim do centro da cidade.

A elaboração de trabalhos técnico-científicos pelo Instituto foi mantida sem interrupção, tendo sido publicadas de 1941 a 1942 as seguintes obras: 4.°, 5.° e 6.° fascículos da "Flora Brasílica", 4.° fascículo dos "Arquivos de Botânica do Estado de S. Paulo"; 5.° fascículo das "Observações Gerais e Contribuições ao Estudo da Flora e Fitofisionomia do Brasil" e o "Guia do Herborizador e Preparador de Fanerógamas (Plantas de flores)".

Em dezembro, estava prestes a sair do prelo "O Jardim Botânico de São Paulo", obra destinada a servir de guia aos visitantes com descrições e notas referentes a todas as espécies existentes em cultura ou nativas, precedidas de bio-bibliografias dos principais botânicos que estudaram a flora do Brasil.

Foram adiantados os trabalhos relativos aos restantes fascículos das obras acima mencionadas.

O estado de guerra dificultou o intercâmbio bibliográfico e a aquisição de obras básicas e especializadas, prejudicando o desenvolvimento e a organização da biblioteca, que realizou, entretanto, valiosas permutas.

Os técnicos do Instituto realizaram excursões para estudos e colheita de material a diversões regiões do Es-

tado, entre as quais Juquiá, Cachoeira dos Índios e Monte Alegre, obtendo 130 fotografias, 391 números, 105 mudas, bem como sementes de 42 espécies para cultura no Jardim Botânico.

Ao mesmo tempo, tendo em vista a carência de medicamentos específicos, alcalóides, etc. para combate às febres e moléstias contagiosas, foi estabelecida uma cooperação com a Faculdade de Medicina, à qual o Instituto remeteu farto material de origem vegetal, principalmente para o estudo de um sucedâneo do quinino. Estudou-se tambem o aproveitamento da paina como material de equipamento naval e aéreo.

Quanto à fauna, o Departamento de Zoologia desenvolveu grande e profícua atividade, inventariando o acervo de espécimes alí reunidos para o necessário fichamento.

A Divisão de Mamíferos fichou mais de 150 exemplares de Símios, 230 de Marsupiais e 95 de Carnívoros, tendo recebido por oferta magníficos espécimes, entre os quais morcegos, quirópteros da Ilha de Marajó, roedores e marsupiais procedentes do interior do Estado, do Ceará, de Santa Catarina, da Guiana Francesa e do Museu Nacional, com o qual foram permutados peles cheias, com crânios, de diversos animais.

Na Divisão de Aves, deram entrada 2.159 exemplares, sendo: 201 procedentes de excursão ao Rio Paraná; 110 da Baía; 213 de Goiaz; 11 de Juquiá, e 1.624 de excursão do Estado do Espírito Santo.

Elevou-se a 522 o número de exemplares entrados na Divisão de Peixes, provenientes: 290 do rio Piracicaba; 143 do rio Camanducaia; 17 do rio Mogí Guassú (Pirassununga); 16 do rio S. José (Espírito Santo); 6

de Maranguape (Ceará), e 50 marinhos do Distrito Federal.

A Divisão de Insetos, onde as coleções são sempre naturalmente muito mais volumosas, recebeu novas séries cujo inventário numérico não é possivel fornecer de modo completo. Entretanto, alguns dados são suficientes para ilustrar o progresso experimentado pelas suas coleções: do Espírito Santo, 409; de Porto Cabral, 1.227; de Goiaz, 483; de Monte Alegre, 3.334 e de diversas procedências, 1.200, num total de 6.653 exemplares.

Uma das mais ativas Divisões do Departamento, a de Aracnóideos, enriqueceu-se com 4.576 exemplares, entre os quais larga série de opiliões, colhidos nas excursões ao Espírito Santo e a Goiaz.

Sem prejuizo dos trabalhos de rotina, todas as secções técnicas se aplicaram na elaboração de trabalhos científicos da especialidade respectiva. A Divisão de Mamíferos deu pronta, para a publicação, uma completa monografia fartamente ilustrada dos Morcegos brasileiros, que virá brevemente a lume no tomo III dos "Arquivos de Zoologia". Está praticamente concluida a segunda parte do "Catálogo das Aves do Brasil", grandemente trabalhoso em virtude da vastidão das famílias naturais de Passeriformes que abrange e pelos progressos rápidos que a ciência ornitológica constantemente introduz nestas últimas. A Divisão de Peixes por seu turno concorreu com uma revisão dos Clupeiódeos brasileiros de utilidade óbvia aos serviços de pesca e para todos os estudiosos da fauna indígena.

Foi organizado na Biblioteca o fichário das obras avulsas e continuado o das coleções seriadas de periódicos nacionais e estrangeiros, procedendo-se simultaneamente ao tombamento, em livro próprio, de todas as obras

existentes. Ficharam-se, assim, 3.260 obras avulsas e 200 coleções. A entrada de publicações continuou a diminuir consideravelmente, em consequência não só do bloqueio marítimo, como ainda pela suspensão temporária de muitos periódicos nos paises flagelados pela Guerra. Não obstante, registraram-se 1.120 volumes ou fascículos novos oriundos quase todos do movimento de trocas.

A mudança das coleções públicas do Museu Paulista acarretou grande acúmulo de serviços que ainda prosseguem. A transferência de muitas peças para vitrinas de menores dimensões, exigiu tambem inúmeras modificações, de par com a necessidade da reforma ou substituição de muitas peças, tornadas imprestaveis pelos longos anos de que datavam.

Proveitosas foram as viagens e expedições científicas realizadas ao norte do país, a Goiaz e Mato Grosso, entre outras. Da Ilha Madre de Deus, situada na Baía de todos os Santos, recebeu o Departamento de Zoologia mais de uma centena de exemplares, apreciavel achega à documentação ornitológica daquela zona, ainda mal representada em nosso Museu e tida justamente como uma das mais importantes do país mercê do comércio de aves empalhadas que ele entreteve com as instituições científicas européias, nos fins do século passado.

Com a cooperação do Museu de Zoologia comparada, do Harvard College, instituição norte-americana que, há mais de dez anos, vem se associando às explorações científicas do Museu, foi feita uma grande excursão à zona baixa da bacia do rio Doce, no Espírito Santo, como complemento da excursão realizada em 1940 no trecho alto da mesma bacia, a leste de Minas Gerais. Em Chaves e no rio S. José, respectivamente regiões de serra e de matas virgens, foram colhidas peças preciosas,

entre as quais um belo exemplar de "Crax blumenbachi" (Spix), o belo mutum de bico vermelho, descoberto pelo Príncipe Neuwied e privativo da grande mata oriental, onde breve acabará por extinguí-lo a perseguição dos caçadores. "Glaucis dohrni", beija-flor extremamente raro nas coleções, foi tambem colecionado em número de dois exemplares. Esse achado iguala em importância ao de outro raríssimo trichílida, "Gouldomyra longsdorfii", nunca antes conseguido para as nossas coleções, e que foi tambem conseguido agora, na zona montanhosa de Santa Teresa.

Guaraparí, lugarejo à orla do oceano, pouco ao sul de Vitória, ofereceu novo campo aos trabalhos da excursão, que se dedicou particularmente à coleta de aves palustres e ribeirinhas.

Somente em mamíferos e aves somam cerca de 1.200 os exemplares conseguidos pela expedição, durante um período não excedente a quarenta dias uteis, muitos dos quais não foi possivel aproveitar convenientemente, em virtude das grandes chuvas esporádicas de 1942.

Da viagem ao Espírito Santo, adveio ainda para o Departamento de Zoologia valiosa série de peixes em alcool e uma coleção extremamente rica de Aracnóideos.

O número de exemplares trazidos do grupo em apreço monta a 1.884, dos quais 1.540 aranhas, 333 opiliões, 5 pseudo escorpiões, 5 pedipalpos e 1 escorpião.

Outras excursões menores foram empreendidas por funcionários técnicos de várias divisões, com resultados quase sempre bastante compensadores.

Serviço Florestal

O Serviço Florestal do Estado, cuja principal finalidade é preservar as nossas florestas, promovendo sua defesa e as reservas naturais aconselhaveis e fomentar o

reflorestamento, foi reorganizado em dezembro de 1941, pelo Decreto-lei n. 12.360-A, ganhando maior desenvoltura e recursos para a realização do seu patriótico programa de atividade.

Foi notavel o interesse que os agricultores demonstraram pelo assunto, podendo-se avaliar esse fato pela procura de mudas e sementes, assim demonstrado no período de junho de 1941 a maio de 1942:

	mudas
Distribuidas pela sede central....	4.520.409
Distribuidas pelos distritos	1.809.756
Total	6.430.165

Nesse mesmo período, foram distribuidos 2.085.495 quilos de sementes, sendo:

	quilos
de eucaliptos	857.795
de outras essências	1.227.700
Total	2.085.495

Durante o exercício de 1942, a sede central apurou Cr$ 118.053,00 na venda de mudas de eucaliptos e outras essências e Cr$ 48.532,00 na de sementes diversas.

Foram distribuidas, pela mesma as seguintes mudas:

Eucaliptos	3.515.700
Outras essências	196.477
Total	3.712.177

alem de 2.754.415 gramas de sementes de várias espécies.

Nos distritos foi a seguinte a distribuição: Horto Florestal de Baurú — 373.153 mudas de eucaliptos e 8.167 de outras essências; Horto Florestal de Bebedouro — 627.400 mudas de eucaliptos e 24.932 de outras es-

sências, Horto Florestal de Mogí-Mirim — 995.400 mudas de eucaliptos e 5.302 de outras essências. Total geral: 5.746.531 mudas e 2.754 quilos de sementes distribuidas.

No Parque Estadual de Campos do Jordão, foram melhoradas as estradas de acesso, melhoradas as instalações e replantada uma área de 10 alqueires, onde foi semeada a espécie "Araucaria augustifolia".

As visitas ao Museu Florestal alcançaram o número de 2.946 pessoas.

Alem das consultas atendidas verbalmente e por escrito, o serviço de identificação e classificação das madeiras registou um movimento de 841 amostras.

Em colaboração com os Institutos de Botânica e de Pesquisas Tecnológicas, foram identificadas novas essências florestais.

O serviço de intercâmbio científico, embora limitado pela situação de guerra, foi mantido regularmente, sendo despachados para o Jardim Botânico de Nova York material e sementes, bem como desenhos coloridos das espécies enviadas.

Vários materiais foram preparados para as exposições realizadas nesta capital, no Rio de Janeiro e em Araraquara.

A Secção de Introdução de Essências, recentemente criada, tem organizado sementeiras e culturas de plantas contra a lepra, inseticidas, bem como outras essências, das quais avulta a "Cassia allata", para estudos farmacológicos. Foi mantido regularmente o intercâmbio científico com os institutos congêneres estrangeiros e nacionais visando especialmente à obtenção de mudas e sementes das espécies produtoras do óleo vulgarmente chamado "Chaulmoogra".

A Secretaria da Agricultura promoveu a reserva das seguintes florestas naturais em 1941 e 1942:

Decreto-lei n. 12.227, de 8-X-41 — Campos do Jordão em 2.887 hects.

Decreto-lei n. 12.276, de 29-X-41 — Xiririca — 15.004 hects.

Decreto-lei n. 12.277, de 29-X-41 — Capão Bonito — 6.534 hects.

Decreto-lei n. 12.279, de 29-X-41 — Presidente Venceslau — 37.156 hects.

Decreto n. 12.653, de 17-4-1942 — São Vicente — 1.520 hects.

Decreto n. 12.753, de 12-6-1942 — Serra Paranapiacaba — 8.192 hects.

Decreto n. 13.049, de 6-11-42 — Presidente Venceslau — 13.343 hects.

Decreto n. 13.075, de 25-11-42 — Idem, idem — 246.840 hects.

Outras reservas estão sendo estudadas e, dentro em pouco, haverá uma consideravel área livre de destruição.

Pouca coisa pode ser feita, ainda neste ano, no sentido de evitar a devastação de nossas florestas, problema este que se agravou sobremaneira em consequência de escassez do combustivel importado, motivada pela guerra mundial. Todavia, conseguiu-se, por intermédio da Delegacia Especializada de Terras e da Secretaria de Segurança Pública, atenuar as derrubadas feitas desordenadamente, punindo-se os infratores das leis florestais.

Espera o Conselho, no ano vindouro, desenvolver uma campanha mais eficiente não só no tocante à conservação das nossas matas, como no que se refere ao re-

florestamento das partes desnudadas do nosso solo, uma vez que seja convertido em lei o projeto que regulamenta a aplicação do Código Florestal em nosso Estado, já aprovado pelo Senhor Presidente da República e a consequente criação do Fundo Florestal e Polícia Florestal, cujo projeto se encontra atualmente em estudos no Departamento Administrativo.

Defesa Sanitária

Pode ser considerado satisfatório, a-pesar-de todas as dificuldades, o rendimento geral do trabalho do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura, resultante da reorganização do antigo Instituto Biológico.

Das seis secções novas que foram criadas, apenas uma delas, a de Higiene Comparada, ainda não se encontra em funcionamento. A criação desta Secção se justifica, entretanto, não só pelo interesse dos estudos de patologia comparada e da utilização, em benefício da defesa da agricultura, das práticas de higiene humana, mas tambem pela conveniência de melhor articular com os serviços de saude pública, os elementos de pesquisa e aplicação do Instituto Biológico no sentido de propiciar assistência mais ampla ao trabalhador rural.

As Secções Técnicas do Instituto Biológico foram reagrupadas em três divisões. A idéia básica desse critério foi separar dos serviços de aplicação os de pesquisa científica, mantendo-se neste último grupo, o carater universitário, sem restrições profissionais, e adaptando-se aqueles, de natureza preponderantemente profissional, aos ditames da legislação federal que rege o exercício das profissões correspondentes.

A reunião, em um só bloco, dos serviços de pesquisa científica, se justifica pelo interesse de manter entre eles íntima articulação e unidade de orientação, embora se in-

clinem uns para os problemas de patologia vegetal e outros para os de patologia animal. Os resultados que vêm sendo obtidos no Instituto Rockfeller de Princeton, dizem claramente da excelência desse tipo de organização, que permite, no dizer de um dos biógrafos de Theobald Smith, fundador daquele Instituto, "um ataque mais amplo e completo contra a doença".

Os encargos do Departamento de Defesa Saniátria do Estado estão assim distribuidos:

I — Superintendência; II — Divisão de Biologia; III — Divisão de Defesa Vegetal; IV — Divisão de Defesa Animal; V — Subdiretoria Administrativa.

Os estudos experimentais e a aplicação prática dos seus resultados aos problemas econômicos da mais alta relevância, como sejam o do combate às pragas do algodão e do café, as vacinas contra a febre aftosa e a peste dos porcos, a produção de tubérculos sementes de batatinhas, a defesa de avicultura, a vigilância sanitária vegetal, a assistência aos criadores e o preparo de soros e vermífugos, a fiscalização dos fungicidas e inseticidas — tiveram o ritmo superior ao dos anos anteriores.

No campo das pesquisas sobre doenças animais ainda não verificadas em nosso país, há a salientar o reconhecimento de uma doença de aves produzida pelo bacilo prociânico, a linfangite dos muares, provocada pelo bacilo de Preiz-Nocard e a agaláxia contagiosa das cabras.

O auxílio aos criadores foi prestado com toda a solicitude pelo serviço veterinário, sendo respondidas inúmeras consultas, e feitas centenas de visitas às fazendas e outros estabelecimentos agrícolas, bem como realizadas em diversas cidades do interior, conferências e demonstrações e publicados artigos de divulgação científica.

Em o nosso meio, a maior atenção em matéria de veterinária deve ser dirigida no sentido da profilaxia das doenças infecciosas e parasitárias dos animais domésticos. Nesse sentido, foi feito um grande esforço por parte dos veterinários do Serviço no que diz respeito à difusão das idéias de higiene, polícia sanitária animal e aplicação de soros e vacinas.

Para melhor atender aos criadores, há no interior do Estado de São Paulo, 16 sedes de veterinários residentes, assim distribuidas: Araçatuba, Assiz, Barretos, Baurú, Botucatú, Campinas, Franca, Guaratinguetá, Itapeva, Ribeirão Preto, Rio Claro, Rio Preto, São João da Boa Vista.

O Departamento continuou a ser procurado constantemente por técnicos de diferentes Estados da União e até do estrangeiro para estágio de aperfeiçoamento. De uma de suas secções veio à luz uma notavel obra científica de grande valor didático, que é o tratado de bacteriologia e imunologia do Prof. Otto Bier.

O reflexo dos trabalhos elaborados continua a projetar-se no estrangeiro, tendo sido concedidas bolsas de estudo aos cientistas do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura.

Por incumbência do Ministério do Exterior foram com notavel repercussão, levados às Repúblicas do Prata, documentos atestadores do valor e das realizações do Departamento. De grande proveito prático e científico foi a viagem empreendida ao Nordeste brasileiro, pelo entomologista H. Sauer, tendo em vista o estudo e a divulgação do seu método de combate à broca do algodoeiro, aplicado às variedades arbóreas desta planta.

Alem dos aperfeiçoamentos conseguidos neste tempo no preparo da vacina contra a febre aftosa e a peste

dos porcos, merecem especial menção os estudos sobre o curso branco, a raiva, a peste de coçar, o aborto equino, a encefalite epizoótica, o garrotilho, a gripe e da brucelose dos suinos e tambem de doenças, ultimamente verificadas, mais frequentes do que se pensava, resultantes de defeitos de alimentação e de intoxicações produzidas por plantas da nossa flora.

Continuaram-se os estudos sobre a peste de coçar ou doença de Aujeszky. Novos dados foram acumulados na Secção de Enzootias relativos à distribuição geográfica da infecção nos bovinos e sobre o papel do porco na epidemiologia da doença, em nosso meio. Baseada nesses dados epidemiológicos, a profilaxia da peste de coçar tem sido orientada junto aos criadores interessados, insistindo-se nos cuidados fundamentais de isolamento das espécies e desinfecção dos locais. Foram isoladas duas novas amostras do virus.

Dedicou-se particular atenção, na Secção de Enzootias, ao estudo e preparo da vacina antirrábica, cuja produção tem aumentado sensivelmente nestes últimos anos. Assim, em 1940 foram preparadas 48 partidas de vacina; 89, em 1941, e 115, em 1942.

A técnica de preparo da vacina tem sido objeto de cuidados constantes, no sentido de se obter um produto mais rico e de maior poder imunizante. Para o preparo dessa vacina, foram empregados 115 bezerros e 3 cavalos, em 1942.

Um outro tipo de vacina antirrábica, cloroformada, está sendo agora distribuido à Prefeitura Municipal de São Paulo, para aplicação em cães. Já foram entregues ao consumo, até agora, 1.140 doses dela.

A produção de vacina antirrábica, durante o ano de 1942, num total de 115 partidas, representa um volume

de 280 litros do produto, isto é, 14.000 doses de 20 cc. para bovinos ou 56.000 doses de 5 cc. para cães.

No que diz respeito aos meios eficientes para defesa de nossos rebanhos contra as doenças parasitárias e infecciosas, é digno de registo o notavel aumento de sua produção e distribuição, durante o ano de 1942.

O número de doses distribuidas foi de 1.505.433. Isso representa um acréscimo de quase 50 % em relação aos anos anteriores, ou sejam, 1.036.141 doses, em 1940, e 964.411 doses, em 1941.

Logo ao irromper o conflito europeu preocupou-se a Superintendência do Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura com a possibilidade de, como anteriormente, ser o nosso país arrastado a um conflito mundial e com o dever de, neste caso, colocar todas as nossas forças a serviço do país. Reunidos então para isso os chefes de serviço da Divisão Animal foi deliberada a intensificação do preparo do soro antitetânico como primeira medida nesse sentido, o que foi logo providenciado. Enquanto este soro exige longo tempo para o seu preparo, o preparo de outros produtos poderia ser intensificado ou iniciado ainda a tempo quando se tornasse iminente uma tal situação.

Entre os produtos que o Departamento para esse fim poderia preparar, alem dos quarenta que já normalmente prepara para a defesa da pecuária, salientam-se os seguintes: Anatoxina tetânica, soro antitetânico, soro antigangrenoso, vacina contra a peste bubônica, vacina antitífica, bacteriófago antidisentérico, bacteriófago contra o garrotilho, soro contra o garrotilho, maleina, proteina injetavel, pomada de sulfanilamida, suspensão oleosa de sulfanilamida.

No domínio da assistência à avilcultura, tomou grande incremento o auxílio prestado com as numerosas viagens para exame de milhares de aves aos pontos mais diversos do Estado, com o auxílio do auto-laboratório.

No terreno de defesa fitossanitária concluiu-se uma modesta aparelhagem na Fazenda de Mato Dentro, suficiente porem para uma consideravel produção de calda sulfocálcica.

Entre os trabalhos de fisiologia vegetal· uma grande parte da atividade foi consagrada à assistência técnica à Coöperativa dos Produtores de tubérculos e sementes de batatinha em São João da Boa Vista, cuja produção já se aproxima muito da que importavamos da Holanda e Alemanha.

Na continuação das experiências visando à criação artificial da broca do café, para a intensificação da criação da vespa de Uganda, foram conseguidos novos resultados satisfatórios, que muito nos aproximam da solução prática do problema. Prosseguiram as experiências de combate aos fungos que atacam as bagas e modificam o gosto do café.

Em uma propriedade em Garça foi notada a presença de uma "nova doença" que atacava as replantas novas do cafeeiro. Verificou-se tratar de uma associação de um fungo, um "Pseudococcus" e uma formiga. As plantas doentes foram tratadas e erradicado o foco, continuando o material em estudo para determinação do fungo e da formiga.

O serviço de controle da broca realizou 61.312 inspeções em 1941 e 41.836 inspeções em 1942.

Foram cortados em 1942, ou abandonados, 13.975.670 cafeeiros, os quais, somados aos números dos anos anteriores, perfazem o total de 284.458.821.

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS — Edifícios "Dafert" e "Conselheiro Prado", construídos para laboratórios — Sede central da Genética Vegetal

O serviço de captura e distribuição de "vespas de Uganda" mereceu a maior atenção, tendo sido atendidos todos os pedidos, com o objetivo de homogenizar a infestação geral de certas zonas do Estado. Foram distribuidas vespas aos cafeicultores que não possuem insetários em número de 16.000, diminuindo essa distribuição em relação ao ano anterior que foi de 216.160, devido a as Prefeituras Municipais e Cooperativas, que construiram insetários com assistência do Departamento, terem distribuido vespas aos cafeicultores do município. Foram fornecidos em 1942, sacos com café em coco vespados às fazendas onde existem insetários. Essa distribuição de café vespado se fez para 34 municípios do Estado e tambem para o Paraná. Ficaram alguns municípios sem receber café, devido à falta de transporte da fazenda fornecedora para a do interessado. De todos os municípios, o de São Manuel foi o que mais recebeu, sendo 1.563 sacos para 65 insetários; Pirajú recebeu 1.304 sacos para 56 insetários; Garça, 1.052 sacos para 51 insetários, e Lins 829 sacos para 40 insetários, somando 10.666 sacos para diversos outros.

Em 1941, funcionaram 26 insetários municipais e Coperativas que distribuiram 6.997.753 vespas de 1.485 sacos de café que receberam. Os dados de distribuição de vespas em 1942, ainda não foram apurados em virtude de os cafés distribuidos ainda não se acharem nos insetários produzindo vespas.

O Departamento realizou tambem estudos interessantes, referentes ao controle da bacteriose da mandioca.

Na zona compreendida pelo município de Lins e circunvizinhos, apareceu uma nova doença da mandioca, conhecida por envassouramento ou superbrotamento, de causa ainda desconhecida, agora, em estudo, parecendo

tratar-se de doença de virus. Em virtude da gravidade do mal, o Instituto solicitou do Governo Federal a interdição da zona, tendo o Sr. Ministro da Agricultura, pela portaria n. 479, de 28 de maio de 1942, interditado os municípios de Cafelândia, Lins, Promissão, Penápolis, Avanhandava, Araçatuba e Glicério.

Com referência à sauva, prosseguiram as experiências de combate, bem como procedeu-se à abertura sistemática de um grande sauveiro experimental que forneceu observações de grande interesse.

Foram tambem realizadas experiências com o emprego do fungo de culturas artificiais em substituição ao fungo original levado pela içá.

Tiveram prosseguimento as experiências de combate aos cupins que vêm danificando seriamente as novas plantações de eucaliptos nas proximidades de Ribeirão Preto.

No período em apreço foram obtidas em laboratório sempre novas gerações de uma vespinha inimiga natural da mosca das frutas, importada das ilhas Hawai, atingindo um total de mais de um milhão, cuja maioria foi libertada nos pomares.

Os estudos sobre um percevejo (Horcius nobilellus) que vem causando graves prejuizos à lavoura algodoeira do Estado, prosseguiram com experiências que levaram à obtenção de meios eficientes para seu combate.

Como medida de vigilância sanitária vegetal foram destruidos um viveiro com 10.000 enxertos de citrus atacado pela "Aonidiella aurantii" em Pitangueiras, e outro com 3.000 enxertos em Piracicaba atacado pela "Icerya purchasi".

Os trabalhos de vigilância sanitária vegetal no porto de Santos, em colaboração com o Governo Federal,

prosseguiram na mais perfeita harmonia. Este Departamento, nos termos do citado Acordo Fitossanitário com o Governo Federal, executou todas as medidas de quarentena, expurgo e desinfecção prescritas pelo Governo Federal, executou tambem a fiscalização do trânsito de plantas vivas, dentro do Estado, examinando 10.228.662 plantas destinadas ao comércio.

Em virtude do Acordo Fitossanitário, os nossos técnicos continuaram a examinar amostras de inseticidas e fungicidas do interior do Estado, apreendendo os produtos de qualidade inferior.

Nas fazendas experimentais ,os trabalhos tiveram prosseguimento satisfatório, confirmando-se e ampliando-se as vitórias conquistadas contra a broca do algodoeiro e na proteção contra a febre aftosa e a peste dos porcos. Na Serra dos Cristais foi iniciado um campo de produção de tubérculos de sementes de batatinha.

Continuou satisfatoriamente o serviço rotineiro de montar em ordem a coleção de insetos, salientando-se a reforma de numerosas gavetas, a revisão periódica de todo o material e a mudança do líquido conservador dos insetos conservados em meio líquido.

Importante material foi obtido por coleta, permuta ou doações. Dos insetos entrados, o total foi de 2.768 exemplares, assim distribuidos: "Coleoptera", 806; "Hemiptera", 52; "Homoptera", 1.196 (dos quais 307 exemplares em lâminas); "Hymenoptera", 336; "Megaloptera", 4; "Diptera", 14; "Dermaptera", 7; "Orthoptera", 36; "Lepidoptera", 382, e "Neuroptera", 5.

As atividades do expediente expressam-se pelos seguintes dados: 3.477 ofícios expedidos; 1.711 cartas expedidas; 60 circulares; 150 telegramas; 200 atestados

diversos; 154 informações em processos da Secretaria; 1.374 informações em processos internos; 200 folhas de pagamento (até outubro); 3.000 fichas; 50.000 unidades mimeografadas e 300 certidões de tempo de serviço, num total de 60.626 unidades, e as do protocolo, pelos seguintes: 6.135 papéis protocolados, 365 idem autuados, 2.728 idem juntados, 3.829 arquivados, 12.735 fichas, 12.415 idem classificadas, 314 idem desdobradas, 23.880 arquivadas, 4.081 informações, 24.499 lançamentos, 651 processos numerados, 1.159 idem fichados, 3.652 idem arquivados e 4.412 vistos em vias de faturas, num total de 191.377 unidades de trabalho.

Procedeu-se ao levantamento dos bens imoveis do Departamento, cuja avaliação monta em cerca de Cr$ 30.747.789,39. Este cadastro, que compreende 45 folhas dactilografadas, 46 fotografias e 187 plantas, está sendo revisto para os devidos lançamentos.

O movimento de vendas de soros e vacinas, da produção do Departamento, realizadas pela firma distribuidora dos produtos, atingiu a soma de Cr$ 144.238,30, sendo em conta firme Cr$ 101.442,90, e, em conta de consignação, Cr$ 42.795,40.

O Departamento, até o ano de 1942, mantinha 5 depósitos de inseticidas, sendo um na Capital e 4 no interior: Campinas, Araraquara, Ribeirão Preto e Baurú. Em 1942, a Divisão de Defesa Vegetal, pela Secção de Defesa Fitossanitária, propôs a abertura de novos depósitos em várias cidades do interior, para maior comodidade do público. Assim passou o Departamento a possuir estoques, alem dos já existentes, nas seguintes cidades: Rio Preto, São João da Boa Vista, Catanduva, Marília, Araçatuba, Piracicaba, Itápolis e Pirajú.

DEFESA CONTRA A EROSÃO — Laranjal defendido contra os efeitos da erosão por meio do terraceamento — Construindo uma curva em desnivel numa fazenda de café

A arrecadação total do Departamento, durante o ano, proveniente de venda de inseticidas, expurgo de sacaria· venda de soros e vacinas e outras vendas diversas, foi de Cr$ 3.138.789,20, sendo Cr$ 2.038.929,50 na Capital e Cr$ 1.099.859,70 no interior.

Produção Vegetal

Entre os problemas criados pela guerra e que preocuparam a atenção do Governo Estadual, figura o do desenvolvimento da produção agrícola. Como é sabido, a lavoura paulista atravessa uma fase de transição das mais decisivas para a nossa economia, pois tem como base a substituição das plantações de café, entradas em *deficit* em 1929 e desde então cada vez mais onerosas. Alem disso, a exigência de mercadorias estratégicas por parte dos centros consumidores acelerou o ritmo das atividades agrícolas, cabendo ao governo amparar esse movimento de policultura, norteando-o pelos princípios técnicos modernos e prestando aos lavradores a assistência recomendada pela observação científica.

A responsabilidade de orientar tecnicamente a lavoura paulista cabia ao Departamento de Fomento da Produção Vegetal, constituindo a experimentação agrícola atribuição precípua do Instituto Agronômico do Estado. A necessidade de uma colaboração íntima entre esses serviços de experimentação e de fomento tornava-se imperiosa, pois até nos Estados Unidos, onde nasceram e viveram sempre juntos no colégio de agricultura, todas as medidas são postas em prática para tornar mais íntimo possivel o contacto de ambos.

A criação do Departamento da Produção Vegetal, pela fusão do Departamento de Fomento da Produção Vegetal e do Instituto Agronômico do Estado, habilitou

a Secretaria da Agricultura a dar à lavoura, de maneira eficiente, a assistência técnica de que ela tanto necessita.

Para isso, foi o Departamento de Produção Vegetal organizado com três grandes Divisões — Pesquisa e Experimentação, Fomento Agrícola, Fiscalização e Classificação — cada uma delas com atribuições perfeitamente definidas, como os próprios nomes indicam, o que permitirá ao Departamento assistir a lavoura em todas as fases da produção.

À Divisão de Pesquisa e Experimentação cabem o estudo e a experimentação científica no sentido do melhoramento das plantas econômicas. A Divisão de Fomento tem a seu cargo, alem da divulgação dos métodos racionais de cultivo, a distribuição de sementes selecionadas dessas plantas. À Divisão de Fiscalização compete fiscalizar a execução dos regulamentos que regem a colheita, o beneficiamento, a classificação, todas as operações, enfim, necessárias a adaptar o produto às exigências dos mercados consumidores.

EXPERIMENTAÇAO E PESQUISAS

Os trabalhos de experimentação e pesquisas estão concentrados no Instituto Agronômico, que goza de renome mundial e que mantem colaboração com os mais afamados centros de pesquisas agronômicas de todo o mundo.

Dentre os trabalhos de genética, são dignos de menção os de melhoramentos de café, algodão, milho, milho-híbrido, sorgo, arroz, feijão, trigo, centeio, fumo, quina e plantas cítricas, tendo prosseguido em larga escala a introdução de plantas econômicas do país e do estrangeiro. Quanto ao café, foi particularmente incentivada a multiplicação de sementes selecionadas e a sua

TERRACEAMENTO

Construção de terraços a motor

Serviço feito a tração animal

Vista de uma plantação em terreno terraceado

TERRACEAMENTO — **Terraço construido pela moto mecanização — Cultura de algodão em terreno terraceado**

distribuição aos lavradores. As experiências sobre a aclimação da quineira, na bacia do Rio Claro, em Boracéia, foram intensificadas; os resultados ainda não são definitivos, porem, considerando-se as dificuldades de ordem técnica e o lento desenvolvimento da árvore, dentro de alguns anos o Instituto estará apto para julgar das possibilidades de sua exploração econômica.

Alem de suas experiências normais (adubação, variedades, espaçamento, número de pés por cova, poda etc.), a Secção de Café, em colaboração com a de Genética, instalou em dezembro de 1941 um campo de aumento para produção de sementes selecionadas, visando a intensificar a sua distribuição aos lavradores e, assim, o melhoramento das condições da lavoura cafeeira do ponto-de-vista técnico. A questão do preparo do café está sendo acompanhada com o mais vivo interesse da parte dos técnicos da Secção.

Os principais problemas culturais do algodoeiro estão sendo estudados nos campos de cooperação e nas estações experimentais, num total de 174 experiências.

Quanto à cana de açucar, foi reunido um número consideravel de dados relativos às variedades e aos processos culturais, tais como espaçamento entre as fileiras, profundidade de plantação, adubação, queima da palhaça. A distribuição de mudas de cana atingiu a 480.200 quilos, aproximadamente. Graças às suas excelentes qualidades, foi preferida pelos lavradores a variedade Co. 290, cuja distribuição alcançou 282.325 quilos.

Dos trabalhos executados pela Secção de Botânica, merecem citação especial as pesquisas sobre a influência do ácido húmico na nutrição do tomateiro e a experiência preliminar sobre a debatida questão da fermentação do

café. Prosseguiu o estudo de ervas daninhas, bem como a identificação de plantas superiores e de fungos.

Em consequência da situação internacional, que impede a importação de sementes de batata da Europa, a Secção de Raizes e Tubérculos, concentrando as suas atividades principalmente nas regiões de Cunha e Joanópolis, teve em vista ampliar a produção de tais sementes, apesar das desfavoraveis condições atmosféricas do ano de 1942. Continuaram os estudos com relação à mandioca, à batata-doce e ao cará.

Tiveram prosseguimento normal os trabalhos referentes às plantas frutíferas tropicais e de clima temperado. Revestiram-se de particular interesse as experiências em andamento sobre os distúrbios de causa desconhecida que afetam o desenvolvimento das plantas cítricas, parecendo tratar-se de deficiência alimentar.

Criada pelo Decreto de 10 de janeiro de 1942, a Secção de Tecnologia Agrícola executou 1.007 análises diversas, compreendendo 4.611 determinações sobre alcool, forragem, laranja, mamona, uva e vinho. Quanto à experimentação propriamente dita, foram feitos estudos preliminares sobre o descoramento do óleo essencial da laranja, féculas, fibras, óleos vegetais em geral, conservas e produtos de fermentação.

Desde 1941, vários trabalhos de agro-geologia estão em andamento, citando-se os seguintes: levantamento agro-geológico do distrito de Monte Alegre e da Estação Experimental de Ribeirão Preto, pesquisas sobre o complexo absortivo da terra roxa, estudos sobre as camadas de decomposição das rochas basálticas e dos métodos de análises químicas do solo, estudos petrográficos, etc.

Tambem criada em 10 de janeiro de 1942, a Secção de Química Mineral ocupa-se particularmente de análises

sumárias de terras, tendo executado 943 análises e 6.601 determinações durante o ano de 1942.

Experiências sobre milho, arroz, sorgo vassoura, feijão, soja, amendoim, leguminosas em geral, constituem o atual programa de trabalho da Secção de Cereais e Leguminosas. Mencionamos em especial, pelo seu interesse econômico, que a Secção mantem atualmente 21 ensaios de trigo, em Campinas, Pindorama, Ribeirão Preto, Tatuí, Tietê, Mococa, Jaú, Santa Rita e Pederneiras, alem de campos de multiplicação.

Os trabalhos principais quanto ao fumo foram os seguintes: — Ensaio de época de plantio, ensaio de progênies de variedade Sumatra, plantio de 86 variedades de coleção e de 87 híbridos diversos.

Foram iniciados, em consequência das atribuições delegadas ao Departamento da Produção Vegetal, as experiências sobre plantas inseticidas e medicinais.

No tocante a plantas oleaginosas, concentrou-se a atividade, principalmente, em torno dos problemas culturais da mamona, tungue, amendoim, gergelim, linho e girassol. A distribuição de sementes de mamona somou 4.620 quilos.

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

Os trabalhos de experimentação e pesquisas foram realizados nas Estações Experimentais de Campinas, Tietê, Tupí, Sorocaba, Tatuí, Limeira, Ribeirão Preto, Pindorama, São Roque, Piracicaba, Ubatuba, nos campos de demonstração e em propriedades particulares.

Ainda ao terminar o ano de 1942, foram criadas e iniciados os trabalhos de montagem da Estação Experimental de 2.ª Categoria de Monte Alegre e da Sub-esta-

ção Experimental de Pindamonhangaba. Na primeira, trabalhos previstos beneficiarão toda a zona serrana da Mantiqueira, e terão, alem disso, consequências de ordem econômica e social que, talvez, marquem nova era para a região. A segunda vem preencher uma grave lacuna que existia na rede de Estações Experimentais, que não dispunham de local apropriado para os trabalhos de seleção e pesquisas para a cultura do arroz.

As Estações Experimentais iniciaram em 1942 a produção e distribuição de mudas de eucaliptos, trabalho que para o futuro deverá ser bastante ampliado.

FRUTICULTURA E OLERICULTURA

A Secção de Fruticultura e Olericultura realizou trabalhos de demonstração prática nos pomares e de levantamento estatístico das plantações de citrus, videiras e outras plantas. Foram levantadas 7.193.945 árvores de pomares comerciais de citrus.

Foi feita larga distribuição de galhos de videiras, não só no município de Jundiaí, como em Guaratinguetá, São Simão, Itatiba e outros.

Com a colaboração da Estação de Enologia, do Ministério da Agricultura, essa Secção procedeu a larga distribuição de galhos e mudas enxertadas em casta "Seibel 10.096", que se caracteriza pelo alto rendimento e como produtora de vinho de boa qualidade.

O número de mudas enxertadas distribuidas atingiu a 1.200 e a enxertia com galhos foi realizada em mais de 10.000 pés. Foram realizadas 525 visitas a diversas lavouras de Jundiaí, para prestar assistência aos produtores, realizando-se, tambem, 6 reuniões para concitar os agricultores a aumentarem as suas produções, principalmente, de gêneros alimentícios.

Foram organizados campos para a produção de sementes de cebola em diferentes municípios do Estado, visando a evitar a importação de sementes dessa cultura. Tambem foram iniciados os trabalhos de organização de uma grande horta no quartel do 4.° R. I. de Quitauna, a-fim-de suprir de hortaliças de boa qualidade as tropas alí aquarteladas, melhorando, dessa forma, a sua alimentação. Igual serviço foi prestado no Instituto Modelo de Menores desta Capital.

Tiveram prosseguimento normal os cursos de viticultura e enologia, mantidos por esta Secção no município de S. Roque e destinados à disseminação de conhecimentos e métodos uteis à cultura de uva e indústria vinícola. No curso de viticultura, que é dado de julho a novembro, foram matriculados 11 alunos, e no de enologia, realizado de fevereiro a junho, a matrícula atingiu a 19 alunos.

ENGENHARIA RURAL

Dentre os assuntos afetos à Subdivisão de Engenharia Rural, salientam-se os ensaios sobre o gasogênio. Foram completados os ensaios com o gasogênio "Light" e iniciados os relativos ao gasogênio "G. Poulenc". Graças ao interesse devotado por esta Interventoria à questão do gasogênio, foi completada a montagem de um dos mais modernos laboratórios de pesquisas atualmente existentes no mundo. A-pesar-da dificuldade da importação de material, os trabalhos de montagem de gasogênios têm sido intensificados. Presentemente, conclue-se a construção de um gasogênio, inteiramente de tijolos, recomendado para as propriedades agrícolas, devido ao seu reduzido custo.

Prosseguiram no Vale do Paraiba os trabalhos preliminares de irrigação e drenagem, tendo sido concluido o projeto do Vale do Paranapanema.

A Subdivisão se ocupou ainda de projetos de irrigação e drenagem de diversos terrenos pertencentes a particulares e às Escolas Práticas de Agricultura, ora em construção.

Pela sua atualidade, merece relevo o fato de que estão em franco progresso os estudos sobre máquinas para desfibrar ramie e sisal e máquinas agrícolas em geral. Os problemas de conservação do solo e de produção de combustiveis foram encarados com particular interesse.

FOMENTO AGRICOLA

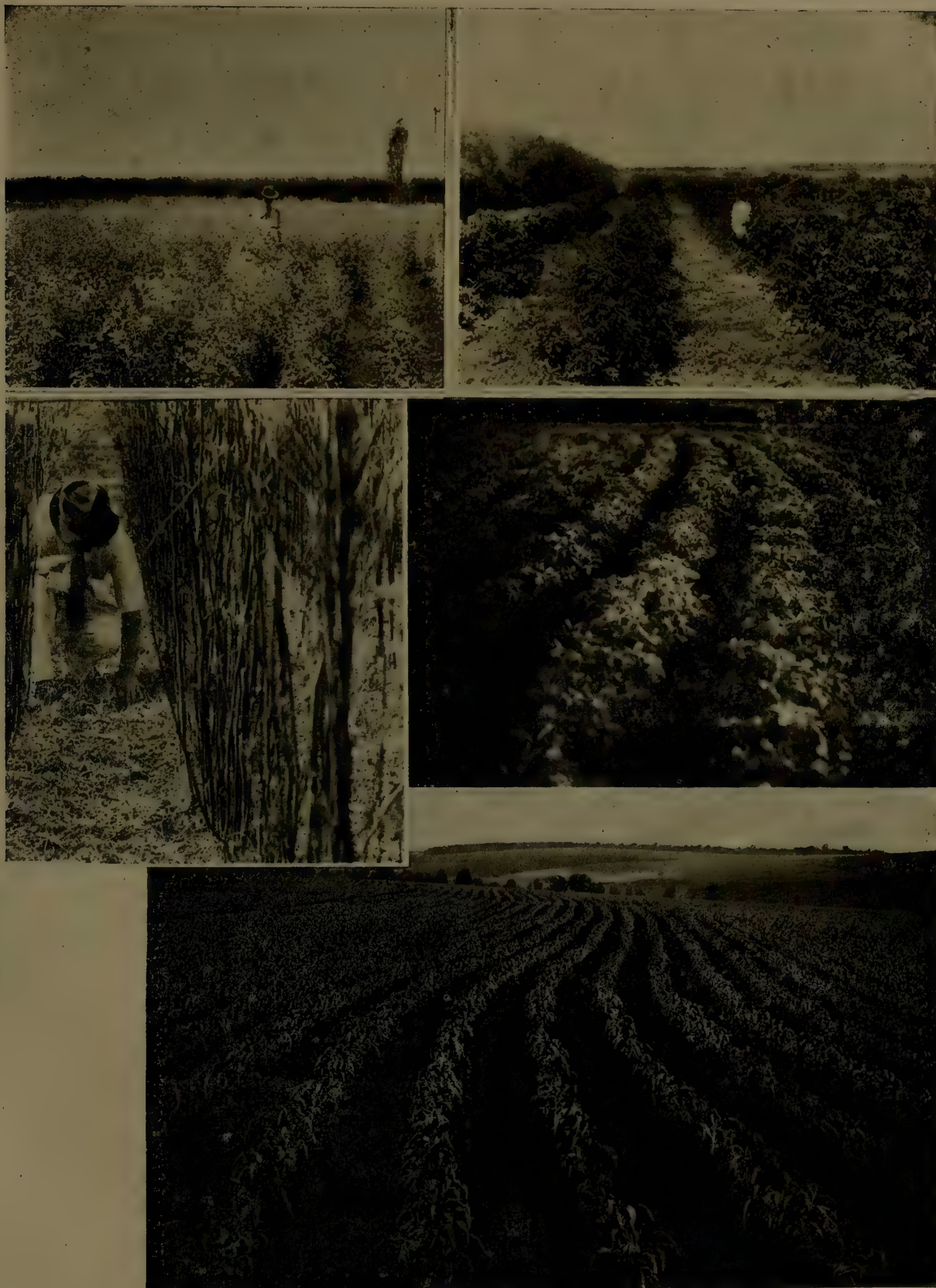
Os trabalhos de Divisão de Fomento Agrícola, do Departamento de Produção Vegetal, no período de 1941-42, apresentaram resultados bastante compensadores, que evidenciam a dedicação e esforço do pessoal para alí destacado bem como o acerto da nova distribuição de funções feita pela reforma da Secretaria naquele setor.

Assim é que, vencendo toda sorte de dificuldades, manteve aquela repartição uma assistência eficiente aos agricultores, desenvolvendo, ao mesmo tempo, os serviços de distribuição de mudas e sementes selecionadas.

A Secção de Cereais e Diversos, que tem a seu cargo a instalação, inspeção e orientação dos Campos de Cooperação de milho, arroz e cereais de inverno, alem dos trabalhos de fomento propriamente ditos concernentes a essas culturas, fez, no interior do Estado, ampla distribuição de cartazes, num total de 14.700 unidades, alusivos às culturas de cereais, incentivando os lavradores a aumentar as áreas cultivadas anteriormente.

A cultura de arroz vem, de ano para ano, tomando notavel incremento, pois é sabido que o seu consumo pela

Cultura de cafeeiros com adubação verde

Cultura de sisal após o último corte (1942) — Depósitos de milho em espiga e com a planta inteira para substituir o paiol

população do Estado cresce dia a dia. Alem do mais, a atual situação aconselha o desenvolvimento dessa cultura, cujo produto poderá ser exportado para outros pontos do país ou para o exterior.

A Secção de Cereais e Diversos distribuiu, entre as Prefeituras do litoral Paulista, algumas centenas de sacas de arroz, de boas variedades, a-fim-de melhorar o tipo de arroz dessa rica região do Estado. As sementes oriundas dessas plantações serão trocadas com as produzidas comumente nas zonas, promovendo-se assim, com economia, a substituição da má semente.

Diversos Campos de Cooperação são mantidos para multiplicação de sementes selecionadas, tendo sido recebidas desses campos 8.100 sacas de sementes, das quatro variedades: "Jaguarí", "Cateto", "Iguape Agulha" e "Dourado Agulha". Para o ano agrícola de 1942-1943, foram aumentadas as áreas cooperadas de arroz, de modo que se possibilite maior distribuição de sementes aos lavradores.

Pela estatística levantada pelos agrônomos regionais, prevê-se uma safra de 10.191.350 sacas, numa área total de 156.790 alqueires, equivalentes a 379.431 hectares.

CULTURA DO MILHO

A Secção de Cereais está fomentando a cultura do milho em bases racionais, procurando, por meio de emprego de boas sementes e adubação racional e processos modernos de cultura, aumentar a produção por unidade de superficie.

As variedades que vêm sendo aconselhadas para o plantio do Estado, são a "Armour", que é um milho mole, a "Cateto", que é uma variedade de milho duro, amarelo, e a "Cristal", que é um milho duro, branco. Os resultados

experimentais obtidos atestam que essas três variedades satisfazem plenamente as nossas necessidades, destinando-se a primeira, principalmente, para a alimentação de animais; a segunda, para exportação, e a terceira, que é a menos cultivada, para alimentação de porcos, fabricação de farinhas, cangica, etc.

No ano agrícola de 1941-1942, foram instalados 7 campos de cooperação de milho para produção de sementes selecionadas, com uma área total de 302,5 hectares. As variedades multiplicadas foram a "Armour", "Cateto" e "Cristal", tendo sido adquiridas 15.625 sacos de 40 quilos para distribuição aos lavradores. Para o próximo ano agrícola, foram instalados 18 campos de cooperação com uma área total de 726 hectares e com uma capacidade de produção de, no mínimo, 37.500 sacas de sementes selecionadas. Os novos campos de cooperação acham-se distribuidos em diferentes municípios do Estado.

CULTURA DO ALGODÃO

Bastante intenso foi o trabalho de fomento realizado pela Secção de Algodão, que manteve, no ano agrícola de 1941-42, mais de 300 campos de cooperação, com uma área cooperada de 13.960 alqueires, equivalentes a 33.783 hectares, espalhados por todo o território estadual, excetuando-se a região do vale do Paraiba, onde a cultura algodoeira não tem sido objeto de interesse.

Chuvas fortes e contínuas ocasionaram uma queda excessiva e apodrecimento de botões florais, capulhos em formação e capulhos já abertos, tendo sido as zonas de Jaboticabal, Ribeirão Preto, Pindorama, Araraquara, parte de Baurú e Marília e, particularmente, a de Ibitinga as mais prejudicadas em suas produções.

A Secção enviou aos cooperadores, de acordo com a quota total de aquisição de sementes aprovada, 830.000 sacos de tela de algodão vazio para acondicionamento das sementes oriundas dos Campos de Cooperação, recebendo, porem, somente 676.478 sacas de sementes em condições de plantio.

Foram recusadas nos laboratórios nada menos de 117.495 sacas de sementes.

A área plantada com o algodoeiro em São Paulo, no ano agrícola de 1941-1942, foi de 491.664 alqueires, equivalentes a 1.189.827 hectares. Para essa área foram distribuidas 687.260 sacas de sementes, de 3 variedades diferentes, de 30 quilos cada, tendo sido insignificante a replanta no Estado. Calcula-se que a produção média por alqueire, tenha sido de 106 arrobas de algodão em caroço ou sejam 43,8 arrobas, por hectare, inferior em 24,3% à do ano agrícola anterior, que atingiu a 140 arrobas por alqueire, em média.

Para o ano agrícola de 1942-43, foram distribuidas 778.759 sacas de sementes, de 30 quilos cada uma, correspondendo ao plantio de 519.195 alqueires ou sejam 1.256.452 hectares.

CULTURA DO CAFÉ

A Secção respectiva efetuou intensa propaganda do sombreamento das culturas por meio do "pisquim", tendo conseguido do Instituto Biológico seis quilos de sementes, que serviram para as primeiras tentativas. Esse movimento foi bem acolhido pelos lavradores que, ante a reprodução calamitosa do fenômeno da geada, desejam encontrar no sombreamento um recurso para manter a estabilidade das suas culturas.

Igual interesse tem tomado o enleiramento permanente para o combate à erosão, sendo de notar que, em face dos resultados obtidos, as casas bancárias estão financiando melhor os lavradores que adotaram tal sistema de trato.

Em inspeções feitas na zona do Paranapanema, verificou-se a extensão dos estragos causados pela geada de 1942, avaliando-se os danos em 70%. Foram recomendados os cuidados necessários para a formação dos novos cafeeiros, aproveitando-se o ensejo para a propaganda da melhoria do café.

Mais de 2 mil experiências demonstraram a eficácia do despolpamento para a obtenção do estritamento mole, em qualquer zona. Estudos de laboratório confirmaram o que a prática indicava: que o problema da melhoria ou deturpação do gosto estava na polpa do fruto, em consequência das fermentações expontâneas e tendo em vista que o café assimila e retem as peculiaridades dos bons ou maus olores imprimidos por tais fermentações.

Foi mandada construir uma usina modelo, com fim didático industrial, na Escola Rural de Monte Alegre, em Ribeirão Preto, tendo a Secção estudado e projetado a usina, depois de balancear às condições cafeeiras do município.

SACARINAS E OLEAGINOSAS

Segundo os dados colhidos pela respectiva Secção, nosso Estado possue atualmente 37 usinas de açucar e alcool, em 18 municípios, 193 engenhos providos de turbinas e 3.750 pequenos engenhos e engenhocas. As grandes usinas continuam a introduzir importantes melhoramentos em suas instalações, estando em funcionamento 32 distilarias anexas às usinas, das quais 11 se destinam

EXPERIMENTAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO

Ensaio de variedades e linhagens do algodoeiro

Ensaio de tratamento das sementes

Ensaio de progênies

à produção exclusiva de alcool bruto. Quanto às plantas oleaginosas, salientou-se na última safra a mamoneira, cuja exportação de bagas, em 1941, pelo porto de Santos, atingiu a 45.874.293 quilos, contra 16.681.290 quilos em 1940. Ótimos resultados vem oferecendo tambem a cultura do tungue, existindo já para mais de um milhão de árvores em plantação definitiva, em diversos municípios de S. Paulo, num total aproximado de 50 plantadores. A produção de frutos secos, em 1942, foi avaliada em 350.000 quilos.

Foram levantadas, por intermédio dos agrônomos regionais, a área e a produção estimativa de amendoim, mamona, tungue e cana de açucar, obtendo-se os seguintes resultados:

Espécie	*Quantidade plantada*	*Produção*
Amendoim....	15.198 alqueires	49.380.500 quilos
Mamona........	29.778 "	74.447.500 "
Tungue..........	1.000.000 de árvores	650.000 "
Cana..............	40.000 alqueires	193.113.960 " e 41.892.660 litros de alcool

A área de cana acima referida compreende a plantada nas grandes Usinas e nos Engenhos.

PLANTAS TEXTEIS

Em 1941-42, eram assim estimadas as plantações da espécie existente no Estado: 1.000 alqueires de ramie, com 450 plantadores, e produção provavel de 3.000.000 de quilos de casca seca; 524.000 pés de sisal, com 86 alqueires, produção de 130.000 quilos de fibra limpa, pois apenas 160.000 pés já estão produzindo; 370.000 pés de fórmio, ocupando 60 alqueires, em Pilar e Cabreuva.

No campo de Pilar procedeu-se, em 1942, ao primeiro corte com fim comercial, alcançando a colheita 38.000 quilos de fibra seca. As folhas de mais de 18 meses deram 15 % de fibras, descendo a 12 % a quantidade de fibras obtidas nas folhas de 12 meses.

CULTURA DO FUMO

Os trabalhos relativos a essa cultura foram concentrados, com reais vantagens, nos municípios de Socorro, São Bento do Sapucaí, Itapira, Bragança, Joanópolis, Perdões, Nazaré e Piracáia, que oferecem condições mais favoraveis. Cerca de 642 propriedades receberam assistência técnica.

Para o ano agrícola de 1942/1943, espera-se uma produção superior a 1.600.000 quilos, que é a produção normal do Estado. A qualidade do produto obtido em 1942 foi inferior à normal, devido ao frio reinante.

CLUBES AGRICOLAS

Foi elaborado e aprovado um projeto sobre a organização e funcionamento de Clubes Agrícolas.

A Secção de Clubes Agrícolas e Economia Doméstica desenvolveu grande esforço no sentido de instalar o maior número possivel de hortas nas residências particulares, não só da Capital como nas cidades do interior. Para isso, foi adquirida grande quantidade de se mentes de todas as hortaliças, fazendo-se ampla distribuição, sob rigoroso controle. Na Capital, a distribuição foi feita diretamente pela Secção e no interior do Estado por intermédio dos agrônomos regionais e Prefeituras. O movimento total de distribuição dessas sementes atingiu a elevada quantidade de 48.775 envelopes.

CULTURA DE OLEAGINOSAS

Árvore de tungue aclimatada no Estado em plena florescência

Produção de frutos de tungue

Plantação de amendoim em terra roxa

Foram realizadas palestras no interior do Estado sobre assuntos de sua especialidade, tendo sido escolhidos 17 municípios com o fim de serem estudadas as suas possibilidades para a instalação de Clubes Agrícolas.

PROPAGANDA

Publicações diversas sobre quase todos os assuntos relativos a cereais, algodão, outras fibras texteis, oleaginosas, fumo, leguminosas e diversas outras foram distribuidas aos agrônomos regionais para serem redistribuidas aos interessados. Inúmeros cartazes de propaganda da produção de cereais e combate à erosão foram afixados em todo o Estado, tendo sido feitas algumas exibições de filmes e palestras radiofônicas.

AGRÔNOMOS REGIONAIS

Medida de capital importância foi a divisão do Estado em 30 regiões agrícolas, para cujas sedes e municípios foram destacados agrônomos, de cuja atuação direta junto aos lavradores há que esperar frutuosos resultados. Essas sedes, possuindo nove auxiliares agrônomos, cada uma, são as seguintes: Araçatuba, Araraquara, Assiz, Baurú, Bebedouro, Botucatú, Bragança, Campinas, Catanduva, Franca, Guaratinguetá, Itapetininga, Itapeva, Itápolis, Jacareí, Jaú, Lins, Marília, Mococa, PirassunUnga, Piracicaba, Pirajú, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Preto, São João da Boa Vista, São Paulo, Santos, Sorocaba e Taubaté.

DISTRIBUIÇAO DE SEMENTES

A distribuição de sementes selecionadas para plantio foi feita por intermédio de 186 Centros de Distribui-

ção espalhados em todo o território do Estado, a-fim-de facilitar a aquisição das mesmas por parte dos lavradores, tendo atingido as seguintes quantidades: 778.759 sacas de sementes de algodão; 4.571 sacas de sementes de arroz; 5.113 sacas de sementes de milho; 1.482 sacas de sementes de mamona; 911 sacas de sementes de amendoim; 78 quilos de sementes de gergelim; 713 quilos de sementes de tungue; 173 sacas de sementes de leguminosas; 594.428 quilos de mudas de cana; 3.455 mudas de frutíferas diversas, e 7.783 sacas de rizomas de ramie.

Cumpre observar que o Estado tem o monopólio da venda de sementes de algodão para plantio, não o tendo para as demais sementes, que podem ser vendidas por outras fontes quaisquer.

Alem das 778.759 sacas de sementes de algodão distribuidas aos lavradores paulistas, a Interventoria autorizou a remessa de 2.358 sacas para outros Estados do País, perfazendo um total de 781.117 sacas distribuidas.

CARTEIRA DE SEGUROS CONTRA O GRANIZO

Ainda em sua fase inicial, o seguro do algodão já está demonstrando quanto vantajoso é para a lavoura, permitindo-se esperar iguais resultados quanto aos seguros projetados para os demais cereais e gêneros de toda a espécie.

O movimento operado, em 1942, com a lavoura algodoeira paulista, pela Carteira de Seguro Contra o Granizo, pode ser visto nos seguintes dados: janeiro, 237,00 alqs., Cr$ 35.387,50; fevereiro, 388,75 alqs., Cr$ 89.980,00; março, 341,25 alqs., Cr$ 82.685,00; abril, 63,00 alqs., Cr$ 10.050,00; outubro, 97.75 alqs., Cr$ 6.637,50; novembro, 703,00 alqs., Cr$ 97.315,00; dezembro, 705,00 alqs., Cr$ 137.168,30. — Total Geral, 2.535,75 alqs. — Cr$ ...... 459.223.30.

FISCALIZAÇAO E CLASSIFICAÇAO

Criada no Departamento de Produção Vegetal a Divisão de Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas, com cinco secções, teve esse novo orgão que vencer as dificuldades iniciais de instalação dos serviços e de adaptação do pessoal às suas novas funções. Apesar disso, registou movimento satisfatório no decorrer do ano de 1942, sendo sua arrecadação de Cr$ 5.257.159,26 e a despesa de Cr$ 4.410.885,30.

O expediente da Diretoria compreendeu 5.562 cartas expedidas; 8.348 autos entrados; 8.200 autos saidos; e 276 informações prestadas em autos.

A Secção de fibras texteis fiscalizou 370 instalações de beneficiamento de algodão, 32 de deslintamento, 9 de reprensagem, 15 de reenfardamento e 23 de extração de óleo, colaborando com a Bolsa de Mercadorias quanto à classificação do algodão.

Pela Secção de Frutas foi feita a revisão completa do levantamento da produção dos bananais, o qual acusou uma produção total de 1.148.630 cachos de 9 ou mais pencas por mês em 24.611.343 touceiras. A exportação de bananas, por Santos, atingiu a 6.176.679 cachos em 1941 e a 3.313.155 cachos em 1942, sendo esse decréscimo justificado pela falta de transporte e outras dificuldades criadas.

A exportação cítrica alcançou as seguintes quantidades: em 1941 — 227.405 caixas; em 1942 — 178.402 caixas. O abacaxí foi exportado para os mercados do sul com ligeiro progresso, a saber: em 1941 — 17.859 caixas; em 1942 — 18.045 caixas.

O consumo interno de frutas foi tambem afetado pela crise de transporte, não permitindo, porisso, obter-se

uma compensação para o fraco movimento da exportação. Registaram-se os seguintes totais: Em 1941 — 1.154.131 caixas de laranjas e 7.951.177 cachos de bananas; em 1942 — 1.451.888 caixas de laranjas e 7.022.202 cachos de bananas. Achavam-se registados até 1942, na Capital, 1.328 vendedores de frutas nacionais, sendo de 123 o número dos do interior do Estado.

Beneficiamento, armazenamento e transporte: — A respectiva Secção autorizou o funcionamento de 472 instalações diversas, tais como depósitos de algodão em caroço, usinas de beneficiamento de carimã, depósitos de caroços de algodão, usinas de beneficiamento de algodão, idem de reprensagem, idem de deslintamento, idem de reenfardamento, instalações de extração de óleos de algodão e de laranja. Iniciando os trabalhos relativos à armazenagem, foi levantada a capacidade dos armazens gerais, cuja área em metros quadrados é de 387.908,97 mts. 2, podendo comportar 2.719.621 fardos de algodão. O estudo dos problemas de transporte, tambem iniciado é de capital importância para a economia paulista.

Tambem está a cargo da Divisão de Fiscalização e Classificação de Produtos Agrícolas a fiscalização da produção e comércio de adubos e outros produtos. Os respectivos trabalhos desenvolveram-se com ritmo normal, nos laboratórios de Campinas e São Paulo. A secção prestou colaboração ao Serviço Federal do Comércio de Farinhas, executando as análises necessárias.

Foram elaborados projetos de acordo com o Governo Federal para a regulamentação da produção e comércio de adubos, mamona, milho, batata, cebolas e óleos essenciais de citrus.

PRODUÇÃO ANIMAL — Aviário da Fazenda Mista de Criação de Pindamonhangaba — Cavalo anglo-árabe, produto da Coudelaria Paulista de Colina — Potrancas de dois anos destinadas a remonta, criadas na mesma Coudelaria — Reprodutor Gyr, puro sangue, da Fazenda do Estado em Sertãozinho — Suinos Berkshire, puro sangue (idem)

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO

A produção agrícola do Estado, nas safras de 1941-42, foi assim estimada, segundo dados fornecidos pelos agrônomos regionais, pelas Secções Técnicas do P. D. V. e Prefeituras Municipais:

MILHO — 28 a 30 milhões de sacos, incluindo o que é consumido nas próprias fazendas. Este cálculo está baseado no aumento da área cultivada e nas condições favoraveis de clima. A produção de 1940-41 foi de ...... 25.300.000 sacas.

ARROZ — 10 a 12 milhões de sacas em casca. Na safra de 1940-41, a produção de arroz foi muito baixa, 4.307.351 sacas, pois que o ano foi excepcionalmente desfavoravel.

FEIJÃO — 2.000.000 a 2.500.000 de sacos. O feijão denominado "das águas" foi prejudicado em virtude do excesso de chuvas. A safra de 1940-41 foi de 2.084.000 sacas.

BATATINHA — 1.620.500 sacas — A safra de 1940-41 foi de 1.510.000 sacas.

MANDIOCA — 360.000 toneladas de raizes das quais 240.000 toneladas serão empregádas na produção de raspa, 50.000 toneladas para fabricação de polvilho, 52.500 toneladas pára farinha de mesa e 17.500 toneladas consumidas frescas na alimentação em geral. As 240.000 toneladas de raizes, industrializadas, darão 80.000 toneladas de raspas e estas, convertidas em farinha, produzirão 68.000 toneladas; as 50.000 toneladas de raizes produzirão 10.000 toneladas de polvilho e as 52.500 toneladas de raizes darão 17.500 toneladas de farinha de mesa. Na safra de 1940-41 os resultados foram os seguintes: Raizes de mandioca — 450.000 toneladas, das

quais 300.000 toneladas se destinaram a raspas; 50.000 toneladas para polvilho e 100.000 toneladas para farinha de mesa e alimentação.

LARANJA — 5.000.000 de caixas de colheita, incluindo cerca de 2.000.000 de caixas, próprias para exportação.

AÇUCAR — 2.800.000 sacas, incluindo as de usinas e engenhos.

ALCOOL — 35 a 40 milhões de litros, de todas as graduações.

MAMONA — 48 a 50 milhões de quilos de bagas.

TUNGUE — 900 toneladas de frutos secos.

AMENDOIM — 10 a 12 milhões de quilos, em casca.

FUMO — 1.800.000 quilos de fumo, em corda e em folhas.

ALGODÃO — (3.ª estimativa) 282.600.000 quilos de algodão em pluma. A primeira estimativa, feita em fins de janeiro, orçava em 380.000.000 de quilos e na segunda, em fins de março, essa produção baixou a .... 317.500.000 de quilos. O tempo excessivamente chuvoso, predominante no mês de março e princípios de abril, foi o fator que determinou não só essa redução na produção, como tambem a má qualidade (tipos baixos).

CAFÉ — 8.200.000 de sacas, segundo informações prestadas pela Superintendência do Serviço de Café.

Produção Animal

Esta Interventoria procurou dispensar o maior amparo possivel aos nossos criadores através dos orgãos técnicos da Secretaria da Agricultura, não poupando esforços para colimar esse patriótico objetivo.

Para melhor desenvolver seu programa de trabalho em tão importante setor da economia paulista, reorganizou-se a Diretoria de Indústria Animal, que passou a constituir o Departamento da Produção Animal, tendo, entre outras atribuições, as seguintes: assistência técnica aos criadores, registo genealógico de reprodutores, registo de criadores, publicidade e divulgação, distribuição gratuita de projetos de construções rurais e de mudas ou sementes de plantas forrageiras, venda de reprodutores, fornecimento de transporte de reprodutores com 50 % de abatimento nos fretes, instalação de postos de monta permanentes e provisórios, exposições de animais, cursos rápidos e práticos de capatazes, informações verbais e escritas, venda ou fornecimento gratuito de aves e coelhos, etc.

Alem destes serviços que beneficiam diretamente o criador, outros podem ser aquí mencionados, tais como o "Controle Leiteiro" e o "Concurso Permanente de Postura" e ainda o "Controle de Carne" que não só fornecem a orientação a ser tomada nos trabalhos zootécnicos, como tambem servem de estímulo aos criadores.

Para melhor desempenho dessas funções foi estabelecido um mapa zootécnico do Estado, que, embora traçado arbitrariamente e em carater precário, possibilita entretanto apreciar melhor a distribuição dos serviços nas diversas zonas pecuárias, facilitando assim a coleta de dados nas diferentes regiões e servindo de base para uma futura organização, melhor orientada, feita de acordo com o desenvolvimento observado nas referidas zonas e com posteriores estudos ecológicos.

Os trabalhos de zootecnia experimental constaram de seleção das raças Caracú e Mocha em Nova Odessa e Colina; seleção das raças leiteiras e mistas de bovinos, em

Pindamonhangaba, onde são criadas as raças Holandesa, Flamenga, Schwytz, Jersey, Guernesey, Normanda e Red Polled; cruzamentos experimentais de bovinos de corte, nos quais são empregadas raças européias, nacionais e indianas, nas fazendas localizadas em Araçatuba e Sertãozinho.

Com relação a equinos, cuja criação é feita na Coudelaria Paulista, em Colina, os trabalhos mencionados se constituiram da criação de reprodutores puro sangue das raças p. s. inglês, árabe, anglo árabe, anglo trakener, bretão, postier bretão, praticando-se com essas raças o cruzamento e a mestiçagem com éguas nacionais, com o fim de se obter o mestiço, destinado aos diversos usos, tração leve e pesada, esporte, montaria militar, etc. A seleção do cavalo Mangalarga continuou de modo promissor, apresentando-se o produto cada vez mais aperfeiçoado nos seus caracteres e aptidões.

Dedicou-se bastante interesse à criação de asininos, mantida com as raças italiana e nacional, para a obtenção de muares, de grande valia aos lavradores na atual crise de transportes.

Podem ser mencionados tambem os trabalhos de zootecnia aviária feitos na Sub-estação de Avicultura, em Pindamonhangaba, com as raças Leghorn, Rhode-Island Red e Plymouth Barrada.

Os estudos de genética que vêm sendo feitos, abrangem numerosas espécies e raças de animais domésticos e se entrosam aos trabalhos de biometria, climatologia, reprodução e inseminação artificial, constituindo a base sobre a qual repousam todos os demais ensaios zootécnicos levados a efeito pelo Departamento.

Nos campos experimentais agrostológicos, dos estabelecimentos subordinados, tiveram andamento experiên-

cias sobre a seleção e aclimatação de plantas forrageiras, adubação, fenação e ensilagem, pastoreio, pisoteio, consociação de leguminosas e gramíneas, inoculação de solo, ensaios sobre germinação de sementes e outros relativos à agrostologia propriamente dita. Estes estudos se completam com os de bromatologia, tais como: digestibilidade das forragens, sua composição química em diferentes estados, determinação dos valores nutritivos, pela digestibilidade, etc.

Os serviços relativos à criação de aves, coelhos e abelhas tiveram novo incremento pela ampliação de seus meios de ação. Assim, alem dos aviários já existentes na sede central do Departamento e em Nova Odessa, foi tambem instalada, achando-se agora em pleno funcionamento, uma Sub-estação Experimental de Avicultura, em Pindamonhangaba, destinada à seleção de aves. Cogita-se presentemente de instalar, em Nova Odessa, em substituição ao pequeno aviário alí existente, uma Sub-estação Experimental de Reprodução, que terá por finalidade principal a multiplicação das aves selecionadas em Pindamonhangaba e sua distribuição aos criadores.

Quanto à Cunicultura, foi instalada no Parque da Água Funda uma bem orientada criação de coelhos, cuja produção, já é suficiente para atender aos pedidos dos interessados.

Com referência à Apicultura, alem dos apiários da sede central, nesta Capital, reformaram-se mais dois no interior do Estado, localizados respectivamente em Pindamonhangaba e em Limeira. Estes apiários visam a fomentar o desenvolvimento da criação de abelhas, que, embora ainda incipiente em nosso meio, não apresentando o carater industrial que se deseja, indica, entretanto, naqueles centros, um desenvolvimento promissor.

ESTABELECIMENTOS DE ZOOTÉCNICOS SUBORDINADOS

As fazendas de criação pertencentes ao Departamento constituem os campos de realização prática dos trabalhos de zootecnia experimental. Esses estabelecimentos, atualmente em número de oito, estão localizados segundo as necessidades das respectivas zonas pecuárias do Estado, possuindo cada qual funções bem determinadas.

Estão em andamento as providências necessárias para a instalação de mais um estabelecimento congênere na zona Noroeste, visto que alí as condições são extremamente propícias à pecuária.

PROTEÇÃO E PRODUÇÃO DE PEIXES
E ANIMAIS SILVESTRES

Foi intenso o movimento de fornecimento de guias para despacho de peles de animais silvestres, perfazendo um total de 108.558 unidades. Dessas guias, foram fornecidas 50 para a exportação, em 1941, num total de 90.750 peles, perfazendo um total de arrecadação em estampilhas pela tabela fixa, de Cr$ 54.711,90 e pela arrecadação do selo "Pro-fauna" da taxa "Ad-Valorem" na importância de Cr$ 27.008,60. Em 1942, foram expedidas 36 guias para exportação, correspondendo a 81.250 peles, numa arrecadação de Cr$ 110.763,00 em selo "Pro-fauna".

Foram fornecidas 16 guias para transação de .... 1.169.800 quilos de penas de aves silvestres.

O fornecimento de reprodutores por venda, permuta ou cessão gratuita ultrapassou de 800 na espécie carpa. Nas diversas espécies de peixes ornamentais esse número ultrapassou a casa dos 2.000. Alem de reprodutores foram fornecidos alguns milhares de alevinos. Foi iniciada a introdução das espécies que ,em 1940, foram trazidas

do Norte e Nordeste do País. Dentre essas convem ressaltar o valor e o resultado obtidos pelo Tucunaré (Cichla ocellaris) e Apaiarí (Astronotus ocellatus) que vem demonstrar cabalmente a adaptação dessas espécies. A-pesar das exigências enormes do serviço, já se encontram registados cerca de seis criadores de Tucunarés, que obtiveram desovas com desenvolvimento normal de alevinos.

CURSO DE PISCICULTURA

Funcionando em três períodos com a duração de três meses e com regular frequência de alunos nesses cursos, foram ministradas aulas teórico-práticas de piscicultura, dando-se, em aulas extras, algumas noções de ranicultura. Especial desenvolvimento foi dado à parte de piscicultura ornamental.

INVESTIGAÇÕES E ESTUDOS

Ao lado das atividades fiscalizadoras, fundamentadas nas disposições do Código de Caça e Pesca, e cuja finalidade principal é a proteção da fauna marítima e continental, inúmeros trabalhos foram realizados, de carater experimental, pois é significativo o valor da indagação biológica sobre o comportamento da fauna silvestre e marítima.

Cuida-se atualmente da instalação da primeira Estação de Biologia Marinha no litoral do Estado, na qual se farão todos os trabalhos técnico-experimentais para a criação e estudo dos peixes marinhos.

Feita a escolha do local nas proximidades do Guarujá, no litoral paulista, o projeto foi elaborado com a cooperação de técnicos da Secretaria da Viação e da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura.

A pesca marítima, um dos mais promissores ramos da economia paulista, será definitivamente amparada e fo-

mentada com a instalação do Entreposto Estadual de Pesca de Santos, que drenará para o mercado consumidor, em moldes racionais e econômicos, a intensa produção das nossas águas litorâneas.

A industrialização do leite, da carne, e de alguns fâneros já alcançou certo desenvolvimento no meio paulista, mas numerosas outras expressões de atividades afins estão ainda em fase embrionária, como a industrialização do pescado.

O estudo tecnológico dos queijos e das manteigas, realizado no Departamento, vem proporcionando resultados que deverão ser interessantes dentro de pouco tempo. Foi iniciada com relativa sistematização, a fabricação do queijo tipo Minas, tendo em vista a produção industrial para fins de comércio internacional. Para isso a primeira providência de que se está cogitando é a da padronização do produto. Na estação de lacticínios têm sido produzidos ótimos queijos tipo Minas, com leite pasteurizado, ao contrário da opinião corrente entre os fabricantes, de que aquele processo de beneficiamento do leite prejudicaria a fermentação peculiar à produção daquele lacticínio.

A fabricação do tipo Prata, de manteiga, de requeijão, de lactose, de caseina, obedeceu a um ritmo mitigado, em virtude da pequena quantidade de leite disponivel.

A parte referente à produção de fermentos selecionados — de tanta importância na indústria leiteira — foi igualmente objeto de acurado estudo.

Prosseguiram os trabalhos referentes à colheita de amostras de leite, sistematizadamente, nas diversas zonas do Estado, de modo que se pudesse chegar à organização de padrões regionais do produto. É evidente que, sem esse conhecimento, os dispositivos regulamentares sobre a matéria serão até certo ponto arbitrários.

Diversos trabalhos foram efetuados sobre a aproveitamento industrial do leite, objetivando:

a) a tecnologia do leite, subprodutos e derivados;

b) a orientação técnica aos interessados em lacticínios;

c) a assistência à indústria lacticinista, e

d) a divulgação de noções e a realização de cursos rápidos e práticos de lacticínios.

Os trabalhos sobre industrialização do pescado mereceram atenção cuidadosa do serviço. Fonte de riqueza de consideravel significação, fator de relevo no racionamento alimentar das populações, esse ramo de indústria animal precisa crescer no Estado.

No sul do Brasil uma onda de entusiasmo propagou-se pela industrialização do pescado, sendo que as indústrias lá existentes produziram em 1941 cerca de 11 milhões de quilos de pescado.

Com a futura criação do Entreposto de Pesca, de Santos, novos elementos de trabalho, virão concorrer, vigorosamente, para a evolução dos conhecimentos técnicos sobre o assunto.

Trabalhos promissores vêm sendo realizados sobre óleos de fígado de peixe. Em tese, objetivam eles o óleo de fígado de cação, muito rico em vitamina A e D.

As exportações deste produto já vêm sendo feitas sob maiores exigências, do ponto-de-vista das constantes físicas, químicas e biológicas.

Numerosos estudos vêm sendo feitos sobre a percentagem de rendimento, pureza, temperatura de extração, e conservação, do referido óleo.

A-fim-de verificar a ação perniciosa de diversas falhas de técnica observadas no processo de industrialização, foram submetidas a exame, amostras de óleos obtidas nas mais diversas condições de extração.

A questão da fabricação de colas e gelatinas vem sendo tambem atenciosamente estudada.

A questão do cortume dos couros e sua conservação, do aproveitamento econômico do sangue nos matadouros, a fabricação de farinha de sangue, e a utilização dos ossos e dos fâneros em geral — constitue matéria de trabalho cotidiano no sentido da obtenção dos elementos com que se possam beneficiar as atividades industrializadas do Estado.

A parte de fiscalização de alimentos para uso animal, ofereceu intenso movimento de análises e concessão de licenças a fabricantes e comerciantes.

Esses produtos, de significativa expressão do ponto-de-vista industrial, constituem-se, principalmente, dos subprodutos das indústrias moageiras e dos matadouros-frigoríficos.

No semestre foram feitas cerca de 600 determinações, abrangendo sobretudo o farelinho e o farelo de trigo, o farelo de milho, de mandioca, de arroz, de caroço de algodão, raspa de mandioca, farinha de carne, de sangue, de vísceras em geral.

Diversos trabalhos de controle sanitário em relação aos produtos industrializados de origem animal, foram realizados, tais como queijos, leites fermentados, manteigas, doces frios tendo por base o leite. A flora microbiana global, em especial a flora colibacilar, vem sendo rigorosamente verificada. No leite pasteurizado da Capital foi pesquisada a possivel presença do germe tuberculoso vivo

e virulento — dada a noção conhecida de que é grande a percentagem de bovinos reagentes à tuberculina, no rebanho leiteiro da cidade. Numerosas amostras de produtos de salsicharia foram submetidas a exame para verificação da sua flora, sobretudo em representantes do grupo tífico-paratífico-disentérico.

Foram feitas verificações sobre o funcionamento regular de certos grupos de máquinas componentes da aparelhagem das usinas — tendo por base o controle bacteriológico da flora anterior e posterior à pasteurização do leite.

Como serviço complementar, foi realizada a assistência sistemática aos rebanhos das fazendas do Departamento, zelando pelo estado de saude dos mesmos, em especial, exercendo a profilaxia da tuberculose e da brucelose.

A inspeção feita nos estabelecimentos pastorís que exploram a produção do leite compreendeu:

a) nas granjas: 166 visitas, 573 tuberculinizações, com 129 identificações de animais. Foram colhidas 565 amostras de sangue para aglutinação (brucelose) e feitos 2.617 exames citológicos;
b) nos estábulos: identificação de 804 animais, registo de 122 propriedades, colheita de 1.030 amostras de sangue.

Nas usinas foram examinados cerca de 4 milhões de litros de leite e realizadas 36.688 análises.

O serviço de balneações carrapaticidas atingiu a 213.194 cabeças, das quais aproximadamente 90 mil eram bovinos.

BENEFICIAMENTO DO LEITE NA CAPITAL

A fiscalização exercida nas usinas considerou impróprios para o consumo em espécie, cerca de 278 mil litros

de leite, que foram desnatados e cerca de 32 mil destinados à inutilização. Nos laboratórios foram feitos cêrca de 400 exames de lâmina (Breed e sedimento) e 150 determinações químicas, objetivando o leite e derivados. No leite originário das granjas foram feitos 1.823 exames sobre presença de sangue e pus.

PRODUÇAO E BENEFICIAMENTO DO LEITE NO INTERIOR

O controle da inspeção e fiscalização do leite para o consumo "in natura", no interior do Estado, acha-se dividido em 22 regiões, tendo abrangido em seu raio de ação, 2.760 estabelecimentos produtores, 27 postos de concentração, 22 postos de recebimento, 26 usinas de refrigeração e 24 de beneficiamento.

Foram feitas aproximadamente mil visitas a produtores e pontos de concentração e de recebimento do leite e realizadas 61.664 análises físico-químicas, 27.648 provas de lacto-filtração e outros exames, tendo sido inutilizados 235.093 litros de leite.

DERIVADOS DO LEITE

De acordo com os trabalhos feitos, sabe-se que existem em pleno funcionamento, no Estado de São Paulo, cerca de 139 fábricas de derivados do leite. Podem ser assim classificados os estabelecimentos fichados e fiscalizados:

Fábricas de manteiga	79
Fábricas de queijo	31
Fábricas de caseina	21
Fábricas de leites dietéticos	8
TOTAL	139

O número de inspeções feitas a todos os estabelecimentos manipuladores de leite foi de 1.235, sendo na Capital, 348 e no Interior, 887.

SERVIÇO DE SERICICULTURA — Vista parcial do laboratório da Secção de Indústria e Comércio — Interior de uma das salas de confecção

Entre os exames procedidos no leite a ser industrializado, tem despertado muito interesse entre produtores e industriais a prova da lacto-filtração, aliás de grande objetividade.

As primeiras vias dessas provas são arquivadas no serviço e as demais são remetidas aos respectivos fornecedores de leite, acompanhadas de observações e conselhos uteis para a obtenção de um produto melhorado.

CARNES E DERIVADOS

Foi feita a fiscalização permanente nos Matadouros Municipal de São Paulo, Municipal de Guarulhos, do Hospital de Juquerí, Avícola Municipal e Avícola de Santos, estabelecimentos esses que, com exclusão dos Matadouros de Juquerí e do Avícola de Santos, concorrem para o abastecimento de carne desta Capital.

CONDIÇÕES DE HIGIENE DOS MATADOUROS

São relativamente satisfatórias as condições higiênicas do Matadouro Municipal de Guarulhos. O Matadouro do Hospital de Psicopatas de Juquerí acha-se em obras de ampliação, estando prontos os depósitos de couros salgados, de ossos, etc., alem de outras em vias de de conclusão. Está resolvida, tambem, a construção de uma sala apropriada para a matança de suinos, devendo as obras ser iniciadas logo que terminem as que se encontram em andamento. O Matadouro Avícola de Santos, embora pequeno, foi bastante melhorado, satisfazendo atualmente, às necessidades daquela cidade. Os Matadouros pertencentes à Prefeitura de São Paulo — o Avícola e o Municipal de Carapicuiba, apresentam, ainda, sérios senões.

Foi prestada assistência técnica a diversas Prefeituras, tendo sido fornecidos anteprojetos para a construção de matadouros, com os respectivos memoriais descritivos, e o anteprojeto do Regulamento Estadual de Inspeção de Carnes e Derivados.

INSPEÇAO SANITÁRIA DOS ANIMAIS ABATIDOS

Todos os animais sacrificados nos Matadouros sujeitos à fiscalização pelo Estado, são submetidos a inspeções sanitárias, tanto antes como após a respectiva matança. Exigindo a técnica que esses exames sejam realizados acuradamente — animal por animal — facilmente poderá ser aquilatada a soma de trabalho executado nesse serviço, mormente sendo conhecida a série de operações demandadas pela inspeção *post-mortem*. Como resultado dos referidos exames sanitários, os serviços de inspeção de carnes, destacados junto aos matadouros fiscalizados, realizaram numerosas apreensões totais (graxaria) e parciais (picação e charque) de animais abatidos.

MOVIMENTO DE MATADOUROS

Foi o seguinte movimento de matança nos matadouros fiscalizados:

Bois	127.843
Vacas	3.953
Vitelos	1.448
Porcos	33.756
Leitões	4.847
Ovinos	4.397
Caprinos	19.108
Aves	1.162.978
Coelhos	1.428
TOTAL DE	1.359.758

VULGARIZAÇÃO

Obedecendo à orientação emanada do Conselho Nacional de Imprensa, através do Departamento de Imprensa e Propaganda, a "Revista de Indústria Animal", orgão do Departamento de Produção Animal, passou a apresentar-se desde o início de 1941, sob a denominação de "Boletim de Indústria Animal".

Publicação especializada, veiculando de um lado, a produção experimental dos laboratórios daquele Departamento, e de outro lado, noções de vulgarização científica para os meios agro-pecuários e atividades afins, o "Boletim de Indústria Animal" é, hoje, no seu gênero, um dos melhores periódicos em nosso País, sendo distribuido 4 vezes por ano a 1.533 assinantes.

A parte de vulgarização é ainda ventilada pelo Departamento da Produção Animal, através de folhetos, produzidos em série, sobre os diversos assuntos de sua alçada e destinam-se à distribuição gratuita aos interessados.

Em 1942, foram distribuidos 6.881 folhetos no Estado, no país e no estrangeiro.

Serviço de Sericicultura

Em dezembro de 1941, foi criado o Serviço de Sericicultura, com sede em Campinas, diretamente subordinado à Secretaria da Agricultura, que coordenou, dando-lhes maior amplitude, as atividades então exercidas pela 3.ª Secção — Sericicultura — do Departamento de Indústria Animal, secção essa que ficou, assim, extinta. No plano de evolução da economia rural do Estado, verifica-se que a sericicultura já ultrapassou a fase exclusivamente agronômica da sua expansão, tendo alcançado a esfera superior da tecnologia industrial, o que lhe permite situar-se em condições extremamente favoraveis para o comércio dos produtos e subprodutos séricos.

A atual conflagração mundial veio realçar a necessidade dos mercados internos e possivelmente dos externos. O fomento das atividades agronômicas relacionadas com a sericicultura, a orientação tecnológico-industrial, a fiscalização do comércio, os estudos de biologia sericícola, em suma, os trabalhos de assistência técnica desenvolvidos pelo governo do Estado, junto às fontes de produção e industrialização da seda, resultaram na criação de um patrimônio que precisa ser defendido.

Como argumento aritmético à tese explanada, é bastante mencionar o fato de que a produção de casulos, que em 1936 atingiu a cêrca de 300 mil quilos, alcançou, em 1940, perto de 700 mil quilos, e que a distribuição de mudas de amoreiras é cada vez maior.

Isso considerando foi que o atual governo imprimiu novos rumos à atividade sericícola, desenvolvendo a propaganda mais intensa do plantio de amoreiras em todos os municípios paulistas e das vantagens econômicas que adviriam do incremento da produção nesse setor.

O resultado das medidas postas em prática foi uma radical mudança no cenário da sericicultura de São Paulo, bastando considerar que, em julho de 1941, contava o Estado 3 fiações com 260 bacias capazes de semifaturar 500 mil quilos de casulos, quando, um ano depois, registavamos 21 fiações correspondendo ao total de 604 bacias em funcionamento, havendo mais 9 fiações em montagem, o que nos permitirá atingir o elevado número de 30 instalações industriais dessa especialidade com 774 bacias, capazes de trabalhar um milhão e quinhentos mil casulos da próxima safra de 1941-43, com produção aproximada de 40 mil contos de réis.

Tal volume de atribuições e de trabalho não podia conter-se nos limites estreitos de uma simples secção, sem graves prejuizos das suas possibilidades de realização no plano da nossa economia pública e privada e assim se justifica plenamente a criação do Serviço de Sericicultura, que ficou constituido da seguinte forma: I — Diretoria; II — Secção de Biologia e Fomento; III — Secção de Indústria e Comércio; IV — Estações Experimentais, e V — Secção de Administração.

O serviço de Sericicultura, em 1942, distribuiu mais de 33 milhões de estacas e mudas de amoreiras, realizando na hinterlândia paulista 15 cursos de operários fiandeiros com 610 alunos e 17 cursos de operários sirgueiros com 661 alunos, para habilitar os elementos necessários para a nova exploração agro-industrial.

A produção de ovos selecionados aumentou paralelamente com o aumento dos amoreirais. Em 1941 a antiga Secção de Sericicultura produziu 221.310 grs.; em 1942, para a safra iniciada em setembro, o Serviço de Sericicultura tinha nos seus frigoríficos, 402.802 grs. de ovos selecionados para distribuir aos sericicultores.

A distribuição de ovos, de dezembro de 1941 a dezembro de 1942, comparada com a do ano anterior, dá-nos uma idéia da faina dos agricultores em reativar os seus amoreirais aproveitando as últimas criações do ano sericícola.

	1940/41	1941/42
Criadores	1.198	5.146
Ovos distribuidos ...	71.332 grs.	348.257 grs.

A distribuição de publicações aumentou intensivamente, oferecendo os seguintes resultados: em 1941 — 2.895 exemplares; em 1942 — 14.983 exemplares.

A-fim-de atender ao desenvolvimento dos trabalhos, foi necessário ampliar as instalações do Serviço de Sericicultura, acrescendo-se mais de 1.103,62 m² de construções, que vieram aumentar o valor dos imoveis do Serviço em, aproximadamente, Cr$ 250.000,00.

Serviço de Imigração e Colonização

A situação internacional afetou grandemente o movimento imigratório estrangeiro, registando-se apenas atividade quanto à entrada de trabalhadores nordestinos, que para S. Paulo acorrem principalmente em consequência dos rigores da seca no nordeste brasileiro, sendo aquí acolhidos com todo amparo oficial.

Em 1941, vieram para o Estado 23.864 trabalhadores nacionais, diminuindo para 18.405 em 1942. Essa diminuição é justificada por dois fatores: a dificuldade de transporte marítimo e o encaminhamento de grandes massas de trabalhadores nordestinos para o Pará, Amazonas e Território do Acre, por iniciativa da União, com o fito de incrementar as indústrias extrativas, entre as quais a da borracha.

Dos 18.405 trabalhadores nacionais entrados em 1942, 2.868 viajaram por via marítima e 15.537 por via terrestre, tendo vindo por Montes Claros e Pirapora 12.292, das quais 8.549 tiveram passagens fornecidas pelo governo paulista naquelas localidades mineiras.

Excluidos os que ficaram na Capital, foram rejeitados ou faleceram na Hospedaria de Imigrantes, restaram 16.259, que, com mais 10 trabalhadores estrangeiros, representam o contingente de braços com o qual a repartição estadual supriu a lavoura paulista no ano em apreço.

A imigração estrangeira pelo porto de Santos foi, em 1941, de 3.835 pessoas, diminuindo para 334 em 1942,

acusando um decréscimo de mais de 90 %. Cumpre notar que, desse número, apenas 58 eram agricultores, sendo um de nacionalidade polonesa e os demais portugueses. Mesmo nas outras profissões a nacionalidade portuguesa teve superioridade, com 167 pessoas sobre um total de 170.

O Serviço forneceu, durante 1942, 29.020 passagens, sendo 18.843 a imigrantes em primeiro e segundo estabelecimentos para o interior do Estado; 8.809 a imigrantes entrados por estrada de ferro e por via marítima e 1.358 a funcionários em serviço.

A estatística referente aos trabalhadores nacionais, quanto à procedência, acusa os dados seguintes: maior contingente, a Baía, com 4.556; Ceará, 3.846; Minas Gerais, 2.527; Pernambuco, 2.448; Alagoas, 1.180; quantidades inferiores a mil e superiores a cem vieram de Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Gande do Norte, Paraiba, Santa Catarina, Distrito Federal e Rio Grande do Sul; inferiores a 100, do Paraná, Piauí, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso e Goiaz.

Prosseguiu-se com êxito na repressão ao aliciamento clandestino de trabalhadores, tendo os funcionários da inspetoria respectiva contado, para isso, com a colaboração das autoridades policiais e municipais e agentes das estradas-de-ferro.

Atendeu-se tambem ao serviço de segundo estabelecimento de trabalhadores, que somaram 2.028 em 1942, dos quais 595 encaminhados pela Inspetoria de Santos e os restantes encaminhados pelo Departamento Estadual do Trabalho, Gabinete de Investigações e Departamento de Serviço Social.

A Hospedaria de Imigrantes realizou satisfatoriamente os seus serviços de assistência aos trabalhadores e

que vão desde o alojamento, banhos, serviços de lavanderia e barbeiro, alimentação, à inspeção de saude e consequentes socorros médicos ou hospitalares, quando necessários, até que se efetue o reembarque para o interior.

Foram fornecidas, durante o período, 75.454 refeições e 23.885 farneis de viagem aos trabalhadores, 7.992 litros de leite aos doentes internados no Hospital, e 1.124 "médias" (café com leite) aos trabalhadores entrados fora das horas normais de expediente.

Ficou terminada a instalação da nova lavanderia, que já se acha em pleno funcionamento.

Das 67.368 peças de roupa entradas na lavanderia durante o exercício, foram lavadas 48.398, passadas 45.938 e desinfetadas 26.203.

Foram encaminhadas à assistência médica 2.219 pessoas, das quais 742 homens, 630 mulheres e 847 crianças de ambos os sexos.

Forneceram-se 2.952 banhos a homens, 1.710 a mulheres e 1.677 a crianças, num total de 6.339.

O Hospital recebeu 544 trabalhadores dos quais 459 tiveram alta, 38 faleceram, 25 foram removidos para outros hospitais e 22 ainda continuavam internados em 31 de dezembro.

Nasceram 6 crianças, das quais 2 meninos e 4 meninas.

Foram inspecionados pelos médicos-inspetores todos os 16.515 trabalhadores matriculados durante o ano e vacinados ou revacinados 16.367.

O armazem de bagagem recebeu 1.807 volumes com 46.838 quilos, dos quais despachou 1.258 volumes com 34.419 quilos e entregou em mãos 549 volumes com 12.419 quilos.

A-fim-de melhor aparelhar os serviços, foi construido um armazem, orçado em Cr$ 149.900,00, para os cooperadores dos Núcleos Coloniais. Foi ainda edificado um novo prédio, no valor de Cr$ 149.273,00, destinado à lavanderia, cuja instalação anterior era por demais precária.

O 4.º número do "Boletim do Serviço de Imigração e Colonização", editado em dezembro de 1941, mas todo ele pronto somente em janeiro de 1942, foi distribuido pelo Escritório Oficial de Informações e Colocação, às autoridades, estudiosos do assunto e outras pessoas que o solicitaram.

Ficou terminado, logo no início de 1942, o filme "Orientação e assistência aos trabalhadores agrícolas chegados a São Paulo", que já foi exibido por diversas vezes, causando excelente impressão.

A diminuição dos serviços de Imigração permitiu que a atenção do Serviço se voltasse mais demoradamente para os serviços de Colonização, que tiveram, aliás, um grande aumento de atividades: novas benfeitorias foram feitas no Núcleo "Barão de Antonina"; no Núcleo "Carlos Botelho", criado por decreto de 27 de outubro de 1941, foram muito adiantados os serviços de plantação, sendo instalada a sua sede provisória e abertos caminhos no Litoral Sul, e, por fim, realizaram-se alguns serviços importantes, sobressaindo a abertura de novas estradas e caminhos.

No Núcleo "Barão de Antonina", foi realizado o saneamento da sede, num raio de 2 kms., e de outros pontos mais afetados pela malária, já se fazendo sentir os resultados benéficos de tal iniciativa, que vem favorecer a 370 famílias de lavradores, compostas de 2.188 pessoas, que

desbravaram a antiga "Mata dos Índios", transformando-a num celeiro da região.

Cumpre ainda citar as instalações zootécnicas, tais como Posto de Monta e Banheiro Carrapaticida, no valor de Cr$ 30.000,00, que vão concorrer para melhorar os rebanhos da região.

NÚCLEO COLONIAL "CARLOS BOTELHO" — Criado o Núcleo, a-fim-de se lhe dar uma organização modelar, com o fito de servir de aprendizagem e incentivo à lavoura, naquela zona, foram adquiridas máquinas agrícolas e industriais, tais como, motores fixos e gasogênio, conjuntos para lacticínios, sericicultura, apicultura, avicultura, um trator com os seus complementos e grupos de máquinas agrícolas para preparo do solo e tratamento das lavouras.

Os grupos de máquinas agrícolas serão vendidos aos lavradores, acrescendo-se o seu custo ao valor dos lotes, para pagamento a prestações.

Nesse Núcleo já estão construidos 15 kms. de estradas de penetração, ponto de partida para o seu retalhamento e consequente exploração agrícola.

LITORAL SUL — Nas terras em colonização nessa região, onde o governo possue 43.825 hectares, que vão margeando a Estrada-de-Ferro Santos-Juquiá, numa extensão aproximada de 80 kms., estão sendo feitas, em diversas zonas, estradas de penetração das quais 10 kms. já estão terminados, o que proporcionará às 512 famílias de concessionários já alí localizadas facilidade de locomoção e de transporte dos produtos para as estações ferroviárias.

Foi construido o prédio para escritório da sede do 2.° perímetro, com residência, no valor de Cr$ 20.464,20 e uma escola no perímetro 26, em Juquiá.

NOVOS NÚCLEOS NO VALE DO PARAIBA — O reerguimento do Vale do Paraiba é um dos problemas que vem merecendo, por parte dos poderes públicos, uma atenção toda especial, estando bem adiantados os estudos para a instalação de novos núcleos nessa região.

Departamento de Assistência ao Cooperativismo

Os trabalhos do Departamento de Assistência ao Cooperativismo desenvolvem-se com êxito, não obstante haver tido necessidade de desdobrar suas atividades para resolver múltiplas questões que se apresentaram às sociedades cooperativas em razão do estado de guerra, principalmente às constituidas de núcleos compactos de súbditos do "eixo", de posição especialíssima e a que era imprescindivel atender com presteza e energia.

O resultado da ação do Departamento foi eficiente, satisfazendo a todos os que adotaram a prática da cooperação nas suas atividades.

Mediante prévios estudos das condições do meio, foram organizadas 32 cooperativas econômicas e 13 escolares, reorganizadas e reformadas 13 cooperativas econômicas e 1 escolar, estando em estudos a organização de 97 cooperativas econômicas e 15 escolares.

Em relação às cooperativas de produção, verificou-se o consideravel aumento de 23 sociedades, elevando-se a 163 o total das cooperativas desse gênero, as quais somam 14.706 associados, com Cr$ 30.426.845,00 de capital subscrito.

Quanto às cooperativas compreendidas em outras categorias, os aumentos se registaram na seguinte ordem: cooperativas de consumo, 3; de crédito agrícola, 3; industrial, 2, e de trabalho, 1.

Em 5 de junho de 1941, havia no Estado 232 cooperativas, com 56.359 associados e Cr$ 33.436.785,00 de capital subscrito. Em 1942, o número de cooperativas existentes em território paulista era de 264, com 59.544 associados e Cr$ 40.829.278,00 de capital subscrito.

No Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, e neste Departamento, foram registadas 42 cooperativas econômicas e 28 cooperativas escolares.

O número de cooperativas escolares, que, em 5 de junho de 1941, somava 65, subiu em 1942 a 78, tendo-se verificado, portanto, o aumento de 13 sociedades. Dentre estas, 3 têm o carater de cooperativas agrícolas, com o objetivo principal de ministrar conhecimentos rudimentares de agricultura aos seus jovens associados, mediante a formação de pequenas hortas e pomares, criação de aves, do bicho-da-seda, etc. Sobressái ainda a Cooperativa Escolar "Dr. Prudente", em Piracicaba, que mantem oficinas de marcenaria e de costura, e a Cooperativa do Centro Acadêmico "XI de Agosto", da Faculdade de Direito, que organizou uma biblioteca circulante, a-fim-de facilitar o estudo aos alunos de menos recursos econômicos. No curso secundário fundaram-se 4 cooperativas escolares, com o propósito de auxiliar a aquisição de material escolar aos seus associados e cuidar da difusão dos princípios da cooperação. Para incrementar ainda mais o cooperativismo nos meios escolares, o Departamento editou uma série de Publicações dedicadas aos professores paulistas.

O boletim "Cooperativismo", cuja circulação se iniciou em 1940, está atualmente com a tiragem mensal de 5 mil exemplares, que vêm sendo distribuidos nos meios interessados. Comunicados que versam matéria doutriná-

ria e notícias sobre as atividades cooperativas foram remetidos pela repartição, semanalmente, por intermédio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, aos jornais da Capital e do Interior.

Entre 15 e 25 de outubro de 1941 e 7 a 15 de dezembro de 1942, o Departamento realizou o seu Curso Técnico-Elementar de Cooperativismo, que se destina a diretores e funcionários de cooperativas, constando as aulas das seguintes matérias: Doutrina Cooperativista, Legislação, Contabilidade Teórica, Administração e Contabilidade Prática.

Trabalho de relevante importância efetuou o Departamento, promovendo, em colaboração com a Cooperativa Central de Fruticultores do Estado de São Paulo, uma série de reuniões de produtores e interessados na safra de laranja de 1942, a-fim-de serem estudadas as medidas que se faziam necessárias à solução dos problemas que ora se apresentam à classe, em virtude das dificuldades de exportação do produto, motivadas pela anormalidade da situação internacional.

Essas reuniões tiveram a presença de grande número de fruticultores e interessados, sendo tomadas em conjunto oportunas providências julgadas capazes de solucionar as dificuldades em apreço, promovendo-se o incremento do consumo interno, o desenvolvimento dos sub-produtos da laranja, mediante a fabricação do óleo extraido da casca, e a industrialização do suco, com que se vem produzindo vinho e conhaque de superior qualidade.

A Secção de Registo e Fiscalização executou com regularidade seus serviços, assim se resumindo a atividade que desenvolveu em 1942: estudos econômicos, 1.529;

relações semestrais, 166; relações de associados, 1.013; movimento numérico de associados, 1.060; relatórios do Cons. de Administração, 42; estudo de documentos jurídicos, 56; pareceres dos auxiliares da Secção, 842; informações, 493; ofícios expedidos, 1.031; balancetes, 1.299; balanços gerais, 120; operações de crédito, 297; tomadores de empréstimos, 259; documentos encaminhados ao S. E. R., 43; certificados concedidos 194; cooperativas registadas, 11; Cooperativas aguardando registo, 9; cooperativas reformadas, 6.

A Biblioteca acusou o acervo de 757 volumes, com a média diária de 3 requisições e 10 consultas na própria sala de leitura.

Atingiu a 123.910 unidades, a correspondência expedida pelo Departamento, em 1942, contra 30.211 em 1941. Registam-se 4.453 endereços de pessoas interessadas em obter boletins e publicações do D. A. C.

Publicidade Agrícola

Por intermédio da sua Secção de Divulgação Agrícola, a Diretoria de Publicidade Agrícola editou, no período 1941-42, mais de cincoenta trabalhos, constituidos de monografias, boletins e ensaios sobre os diversos aspectos dos problemas que interessam à nossa economia, ao mesmo tempo que continuou distribuindo aos jornais da Capital e do Interior comunicados referentes aos assuntos mais importantes da lavoura e da pecuária.

Elevou-se a 105, em 1942, o número dos trabalhos assim amplamente divulgados pela imprensa, sendo muitos deles reproduzidos nos jornais de outros Estados.

Resolveu a Diretoria organizar um serviço de distribuição de comunicados diretamente aos lavradores e criadores, preparando, para isso, um fichário dos agricultores

do Estado agrupados segundo o ramo e a especialidade a que se dedicam, classificados pela principal ou principais culturas, espécie de animais criados e finalidade da cultura ou criação.

A iniciativa foi bem acolhida, contando para maior êxito com o apoio dos prefeitos municipais e agrônomos regionais do Estado.

Os comunicados, impressos em aparelho multiplicador, são distribuidos simultaneamente a 206 jornais do interior e a 30 revistas que tratam de questões econômicas em geral. Nos municípios onde não existe imprensa, são eles afixados em lugares públicos pelas autoridades competentes, cumprindo o governo, dessa forma, seu programa de levar aos lavradores e criadores de todos os recantos do Estado a orientação e os conselhos ditados pela experiência e pela técnica, indispensaveis ao bom resultado da exploração econômica dos campos.

Foram publicados os números correspondentes a 1941 e 1942 do "Boletim de Agricultura", onde se enfeixam os trabalhos de valor permanente, extraidos cuidadosamente de fontes autorizadas.

Atenderam-se a 1.224 consultas verbais e por escrito.

O movimento geral da Biblioteca foi o que segue: Volumes: adquiridos por compra, 165, por doação, 25; Periódicos recebidos: assinatura, 84 e permuta, 315; Encadernações: 128, e Consultas: 15.276.

Durante o ano de 1942, foram atendidos 34.166 interessados, sendo 33.265 do Estado de S. Paulo, 848 de outros Estados e 61 do exterior, aos quais foram distribuidas 10.864 publicações, destinadas 99.993 ao Estado de S. Paulo, 9.036 a outros Estados e 1.008 ao Exterior.

Foram, ainda, expedidas 1.209 cartas.

Escola Prática
de Agricultura
"José Bonifácio"

As matrículas no ano letivo de 1941-42, nesta Escola, atingiram a 205 alunos, sendo 99 no primeiro ano; 55 no segundo e 51 no terceiro. As aulas versam sobre agricultura, zootecnia, indústrias agrícolas e administração agrícola, práticas e teóricas, sendo tambem prestada aos alunos assistência médica e dentária.

Nas oficinas da Escola, que constam de carpintaria, selaria e ferraria, foram executadas obras no valor total de Cr$ 39.823,90.

A Secção de Zootecnia realizou o seguinte: construção de silos subterrâneos, de cercas, currais; plantio e formação de novas pastagens; plantio e formação de prados artificiais para feno; cultura de forrageiras; campo agrostológico; aquisição de novos veículos de tração animal, e aquisição de maquinário agrícola moderno para cultura e preparo de plantas forrageiras.

Pela Secção de Agricultura foi feito o plantio de uma área de cerca de 1.000.000 de metros quadrados, objetivando a cultura do arroz, milho, feijão, batatinha, sorgo, gergelim, mamona, cana, alfafa, sizal, papoula, ramie, araruta, algodão, café, etc.

Prossegue com intensidade a reforma do prédio principal da Escola, cuja modernização era inadiavel para o bom andamento dos trabalhos escolares, orçando as obras em Cr$ 703.812,00.

O ano letivo de 1942/43, iniciado a 1.º de agosto, conta com 204 alunos, assim distribuidos: 1.º ano — 102; 2.º ano — 55; e 3.º ano — 47.

Foram ministradas 471 aulas, sendo 297 práticas e 174 teóricas.

Concluiram o curso em 1942, 51 alunos, tendo sido eliminados, durante o ano, 43, promovidos 102 e reprovados 9.

A safra do ano agrícola 941/42, numa área cultivada de 118,32 hectares, foi de 141.935 quilos de produtos diversos, alem de 1.500 caixas de laranjas e 220 résteas de alho e cebola.

Foram dadas, regularmente, aulas de educação física a todos os alunos.

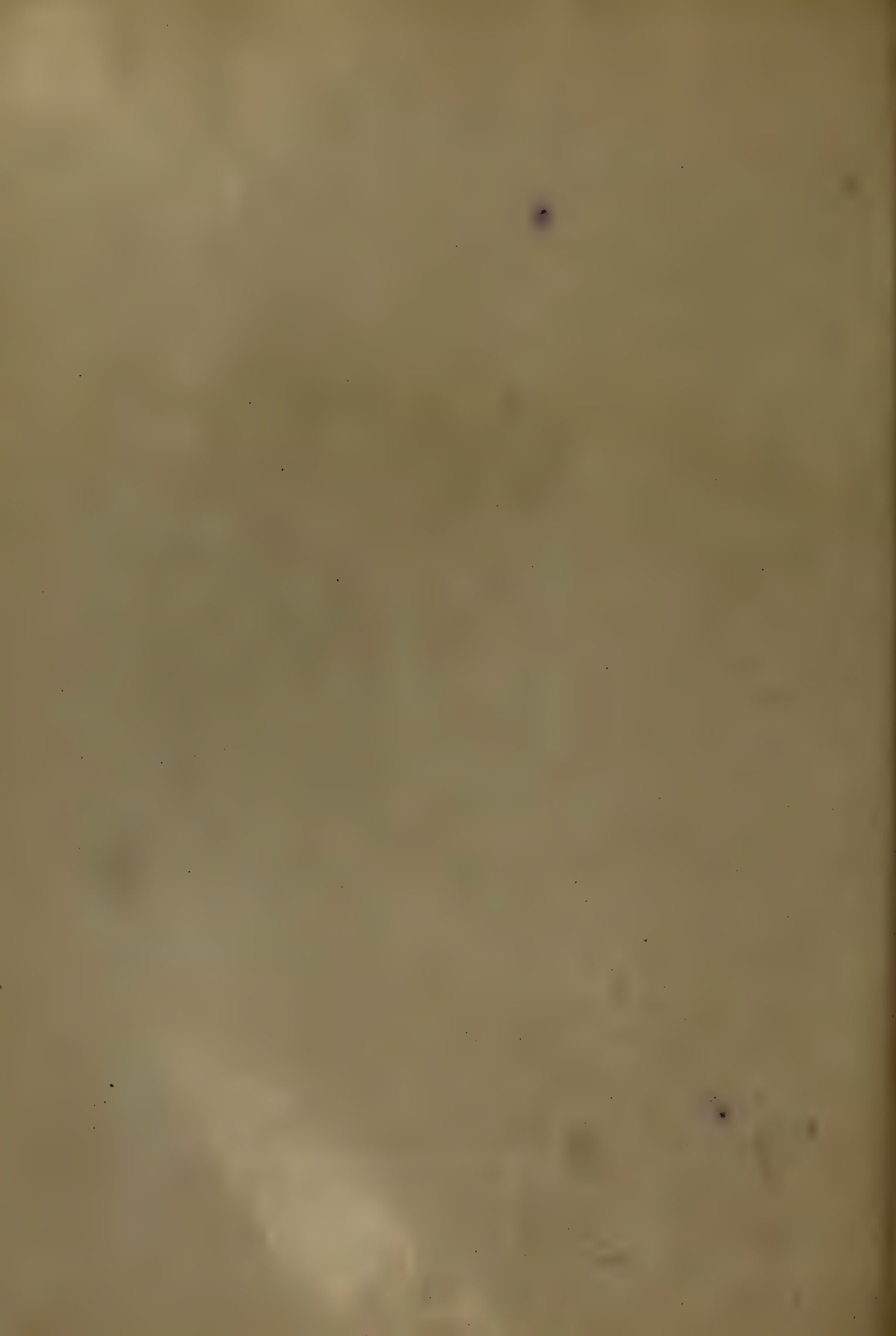
O gabinete médico registou o seguinte movimento: consultas, 118; receitas, 74; inspeções, 21; pequenas operações, 2; atestados fornecidos, 3; injeções aplicadas, 1.005; curativos, 2.177; visitas extraordinárias, 7, e baixas na enfermaria, 91.

Foi o seguinte o movimento do gabinete dentário: obturações, 1.090; extrações, 180; limpezas, 58; injeções, 175; pivôs, 14, e curativos, 1965.

FACULDADE DE DIREITO

Vista do edifício já concluido

Salão nobre

Pátio interno

EDUCAÇÃO E SAUDE PÚBLICA

Cresce, dia a dia, o volume de trabalho da Secretaria de Estado da Educação e Saude Pública, como consequência da natural expansão dos serviços de que estão incumbidos os departamentos e repartições a ela subordinados e que tão importante papel representam na estrutura administrativa do Estado de São Paulo.

Não obstante esse aumento contínuo de suas atividades, todos os serviços da Secretaria se encontram em dia, obedecendo a um ritmo normal de trabalho, resultado que se deve ao amplo espírito de cooperação e esforço dos seus funcionários e dirigentes.

Resumindo os dados estatísticos obtidos, pode-se afirmar que, somados os papéis entrados (102.428) e saidos (87.541), como sejam requerimentos, ofícios, processos, laudos, títulos, atos, portarias, avisos etc., às unidades de trabalho, como podem ser contados os pareceres e os dados, as informações em processos, as anotações em fichas e em processos, os registos, os balancetes da Contabilidade e outros muitos mais serviços que integram o trabalho global, constituindo suas etapas indispensaveis, o movimento geral da Secretaria atingiu, em 1942, ao alto índice de 732.601.

Equivale isso a dizer que o número representativo do movimento mensal foi 61.050 e o diário 2.035, sendo 5.032 o de trabalho anual por funcionário.

Tambem é expressivo do enorme movimento de papéis o fato de terem sido pagos, no ano de 1942, Cr$ 154.043,80 pela selagem a que estavam sujeitas as petições, documentos e certidões que transitam pelo Protocolo.

Considere-se igualmente o vulto das dotações orçamentárias anuais, constantes do quadro abaixo, e que revelam o movimento satisfatório dos trabalhos da importante pasta, mau grado as naturais dificuldades criadas pela situação de guerra em que nos encontramos presentemente.

DESIGNAÇÃO	1940	1941	1942
Dotação orçamentária ...	199.965.950,00	218.356.878,50	231.715.000,00
Créditos especiais	18.521.692,00	3.917.435,20	485.389,80
Créditos suplementares ..	13.633.553,90	12.609.837,20	—
Créditos extraordinários .	—	—	100.000,00
Créditos plurienais	—	—	7.382.000,00
TOTAIS	232.121.195,00	234.884.150,90	239.682.399,80
Despesas requisitadas	230.364.686,30	231.304.656,90	229.511.296,90
Saldos não utilizados	1.756.511,60	3.579.494,00	10.171.102,90

O saldo de 1942 passou a ser de Cr$ 7.572.234,50, em consequência de ter sido revigorada a importância de Cr$ 2.588.868,40.

É necessário que, na interpretação da demonstração constante do quadro em apreço, se tenha em conta que os saldos não utilizados de 1940 e de 1941 representam a natural economia realizada nos serviços da Secretaria e que, até 1942, eram utilizados para pagamento de contas não processadas e sob a denominação de exercícios findos.

A contabilidade patrimonial apresentou em 1941 os seguintes saldos:

	Cr$
Bens imoveis	204.060.727,40
Bens moveis	19.816.109,90
Devedores por fornecimento	68.209,90
Receita arrecadada	11.690.926,20
Secretaria da Fazenda — c| de Supri-	
mentos	5.227.096,70
Responsáveis por adiantamentos	5.959.086,20
Locação ou arrendamento de imoveis	8.274.278,90
Contratos de Obras e Serviços	4.087.315,80
TOTAL	259.183.751,00

Em 31 de dezembro de 1942, os saldos da conta patrimonial eram os seguintes:

	Cr$
Bens imoveis	207.198.250,10
Bens moveis	20.071.903,10
Devedores por Fornecimentos	34.275,10
mentos	4.235.309,50
Receita Arrecadada	5.016.663,20
Secretaria da Fazenda — c| de Supri-	
Responsaveis por Adiantamentos....	5.173.922,40
Locação ou Arrendamento de Imoveis	5.729.763,60
Contratos de Obras e Serviços	917.285,88
TOTAL	248.377.372,88

Os trabalhos da Universidade de São Paulo, representados pelas realizações de seus institutos, continuam a honrar as tradições do ensino paulista em seus diversos ramos, num esforço eficiente e patriótico no sentido de elevar, cada vez mais, os créditos de nossa cultura.

A Universidade contou, em 1941, 2.770 alunos, assim distribuidos pelos diversos institutos:

Faculdade de Direito	1.133
Escola Politécnica	278
Faculdade de Medicina	574
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	387
Faculdade de Farmácia e Odontologia	131
Faculdade de Medicina Veterinária	28
Escola Superior de Agricultura	239

Terminaram o curso, em 1941, 537 alunos, sendo:

Na Faculdade de Direito	158
" Escola Politécnica	50
" Faculdade de Medicina	86
" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	147
" Faculdade de Farmácia e Odontologia	37
" Faculdade de Medicina Veterinária	5
" Escola Superior de Agricultura	54

Matricularam-se em 1942, na Universidade, 2.900 alunos, assim distribuidos:

Faculdade de Direito	1.134
Escola Politécnica	322
Faculdade de Medicina	541
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	439
Faculdade de Farmácia e Odontologia	152
Faculdade de Medicina Veterinária	35
Escola Superior de Agricultura	277

Entre os decretos expedidos pela Interventoria e que vieram beneficiar a Universidade, em 1942, mereceu atenção: o de n. 12.511, de 21 de janeiro, referente à reforma do regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; n. 12.828, de 28 de julho, relativo à criação, na Faculdade de Medicina Veterinária, da Secção

de Radiodiagnóstico e Fisioterapia, e o de n. 13.040, de 31 de outubro que criou a Escola de Enfermagem, anexa à Faculdade de Medicina. E que se acentue tambem o grande valor da instituição que há meses vem funcionando ao lado da Universidade, sob a denominação de Fundos Universitários de Pesquisas para a Defesa Nacional. Como consequência dos trabalhos desenvolvidos pela sua comissão executiva foram recebidas, por vários meios, doações de alto nivel, montando inicialmente ao total de quase Cr$ 300.000,00. Foram tambem recebidas doações com fim expresso e ainda outras para serem aplicadas sob a forma de mensalidades e bolsas de estudo. Amparadas nesses Fundos estão sendo realizadas interessantes atividades, hoje de esforço de guerra, mas que deverão permanecer, quando voltar a paz, dada a sua alta significação e utilidade.

Faculdade de Direito

Durante o ano de 1941, matricularam-se na Faculdade de Direito 1.133 alunos, a saber: no 1.° ano, 293; no 2.° ano, 278; no 3.° ano, 257; no 4.° ano, 143; e no 5.° ano, 162.

Foram realizados dois concursos para provimento das cadeiras de Ciência das Finanças e de Medicina Legal.

Em 1942, o número de alunos matriculados foi de 1.134, com a seguinte distribuição: 1.° ano, 271; 2.° ano, 226; 3.° ano, 272; 4.° ano, 237; e 5.° ano, 128.

Escola Politécnica

Os alunos matriculados na Escola Politécnica em 1941 foram em número de 278, distribuidos da seguinte forma: Curso de engenheiros civís, 175; Curso de engenheiros arquitetos, 9; Curso de engenheiros eletricistas, 47; Curso de engenheiros químicos, 34; e Curso de engenheiros de minas e metalurgistas, 13.

Realizaram-se 6 concursos para provimento das cadeiras seguintes: Química Tecnológica Orgânica e Inorgânica, Cálculo de observação e estatística — Cálculo gráfico e mecânico — Nomografia; Mineralogia, Petrografia e Geologia (1.a e 2.a partes); Resistência dos materiais e Estabilidade das construções; Noções de arquitetura e construções civís e Higiene das habitações; e Materiais de construção.

Matricularam-se, em 1942, na Escola Politécnica, 322 alunos, assim distribuidos pelos diversos cursos: Curso de engenheiros civís, 188; Curso de engenheiros arquitetos, 9; Curso de engenheiros mecânicos e eletricistas, 60; Curso de engenheiros químicos, 44; e Curso de engenheiros de minas e metalurgistas, 21.

Faculdade de Medicina

Em 1941, matricularam-se na Faculdade de Medicina 574 alunos, assim distribuidos: 1.° ano, 120; 2.° ano, 97; 3.° ano, 86; 4.° ano, 93; 5.° ano, 92; e 6.° ano, 86.

Desses alunos, 30 vieram transferidos de outras escolas médicas, sendo 4 para o 2.° ano, 1 para o 3.°, 18 para o 4.° e 7 para o 5.°.

De acordo com o parecer do Conselho Nacional de Educação, homologado pelo Ministério da Educação e Saude Pública, o limite de matrícula na Faculdade de Medicina, que havia sido majorado, foi reduzido para 80, medida que os interesses do ensino reclamavam. Pelo Decreto n. 12.104, de 5 de agosto de 1941, foi atribuido à Congregação da Faculdade fixar, por ato anual, o limite de matrícula, de acordo com a capacidade das instalações. ouvido o Conselho Técnico Administrativo, resolvendo assim, de maneira satisfatória, essa questão de alta relevância.

Outra questão solucionada pelo governo foi a referente aos exames de 2.a época para a prova final prático-oral, resolvida pelo Decreto n. 12.632, de 10 de abril de 1942.

Funcionaram na Faculdade de Medicina os seguintes cursos de aperfeiçoamento: Clínica Ginecológica, de Terapêutica Cárdio-Vascular e de Medicina Legal e um curso de especialização em Clínica Obstétrica e Puericultura Pré-Natal com a duração de dois anos e constituido de 180 aulas e 60 conferências semanais.

Durante o 2.° semestre de 1941, processaram-se os seguintes concursos para livres docentes: Higiene e Medicina Legal, com habilitação de todos os candidatos inscritos, sendo um para cada uma dessas cadeiras.

Durante o 1.° semestre de 1942 realizaram-se quatro, para Clínica Oftalmológica, Clínica Urológica, Clínica Neurológica e Clínica Ginecológica, habilitando-se os nove candidatos inscritos, sendo dois para cada uma das três primeiras cadeiras acima e três para a última.

As matrículas em 1942 atingiram o total de 541, assim distribuidas: 1.° ano, 89; 2.° ano, 102; 3.° ano, 101; 4.° ano, 78; 5.° ano, 91; e 6.° ano, 89.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, reajustada ao padrão federal pelo Decreto n. 12.511, de 21 de janeiro de 1942, registou-se, em 1941, a matrícula de 387 alunos, assim distribuidos pelas suas diversas secções: Filosofia, 21; Matemática, 38; Física, 10; Química, 59; História Natural, 25; Geografia e História, 51; Ciências Sociais, 43; Letras Clássicas, 61; Letras Neo-Latinas, 61; Letras Anglo-Germânicas, 11; e Pedagogia, 7.

Foram licenciados 137, sendo, em: Filosofia, 15; Matemática, 6; Física, 2; Química, 16; História Natural, 10; Geografia e História, 23; Ciências Sociais, 12; Letras Clássicas, 27; e Letras Neo-Latinas, 27.

Em 1942 matricularam-se 439 alunos.

Faculdade de Farmácia e Odontologia

A Faculdade de Farmácia e Odontologia, em 1941, recebeu a matrícula de 131 alunos, sendo: de Farmácia, 46; de Odontologia, 85.

Diplomaram-se nesse ano 37 alunos, 15 em Farmácia e 22 em Odontologia.

Realizou-se, em julho de 1941, o concurso para provimento da cadeira de Química, sendo habilitados dois dos candidatos inscritos.

As matrículas, em 1942, atingiram a soma de 152 alunos, dos quais 47 no curso de Farmácia e 105 no de Odontologia.

Faculdade de Medicina Veterinária

Matricularam-se na Faculdade de Medicina Veterinária, em 1941: no 1.° ano, 11; no 2.° ano, 10; no 3.° ano, 2; e no 4.° ano, 5, correspondendo ao total de 28 alunos.

Em 1942 a matrícula atingiu a 35 alunos, sendo: no 1.° ano, 15; no 2.° ano, 8; no 3.° ano, 10; e no 4.° ano, 2.

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", sita em Piracicaba, teve, em 1941, 239 alunos, elevando-se as matrículas a 277 em 1942.

Em outubro de 1941 realizou-se o concurso para provimento da cadeira de Geologia e Mineralogia, com um único candidato inscrito, que a vinha regendo em carater interino, e que foi julgado habilitado.

Com relação a esta escola, julgamos oportuno salientar que já passamos a época da agricultura extensiva e devemos, portanto, enveredar para a lavoura intensiva, com a aplicação dos processos racionais e técnicos. Não temos mais matas virgens para serem derrubadas e para aproveitarmos o humus acumulado durante séculos. As terras que hoje possuimos e que receberam cultivos por longos anos estão já cansadas, tendo exaurido do solo os seus fertilizantes nobres. Para mantermos, portanto, a grande riqueza atual de S. Paulo, de modo que o Estado possa manter-se na posição saliente em que está colocado, temos necessidade de cultivar nossas terras por processos adequados, afim-de que a produção continue economicamente compensando os agricultores e, ao mesmo tempo, fornecendo produtos que, no comércio interno e externo, sejam capazes de vencer a concorrência.

Diante do exposto, necessita o Governo aparelhar a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em moldes que a habilitem a fornecer agrônomos capazes de ser os líderes desse movimento agrário que deve operar-se neste Estado. A Escola requer profunda reorganização do seu ensino e dos materiais de que dispõe, para corresponder aos anseios do Governo. E' preciso, em primeiro lugar, ampliar a sua área de terrenos: 130 alqueires apenas é uma quantidade ridícula para um estabelecimento que deve ter a projeção da "Luiz de Queiroz" na vida agrária do país. Como, nessa área insignificante, poderá a Escola ter parques de silvicultura, estações experimentais para as variadas culturas, campos de criação e outros serviços exigidos pelo ensino moderno?

Verificando essa insuficiência, esta Interventoria está resolvida a desapropriar 500 alqueires de terras ao lado da Escola, para estabelecer as estações experimentais

e campos de criação de que ela tanto necessita. Uma vez adquiridas essas terras, vai o Governo pedir os créditos correspondentes para execução dos melhoramentos requeridos, tais como: reforma do prédio atual da Escola; construção de um pavilhão para engenharia rural; estábulos, pocilgas, aviário, parque de sericicultura — desde a plantação da amoreira até à industrialização do fio de seda — parque de apicultura, estabelecimentos para criação de outros animais uteis ao estudo, piscicultura, e preparação de terrenos para uma grande horta e as culturas principais do Estado.

Todos esses melhoramentos são indispensaveis à Escola porque precisamos formar homens práticos e capazes de, logo após diplomados, entrar na atividade com conhecimentos preciosos para as explorações variadas da agricultura e da pecuária. Homens que não só tenham conhecimentos teóricos mas tambem conhecimentos práticos, adquiridos nos campos de cultura e criação. Esse ensino, hoje preconizado em todos os paises adiantados, deve ser adotado entre nós a-fim-de que não saiam da Escola profissionais livrescos sem os requisitos que os habilitem a triunfar rapidamente na vida prática.

Nem poderia o Governo do Estado deixar de pensar assim, desde que já iniciou a construção de 10 escolas práticas de agricultura e melhorou as escolas existentes para capatazes. E, se tais escolas vão formar profissionais em agricultura e são dotadas de todos os elementos precisos, não pode a administração descuidar da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", que lhe fornecerá os profissionais e verdadeiros líderes da lavoura.

E' necessário que tanto o ensino primário, que prepara os operários especializados e capatazes rurais, como o superior, que forma os agrônomos, recebam uma orientação harmônica, para que fiquem habilitados a ser elementos eficientes no campo em que vão operar.

Novo pavilhão construido para fundição na secção de metalurgia

O Colégio Universitário, cujas aulas funcionaram com regularidade, teve, em 1941, o seguinte movimento de matrículas: 1.a série, 744; 2.a série, 640.

Colégio Universitário

No ano de 1942, a matrícula atingiu a 1.361 alunos, sendo 711 na 1.a série e 650 na segunda.

O Instituto de Higiene (Escola de Higene e Saude Pública do Estado), criado em 1918 pelo Governo do Estado em colaboração com a Fundação Rockfeller, oficializado em dezembro de 1924, e incorporado em 1938 à Universidade de São Paulo, apresentou um volume notavel de serviços no período 1941-42, quer nas suas funções didáticas, quer nas de investigação sanitária.

Instituto de Higiene

Quanto à primeira parte, o Instituto ministrou diversos cursos, como abaixo discriminamos:

Curso regular de Higiene para alunos do 5.º ano da Faculdade de Medicina da Universidade de S. Paulo — Em 1941, matricularam-se neste curso 92 alunos e, em 1942, 91. Foram feitas 12 excursões nesse período de tempo, para coleta de dados, tendo sido distribuidos 6 prêmios aos melhores trabalhos apresentados em 1941. Avultam, entre as principais investigações feitas, as seguintes:

"Inquérito alimentar em Cravinhos" (Estado de São Paulo).

"Inspeção sanitária de Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul).

"Estudo das águas dos vagões das Estradas de Ferro, que aportam em São Paulo".

Em 1942, iniciadas as inspeções no mês de junho, foram estudados 52 municípios do interior de São Paulo, Minas, Paraná e Santa Catarina.

Curso de Especialização em Higiene e Saude Pública — Este curso, com a duração mínima de 2 anos, foi oficializado em maio de 1941 pelo Governo Federal e o prelecionamento de suas disciplinas é feito por meio de aulas teóricas e práticas, dadas nos laboratórios, e estágios no Centro de Saude anexo ao Instituto. Em 1941, frequentaram-no 13 alunos, recebendo certificado de conclusão 6; em 1942, concluiram o curso 7 alunos.

Curso de Educadores Sanitários — Neste curso, dedicado aos professores normalistas, com um ano de duração, habilitaram-se, em 1941, 35 alunos e, em 1942, 32 alunos. Desde 1925, quando se iniciou o curso, já se diplomaram 17 turmas, abrangendo um total de mais de 400 professores, que hoje constituem uma classe de auxiliares de saude pública, imprecindiveis para o êxito de qualquer campanha sanitária.

Cursos de Nutricionistas — Com ensino teórico e prático da nutrição dietética, intimamente ligado ao Centro de Estudos sobre Alimentação, este curso é destinado às educadoras sanitárias, farmacêuticas, diplomadas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nas secções de Biologia e Química, Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação da Escola Profissional Feminina.

37 nutricionistas já se diplomaram desde a fundação do curso, que, em 1941, teve a frequência de 18 alunos e, no ano seguinte, de 8.

No período de julho a dezembro de 1941, foram feitas excursões ao Abrigo de Menores e à Escola de Enfermagem "Ana Neri" do Rio de Janeiro.

Em conexão com os trabalhos do Curso de Nutricionistas foi estudado um programa de estabelecimento

de uma rede de feijoarias na Capital, que seria o núcleo de futuras cozinhas distritais.

Nesses estudos está interessada a Federação das Indústrias de São Paulo.

Para o fiel cumprimento do seu programa científico, mantem o Instituto de Higiene vários departamentos que se destinam ao estudo e pesquisas de questões científicas que se relacionam com a saude pública, auxiliam nos trabalhos de exames de laboratório do Centro de Saude anexo e colaboram no ensino ministrado nos diversos cursos realizados.

Tais departamentos ou secções — de Bacteriologia, de Virus, de Imunologia, de Epidemiologia, de Estatística, de Higiene Rural e Zoologia Médica, de Química Sanitária, de Fisiologia Aplicada, de Leprologia e Psicologia — têm levado avante trabalhos da mais alta relevância.

Desde 1922 vem o Instituto de Higiene mantendo um Centro de Saude, a princípio pequeno centro experimental destinado apenas ao serviço de verminose, hoje em franco desenvolvimento, com 13 serviços distintos e completos, servindo a um distrito de 25.000 habitantes. Constitue o quartel general de pesquisas de ordem médico-sociais, onde os alunos dos Cursos de Higiene Pública e de Educadores Sanitários entram em contacto direto com a realidade, investigando "in loco" as necessidades higiênicas da população do distrito a que serve e apreciando de perto o efeito da aplicação de medidas especiais.

No período de 1941-42, o Centro atendeu a 12.643 consultas, fez 274 radiografias, aplicou 279 banhos de luz, 724 diatermias, alem de numerosos outros trabalhos de laboratório e especialidades diversas.

Atendendo a todas as suas finalidades, tem o Instituto de Higiene colaborado com outras organizações que lhe têm solicitado parecer e auxílio em questões de higiene e saude pública. Foi assim que, por solicitação da Cia. Siderúrgica Nacional, organizou, orientou e dirigiu, por algum tempo, os serviços médicos do Acampamento operário de Volta Redonda, no Estado do Rio.

Instituto de Eletrotécnica

Embora ainda com intenso trabalho de organização e aparelhamento, foi notavel o movimento de consultas e ensaios que o Instituto de Eletrotécnica forneceu e das iniciativas por ele desenvolvidas para amparo da industrialização de organizações comerciais que, devido à situação atual, têm de recorrer a produções ou a adaptações para poderem continuar suas atividades.

Mesmo as grandes iniciativas, como a metalurgia do cobre e alumínio, encontram no Instituto um orgão consultivo e orientador de grande valia. Estamos certos de que no momento da instalação das referidas indústrias terá ele grande papel a desempenhar, pois os interessados contam em seu programa com o apoio técnico decisivo do Instituto de Eletrotécnica.

As secções do Instituto se dedicam aos seguintes assuntos: Aferições, Alta tensão, Fotometria, Máquinas elétricas, Medidas elétricas de precisão e Telecomunicações.

Completam a organização e administração, secções auxiliares e oficinas.

Instituto de Pesquisas Tecnológicas

No intuito de ampliar a aparelhagem e os recursos do I. P. T. — orgão que tem exercido notavel ação no fomento da indústria paulista — o Governo dotou essa instituição com recursos especiais, pelo Decreto n. 12.469,

de 30-12-1941, para custeio de pesquisas tecnológicas semi-industriais, mas, principalmente, para a aquisição do maquinário necessário à ampliação da Usina Metalúrgica, de forma que a aparelhe para a produção e os tratamentos mecânicos e técnicos de aços finos, alem da aquisição de estoque de materiais.

Dada a extrema depressão do comércio internacional, cada vez mais se acentua o aumento da produção indústrial do País, o que tem repercutido nas atividades do I. P. T., traduzindo-se em notavel crescimento do número de consultas que lhe são feitas.

Em 1941 e 1942, avolumaram-se as solicitações e consultas para a solução de problemas tecnológicos do momento, as análises de minérios e materiais estratégicos para exportação tomaram vulto, pesquisas interessantes para a nossa economia foram realizadas e, de outro lado, foram incrementadas iniciativas que interessam às indústrias extrativas, metalúrgica e aeronáutica.

E' interessante notar que, só no período de um ano, foram expedidos mais de 6 mil certificados oficiais pelo Instituto, de cujas principais atividades cumpre extremar as seguintes:

1 — Ensaios e pesquisas diversas de matérias primas e produtos manufaturados;

2 — Produção em escala semi-industrial abrangendo: — a) indústria extrativa; b) aeronáutica; c) metalurgia; d) óleos lubrificantes.

3 — Controle de construções civís relevando-se os trabalhos das fundações para as obras da Usina de Volta Redonda.

4 — Colaboração com a Associação Brasileira de Normas Técnicas nos trabalhos de normalização de mate-

riais, e elaboração de Especificações para departamentos Públicos do Estado, e

5 — Formação de técnicos especializados.

Quanto a esta última, tem o I. P. T. dedicado o melhor dos seus esforços não só promovendo diretamente a especialização de alunos dos últimos anos da Escola Politécnica e de engenheiros recem-formados, como tambem admitindo estagiários procedentes das indústrias do Estado, bem como de entidades deste e de outros Estados do país.

Como consequência lógica dessa orientação, e à vista da avidez com que o meio industrial absorve técnicos especializados, o Instituto, alem do pessoal que prepara para isso, tem cedido até mesmo alguns de seus colaboradores graduados, sentindo-se, todavia, largamente compensado desses sacrifícios pelas vantagens que daí estão advindo ao nosso país.

Usina de Chumbo e Prata de Apiaí

Esta Usina continuou os seus trabalhos de metalurgia de minérios de chumbo da região do vale do Ribeira de Iguape.

Com o funcionamento regular das novas unidades de ustulação e de redução, e com a modificação feita nas unidades de refino, a atual capacidade de média da Usina pode atingir 300 ton/mês de chumbo refinado. Por ser ainda muito reduzida a produção das minas, tem a Usina atualmente grande excesso de capacidade em relação às imediatas possibilidades das jazidas do distrito. Acredita-se que somente à custa de consideravel expansão do aparelhamento das minas poderá ser utilizada plenamente a capacidade atual instalada em Apiaí.

Providência de indiscutivel alcance para o Estado e relacionada com a indústria extrativa mineral, foi toma-

ESCOLAS PROFISSIONAIS AGRÍCOLAS — Edifício da escola de São Manuel (concluida) — Sala de aula da mesma — Edifício da escola de Jacareí, tambem concluido

da pelos Decretos ns. 12.040 e 12.076, de 1.º e 22 de julho de 1941, com a nomeação de uma comissão especial, composta de representantes de diversas entidades interessadas, com a incumbência de:

a) verificar e relatar o estado da Usina de Apiaí;

b) fixar as diretrizes da política de fomento da indústria extrativa do rico distrito mineiro do Vale do Ribeira, e

c) fixar normas para as relações entre os mineradores que fornecem minérios, e a Usina que os manipula e transforma em metal.

A comissão referida, composta de abalisados técnicos, depois de verificar as boas condições de funcionamento da Usina, apresentou diversas sugestões no sentido de se fixarem as diretrizes da política de fomento da indústria extrativa no distrito mineiro do Vale do Ribeira.

Acedendo às sugestões apresentadas, decidiu o Governo, por decreto especial, abrir ao Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria da Agricultura, o crédito de Cr$ 1.465,000,00 para a aquisição de sondas e custeio de prospeções, que porão em relevo a riqueza potencial daquela região.

Outras providências sugeridas pela Comissão foram acatadas com simpatia pela administração do Estado, que está estudando meios para incrementar a produção de minérios.

Ensino Profissional

Uma fase de extraordinário desenvolvimento vem atravessando o ensino profissional em São Paulo, ao qual o Governo do Estado tem dispensado o maior interesse e proteção, compreendendo a alta finalidade social desse importante setor do aparelhamento educacional paulista.

Colocando em plano secundário o problema da produção e da renda das escolas profissionais, procurou a administração tornar o aprendizado mais econômico para o erário através do processo de imprimir um cunho utilitário aos trabalhos feitos pelos alunos que obedecem a uma seriação metódica e atraente, conduzindo, sempre que possivel, à execução de ferramentas próprias ao ofício ou de máquinas e motores utilizados nas Escolas, bem como de outros artigos de facil colocação. Com isso, fica reduzido ao mínimo o custo do material empregado.

Pela natureza especial dos seus trabalhos, os cursos femininos têm os seus exercícios práticos escolhidos de forma que lhes permita a execução de encomendas variadas que lhes são trazidas pelas famílias das cidades em que se acham instalados.

A renda das escolas profissionais pertence integralmente ao Tesouro do Estado, que supre esses estabelecimentos das verbas necessárias ao seu normal funcionamento.

Em 1941, a produção das escolas profissionais ascendeu a Cr$ 909.325,40, sendo recolhida ao Tesouro, da renda líquida, a quantia de Cr$ 350.943,20.

Levando mais longe a campanha em prol da educação integral da mulher, foi criado, no Instituto Profissional Feminino da Capital, um curso de educação doméstica e auxiliares em alimentação, de nivel mais elevado, destinado a formar mestras para esse ramo educacional.

Esta iniciativa, cujos resultados já se vão tornando vantajosamente conhecidos, mesmo fora de São Paulo, representa uma inovação em nosso meio e deve merecer todo o interesse dos responsaveis pelas questões que dizem respeito à educação das nossas jovens.

Os dispensários de puericultura, que desenvolvem uma benemérita atividade na cruzada dos que em São Paulo se empenham contra a mortalidade infantil, exercem sua ação entre as famílias desprovidas de recursos, às quais fornecem gratuitamente, ao lado da assistência médica indispensavel, leite e regimes dietéticos especiais.

Foi o seguinte o movimento total dos dispensários de puericultura, mantidos pelas Escolas Profissionais, em 1941:

Dispensários em funcionamento	10
Crianças matriculadas	2.741
Mamadeiras de alimentação fornecidas sob prescrição médica	468.046
Aplicação de raios ultra-violetas	1.348
Imunizações e injeções	1.555
Visitas domiciliares	655
Óbitos	39
Aulas às mães	1.377

Desde sua criação, em 1941, vem a Superintendência do Ensino Profissional desenvolvendo incansavel e persistente esforço em favor da organização racional dos programas a que deve obedecer o ensino, a-fim-de corrigir o inconveniente, dantes registado, de seguir cada escola um programa diferente.

Depois de algumas experiências, foi fixado para as várias escolas um programa mínimo, que vem sendo executado a título provisório, para receber sugestões e ser depois definitivamente lançado.

No segundo semestre de 1942, três acontecimentos relevantes se registaram no ensino profissional mantido pelo Estado: a criação da Escola Técnica "Getúlio Vargas", os estudos necessários ao enquadramento das escolas profissionais secundárias nos preceitos da lei orgânica do ensino industrial e a criação do Serviço Central de Orientação Profissional.

Pelo Decreto Estadual n. 13.125, de 15 de dezembro de 1942, foi o tradicional Instituto Profissional Masculino convertido em Escola Técnica de São Paulo, dando-se-lhe, logo em seguida, como justa e natural homenagem, o nome do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, grande entusiasta da preparação técnica de nossa juventude, à qual tem dispensado as melhores atenções.

A Escola Técnica "Getúlio Vargas" inclue em sua organização cursos técnicos do segundo ciclo, cursos pedagógicos, igualmente do segundo ciclo, e — no primeiro ciclo — cursos de mestria e industriais básicos. Conta, ainda, com os cursos extraordinários de continuação de aperfeiçoamento e de especialização, estando destinada a prestar à coletividade paulista os mais assinalados serviços, na importante tarefa da preparação de elementos altamente especializados para as suas numerosas e pujantes indústrias.

Após cuidadosos estudos deu-se o enquadramento das seguintes escolas, com as quais São Paulo passou a integrar a rede nacional do ensino profissional.

1 — Escola Técnica "Getúlio Vargas" — Capital
2 — Escola Industrial "Carlos de Campos" — Capital.
3 — Escola Industrial do Seminário de Educandas — Capital
4 — Escola Industrial "João Belarmino" — Amparo
5 — Escola Industrial de Botucatú
6 — Escola Industrial "Bento Quirino" — Campinas.
7 — Escola Industrial "Júlio Cardoso" — Franca
8 — Escola Industrial "Joaquim Ferreira do Amaral" — Jaú
9 — Escola Industrial de Lins
10 — Escola Industrial "Francisco Garcia" — Mococa

11 — Escola Industrial de Ribeirão Preto
12 — Escola Industrial de Rio Claro
13 — Escola Industrial Escolástica Rosa" — Santos
14 — Escola Industrial de São Carlos
15 — Escola Industrial "Fernando Prestes" — Sorocaba
16 — Escola Industrial de Tatuí.

No mesmo decreto-lei estadual que criou a Escola Técnica foram incluidos dispositivos que transformaram o então Serviço de Psicotécnica em Serviço Central de Orientação Profissional.

Trata-se de medida da mais alta significação, talvez uma das mais importantes dos últimos anos, no que diz respeito ao grau de eficiência do ensino ministrado em nossas escolas.

No segundo semestre de 1942, o Serviço de Psicotécnica desenvolveu grande atividade, procedendo à revisão geral das séries metódicas de trabalhos práticos de oficinas, para primeiro e segundo anos, ao mesmo tempo que organizava novas séries, nos seguintes ramos: mecânica, serralheria, marcenaria, electrotécnica, entalhação e tornearia.

Nos termos da legislação federal sobre o assunto, a Superintendência do Ensino Profissional articulou-se com o SENAI, procedendo aos estudos necessários à instalação e funcionamento, nas escolas profissionais, de cursos de emergência para preparação de operários industriais. A propósito, foi elaborado em conjunto um acordo, fixando normas para o trabalho de cooperação. Esse acordo foi aprovado pelo Governo do Estado, sendo expedido então o Decreto n. 13.147, de 26 de dezembro de 1942.

Sintoma bastante significativo do interesse com que a coletividade paulista acompanha a evolução e o desenvol-

vimento da educação pelo trabalho entre nós é o auspicioso número de solicitações que o governo recebe, no sentido de serem criadas escolas profissionais nas diversas zonas do Estado.

Partem esses pedidos não só dos governos municipais, como das organizações industriais e mesmo de simples particulares.

Algumas delas vêm acompanhadas de ofertas de terrenos e mesmo de prédios para as instalações.

No momento se acham em estudo vários desses generosos oferecimentos.

Durante os primeiros meses de 1942 foram completadas as instalações da Escola Profissional "Joaquim Ferreira do Amaral" de Jaú, que foi então inaugurada.

Esse novo estabelecimento de ensino, do tipo secundário misto, foi construido em terreno doado pelo seu patrono, tendo sido a instalação grandemente auxiliada pela Prefeitura local.

O prédio foi especialmente construido pela Secretaria da Viação, de conformidade com as indicações fornecidas pela Superintendência do Ensino Profissional.

Nas instalações das oficinas e salas de aulas, tanto masculinas como femininas, foram postos em prática todos os requisitos julgados necessários para o perfeito funcionamento de uma escola desse tipo, de sorte que a Escola Profissional de Jaú, embora muito modesta, pode ser considerada como um verdadeiro padrão de estabelecimento de ensino de sua classe.

Ensino Profissional Particular

No Serviço de Ensino Particular, que atende ao registo, fiscalização e orientação das escolas profissionais particulares existentes em todo o Estado, foi o seguinte o movimento, no 2.° semestre de 1942:

GRUPOS ESCOLARES CONSTRUIDOS NO INTERIOR — Araraquara — Paraguassú — Conchas — Regente Feijó — Salto Grande — Rancharia — Mirassol — "Santa Rita", de Guaratinguetá

Escolas registadas	46
Cursos registados	76
Escolas canceladas	33
Escolas reabertas	5

Seminário de Educandas

Destinado a receber, em regime de internato, meninas orfãs, para dar-lhes conveniente educação, o Seminário de Educandas teve o seguinte movimento em 1941: Matrículas — Curso vocacional, 19; profissional, 51; primário, 67. Total, 137 alunas.

Em 1942, as matrículas foram de 135 alunas, distribuidas nos cursos: vocacional, 23; profissional, 47 e primário, 65.

Diplomaram-se, em 1941, 13 alunas do curso vocacional, e em 1942, 15, nos seguintes ramos: Confecções, 4; Roupas e Bordados, 9; Flores e Chapéus, 2.

O estado sanitário do Seminário manteve-se em condições satisfatórias. Houve acentuado e proveitoso desenvolvimento físico das educandas internadas.

Aprendizado Agrícola e Industrial do Educandário "D. Duarte"

Junto ao Educandário D. Duarte funciona hoje, de acordo com o que dispõe o Decreto-lei n. 12.465, de 30-12-1941, o Aprendizado Agrícola e Industrial, estabelecimento em que foi transformada a antiga Escola Profissional, cuja organização era inteiramente diversa da atual.

Com a idade de 12 anos, os menores são matriculados no Aprendizado, e concomitantemente, alfabetizam-se, instruem-se e adquirem um ofício.

O ensino é essencialmente prático e sobretudo constituido por ofícios de assimilação rápida.

Pelo quadro abaixo bem se pode, de início, aquilatar dos benefícios da citada reforma.

ANO	Matriculados	Eliminados	Porcentagem de Eliminação
1939	90	—	—
1940	90	12	13,3 %
1941	91	40	43 %
1942	161	15	9,3 %

Dos 161 matriculados no Aprendizado, em 1942, 55 alunos foram para o curso industrial e os 106 restantes para o curso agrícola, que aliás é obrigatório durante o ano, para lhes proporcionar direito à matrícula naquele curso, isto é, no industrial.

Departamento de Educação

São merecedoras de especial referência as atividades do Departamento de Educação, durante o período de junho de 1941 a julho de 1942, pela sua importância e influência na marcha e evolução do ensino público paulista.

Assim, novos rumos foram dados à carreira do professor, de conformidade com o Decreto-lei n. 12.427, de 23 de dezembro de 1941, a saber: reclassificação racional das unidades, em estágios e categorias; remodelação dos concursos de ingresso, remoção e promoção de professores primários; modificação do concurso de remoção de diretores de grupos escolares; instituição de concurso de provas para ingresso na classe de diretores de grupos de 4.a categoria, etapa inicial; sistematização do aparelho técnico e administrativo do Departamento de Educação; e criação da carreira especial do ensino secundário e normal.

Estabeleceu-se a sistematização das substituições no ensino primário e elaborou-se o anteprojeto, já convertido em lei, regulando o provimento dos cargos de professores de ginásios e escolas normais.

O processo de habilitação para o exercício do magistério primário particular foi inteiramente remodelado, para maior eficiência do ensino.

Organizou-se o quadro de dentistas da Inspetoria Geral do Serviço Dentário Escolar, dando-lhe melhor aparelhamento para o desempenho de suas atribuições.

Novas unidades escolares foram criadas a-fim-de atender às necessidades do ensino em vários centros do território do Estado.

O Departamento preparou ainda as contribuições do Estado de São Paulo à Primeira Conferência Nacional de Educação e Cultura, realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1941, e à Oitava Conferência Nacional de Educação, realizada em Goiânia, de 18 a 28 de junho de 1942.

Preparou tambem uma delegação de professores paulistas, para reorganização do ensino no Território do Acre, atendendo à solicitação do governo daquela unidade nacional.

Ensino Secundário e Normal

Existiam no Estado, em 1942, 63 Escolas Normais. Dezoito eram mantidas pelo Estado, 8 eram municipais e as restantes, em número de 37, mantidas por entidades particulares.

Essas Escolas tiveram, em 1941, a matrícula geral de 5.838 alunos.

Ginásios — O Estado mantem 25 ginásios — um na Capital e 24 no interior — e as municipalidades 11.

As 18 Escolas Normais oficiais compreendiam, em sua organização, o curso secundário fundamental, idêntico ao dos ginásios, o que elevava para 43 o número de cursos ginasiais oficiais do Estado de São Paulo em 1942.

Em 1941, os 25 ginásios mantidos pelo Estado tiveram a matrícula geral de 7.083 alunos.

Ensino Primário

A matrícula geral do ensino primário no Estado, em 1941, foi a seguinte:

Capital:	Alunos
Masculino	57.470
Feminino	55.084
Total	112.554

Concluiram o curso primário na Capital, 16.270 alunos, sendo 7.833 meninos e 8.437 meninas.

A matrícula geral de todo o Estado, inclusive a Capital, foi de 569.318 alunos, sendo 305.671 do sexo masculino e 263.647 do feminino.

A conclusão do curso primário em todo o Estado atingiu a 67.613 alunos, sendo 35.014 meninos e 32.599 meninas.

Funcionaram no Estado, em 1942, as seguintes escolas primárias:

Capital:	
Grupos Escolares	96
Escolas Isoladas	86
Interior:	
Grupos Escolares	623
Escolas Isoladas	4.191
Total:	
Grupos Escolares	719
Escolas Isoladas	4.277

De junho de 1941 a junho de 1942 foram criadas as seguintes unidades escolares:

Grupos Escolares	31
Classes em Grupos Escolares	97
Cursos de Alfabetização	3
Escolas Isoladas	100

Concursos

No concurso de remoção e promoção de professores primários, em 1942, houve o seguinte movimento:

Candidatos inscritos	4.764
Escolas em concurso	633
Remoções em consequência do concurso	1.985

O movimento do concurso de ingresso e reingresso ao magistério público primário foi o seguinte:

Escolas em concurso	626
Candidatos inscritos	1.239

Escolas escolhidas: Masculinas, 85; Mistas, 541 — Total, 626.

Concurso de diretores de Grupos Escolares:

Diretorias postas em concurso para remoção, 36; Candidatos inscritos, 279; Candidatos removidos, 68.

Diretorias postas em concurso para nomeação, 38; Candidatos inscritos, 314; Candidatos habilitados, 192.

Criação de Escolas

Durante o ano de 1941, foram criadas 103 classes em grupos escolares e localizadas 85 escolas isoladas, 2 escolas industriais e 3 instituições particulares, estas de acordo com o art. 1.° do Decreto n. 9.124, de 22-4-1938.

Foram ainda nomeados 13 professores interinos para instituições particulares.

A partir de junho do mesmo ano, foram localizados 23 grupos escolares com um total de 110 classes.

Durante o ano de 1942 foram criados 24 grupos escolares com um total de 109 classes e localizadas 112 escolas isoladas, sendo uma industrial.

Foram tambem nomeados 31 professores interinos para instituições particulares.

Assistência Escolar

Grande tem sido o desenvolvimento atingido pela assistência escolar nestes últimos anos, graças ao trabalho das Caixas Escolares mantidas pelos estabelecimentos de ensino subordinados ao Departamento de Educação. Em 1941, elevou-se a Cr$ 1.460.914,64 o total das despesas dessa instituição com auxílios aos escolares pobres, compreendendo: Assistência dentária, assistência médica, lanche, leite, sopa escolar, roupas, calçados, chapéus, cinema educativo etc..

Serviço Dentário Escolar

O Serviço Dentário Escolar desenvolveu ação benéfica nos nossos meios escolares, dispensando assistência dentária, nos gabinetes que mantem anexos a estabelecimentos de ensino, aos alunos das escolas primárias, secundárias e profissionais.

Com os 13 gabinetes inaugurados de junho de 1941 até junho de 1942, elevou-se a 85 o número dos gabinetes dentários que funcionaram junto a estabelecimentos de ensino da Capital. Atingiu a 177.065 o número de alunos aí atendidos durante o período acima.

Serviço de Saude Escolar

Setor do Departamento de Educação, de grandes realizações e de real valia, é o serviço de Saude Escolar. Alem de proceder à inspeção de saude de todos os funcionários do ensino, para fins de licença e aposentadoria, presta assistência aos escolares, mantendo, para tal fim, um Dispensário Central, dividido em várias clínicas — Geral, Oto-rino-laringológica, Oftalmológica, Pele e Sífilis, Endocrinológica, Alérgica e de Verminose — e mais quatro distritais. Possue ainda três dispensários de Puericultura, a cargo de seus médicos-pediatras.

O Serviço de Saude Escolar atendeu, de junho de 1941 a junho de 1942, a 166.297 crianças de escolas paulistas.

Museu Central de Educação

O Museu Central de Educação, criado em 1933 pelo Código de Educação, só em 1942 iniciou suas atividades de organização e orientação dos museus escolares, atividades de valor para a necessária renovação pedagógica.

Coordenou os trabalhos que figuraram na VIII Conferência Nacional de Educação, reunida em Goiânia de 18 a 28 de junho de 1942. Cincoenta e uma teses firmadas por autoridades escolares e professores do Estado foram remetidas à Comissão Executiva daquele certame, alem de farto material didático elaborado por alunos de nossas escolas — cursos primário, secundário e normal — sobre Estatística, Geografia e História do Brasil.

Departamento de Educação Física

O Departamento de Educação Física de São Paulo, criado pelo Decreto n. 4.855, de 27 de janeiro de 1931, assinado pelo então Interventor Federal em São Paulo, Coronel João Alberto Lins de Barros, datou o início de uma época em que se esboçou dar provimento às suas necessidades imprimindo-lhes o bafejo oficial. Duplo objetivo e função vinha ter tal repartição pública, ou seja amparar, orientar e difundir sua prática de forma racional e eficiente e formar professores, técnicos e instrutores que mais tarde viriam com seus ensinamentos unificar e padronizar seus princípios e prática.

É inegavel que, nos primeiros anos de sua existência, pouco produziu. Hoje, embora se esteja longe de atingir o ponto desejado, já foram traçadas linhas mestras para a consecução dos seus desígnios, já existe forma delineada para sua prática, já existe aproximação entre praticantes e dirigentes, educandos e educadores.

A Escola Superior de Educação Física, subordinada ao Departamento, vem desenvolvendo normalmente o seu programa de atividades.

Cerca de 700 professores, técnicos e médicos já passaram pela Escola e receberam, embora em instalações deficientes, um ensino prático e teórico das cousas da fisicultura, estando pelos quatro cantos do Estado, a disseminar esses ensinamentos a mais de 200.000 jovens.

Todos os alunos da Escola, durante os anos de 1941 e 1942, fizeram excursões e viagem a cidades do interior paulista.

Terminado o curso, os alunos estiveram durante vários dias no Rio de Janeiro, em visita às Escolas de Educação Física do Exército, Marinha e Escola Nacional Superior de Educação Física da Universidade do Brasil.

Nas competições oficiais organizadas pelo Departamento os alunos têm praticado como dirigentes e árbitros.

Esta Interventoria, considerando a necessidade imediata e inadiavel de possuir a Escola instalações próprias onde possa desenvolver com eficiência o seu programa, destinou uma verba de um milhão de cruzeiros, para o início das obras de construção de instalações que tecnicamente e materialmente satisfaçam aos anseios do ensino da educação física no Estado, as quais dentro em pouco serão iniciadas em terreno que foi cedido à Escola, no bairro de Ibirapuera.

Anexa à Escola Superior de Educação Física, funcionou regularmente a Escola de Aplicação ao Ar Livre, composta de 2 classes pre-primárias e 3 primárias, para ambos os sexos, com aulas diárias, menos aos sábados, para os Jardins de Infância.

O serviço de Parques Infantís foi tambem mantido com eficiência, apresentando os melhores resultados.

Em plena construção acham-se atualmente os Parques Infantís de Pirajuí, Piracicaba e Pinhal, tendo sido concluida a construção do Parque de Santos.

Por intermédio do Departamento, foram projetados parques infantís para as cidades de Amparo, Jundiaí, Ribeirão Preto, Catanduva, Jaboticabal, Monte Alto, São José dos Campos, Itatiba, Pirassununga, Serra Negra, Itapira, São Carlos, Barretos, Mogí das Cruzes, Santo André, e Mogí Mirim, cuja construção não foi iniciada devido às dificuldades por que o país atravessa com a situação internacional.

As colônias infantís de férias têm merecido especial carinho do governo do Estado. Embora o programa abrangesse a criação de três tipos de colônia, marítima, de montanha e de campo, apenas a Colônia Marítima "Alvaro Guião", instalada em Santos, vem funcionando, tendo recebido, nos seus 4 anos de existência, 8.000 crianças vindas de 130 municípios do Estado.

Durante o primeiro semestre de 1942, passaram pela Colônia oito (8) turmas de crianças, num total de 887, em maioria vindas do Interior do Estado.

Pode-se dar uma idéia do aproveitamento geral pela seguinte relação: 60% dos colonianos tiveram aumento de peso; 24% conservaram-se estacionados e 16% diminuiram.

No segundo semestre, apenas uma turma de 100 crianças, no período de 2 a 17 de julho, passou pela Colônia.

Tiveram início, em meados de 1942, os trabalhos de organização de uma colônia de campo, em Pindamonhangaba, junto à Fazenda Mista Experimental do Estado. Cuidadoso programa está sendo estudado para ser posto em prática nesta Colônia, que constituirá mais uma realização do atual governo.

O Departamento executou, tambem, o controle de 43 estabelecimentos de ensino secundário, onde a prática da educação física é ministrada, por força da Lei n. 13.472

a alunos de ambos os sexos. Promoveu, de modo brilhante a disputa do II Campeonato Colegial de Educação Física, de 10 a 17 de agosto de 1942, contando com a participação de 2.500 jovens representantes dos Ginásios do Estado de Amparo, Araras, Araraquara, Avaré, Baurú, Caçapava, Campinas, Itapira, Itápolis, Itú, Jaboticabal, Mogí das Cruzes, Penápolis, Pirajú, Presidente Prudente, Rio Claro, Rio Preto, Ribeirão Preto, Santos, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, Capital, Sorocaba e Taubaté e das Escolas Normais de Araçatuba, Botucatú, Campinas, Casa Branca, Catanduva, Franca, Itapeva, Mococa, Piracicaba, Pirassununga, Santa Cruz do Rio Pardo, Tatuí, S. Carlos, Tietê, Padre Anchieta" e "Caetano de Campos" de S. Paulo.

Durante os oito dias de competição, os alunos do Interior estiveram alojados nas amplas e confortaveis dependências do Estádio Municipal do Pacaembú, cedidas pela Prefeitura Municipal desta Capital.

A educação física no ensino profissional vem sendo praticada com regularidade, graças aos esforços dos professores aos quais está entregue esta parte do programa das referidas escolas.

Em 1942, foram ministradas 6.000 aulas em 15 escolas profissionais da Capital e do Interior.

Foi instalado, tambem, o primeiro Centro de Educação Física, no estádio do Pacaembú, para difusão gratuita de ginástica e desportos, tendo, de início, mais de mil candidatos inscritos.

Diretoria de Esportes

Orgão essencialmente técnico e coordenador da vida esportiva do Estado de S. Paulo, estendendo-se a ação, não poucas vezes, a outros Estados, a Diretoria de Esportes expande e difunde sua ação, realizando serviços cotidianamente.

Entre as atividades da D. E. E. S. P., em 1942, conta-se a da construção, orientação técnica e inauguração da primeira pista coberta da América do Sul para a prática do atletismo. Atacadas as obras a 2 de agosto desse ano, pode a pista ser inaugurada a 22 do mesmo mês. Realizou-se, então, uma competição de carater sul-americano, de grande repercussão continental, pois alem de reunir em nossa cidade os mais notaveis vultos do atletismo argentino, uruguaio e chileno, deu ensejo a que fossem dirigidos convites tambem a atletas norte-americanos.

Merece salientar-se, igualmente, a disputa dos Jogos do VI Campeonato Aberto do Interior, realizados na cidade de Ribeirão Preto, de 11 a 19 de outubro de 1941. Nesse ano, foram eles disputados por 27 das 29 cidades que se inscreveram. Mil e oitocentos esportistas de ambos os sexos tomaram parte nas competições dos seguintes esportes: natação, voleibol, atletismo, bola ao cesto e tenis.

A Diretoria de Esportes deu especial atenção ao seu serviço de turmas volantes, que consiste em enviar às cidades do interior, equipes de todas as modalidades de esportes entre nós praticadas. Cerca de trezentos esportistas transitam, semanalmente, exibindo-se e disputando jogos de bola ao cesto, voleibol, futebol, competições de esgrima, natação, atletismo e tenis.

No período de 1.° de junho de 1941 a fins de 1942, a Diretoria de Esportes deu provimento e processou 1.202 pedidos de registo e de alvarás de funcionamento de clubes e entidades esportivas da Capital e do Interior, e ministrou instruções para a nacionalização das sociedades esportivas que apresentavam feição alienígena, realizando nesse particular um trabalho eficaz e enérgico.

Sua Secção de Engenharia, alem da construção da Pista Coberta do Pacaembú, executou várias obras tam-

bem de vulto, como projetos de estádios, de campos esportivos e de ginásios para Olímpia, Campinas, Ribeirão Preto, Taubaté, Bragança, S. Roque, Araraquara, Espírito Santo do Pinhal, Tupã, S. Joaquim, Paraguassú e Capital. Aprovou e prestou assistência técnica a construções de igual gênero para Santos, Catanduva, Nova Granada, Guaratinguetá.

Repartição de Transportes

O racionamento de gasolina decretado pelo Governo Federal, indicou a necessidade de procurar outros carburantes que pudessem substituir ou remediar a falta do carburante por excelência.

A Repartição de Transportes, da Secretaria da Educação, que já vinha dentro das suas possibilidades, dando incremento ao uso do gás pobre, tendo para isso adaptado, de início, três aparelhos em seus caminhões, os quais foram feitos com os próprios recursos das suas oficinas, obedecendo à orientação técnica da Comissão Estadual do Gasogênio, fez, a conselho desta, a aquisição do material necessário para a construção dos seus aparelhos, mediante concorrência.

Com essa transformação, a Repartição de Transporte obteve a economia de cerca de Cr$ 2.833,60, no período de 6 de setembro a 31 de dezembro de 1941.

No decorrer de 1942, foram os seguintes os carros da frota da Repartição de Transportes adaptados ao uso do gás pobre:

3 sedãs "Ford"; 2 sedãs "Chevrolet"; 1 caminhão "Ford"; 1 caminhão "Internacional"; 1 jardineira "Ford", num total de 8 carros, alem da confecção de 6 aparelhos completos para serem montados igualmente em outros carros da sua frota.

Alem desses, foram adaptados mais 5 carros para outras repartições públicas e confeccionados 9 aparelhos para futura montagem em diversos carros, com um custo geral de Cr$ 83.069,90.

Durante o 2.° semestre de 1941, os veículos da Secretaria da Educação percorreram 421.490 kms., num total de 65.049 horas, consumindo 106.883 litros de gasolina e 2.863 ls. de óleo, com a despesa total de Cr$ 153.623,16.

Em 1942, a quilometragem percorrida foi de 492.404 kms., correspondendo a 77.499 horas, consumindo 137.603 litros de gasolina e 3.303 de óleo. A despesa total alcançou a Cr$ 211.048,00.

Departamento do Material

A Diretoria do Material da Secretaria de Educação, dentro dos seus recursos financeiros, vem cumprindo a sua finalidade, — suprindo de todo material permanente, didático e de consumo as 13.500 unidades escolares localizadas pelas regiões de São Paulo.

O primeiro semestre de cada ano é o que maior movimento apresenta, pois é nesse período que a Diretoria atende aos pedidos formulados pelas 22 Delegacias de Ensino do Estado. No segundo semestre, o movimento decresce, por já se encontrarem providas de material todas as unidades escolares. O suprimento, nessa época, somente é feito às escolas novas ou em substituição aos moveis que necessitam de reparos ou consertos.

No segundo semestre de 1941, foram despachados 6.069 volumes com o peso de 127.939 kgs., adquiridos materiais na importância de Cr$ 92.031,80 e arrecadado material avaliado em Cr$ 41.045,50.

Os serviços das Oficinas foram os seguintes: Material fabricado, reformado e engradado, Cr$ 202.256,90; For-

necimentos, Cr$ 481.749,00; Estoque — Entrada, Cr$ 46.352,20; saida, Cr$ 458.489,80.

Em 1942, o movimento geral foi o que segue: As Oficinas fabricaram, reformaram e engradaram moveis no total de Cr$ 310.572,30; expediram-se 34.365 volumes, com o peso total de 408.354 quilos; arrecadaram-se materiais no valor de Cr$ 87.683,90; adquiriram-se Cr$ 1.565.971,40 de materiais diversos e processaram-se 4.971 faturas.

Para o estoque, entraram materiais e matéria prima no valor de Cr$ 1.813.867,40. As saidas foram de Cr$ 1.248.574,40.

O Serviço de Almoxarifado, que tem por finalidade precípua a inspeção e fiscalização do material pertencente ao Governo do Estado e fornecido às Delegacias de Ensino, por intermédio de seus inspetores, visitou várias regiões escolares notando e verificando as necessidades das zonas percorridas. Todas as escolas criadas e providas no segundo semestre último, foram fichadas, escrituradas e abastecidas de material necessário ao seu perfeito funcionamento.

A Secção de Protocolo registou a entrada de 6.194 papéis diversos e expediu 1.892, movimentando assim 8.086 ou seja 53 papéis diários.

Departamento do Arquivo do Estado

O Departamento do Arquivo do Estado, dividido em parte administrativa e parte histórica, vê, de ano para ano, crescer-lhe o volume de trabalho, acompanhando a evolução por que passa o Estado de S. Paulo.

Durante o ano de 1941, o Arquivo administrativo protocolou 10.064 papéis e classificou 216.160; em 1942, protocolou 9.070 e classificou 14.000 papéis, tendo forne-

cido, nos dois exercícios, 186 certidões, no total de Cr$ 34.275,00. Do Registo Civil e de Imoveis, foram recebidos, em 1941, 3.126 talões e procedidas a 4.873 anotações. Em 1942, recebeu 3.237 talões, sendo procedidas a 10.889 anotações.

O Arquivo histórico, em 1941, classificou 9.247 ofícios, 2.185 fichas e estudou 566 documentos. Extraiu 1.117 cópias de documentos dos séculos XVI e XVII. Organizou 2 catálogos e publicou 3 volumes, num total de 730 páginas. A oficina do Departamento restaurou 2.701 folhas de documentos, encadernou 121 volumes e entelou 40 mapas.

No ano de 1942, foram classificados 16.451 ofícios, 2 livros, 749 fichas, sendo feita revisão em 700 provas. As cópias de documentos históricos ascenderam a 2.846. Estudaram-se 535 documentos, organizaram-se 2 catálogos e publicaram-se 4 volumes com o total de 700 páginas. A oficina restaurou 772 folhas, encadernou 132 volumes e entelou 24 mapas.

O movimento da Biblioteca foi o seguinte:

	1941	1942
Volumes entrados durante o ano	280	332
Número de volumes fichados	12.907	13.239
Número de consulentes	959	1.419
Publicações recebidas durante o ano	5.125	5.682
Classificações e registos feitos	5.405	6.014

Museu Paulista

O Museu Paulista, no Ipiranga, continua a ser um dos pontos de maior atração da Capital, tendo registado, no 2.° semestre de 1941, o número de 138.233 visitantes e, durante o ano de 1942, 233.608 visitantes, total menor do que o do ano anterior, o que se justifica pela restrição do

consumo de gasolina, que motivou a diminuição do tráfego de automoveis.

Desde a sua inauguração, em 1895, até 1942, foi o Museu Paulista visitado por 5.300.976 pessoas.

A cargo do Museu, foi editada a "História Naturalis Brasiliae", de Jorge Marcgrave, trabalho confeccionado caprichosamente pela Imprensa Oficial do Estado. Para comemorar o cincoentenário da sua fundação, pretende o Museu editar, em tradução comentada, a obra de Piso "De Medicina Brasilensi". Está a direção do Museu prosseguindo, tambem, nos estudos sobre a História Geral das Bandeiras Paulistas, que já datam de 20 anos e acerca dos quais já foram impressos 7 volumes.

As coleções bibliográficas atingiram ao total de 20.969 volumes, tendo sido numeroso o volume de consultas e de pedidos de livros, por parte de pesquisadores e estudantes. Entraram, em 1942, 2.081 volumes.

Museu Republicano de Itú

Correram com a maior normalidade os trabalhos do Museu de Itú, cujo edifício e respectivas coleções se acham em estado de irrepreensivel conservação e asseio.

O Museu de Itú foi visitado, em 1941, por 6.485 pessoas, sendo o número de visitantes, em 1942, de 5.379 pessoas.

Desde a data de sua inauguração, 18 de abril de 1923, até dezembro de 1942, o Museu recebeu 78.366 visitas.

Conselho de Orientação Artística

Sendo uma das atribuições do Conselho de Orientação Artística, como determina o Decreto 9.798, de 1938, a fiscalização dos estabelecimentos particulares de ensino artístico, vem esse trabalho sendo realizado normalmente.

Ao findar-se o ano de 1942, estavam sob a fiscalização do Conselho 15 estabelecimentos de ensino artístico, sendo que, no curto espaço de seis meses, de julho a dezembro de 1942, foram concedidas fiscalizações preliminares aos seguintes: Conservatório Municipal de Barretos, Conservatório Musical de Jundiaí, Instituto Musical "Dr. Gomes Cardim", de Campinas; Conservatório Musical de Rio Preto e Conservatório Dramático e Musical de Baurú.

À vista da atual guerra, os cinco pensionistas de Arte que se encontravam, de acordo com o Decreto n. 7.687, de 1936, na Europa foram forçados a interromper os seus cursos de aperfeiçoamento.

Permitiu o Governo, entretanto, que uma das pensionistas fosse continuar seus estudos nos Estados Unidos, examinando-se, no momento, a possibilidade de estender igual permissão aos demais artistas aquinhoados.

Foi realizado, com inteiro êxito, pelo Conselho, o 7.° Salão Paulista de Belas Artes, em 1941, reunindo secções de pintura, escultura e arquitetura. Em 1942, ao inaugurar-se o 8.° Salão, instituiu esta Interventoria um prêmio de Cr$ 5.000,00 destinado ao melhor trabalho de uma das secções do importante certame, que despertou, como os anteriores, grande interesse nos meios culturais e artísticos do Estado.

Para atender a uma velha aspiração dos artistas de S. Paulo e do Conselho de Orientação Artística, modificou o Governo, pelo Decreto n. 12.611, de 31-3-1942, a legislação estadual sobre os salões de belas artes, reajustando-se e nacionalizando-os, assim como dando novas diretrizes à fiscalização dos estabelecimentos particulares de ensino artístico.

Foram adquiridas pelo Conselho, nos salões oficiais, mais de 25 obras expostas, com o fim de auxiliar e incentivar os artistas, enriquecendo, ao mesmo tempo, o patrimônio das repartições públicas, às quais foram distribuidas.

Pinacoteca do Estado

A Pinacoteca do Estado que constitue, desde 1933, o único museu oficial de arte existente no Estado, contem duas principais secções, uma de obras de Pintura, Escultura e Gravura e outra de uma grande coleção de reproduções de escultura em gesso e algumas medalhas.

A Primeira secção compõe-se de obras originais de pintura, de cópias de quadros célebres e de esculturas originais.

Nela foi criada, em 1937, uma coleção intitulada "Sala Bernardinelli" que contem 76 peças selecionadas de um conjunto de obras de arte que pertenceram aos ilustres artistas Bernardinelli e doados à Pinacoteca em virtude de disposição testamentária.

A coleção de Arte Francesa se compõe de 683 fotografias, 35 reproduções em gesso e 12 medalhas.

Durante o 2.° semestre de 1941, visitaram a Pinacoteca 1.938 pessoas e, em 1942, 3.464.

Instituto Butantã

Em 1941, pelo Decreto n. 12.787, de 30 de junho, deu-se a desanexação do Instituto Butantã do Departamento de Saude e sua subordinação direta à Secretaria da Educação, do que redundou grande simplificação dos processos administrativos, alem de fazer reverter o Instituto à antiga situação autônoma.

Entre as realizações do ano de 1941, conta-se a construção de um biotério eletrificado, de modelo inteiramente original, para a criação dos chamados "Macacus rhesus",

indispensaveis ao estudo de várias moléstias humanas, tais como a febre amarela e a paralisia infantil e cuja manutenção em cativeiro sempre constituiria problema em Butantã, devido à alta porcentagem de perdas destes símios por infecção tuberculosa.

Deu-se duplicação da área destinada à criação de cobaias, cuja produção, em 1941, foi de 6.500, insuficiente para as necessidades do Instituto, aumento da área de coelhos e adoção de medidas higiênicas que evitassem a perda anual de mais de 1.000 animais, que se vinha verificando.

Dado o incremento de produção industrial, foram propostas novas técnicas de imunização, sangrias e aproveitamento de plasmas, que redundaram no aproveitamento das imunizações e maior rendimento final dos soros.

No período de julho de 1941 a junho de 1942 foi a seguinte a produção de alguns dos principais produtos biológicos do Instituto:

Empolas de soros e vacinas	763.366
Capilares de linfa variólica	859.800
Vidros de vacinas	10.214

O total da produção nesse período montou a Cr$ 2.262.906,30.

O número de ofídios recebidos foi de 16.092 em 1941 e de 16.496 no ano seguinte.

No decurso de 1942, continuou o Butantã a dar desempenho às suas finalidades de instituição dedicada às pesquisas da patologia humana, à campanha contra o ofidismo e à produção de medicamentos destinados ao emprego na profilaxia e tratamento de moléstias infectuosas.

A situação internacional muito dificultou os trabalhos técnicos, pela impossibilidade de importação de material

de laboratório e pelo encarecimento, não raro excessivo, do encontrado na praça. Sem embargo desses precalços, o Instituto Butantã, cônscio das responsabilidades e do papel que, de uma hora para outra, poderá ser chamado a desempenhar como fornecedor de produtos biológicos às Forças Armadas, ou a populações civís de distritos agredidos pelo ar, intensificou a sua produção de medicamentos superando todos os "records" anteriores. Representa esse resultado o esforço de guerra do Instituto Butantã em benefício do País.

A produção científica do Instituto foi intensa e variada, tendo sido dado à publicidade o vol. XV das "Memórias do Instituto Butantã", com 23 trabalhos científicos originais, abrangendo 431 páginas com numerosas ilustrações. Muitos outros trabalhos vieram à luz em publicações técnicas diversas, subindo a perto de 40 o número do total de trabalhos no período em apreço.

Foram realizadas várias conferências por técnicos do Instituto, bem como cursos intensivos de aperfeiçoamento para médicos.

Os laboratórios do Butantã acolheram técnicos deste e de outros Estados que neles fazem estágios de aperfeiçoamento.

O tomo XVI das "Memórias do Instituto Butantã" já se encontra em fase adiantada de impressão contendo 24 trabalhos originais versando assuntos os mais variados: Ofiologia, Artrópodos peçonhentos, Malariologia, Helmintologia, Rickettsioses, Virus filtraveis, Bacteriologia e Botânica Médica.

A título de colaboração com a Diretoria de Epidemiologia e Profilaxia Gerais, do Departamento de Saude, continuou o Butantã a praticar os exames de controle de

Peste Murina no Estado, tendo sido examinados pelo Laboratório de Peste cerca de 10.000 ratos durante o ano de 1942.

Foi estendida essa colaboração ao Serviço Nacional de Peste. Em consequência ficou oficialmente demonstrada a inexistência de Peste Murina no Estado de S. Paulo, que vinha sendo objeto de dúvidas por parte de autoridades federais.

As providências tomadas para enfrentar qualquer eventualidade criada pela situação de guerra determinaram o incremento da produção industrial em 1942, atingindo a cifra de Cr$ 3.010.479,00, correspondente ao total de 2.199.389 unidades em empolas, frascos e capilares.

Para dar idéia do volume de trabalho representado por essa produção, citamos apenas os seguintes algarismos de alguns produtos:

Soros anti-peçonhentos produzidos, 23.429 empolas.
Soros anti-diftéricos produzidos, 26.062 empolas.
Soros anti-tetânicos produzidos, 23.122 empolas.
Soros anti-grangrenosos, 4.812 empolas.
Hemabotrasse (hemostático), 15.422 empolas.
Tuberculinas, 8.560 empolas.
Vacina anti-variólica, 2.451.180 doses.
Vacina tífico-paratífico-desintérica, 698.968 empolas.
Anatoxina diftérica, 252.000 cm3.
Anatoxina estafilocócica, 9.849 empolas.
Vacina antipiogênica, 7.868 empolas.
Lobo posterior de hipófise, 6.580 papéis.
Tiróide, 3.951 comprimidos.

Resumindo, as atividades do Butantã apresentaram, entre outros, os seguintes resultados em 1942:

Extração de 1.191 cm3 de venenos avaliados em cerca de Cr$ 270.000,00; armazenamento de um estoque de

medicamentos, prontos para entrega, avaliado em Cr$ 1.828.308,10, em sua maioria utilizaveis no esforço de guerra; produção de 5.781 litros de sangue em 988 sangrias de cavalos, com rendimento de 50% de soros e plasmas; purificação de 2.786 kgs. de sulfato de amônio para substituir o importado; produção de 7.638 litros de meios de cultura para bactérias; criação e fornecimento de 19.143 animais aos laboratórios; produção de 1.426 toneladas de forragens no valor de Cr$ 287.997,15; produção de Cr$ 176.116,20 de trabalhos realizados em oficinas de obras, mecânica e eletricidade; envio de 19.467 peças de correspondência; e construção de imoveis no valor de Cr$ 100.000,00.

A-pesar-das condições anormais consequentes da guerra e à dificuldade de transportes internos, continua intenso o movimento de visitantes ao Instituto Butantã.

O afluxo de visitantes, de julho a dezembro de 1942, foi de 46.114 pessoas.

Profilaxia da Lepra

O Departamento de Profilaxia da Lepra, no período a que corresponde este relatório, manteve o mesmo ritmo de trabalho na campanha contra o mal de Hansen, que vem sendo realizado mais ativamente desde 1931.

A internação sistemática dos casos novos de lepra, bacteriologicamente positivos e porisso contagiantes, como base do plano profilático, vem se desenvolvendo normalmente, a-pesar-das dificuldades de ordem financeira que atravessamos.

O exame e o controle dos comunicantes — sem dúvida uma das colunas maiores da campanha contra a lepra — com a finalidade da descoberta dos casos incipientes, e que pelo tratamento se tornam desdo logo focos estanques da moléstia, vem assumindo, igualmente, nos últimos anos,

grande desenvolvimento, já tendo atingido, em 30 de junho de 1942, o número de 52.592 comunicantes sob vigilância. Do mesmo modo, os serviços regionais, atualmente em número de 15, tem permitido intensificar a vigilância dos conviventes no interior, assim como manter sob tratamento e controle clínico e bacteriológico os egressos dos leprosários, e os casos de tratamento ambulatório.

A média de 70% de internação dos casos novos vem sendo mantida já há vários anos. Graças a isso, o Estado não apresenta mais ao turista, ou aos olhos da população, o espetáculo triste do doente mendigo, do doente a perambular pelas ruas, a desenvolver atividades no comércio ou a frequentar as casas de diversões.

O total dos casos internados no período de 30-6-1941 a 30-6-1942 foi de 1.562.

Existiam internados em 30-6-1941 .... 7.550

Entraram no período de 30-6-1941 a 30-6-1942 .. 1.562

Sairam durante o período de 30-6-1941 a 30-6-1942 .... 1.170

Existiam internados em 30-11-1942 .... 8.148

Os doentes internados assim se distribuem por hospital:

	Existiam em 30-6-1941	Existiam em 30-11-1942
Asilo-Colônia "Santo Angelo"	1.694	1.767
Asilo-Colônia "Pirapitinguí"	2.235	2.352
Asilo-Colônia "Cocais"	1.646	1.851
Asilo-Colônia "Aimorés"	1.101	1.280
Sanatório "Padre Bento"	874	898
TOTAL	7.550	8.148

De junho de 1942 houve, em relação ao ano de 1941 (em junho), um aumento de apenas 392 leitos, a-pesar-de terem sido internados nada menos de 1.562 doentes. Aliás, o estudo da curva de internados nos nossos hospitais, dá igualmente uma idéia exata de como o problema está pratícamente atingindo o equilíbrio entre a internação de casos novos e de altas.

Durante o período de 1941 a 1942, foram concedidas pelo Departamento 428 altas, sendo 300 a doentes isolados em nossos hospitais e 128 a doentes em tratamento avulso ou em nossos ambulatórios. Ainda no mesmo período, foram concedidas 81 altas definitivas, o que eleva o número de doentes que já gozam dessa situação a 155.

Estavam em isolamento domiciliário em 30-6-1941 — 63 doentes; ingressaram durante o período de 30-6-1941 a 30-6-1942 — 28; sairam 12, sendo que 3 por alta. Existiam, portanto, em 30-6-1942, em isolamento domiciliário — 79 doentes.

O total de doentes em tratamento ambulatório (postos) é de 1.948, assim distribuidos:

	Em 30-6-1941	Em 30-6-1942
Na Capital	1.281	1.275
No Interior	612	673
Total	1.893	1.948

Alem dos doentes que fazem tratamento nos ambulatórios, existem outros, que o fazem ou com seus médicos particulares ou com enfermeiros ou pessoas da família. Estes doentes são obrigados, todavia, a uma revisão trimestral em qualquer secção do Departamento, quer na Capital, quer no Interior.

Em 30-6-1942, existiam 2.187 doentes em tratamento avulso.

HOSPITAL DE CLINICAS — Edifício concluido e interiores apresentando a cozinha e estufas

A assistência aos filhos dos hansenianos, destituidos de recursos, no que é digno que se ressalte a cooperação que presta ao Estado a "Associação Teresinha do Menino de Jesús", que mantem, alem de um Preventório, uma Creche, onde são recolhidos todos os recem-nascidos nos leprosários, vem sendo cabalmente atendida pelo Preventório do Estado, em Jacareí, onde se acham internadas 285 crianças de várias idades. Alí, alem de receberem a sua instrução primária, podem facilmente ser encaminhadas à Escola Profissional Agrícola, ao Ginásio, às Fábricas, e os de maior idade à frequência ao Tiro de Guerra, da localidade, de modo que se provejam dos elementos básicos para qualquer ocupação futura, na vida prática.

A assistência judiciária aos enfermos internados e às suas famílias e a assistência social realizada dentro dos hospitais, por intermédio das Caixas Beneficientes, são serviços que se processam normalmente, como complementos indispensaveis à obra profilática.

O exame da situação geral da campanha contra a lepra no Estado de São Paulo, apoiado apenas no desenvolvimento e nos seus resultados desde o início dela, nos leva a, sem otimismo exagerado, considerá-la satisfatória; pois, em menos de 10 anos de campanha intensa e eficiente, foi possivel chegarmos a uma situação ideal, qual seja a de manter o nivel da internação dos casos novos em igualdade com o de vagas fornecidas pelas altas, falecimentos e fugas.

Assistência Geral a Psicopatas

A assistência aos insanos continua sendo uma preocupação atenta do Governo do Estado, que manteve, com eficiência, os serviços referentes a esse relevante problema médico-social.

Funcionaram normalmente as Secções: Clínica Psiquiátrica, Hospital Psiquiátrico das Perdizes, Hospital Central do Juquerí, Manicômio Judiciário e Clínicas Especializadas.

No Ambulatório de Higiene Mental, em 1941, achavam-se matriculados 1.445 doentes, encontrando-se 1.240 em tratamento e internados 359. Foram feitas 98 visitas a domicílio e prescritas 11.848 receitas.

Em 1942, foram matriculados 2.804 doentes, achando-se em tratamento 2.400, sendo internados 551.

Os doentes enviados para exame tiveram a seguinte procedência: Polícia, 407; Guarda Civil do Estado, 16; Força Policial do Estado, 39; Hospital Militar de S. Paulo, 1; Hospital "São Paulo", 1; Hospital "São Gonzaga", 1; Santa Casa de Misericórdia, 16; Asilo Bussocaba, 13, Instituto Padre Chico, 1; Serviço de Lepra, 1; Casa de Detenção de S. Paulo, 3; Serviço Social de Menores, 8; Casa do Pequeno Trabalhador, 6 — Total, 513.

No que diz respeito à idade, nacionalidade, estado civil, cor e sexo, assim se distribuem os doentes matriculados, durante o ano de 1942, no Ambulatório de Higiene Mental, da Clínica Psiquiátrica:

IDADE — Primeira infância, 58; Segunda infância, 137; Púberes, 309; Adultos, 2.230; Senís, 60; Ignorados, 10.

NACIONALIDADE — Brasileiros, 2.332; Outras nacionalidades, 472.

ESTADO CIVIL — Casados, 1.173; Solteiros, 1.482; Viuvos, 136; Ignorado, 10.

SEXO — Masculino, 1.424; Feminino, 1.380.

HOSPITAL DE CLÍNICAS — Vestíbulo e corredor — Sala de operações

O Manicômio Judiciário teve o seguinte movimento: Internados em 1941, 33; saidos, 24; existentes em 31 de dezembro, 369. Internados em 1942, 59; saidos, 35; falecidos, 2; existentes em 31 de dezembro, 391.

Os serviços de clínica médica atenderam a 37 doentes em 1941 e a 134 em 1942. Na parte psiquiátrica, foram elaborados 85 pareceres, para fins criminais, civís e julgamento do Conselho Penitenciário em 1941. No ano seguinte, o número de pareceres foi de 129.

No Hospital Psiquiátrico das Perdizes, havia em tratamento, em 1941, 123 doentes e, em 1942, 246, tendo tido alta definitiva 72 doentes e provisória 76. Faleceram 13.

No Hospital Central de Juquerí, os doentes existentes em 1941 eram em número de 3.508, sendo 1.119 homens e 2.389 mulheres. Em 1942, entraram 1.772; tiveram alta 487; sairam sem alta 237; foram removidos para outros estabelecimentos, 603; evadiram-se 39, e faleceram 290, existindo em dezembro 3.624 internados, dos quais 1.043 homens e 2.581 mulheres.

O movimento médico do Hospital, em 1942, foi o seguinte: Tratamentos prescritos, 27.773; Observações psiquiátricas redigidas, 1.713; Anotações de decurso, 3.883; Fórmulas receitadas, 53.061; Injeções endovenosas aplicadas, 58.032; Injeções intramusculares e hipoderm., 72.284; Curativos, 36.523; Vacinas anti-tíficas, 3.035; Vacinas anti-variólicas, 1.773; Exames de Laboratório Clínico, 2.923; Exames radiológicos, 317; Exames e tratamentos elétricos, 880; Exames e tratamentos oftalmológicos, 1.160; Exames e trat. oto-rino-laringológicos, 1.295; Exames e tratamentos odontológicos, 5.050; Medidas do metabolismo basal, 9.

Serviço de Medicina Social

O Serviço de Medicina Social, criado para o fim de estimular, promover, amparar, coordenar e subvencionar, em colaboração com os vários serviços especializados, todas as iniciatias tendentes a combater a mortalidade infantil, a nati-mortalidade, a lepra, tuberculose, sífilis e cegueira, bem como a proteger e amparar a maternidade e a infância, desempenhou a contento suas atribuições. A verba aplicada em subvenções e auxílios foi de Cr$ 6.770.000,00, em 1942, beneficiando a 193 instituições. Houve, em média, um aumento de 15% sobre as subvenções do ano anterior.

A atividade dos estabelecimentos orientados pelo Serviço de Medicina Social continua sendo das mais benéficas e promissoras.

A 1.° de julho de 1941, existiam no Hospital-Sanatório do Mandaquí 107 doentes, tendo entrado, no decorrer do 2.° semestre e em 1942, 409 doentes, verificando-se 224 altas. Fizeram-se, nesse espaço de tempo, 2.363 aplicações de pneu, 4.086 radioscopias, 563 radiografias, 14.686 injeções e 6.488 curativos diversos.

No Hospital Sanatório "Leonor Mendes de Barros", para crianças tuberculosas pobres, havia a 1.° de julho de 1941, 72 doentes tendo entrado de 1.° de julho desse ano a 31 dezembro de 1942, 121 crianças, verificando-se no mesmo período 67 altas. Fizeram-se 523 aplicações de pneu, 1.649 radioscopias, 399 radiografias, 4.168 injeções e 4.523 curativos diversos.

Está em vias de acabamento o Hospital-Sanatório "Ademar de Barros", de Sapecado, cuja construção foi resolvida no Congresso dos Prefeitos da Alta e Baixa Mogiana e que se destina ao tratamento de tuberculosos, com capacidade de 300 leitos. Esta Interventoria destinou a verba de 350 mil cruzeiros para a conclusão das obras, a cargo da Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Acham-se tambem bastante adiantadas as obras de construção do grandioso Sanatório "Miguel Pereira", doado generosamente pelo Governo da República, cujo custo foi orçado em Cr$ 7.200.000,00, com capacidade para 600 leitos. Sua instalação, no Parque Hospitalar do Mandaquí, dotará São Paulo de mais um importante estabelecimento nosocomial para assistência pública e gratuita aos tuberculosos pobres.

Começou a funcionar em São José dos Campos, em 1941, um Abrigo-Sanatório com capacidade para 125 leitos, e está em andamento a construção de um pavilhão, com 41 leitos, para tuberculosos, no Hospital "Santa Isabel", de Taubaté.

Em fins de 1940, tínhamos em funcionamento no Estado, 2.218 leitos para tuberculosos, dos quais 1.568 leitos para tuberculosos pobres, inclusive 441 leitos oficiais. Havia nessa época, 1.345 leitos em construção.

No decorrer do período que vai de 1.° de julho de 1941 a 30 de junho de 142, conseguiu-se aumentar o número de leitos em funcionamento de 2.208 a 2.349, assinalando-se um apreciavel aumento de 141 leitos.

Os leitos em construção passaram de 1.345 a 1.445 com um aumento de 100 leitos.

A 30 de junho de 1942 o número total de leitos disponiveis, em funcionamento ou em construção, era de 3.794.

No período de 1.° de julho a 31 de dezembro de 1942 foi aumentado o número de leitos que de 2.349 passou a 2.408, com um aumento de 59 leitos. Os leitos em construção de 1.445 passaram a 1.560, com um aumento de 115 leitos.

Em resumo: a 31 de dezembro de 1942, São Paulo dispunha de 3.968 leitos para tuberculosos, incluidos os

leitos em construção (600 do Sanatório Miguel Pereira e 300 do Hospital-Sanatário de Sapecado). Daquele total geral, 1.082 são oficiais.

Esses números ainda estão aquem da necessidade, mas é sintomático o aumento constante das unidades hospitalares para tuberculosos.

A 31 de dezembro de 1942, S. Paulo contava com 152 hospitais santas-casas, dos quais 26 em construção, com um total geral de leitos de 12.545, dos quais 2.124 em construção.

O total de maternidades em todo o território paulista, era de 15, com uma capacidade global de 1.160 leitos, dos quais 483 em construção.

Havia 4 hospital infantís, com o total geral de 524 leitos, dos quais 292 em construção.

Dos 123 estabelecimentos hospitalares filantrópicos, tivemos, de 1.° de julho a 31 de dezembro de 1942, um movimento global (média) de 1.289.810 leitos-dias, o que assegura uma média diária de 7.160 doentes pobres internados em hospitais gerais.

Tivemos, ainda, nos 18 estabelecimentos de assistência hospitalar ao doente tuberculoso, 316.492 leitos-dias, o que dá 1.758 doentes internados por dia.

Somados os números, verificaremos que houve, no total, no 2.° semestre de 1942, 1.606.302 leitos-dias, que expressam de modo significativo o grande movimento hospitalar de São Paulo.

O Serviço de Medicina Social realizou, no período a que se refere este relatório, 388 inspeções de estabelecimentos médico-sociais, fez 16 vistorias e concedeu 77 alvarás. Fiscalizou tambem a coleta de donativos públicos pelas instituições filantrópicas de assistência a doentes, cerceando a especulação de pessoas e sociedades inidôneas.

Departamento da Saude

Os serviços de saude pública, atribuidos ao Departamento de Saude, apresentaram, igualmente, notavel índice de desenvolvimento, procurando o Governo do Estado aparelhá-los de modo conveniente, para que o programa de atividades daquela repartição possa ter a execução plena que se faz necessária.

Na Capital, a população tem tido assistência regular por intermédio dos Centros de Saude, aos quais acorreram, de junho de 1941 a dezembro de 1942, 987.433 pessoas, atendidas pelas diversas secções daquele Serviço.

Nos serviços primários dos Centros de Saude, que abrangem a Higiene pre-Natal, Higiene Infantil, Higiene pre-Escolar, Higiene Escolar, Sífilis, Tracoma e exames médicos periódicos, matricularam-se 162.467 indivíduos, registando-se comparecimentos no total de 165.930. Distribuiram-se 729.165 frascos de leite correspondentes a 106.039 litros. Fizeram-se 243.912 imunizações anti-variólicas, anti-tíficas e anti-diftéricas, e aplicaram-se 208.908 injeções.

Os vários dispensários forneceram, no período mencionado, 117.970 carteiras de saude e 3.678 atestados.

A Secção do Tracoma controla na Capital, alem do Instituto do Tracoma, os Dispensários de Tracoma dos Centros de Saude da Lapa, Santa Cecília, Braz, Belem, Vila Mariana, e, no Interior, os Dispensários de Tracoma de Ribeirão Preto, Cravinhos, Catanduva, Rio Preto, Araraquara, Araçatuba, Marília, Piracicaba, Sorocaba, Lins, Baurú, São Manuel, Campinas, São José do Rio Pardo, Jaú, Palmeiras, Pompéia, Itápolis, Usina Junqueira e vários postos rurais satélites.

No período de 1941, foram abolidos os Dispensários dos Centros de Saude da Capital. O serviço dirigido pelo dr. Plínio Caiado de Castro, achava-se centralizado no Instituto do Tracoma.

O movimento da Secção do Tracoma, de 1.° de julho de 1941 a 31 de dezembro de 1942, foi o seguinte: Doentes matriculados, 11.738; Matriculados e examinados, 2.492; Matriculados e não examinados, 188.

DOENTES EXAMINADOS: — Com Tracoma, 7.344; com outras afecções oculares, 2.062; sãos, 2.144; Total, 9.492.

No Instituto do Tracoma, foram atendidos 66.868 doentes e realizados 170.920 curativos, 599 operações, 23.240 massagens, 87.371 aplicações de colírios e 60.309 vaporizações.

No Interior do Estado, a Secção do Tracoma organizou duas comissões de profilaxia experimental.

Em Campinas, a finalidade era descobrir o foco familiar em um limitado grupo humano — o dos escolares — pelo exame de todos os alunos indistintamente e seus cohabitantes, quer sejam sãos, quer doentes.

Em Piracicaba, o objetivo consistia na descoberta dos focos domiciliares urbanos e rurais, realizada por meio de visitas de casa em casa, devido a sua destruição ser feita, sobretudo, pelo uso da sulfanilamida.

Cumpre acrescentar que das experiências realizadas, das quais foi possivel apurar com mais minúcia os dados referentes à Campanha Experimental de Campinas, resultou um valioso subsídio para a orientação futura da campanha no Estado, alem de curioso material epidemiológico.

A Secção de Tuberculose, instalada no Instituto "Clemente Ferreira", teve um movimento bastante avultado, registando-se o total de 19.308 doentes matriculados. A frequência total foi de 100.277 e a sistemática de 65.208. Foram feitos 15.441 exames de saude e dadas 33.791 con-

sultas médicas. Os exames de alergia atingiram a 30.218 e os de Raios X o total de 52.124, extraindo-se 40.375 Roentgenfotografias e 13.643 radiografias. O número de insuflações de pneumotorax foi de 38.744. A parte cirúrgica registou 1.278 intervenções, 40.647 injeções e 2.953 curativos.

Sob os auspícios da Secção, foram feitas 96 palestras educativas e 12.669 visitas domiciliares.

Houve um declínio sensivel no domínio das moléstias infecciosas, cujo combate está a cargo da Secção de Epidemiologia e Profilaxia Gerais. Assim, podem ser comparados os dados oferecidos pela estatística quanto às três moléstias seguintes:

		1940	1941	1942
Difteria				
	Casos	628	526	406
	Óbitos	48	66	39
Escarlatina				
	Casos	94	77	61
	Óbitos	2	1	3
Febre tifóide				
	Casos	397	426	290
	Óbitos	55	62	46

Iniciou-se, em setembro de 1941, a vacinação em massa do operariado da Capital.

Foram verificados, de julho de 1941 a dezembro de 1942, 156 casos de disenteria bacilar; 42 de paralisia infantil; 115 de sarampo; 2 de encefalite; 21 de varíola; 88 de varicela; 83 de meningite cérebro-espinhal; 32 de febre maculosa; 1 de moléstia de Weill; e 9 de impaludismo.

As vacinações contra a varíola atingiram o total de 48.181 e as revacinações 347.956. Elevado número de imunizações foi tambem registado contra as demais mo-

léstias, tendo a Secção providenciado para o devido isolamento, em hospitais e no domicílio, dos doentes contagiantes.

Intensa campanha foi desenvolvida contra os focos de moscas, mosquitos e ratos, tendo os guardas sanitários visitado 638.891 casas e quintais e 51.589 terrenos baldios, alem de chácaras, cocheiras e chiqueiros, num total geral de 705.250 visitas. Os depósitos de água inspecionados foram em número de 2.663.543, tendo sido amassados 395.610 e petrolizados 7.878.

Igual movimento teve a fiscalização sanitária dos cemitérios, onde se eliminaram 270 focos de mosquitos e 8.392 depósitos de água estagnada. As autoridades sanitárias determinaram tambem a petrolização de 766.041 metros de valas; 745.587 metros quadrados de lagoas; 1.900 metros de rios; 42.200 metros de córregos; 154.271 metros quadrados de terrenos alagados e 13.813 metros de galerias, entre outros muitos outros focos, distribuindo 800 peixes e consumindo 122.368 litros de óleo "Diesel" e 38.269 litros de creolina.

Nos trabalhos de saneamento, as turmas trabalharam durante 467.633 horas, limpando córregos e valetas, aterrando paues, etc.

A profilaxia da peste visitou 7.246 focos, eliminou 23.115 ratos e capturou 14.382, tendo procedido a exame para índice em 2.505 roedores. Foram distribuidas 11.546 porções de veneno e armadas 346.845 ratoeiras.

A Engenharia Sanitária realizou, no mesmo período, 6.655 visitas a construções; fez 280 vistorias; registou 252 fábricas e oficinas e fiscalizou, entre outros próprios, 118 piscinas. As plantas informadas pela Secção, em número de 1.731, versaram sobre: Fábricas e Oficinas, 671; Estabelecimentos de Gêneros Alimentícios, 124; Matadouros

e Açougues, 72; outros estabelecimentos comerciais, 341; Cachoeiras e Estábulos, 39; Hospitais e Casas de Saude, 44; Estabelecimentos de Ensino, 40; Casas de diversões, 19; Prédios particulares, 153; Piscinas, 50; outros, 114.

O Hospital de Isolamento "Emílio Ribas" teve o seguinte movimento global, de 1941 a 1942 (dezembro), quanto aos doentes internados:

Existiam	46
Entraram	2.442
Sairam	2.087
Faleceram antes de 24 horas	124
Faleceram depois de 24 horas	221
Número existente em 31-12-1942	66

Em ligeiro resumo, os serviços executados pelas enfermarias do Hospital foram os seguintes:

Traqueotomias, 106; Injeções subcutâneas, 47.708; Injeções intramusculares, 29.038; Injeções endovenosas, 2.032; Injeções raquidianas, 446; Pequenas operações, 16; Punções lombares, 647; Imunizações contra a varíola, 303; Imunizações contra a febre tifóide, 380; Anatoxina diftérica, 11; Curativos diversos, 43.899.

Tem merecido do Governo cuidado todo especial a profilaxia do pênfigo foliáceo, o chamado "fogo selvagem". Sendo já deficiente o hospital construido para abrigar enfermos do Estado, mandou esta Interventoria levantar um prédio anexo ao estabelecimento existente, com capacidade para mais de 100 leitos. Esse prédio deverá ficar concluido brevemente.

E' pensamento desta Interventoria construir um hospital para 200 leitos, destinado a doentes do pênfigo foliáceo, em uma zona do Interior que possa atender aos doentes da região onde o mal é mais espalhado. Julga o

Governo que é um erro fazer convergir para a Capital os enfermos de todo o Interior do Estado. E' mais racional que, tanto na Capital como no interior, existam hospitais para todas as enfermidades que exijam os nossos cuidados.

O mesmo critério adotado com relação ao pênfigo foliáceo vai ser aplicado pelo Governo na profilaxia da tuberculose. Pretende esta Interventoria construir sanatórios em zonas climatéricas aconselhadas, para que os enfermos da região possam ter hospitalização perto de seus lares, evitando a convergência de doentes para a Capital.

Essa medida não só facilitará o transporte dos enfermos e as visitas de suas famílias como afastará da Capital, que é o maior agrupamento do Estado, os focos de infecção.

Malária

A profilaxia da malária não foi descurada. A secção de engenharia do Serviço competente realizou serviços de saneamento em Caraguatatuba, Catanduva, Formosa, Guarujá, Guarujá-Bocaina, Guarujá-Forte dos Andradas, Itanhaem, Itapira, Itaporanga-Núcleo Colonial Barão de Antonina, Piracicaba, Porto Ferreira, Salto, Santos, Santos-Bertioga, São Sebastião, São Vicente, São Vicente-Forte de Itaipú e São Vicente-Praia Grande.

O custo total dos trabalhos executados para saneamento dessas diversas zonas importou em Cr$ .... 474.462,10.

A campanha anti-larvária se desenvolveu numa superfície de 3.409.927 m2, com a despesa de Cr$ ...... 100.876,80.

Foi iniciada a fabricação própria de calhas e placas de concreto, para revestimento de valas de drenagem des-

coberta, material que tem apresentado, na prática, ótimos resultados como proteção do leito e dos taludes das valas, pois, alem da vantagem do aumento de vazão, resultante com a sua aplicação, esse material é de baixo custo de fabricação e assentamento, possue boa resistência e durabilidade, é de facil limpeza, etc.

Houve, em 1941, recrudescimento epidêmico da malária no Estado, subindo o número de doentes, de 52.354 em 140 a 181.398. No ano de 1942, baixou consideravelmente esse índice, pois foram registados 21.949 doentes, faltando, todavia, para o cômputo geral os dados referentes a 6 localidades.

As verificações microscópicas feitas no 2.° semestre de 1941 somaram 30.507, sendo 40.729 o total relativo a 1942.

A relação geral dos serviços de saneamento executados compreende: aterros, 47.176 m3; roçadas, ... 4.406.746 m2; rios e córregos retificados, 2.710 ms.; rios e córregos limpos, 164.266 ms.; valas limpas, 1.521.905 ms.; valas reconstruidas, 3.612 ms.; valas construidas, 3.502 ms.; valas revestidas c| grama, 706 ms.; valas revestidas c| calhas, 1.672 ms.; valas revestidas c| pedras, 1.464 ms.; valas revestidas c| placas, 475 ms.; drenos cobertos construidos, 420 ms.; drenos cobertos de manilhas, 1.210 ms.; calhas e tubos construidos, 1.669 ms.; placas construidas, 475 ms.; escavações limpas, 2.025 m2; lagoas limpas, 3.573 m2; terrenos destocados, 3.192 m2; ruas capinadas, 27.136 m2; e recipientes destruidos, 1.794.

O Instituto Pasteur, ao qual está entregue o serviço de combate e profilaxia da raiva, prossegue na sua humanitária tarefa desenvolvendo grande atividade, que se avoluma dia a dia.

Durante o espaço de tempo decorrido entre 1.º de julho de 1941 e 31 de dezembro de 1942, o Instituto atendeu a 4.189 pessoas, num total de 5.163 consultas e fez 91.850 aplicações vacinais.

2.300 pessoas começaram o tratamento anti-rábico no mencionado período, terminando o tratamento 1.775, registando-se um único falecimento por moléstia intercorrente.

Para diagnóstico, foram recebidos 644 animais.

O expediente da repartição acusou a entrada de 2.222 papéis e a remessa de 2.003. Os tratamentos no domicílio foram em número de 1.889.

Os serviços bromatológicos do Estado estão a cargo do Instituto "Adolfo Lutz", cujas instalações foram melhoradas consideravelmente, dando-se novo aparelhamento às diversas secções do estabelecimento. Um moderno biotério está sendo construido e outros serviços virão concorrer para dar ao Instituto toda a eficiência que dele se espera.

No período a que vimos aludindo, seus laboratórios procederam a 139.206 exames, cujas conclusões mereceram acurados e interessantes estudos, muitos dos quais publicados na revista do Instituto.

A Secção de Bacteriologia executou 88.084 exames; a de Anatomia Patológica, 5.156; a de Parasitologia, 525. Pela Subdivisão Técnica Administrativa procedeu-se a 6.664 exames e análises. O total de exames da Subdivisão de Bromatologia e Química foi de 16.071. Os produtos que passaram por maior número de análises foram: leite, 2.955; vinho e vermute, 687; manteiga, 598; aguardente, 385; balas, doces e geléias, 375.

As principais atividades da Secção de Higiene do Trabalho assim se resumem, quanto ao período de 1.º de julho de 1941 a dezembro de 1942:

Visitas a estabelecimentos de trabalho, 20.202; Plantas e projetos examinados, 398; Intimações, 5.263; Multas impostas, 591; Reclamações atendidas, 441; Carteiras de saude, 140; Carteiras visadas, 24.710.

O Serviço de Enfermagem, em período igual, examinou 544 processos, expediu 640 certificados, recolhendo ao Tesouro a importância de Cr$ 129.700,00, correspondente às taxas arrecadadas.

A assistência à infância tem sido desenvolvida através da Secção de Higiene da Criança e do Serviço de Puericultura, cujo movimento cresce de ano para ano. No segundo dos serviços citados, foram assistidas 15.864 pessoas pela secção de Higiene Pre-Natal e 13.939 na de Higiene da Primeira Infância. O Lactário distribuiu 106.295 frascos de leite e 2.824 latas, tendo feito demonstrações práticas às mães. Todos os serviços, entre os quais os de oftalmologia, odontologia, laboratório e raios ultra-violeta, tiveram grande desenvolvimento e foram executados de maneira satisfatória. A parte de educação sanitária acusou 142 visitas e a realização de 34.069 palestras educativas, todas coroadas de inteiro êxito.

O Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional, no 2.° semestre de 1941 e em 1942, manteve uma atividade normal, tendo realizado 37.367 visitas e inspeções e expedido 2.080 intimações. As receitas conferidas nas farmácias alcançaram o total de 225.023, sendo as multas em número de 289, no valor de Cr$ 318.250,00.

O total correspondente aos selos adesivos em requerimentos e demais papéis entrados no Serviço foi de Cr$ 101.899,70, sendo a renda geral de Cr$ 1.592.860,30, o que demonstra o grande movimento atingido pelos trabalhos da repartição.

Foram registados 673 diplomas, a saber:

Médicos	449
Médicos veterinários	12
Farmacêuticos	53
Dentistas	118
Parteiras	27
Enfermeiras	14

Os títulos registados foram 1.565, distribuidos da seguinte forma:

Práticos de farmácia licenciados	17
Oficiais de farmácia	531
Auxiliares de laboratório	41
Dentistas práticos licenciados	25
Enfermeiros práticos	922
Outros	29

Nos exames de oficiais de farmácia, foram aprovados 567 dos 590 candidatos inscritos.

O policiamento da alimentação pública manteve-se ativo, quer na Capital, quer nos principais pontos comerciais do Interior. Os estabelecimentos fiscalizados ascenderam a 119.647 e as inspecções feitas a 325.713. Foram inutilizados pelos funcionários do Serviço respectivo 255.205 quilos e 2.613 litros de gêneros alimentícios deteriorados, que se achavam à venda para consumo.

As inspeções feitas assim se distribuem.

Estabelecimentos de venda ou depósito, 212.381; Pequenos estabelecimentos de fabrico e venda; 26.576; Fábricas de comestiveis, 10.876; Fábricas de bebidas, 3.564; Restaurantes, hotéis e pensões, 15.537; Águas de alimentação; 667; Comércio de leite, 42.490; Mercados e feiras, 3.241; Matadouros, tendais e frigoríficos, 6.938; Armazens de estradas-de-ferro, chaves e desvios particulares, 2.167; outros, 1.276.

Nos postos bromatológicos do Interior, o movimento assim se resume:

POSTO BROMATOLÓGICO DE SANTOS — Total de análises efetuadas, 12.023; Análises de leite, 1.288; Vinho analisado (em litros), 21.433.809.

POSTO BROMATOLÓGICO DE SÃO ROQUE — Total de análises efetuadas, 514; Total de análises condenadas, 11; Vinho analisado (em litros), 2.139.486.

POSTO BROMATOLÓGICO DE RIBEIRÃO PRETO — Total de análises efetuadas, 817; Total de análises condenadas, 123.

POSTO BROMATOLÓGICO DE JUNDIAÍ — Total de análises efetuadas, 1.224; Vinho analisado (em litros), 5.163.920.

POSTO BROMATOLÓGICO DE BAURÚ — Tota de análises efetuadas, 1.970; Total de análises condenadas, 120.

O Departamento de Saude deu tambem especial atenção à propaganda e educação sanitária, que se desenvolveu, quer por meio de palestras e conferências, quer pela distribuição intensa de artigos, folhetos e cartazes.

As edições da Secção respectiva, de 1941 a 1942, foram de 36.600 livros, 75.700 folhetos, 1.000 cartazes e 7.000 postais ilustrados.

Os artigos expedidos atingiram o total de 327.233 e a distribuição de livros e folhetos, respectivamente, ... 43.875 e 110.734.

Bastante procurada foi a série intitulada "Coletânea", da qual foram feitas várias reimpressões.

A Secretaria do Departamento recebeu 64.984 papéis e expediu 55.230.

O Almoxarifado teve movimento volumoso, no valor total de Cr$ 5.380.869,90, dos quais Cr$ .... 1.386.000,00 foram empregados em material para debelar o surto epidêmico de malária que grassou em diversas zonas do Interior. A Farmácia do Almoxarifado aviou 121.877 fórmulas, na importância de Cr$ 143.980,60, que, adquiridas na praça, custariam ao Estado a soma de Cr$ 719.543,00, verificando-se, pois, uma economia de Cr$ 575.634,40. A produção de ampolas foi de 525.534, custando Cr$ 294.672,58, com vantagens para a Fazenda.

A Consultoria Jurídica teve o movimento seguinte: Processos entrados, 298; pareceres jurídicos, 253; inquéritos administrativos, 6; consultas verbais respondidas, 43; informações prestadas, 27.

SERVIÇO DO INTERIOR — Em 1940, existiam 75 unidades sanitárias em funcionamento no interior do Estado.

Em 1941, houve pequena alteração nesse número com a supressão de 6 unidades, que foram as de Cerqueira Cesar, Guarujá, Ibitinga, Penápolis, São Vicente e Vargem Grande.

De acordo, porem, com o Decreto n. 12.784, de 24 de junho de 1942, foi novamente acrescido o número de tais dependências deste setor do Departamento de Saude, já, então, denominado Divisão do Serviço do Interior.

Assim se distribuiram, por força do referido decreto, as unidades sanitárias do interior:

17 centros de saude de 1.ª classe

32 centros de saude de 2.ª classe

34 postos de assistência médico-sanitária.

E. F. SOROCABANA

Locomotiva Ten-Coopied-esf. tração 20.185 kgs.

Carro de 1.ª classe e carro-dormitório, ambos de aço, da Composição "Bandeirante", construidos nas oficinas de Sorocaba

Mais tarde, no mesmo ano, com o aproveitamento dos médicos consultantes transferidos da Diretoria do Serviço de Centros de Saude da Capital para este Serviço, e com o desdobramento do quadro de pessoal extranumerário, foram instalados 16 postos de assistência médico-sanitária, avulsos.

Somadas, pois, todas as dependências desta Divisão, acrescidos a estas três centros de saude municipais, obteve-se, no ano de 1942, o total de 102 unidades sanitárias no interior do Estado.

Essas unidades realizaram, de 1941 a 1942, na parte de educação sanitária: 2.180 visitas por educadoras; 8.285 palestras, 60 conferências e 2.940 demonstrações práticas.

A assistência médico-sanitária registou 230.583 matrículas nos ambulatórios, com 943.358 de frequência sistemática e 251.631 consultas. Fizeram-se 612.060 curativos, aplicaram-se 223.164 injeções e 1.959.799 vacinas. Nos laboratórios executaram-se 157.399 exames. As notificações de moléstias infecciosas alcançaram o número de 45.241, sendo confirmadas 41.901. O policiamento sanitário nas habitações e dependências foi intenso, tendo sido feitas 569.202 inspeções. Expediram-se 117.948 carteiras de saude e 19.605 intimações, das quais 13.298 foram cumpridas integralmente e 5.036 parcialmente.

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

A situação da E. F. Sorocabana continua próspera, refletindo o progresso da vasta zona estadual por ela servida. As dificuldades decorrentes da guerra levaram a administração da importante ferrovia a agir com grande precaução nas despesas a realizar, exercendo controle seguro na aquisição de materiais, aproveitando tudo o que houvesse em estoque e que pudesse ser adaptado, recorrendo a material de sucata aproveitavel, controlando o máximo da capacidade dos trens e vagões, reduzindo o tempo de parada dos veículos e aumentando a velocidade comercial dos comboios.

E. F. Sorocabana

Com tais providências conseguiu-se reter o aumento das despesas, chegando no fim do ano de 1941 com a mesma despesa realizada em 1940, a-pesar-de haver o tráfego aumentado de 3.346.645.584 toneladas-quilômetro brutas para 3.472.991.570 unidades, oferecendo, em 1942, resultados ainda mais compensadores.

A receita elevou-se a Cr$ 164.480.906,20, quando em 1941 fora de Cr$ 161.210.302,30, havendo, pois, um aumento de 2%.

É certo que para isso concorreu o aumento e reforma tarifários postos em prática no primeiro trimestre do ano em causa, mas menos certo não é que houve uma diminuição apreciavel na receita do café de cerca de 4.500.000 cruzeiros, consequente não só da diminuta safra desse

produto principal da exportação brasileira como ainda, e principalmente, de os despachos dessa mercadoria só terem sido autorizados pelo Departamento Nacional do Café no dia 15 de novembro de 1942.

Há a registar, ainda, um menor trabalho realizado — 3.270.717.891 toneladas — quilômetro de peso bruto rebocado contra 3.480.863.332 em 1941 (— 6,5%), explicado pelo decréscimo de negócios na zona servida pela Estrada devido à situação mundial e tambem pela retenção de vagões pelas Estradas tributárias, que deixaram de produzir trabalho na Sorocabana.

No concernente à despesa de custeio, elevou-se ela a Cr$ 140.391.179,00 (dados referentes ao mês de dezembro ainda aproximados), ou seja, um aumento de 5,3% sobre 1941, sendo de notar que nesse total estão incluidas as gratificações trimestrais ao pessoal, no valor global de Cr$ 4.370.000,00.

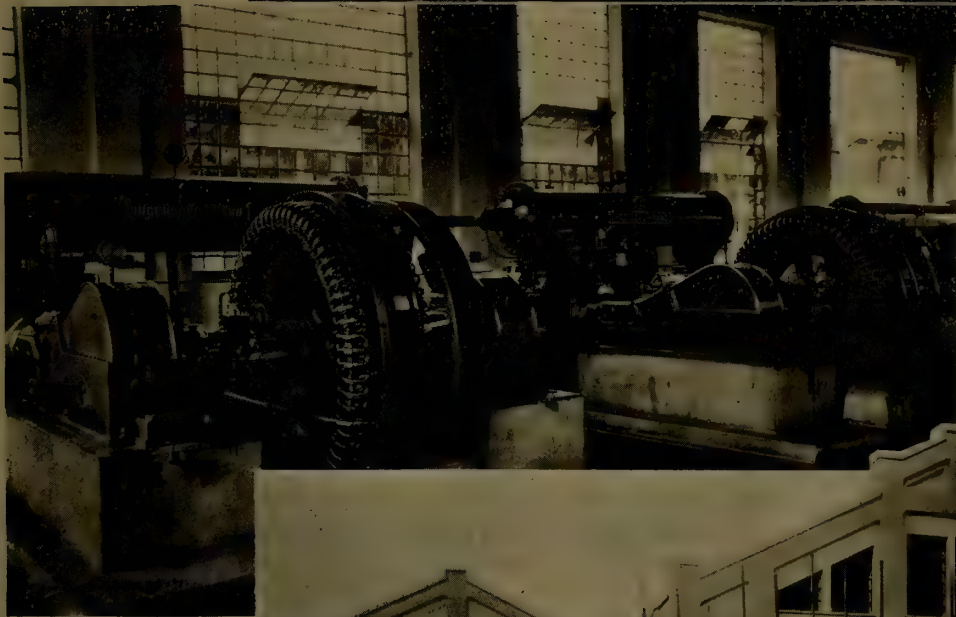
Desdobrada a despesa nas rubricas pessoal e material, tem-se:

	1942 Cr$	1941 Cr$	% de variação
Pessoal . . .	73.142.977,00	70.337.505,80	+ 3,9
Material . . .	67.248.202,00	62.944.730,30	+ 6,8
Soma	140.391.179,00	133.282.236,10	+ 5,0

Descontados os valores das gratificações (Cr$ . . 1.700.000,00 em 1941 e Cr$ 4.370.000,00 em 1942), chega-se à conclusão de que a despesa de pessoal foi praticamente a mesma nos dois anos em cotejo.

Quanto ao material, deve a maior despesa em 1942 ser atribuida à alta de custo dos materiais de consumo e do combustivel.

E. F. SOROCABANA

Oficinas de Sorocaba: construção de novas oficinas de carros e vagões (com tesoura de madeira de 54 ms. de vão)

Instalação de compressores

Pavilhão de tênderes e produção industrial (em construção)

De um modo geral os serviços da Estrada se processaram sem anormalidades dignas de registo.

No setor de obras novas, atuou-se no sentido de adiar aquelas que pareceram possiveis de protelação, embora se houvesse determinado a aceleração das julgadas capazes de facilitar o transporte e realizar economias na exploração industrial da Estrada.

Com esse fito, foram atacados o serviço de ampliação dos desvios de pátios de estações e construção de postos de cruzamento, de modo que se encurtassem distâncias e se acelerasse o acabamento dos trechos de melhoramentos da linha, entre Santo Antônio e Rubião Júnior, que estavam com seus trabalhos mais ou menos paralisados.

Os resultados financeiros estão expressos nas seguintes cifras:

RECEITA

Da exploração ferroviária	1942 Cr$	1941 Cr$
Viajantes	25.379.270,10	25.494.428,00
Bagagens	117.268,50	108.885,90
Encomendas	7.205.148,40	6.142.821,50
Animais em trens de passageiros	193.975,60	168.430,70
Animais em trens de cargas	6.880.173,90	5.353.415,00
Café	7.214.409,30	11.670.719,50
Outras mercadorias .	95.791.069,90	94.310.903,10
Taxa de expediente	5.600.879,20	6.122.411,80
Telegramas	894.016,60	857.097,10
Armazenagens	691.389,70	680.389,90
Rendas diversas ...	8.676.768,90	4.526.336,90
TOTAL	158.644.370,10	155.435.839,40

Do serviço rodoviário		
Mercadorias e animais	5.836.536,10	5.774.462,90
TOTAL GERAL ..	164.480.906,20	161.210.302,30

DESPESA

	1942 Cr$	1941 Cr$
Exploração ferroviária	136.442.899,00	129.549.170,60
Serviço rodoviário ..	3.948.280,00	3.733.065,50
TOTAL GERAL ..	140.391.179,00	133.282.236,10

Nos algarismos acima está computada a contribuição para a Caixa de Aposentadoria e Pensões.

O saldo verificado foi a seguinte:

Em 1941 — Cr$ 27.928.066,20; em 1942 — Cr$ 24.089.727,20.

A receita geral da Estrada, incluindo as taxas adicionais de 10% — fundo de melhoramentos — e de 2% — para a Caixa de Aposentadoria e Pensões, elevou-se a Cr$ 177.874.877,10 em 1941; e Cr$ 181.075.440,40 em 1942.

O coeficiente de tráfego, em 1941, foi de 82,68; e, em 142, de 85,35.

Em 1941, foram transportados 6.495.596 passageiros; 10.722 animais em trens de passageiros e 709.317 em trens de cargas.

Em 1942, o número de passageiros foi de 6.378.787 e o de animais: 11.004 em trens de passageiros e 873.958 em trens de cargas.

O transporte de bagagens e encomendas foi, em 1941 — de 68.398.940 quilos; e em 1942 — de 72.312.195 quilos. As mercadorias transportadas somaram: em 1941

— 4.376.809.124 quilos; e em 1942 — 4.298.360.808 quilos.

As linhas principais e ramais da via permanente não sofreram alteração em 1942, continuando a linha singela com 2.144,432 kms. e a linha dupla com 139,472 kms. de extensão.

Restringido o fornecimento de óleo combustivel importado dos Estados Unidos, ocasionado pela guerra mundial, passaram as indústrias da Capital a adquirir lenha para substituir aquele combustivel.

Em consequência, verificou-se uma alta repentina e violenta do preço da lenha adquirida para consumo das indústrias, que chegou na Capital e em Santos a Cr$ 30,00 o metro cúbico, com a agravante de não haver exigência alguma em matéria de qualidade para o material recebido.

Como decorrência dessa situação, teve a Estrada que enfrentar grave crise de combustivel no segundo semestre de 1941. Toda resistência possivel foi oferecida a essa majoração de preços e medidas de carater defensivo foram tomadas, tais como abatimento de matas pertencentes à Estrada e transportes de lenha de um setor para outro, mesmo com percurso longo e oneroso.

À vista de tudo isso, conseguiu-se que o preço de aquisição de lenha tivesse apenas um aumento de Cr$ 30,00 por metro cúbico nas zonas próximas à Capital.

Em 1941, a despesa com combustivel foi de Cr$ 30.123.158,30 elevando-se em 1942 a Cr$ 31.929.803,20.

Foram as seguintes as quantidades de combustivel consumidas nos dois exercícios aludidos:

	1942	1941
Lenha (m3)	2.117.746,5	2.058.122,0
Nó de pinho (m3)	32	2.700
Carvão estrangeiro (kg)	185.000	7.783.240
Carvão nacional (kg) ...	14.154.080	14.651.589

O café recebido pela E. F. Sorocabana em 1941 foi de 3.216.594 sacos contra 4.926.783 sacos em 1940, baixando para 1.843.597 sacos em 1942, inclusive o entregue pelas estradas tributárias.

Essa diminuição de movimento de café tem como causa a pouca produção dos cafeeiros em 1941, de modo geral, e a crise provocada pela situação internacional, de modo especial, que influiu em todos os mercados.

Em 31 de dezembro de 1942, havia nos armazens reguladores a cargo da Estrada 5.140.539 sacos de café, não tendo havido incineração.

O total de sacos de café encaminhado para o porto de Santos no ano de 1941 foi de 2.061.315, sendo, em 1942, de 1.122.873 unidades.

A Estrada manteve em dia todos os seus serviços, funcionando regularmente seus diversos departamentos.

O Escritório Central atendeu, na forma do costume e na parte que lhe competia, a todos os serviços de expediente de pessoal, de contabilidade, de materiais e de arquivo, tendo todos os seus trabalhos corrido normalmente.

As Secções e Residências de Construção localizadas no interior, ao longo da linha, realizaram normalmente os seus trabalhos habituais, como sejam a direção técnica e administrativa de todos os serviços de reparação e construção de obras diversas, fiscalização dos trabalhos de empreiteiros, estudos etc.

E. F. SOROCABANA

Projeto da nova estação de Presidente Prudente — Linha dupla no km. 80, devidamente consolidada — Trecho no Horto Florestal de Jupira — Páteo de Botucatú

Colocação de postes ao longo da linha — Cabine de sinalização em Laranjal — Trecho entre Piragibú e Rodovalho

E. F. SOROCABANA — Pontes construidas: sobre o rio dos Monos — sobre o rio do Peixe (novo trecho) — sobre o rio Branco de Cima

Os hortos florestais contavam, até ao encerramento do exercício de 1941, com 3.858.458 pés de eucaliptos; durante o ano de 1942, plantaram-se 582.871 pés, o que perfaz o total existente de 4.441.329.

Na parte mecânica, gastou-se, em 1941, com o respectivo Departamento, a soma de Cr$ 29.531.656,91, e em 1942 Cr$ 29.717.860,00.

Fizeram-se 374 reparações de locomotivas, em 1941, com o dispêndio de Cr$ 7.701.296,13. Em 1942, as reparações de locomotivas foram de 375, entre grandes, médias, pequenas e correntes, com a despesa de Cr$ 7.963.645,50.

Nos dois exercícios citados, foram reparados, reconstruidos ou transformados 664 carros e 4.170 vagões, tendo sido construidos 4 carros da composição "Bandeirante".

A produção industrial foi elevada, assinalando-se entre os materiais produzidos: 3.500 toneladas de ferro fundido; 470 toneladas de bronze fundido; 184 toneladas de aço; 420 toneladas de parafusos; e 12 mil metros cúbicos de madeira serrada, aproximadamente.

A falta absoluta de combustivel devido à guerra e a recomendação de economizar o mais possivel os combustiveis importados, conduziram ao estudo de um gasogênio para produzir gás necessário ao aquecimento dos fornos da ferraria.

Esse gasogênio foi construido e entrou em funcionamento em setembro de 1942 e vem trabalhando a contento até o presente, trazendo uma economia de óleo de cerca de 50%.

De acordo com o programa de melhoramentos e ampliação de edifícios, foram realizadas várias obras importantes, salientando-se a construção de novas oficinas de carros e vagões.

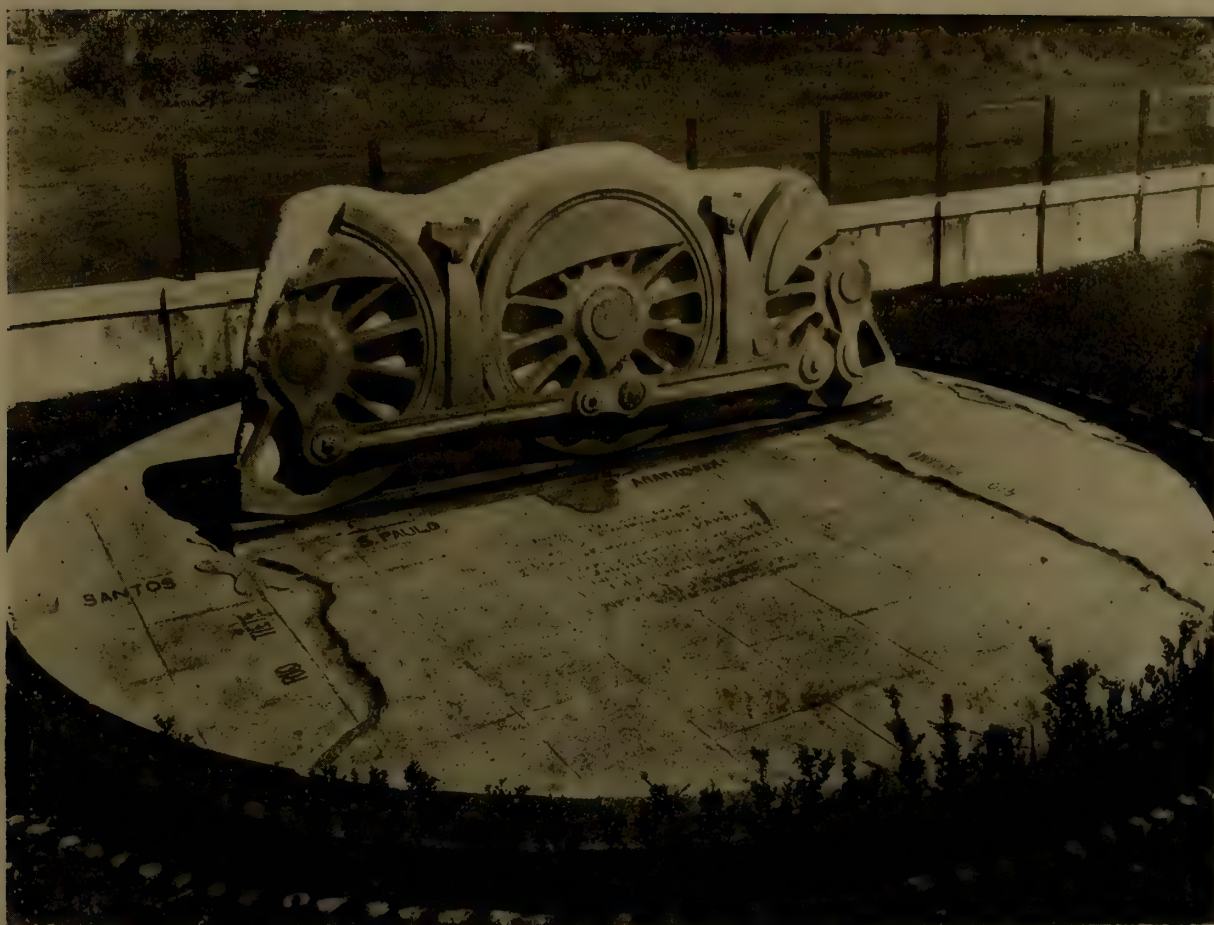
Prosseguiram os trabalhos de acabamento definitivo da nova linha Mayrink-Santos, constituidos, principalmente das obras de consolidação dos cortes e aterros e impermeabilização do taboleiro da grande ponte sobre o rio dos Monos, serviços esses, feitos sob o regime de administração direta.

As despesas totais com a construção dessa nova linha foram as seguintes:

Gastos anteriormente a 1942 ..	Cr$	304.532.181,44
Gastos em 1942: Obras de Consolidação etc.	Cr$	842.664,10
TOTAL	Cr$	305.374.845,54

Nos primeiros meses de 1942, em consequência de torrenciais chuvas, aluiram diversos aterros e barreiras da Linha de Mayrink a Santos, ocasionando a obstrução da linha em diversos pontos, entupimento e destruição de boeiros, desmoronamentos de casas, etc.

Assim, foram necessários consideraveis esforços, durante muitos meses, para a completa normalização dos serviços, resultando despesas na importância de Cr$ 478.631,30.

Os trabalhos de melhoramentos da linha de Santo Antônio em diante, que têm sido conduzidos com persistência, importaram, em 1941, em Cr$ 2.254.137,27 e, em 1942, em Cr$ 2.513.044,70, sendo de 701.618.326 m3 o volume da terraplenagem executada desde 1936.

E. F. ARARAQUARA — Monumento comemorativo, na estação de Mirassol, do prolongamento da ferrovia, daquela cidade até Porto Presidente Vargas. — Marco 0 do prolongamento, vendo-se o depósito de locomotivas em Mirassol

Eletrificação da Sorocabana

Assinado o contrato para eletrificação do trecho São Paulo-Santo Antônio, em 12 de outubro de 1940, somente em 21 de março de 1941 foram concluidas as negociações com o Banco do Brasil, sobre a garantia de transferência de cambiais e pagamentos em Nova York, das prestações devidas.

Nesta última data foi, entretanto, dado início aos serviços de eletrificação, construindo-se os armazens para depósito de materiais, os edifícios para alojamento e manutenção de pessoal, a fábrica de postes de concreto armado e as instalações necessárias para o preparo e montagem da rede aérea.

Todas as instalações, de carater eminentemente transitório, são de madeira, com cobertura de telhas francesas, obedecendo a um plano de conjunto, a-fim-de permitir o máximo aproveitamento dos terrenos que a Estrada pôs em Mayrink à disposição das empreiteiras.

Ao mesmo tempo que se construiam as instalações gerais, procedia-se ao levantamento rigoroso das linhas a serem eletrificadas, projetavam-se as estruturas da rede área para o trecho a ser eletrificado, que compreende 284 quilômetros de linhas principais e 50 quilômetros de linhas secundárias.

Foram locadas, ao longo do trecho, todas as estruturas da linha aérea, tendo-se levantado as secções transversais correspondentes, com todos os pormenores, inclusive limite dos terrenos de propriedade da Estrada, diferença de nivel entre os terrenos e o topo dos trilhos, largura da entrevia, ancoragem das espias, etc..

Já foram levantados 3.463 postes de concreto, colocadas 255 âncoras, abertas 3.575 cavas e soldados 50.129 "bonds".

A subestação de Pantojo teve suas obras iniciadas em outubro de 1942, achando-se prontos os trabalhos de concretagem da base.

Em agosto de 1941, foram recebidos 1.028.326 quilos de cobre em lingotes, que estão sendo trefilados na Pirelli S/A.

O contrato para fornecimento de energia elétrica foi firmado com a The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd. em 23 de outubro de 1942.

Foi estudada a construção de três desvios para servirem às instalações da Fábrica de postes das empreiteiras, em Mayrink, cujos serviços foram executados pelo Departamento da Via Permanente.

No mês de julho de 1942, foram iniciados os serviços de distribuição e levantamento dos postes de concreto, na linha, a partir do trecho entre as estações de Mayrink e Pantojo e entre esta e a estação de Rodovalho, bem como começados os serviços de soldagem dos "bonds", nos trilhos.

O valor total das obras já executadas para a eletrificação é de Cr$ 7.736.528,90, sendo de 26.199.766 o total das obras contratadas.

Apesar dos atrasos decorrentes da situação anormal que o mundo atravessa, prosseguem ativamente os serviços, que virão concorrer para o maior engrandecimento da importante ferrovia paulista e do potencial econômico deste Estado.

A Sorocabana manteve com regularidade os cursos do seu Serviço de Ensino e Seleção Profissional, que funcionam em Sorocaba, Itapetininga, Botucatú, Assiz e nesta Capital.

A Secção "Tramway da Cantareira", constituida em obediência ao Decreto-lei n. 12.617, de 31 de março de

PROLONGAMENTO DA E. F. ARARAQUARA — Passagem superior — Aterro no km. 11

1942, que incorporou aquele Tramway à Sorocabana, teve o seguinte movimento financeiro:

	1942 Cr$	1941 Cr$
Receita	1.756.164,50	1.762.945,80
Despesa	3.589.516,40	3.668.380,30
"Deficit"	1.833.351,90	1.905.434,50

O número de passageiros transportados foi de 4.580.951 em 1942; e 4.404.293 em 1941.

Espera o Governo remodelar o "Tramway", imprimindo-lhe modernos rumos de trabalho, com o que, certamente, se conseguirá reduzir os repetidos "deficits" acusados pelos seus balanços anuais.

E. F. Araraquara

Dos mais promissores foram os resultados da Estrada-de-Ferro Araraquara durante 1941 e 1942, tendo sido encerrado este último exercício com o seguinte movimento:

Receita total	Cr$	17.711.570,10
Despesa de custeio	Cr$	13.313.906,20
Saldo	Cr$	4.397.663,90

É a seguinte a discriminação da receita dos três últimos anos:

Designação	1940	1941	1942
	Cr$	Cr$	Cr$
Receita do tráfego.	13.844.880,80	13.779.659,40	14.102.872,50
Aumento de tarifas, de 20%	2.450.669,60	2.020.433,40	2.130.661,90
Taxa adicional, de 10%	1.484.758,70	1.378.258,20	1.429.919,30
Rendas eventuais:			
Venda de material velho	55.504,00	7.783,90	16.702,20
Juros	141.713,20	67.749,80	31.414,20
Total ..	17.977.526,30	17.253.884,70	17.711.570,10

Alem da receita ordinária, em 1942 entrou para os cofres da Estrada, a crédito de "Variações no Patrimônio", a quantia de Cr$ 2.150.968,50, proveniente da venda de duas locomotivas "American", tipo 2-8-2, à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; da venda de torta de semente de algodão e de material usado e do arrendamento de terras do Horto Florestal de Silvânia.

A despesa de custeio acha-se assim classificada:

Administração central	Cr$	1.080.218,80
Despesas acessórias	Cr$	979.837,00
Tráfego	Cr$	3.261.676,30
Locomoção	Cr$	4.931.441,30
Telégrafo	Cr$	505.535,90
Via permanente e edifícios	Cr$	2.555.196,90

O movimento de almoxarifado subiu a Cr$ ...... 7.581.878,10 que, adicionados ao saldo existente em 1.° de janeiro de 1942, perfazem o total geral de Cr$ 11.469.627,10.

O movimento de passageiros, em 1942, foi de 990.864 e o de bagagens e encomendas de 10.676 toneladas.

Foram transportadas 582.190 toneladas de mercadorias diversas, avultando no quadro geral o café, com 46.527 tons., e o algodão, com 40.200 tons. Os animais transportados em trens de mercadorias somaram 64.091 cabeças, pesando 25.191 toneladas.

Trafegaram 3.664 trens de passageiros e 9.321 de carga, com o percurso, respectivamente, de 756.578 kms. e 604.596 kms.

O serviço telegráfico da Estrada registou o volume de 280.153 telegramas, equivalendo a 6.948.212 palavras.

Durante o ano de 1942, foram recebidos 860.391 scs. de café, dos quais 470.945 scs. pertencem à safra de 1941/42 e 389.446 ditos à de 1942/43.

Ficaram no interior, entregues diretamente nos armazens recebedores D. N. C., 67.301 scs. de café, depositados em Catanduva, Rio Preto e Mirassol.

Esse apreciavel volume de café, segundo se fez nos anos anteriores, será queimado nos pontos em que se acha. É um transporte que foge à Estrada, cuja renda fica, assim, prejudicada.

A estatística do serviço rodoviário acusa os seguintes dados relativamente a 1942:

Quilômetros percorridos pelos caminhões		89.903
Toneladas quilômetros realizadas		189.344
Peso transportado (kgs)		8.793.710
Despesa total com os caminhões ...	Cr$	189.301,50
Custo do quilômetro	Cr$	2,10
Custo da tonelada quilômetro	Cr$	0,99

Na medida dos recursos ao seu alcance procurou a Estrada manter em bom estado a conservação da via permanente, de modo que garantisse o tráfego, aumentado consideravelmente com o afluxo da carga que recaía nos transportes rodoviários, praticamente paralisados.

Os imoveis e obras de arte mereceram os necessários cuidados, procurando-se nas reformas feitas nas casas residenciais para empregados torná-las mais hiegiênicas e apraziveis.

Nas Oficinas, foram feitas 64 reparações em locomotivas; 87 em carros, sendo reconstruido um vagão da linha telegráfica, adaptado um vagão fora de tráfego para a solda da via permanente, transformadas 4 gôndolas para pedra em gôndolas metálicas de bordas moveis e reparados 265 vagões.

Os diversos Depósitos efetuaram 8.613 reparações ligeiras em locomotivas, 1.666 em carros e 19.704 em vagões.

As locomotivas percorreram 2.333.779 kms. (inclusive manobras), tendo consumido 159.271 m3. de lenha, 38.740 litros de óleos lubrificantes, 2.784 kgs. de estopa e 2.082 litros de óleo limpeza; o consumo por 1.000 locomotivas-quilômetro foi o seguinte: 68,2 para combustiveis; lubrificantes 16,5; estopa 1,1; e óleo limpeza 0,8.

No mesmo período os veículos percorreram kms. 11.043.185, tendo sido consumidos 9.919 litros de óleos lubrificantes e mais 3.000 kgs. de estopa; o consumo por 1.000 veículos-quilômetro foi o seguinte: lubrificantes 0,8 e estopa 0,2.

A despesa realizada em Conta de Capital está assim classificada:

Melhoramentos na linha em tráfego	2.293.707,10
Prolongamento da linha de Mirassol ao Porto Presidente Vargas	2.862.003,40
Soma	5.255.710,50

Dos melhoramentos na linha em tráfego, nota-se pelo seu vulto, a entrega ao tráfego da Variante Matão-Santa Ernestina, o que melhorou de muito as condições de tração naquele trecho.

Tiveram prosseguimento os serviços do prolongamento da linha alem de Mirassol. A ponta dos trilhos atingiu a estaca 2.283, isto é, 21.190 quilômetros, alem de Balduino.

Os serviços de terraplenagem acham-se concluidos até o páteo da futura estação de Votuporanga.

As despesas realizadas somam Cr$ 2.862.003,40, dos quais Cr$ 88.135,40 foram empregados na estrada de rodagem ligando Tanabí a Eng. Balduino e Cr$ 160.611,30 na estrada que liga esta estação a Monte Aprazivel.

Prosseguiram normalmente os trabalhos de reflorestamento, tendo o serviço Florestal do Estado apresentado os seguintes resultados:

HORTO DE BUENO DE ANDRADA — Eucaliptal em formação, 547.317 pés; eucaliptos replantados, 144.000 pés. Existem 35.620 mudas de eucaliptos preparadas para plantio, representando um total de 1.781 caixas.

HORTO DE MONTE ALEGRE — Eucaliptal em formação, 663.160 pés; eucaliptos replantados, 86.900 pés. Existem 300.000 mudas de eucaliptos preparadas para plantio, representando um total de 6.000 caixas.

E. F. Campos do Jordão

Grande desenvolvimento tiveram os trabalhos da E. F. Campos do Jordão, de propriedade e administração do Estado, em 1942.

A receita produzida foi de Cr$ 1.341.162,40, a maior até hoje registada, contra Cr$ 1.107.672,80 em 1941, dando uma diferença para mais de Cr$ 233.489,60, e uma despesa de Cr$ 1.285.700,64 contra Cr$ 1.258.646,00 em 1941, dando uma diferença para mais apenas de Cr$ 27.054,64.

Ao passo que, em 1941, a Estrada apresentou um "deficit" de Cr$ 150.973,20, em 1942 verificou-se um saldo de Cr$ 55.461,76, dando um coeficiente de tráfego de 95,86.

É necessário salientar que naquela ferrovia somente se registaram *superavits* nos anos de 1928 e 1929, com as quantias de Cr$ 502,31 e Cr$ 19.844,00, respectivamente.

Nos resultados do exercício de 1942, estão incluidas, na receita, a quantia de Cr$ 80.000,00 de renda eventual, em consequência da venda de uma locomotiva a vapor e imprestavel para a Estrada, e na despesa, a quantia de Cr$ 26.840,71 correspondente à baixa da mesma.

Caso desprezássemos essas quantias, por serem fortuitas, os resultados se apresentariam da seguinte forma:

	1941	1942	Dif. de 1942/1941
Receita . .	1.107.672,80	1.261.162,40	+ 153.489,60
Despesa .	1.258.648,00	1.258.859,93	+ 213,93
"Deficit" .	150.973,20	——	
Saldo . . .	——	2.302,47	

Como se vê, enquanto se obteve uma receita de Cr$ 153.489,60 a mais sobre 1941, a despesa de 1942 superou a do ano anterior somente em Cr$ 213,93, e o saldo verificado para 1942, sem considerar a venda da locomotiva, seria de Cr$ 2.302,47.

Esse aumento da receita não se verificou somente devido ao crescimento dos transportes na Estrada, em consequência da redução dos serviços rodoviários, por falta de gasolina, mas sim por ter a Diretoria suspenso o serviço de transportes gratuitos em grande escala e ainda por terem sido elevadas as tarifas de 10% com autorização superior, em virtude das crescentes dificuldades com que lutava a Estrada para adquirir o material necessário à sua manutenção, devido à elevação dos preços.

Foram concedidas, em 1942, 10.679 passagens gratuitas e conduzidos, sem remuneração, 69.408 escolares, somando um total de 80.087 passageiros, contra 170.842 no ano de 1941.

Como carga, foi efetuado o transporte gratis de 380.071 quilos de mercadoria, equivalendo a 32.666,536 Ton./Km. e 106.125 quilos de encomendas e bagagens.

Despendendo somente Cr$ 213,93 a mais do que em 1941, fez a Estrada um maior transporte em 1942, como abaixo se demonstra:

Passageiros-Km.: 1941, 4.008,956; 1942, 4.179.554.

Encomendas e bagagens (Ton./Km): 1941, 61,059; 1942, 76.210.

Mercadorias (Ton./Km.): 1941, 1.238.338; 1942, 1.295.315.

Os funcionários da Estrada tiveram um aumento de vencimento de agosto de 1942 em diante, o que elevou a folha de pagamento de 5,3%.

Visando à redução das despesas, foi extinto o serviço rodoviário mantido entre Eugênio Levévre e São Bento do Sapucaí, que não estava mais correspondendo às suas finalidades, dando ultimamente despesas que se agravavam cada vez mais e apresentava resultados deficitários.

Procedeu-se a uma campanha de melhor aproveitamento dos carros de carga, cujo coeficiente passou, por isso, de 51,2% em 1941 para 60,5% em 1942. Dessa campanha adveio tambem uma economia de energia elétrica que, embora pequena, representa razoavel esforço da administração.

O consumo em 1942 foi de 831.100 K. W. H. contra 882.550 K. W. H. em 1941.

Com o fim de melhorar o rendimento do trabalho na oficina mecânica, procedeu-se a uma reforma administrativa, cujos resultados foram os melhores possivel. A despesa total com a conservação dos carros em 1942 foi de Cr$ 402.605,75 contra Cr$ 385.881,11 em 1941.

Muito fez a administração no intuito de melhorar os serviços das várias Divisões da Estrada, dando-lhes mais eficiência e procurando dentro do possivel evitar ou diminuir as despesas inuteis e passiveis de redução.

Dentro dos limites da verba estabelecida, procurou-se aparelhar melhor a Estrada de ferramentas, máquinas,

novas linhas telefônicas e casas para empregados, alem de muitas outras obras de menor vulto, que importaram num total de Cr$ 268.715,48.

Entre outros fatos, cumpre salientar a distribuição de uniformes e bonés a todos os empregados que estão em contacto com o público; a criação da secção de compras no Almoxarifado em virtude da extinção do Escritório de Representação em São Paulo; o aumento de vencimentos e gratificação de fim de ano aos empregados; a reorganização administrativa; o aumento de 10% nas tarifas e o reajustamento do quadro de pessoal.

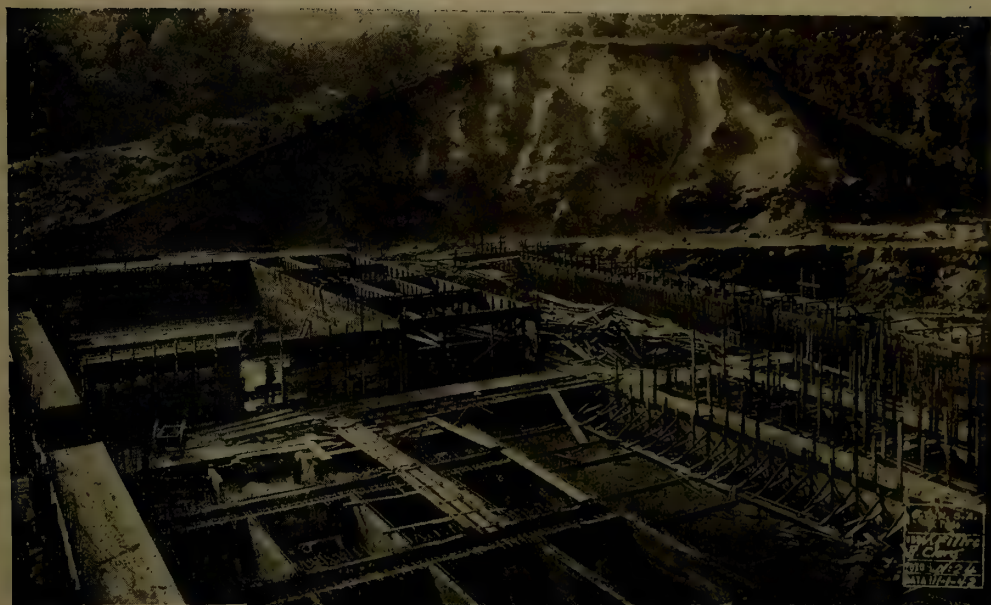
Águas e Esgôtos da Capital

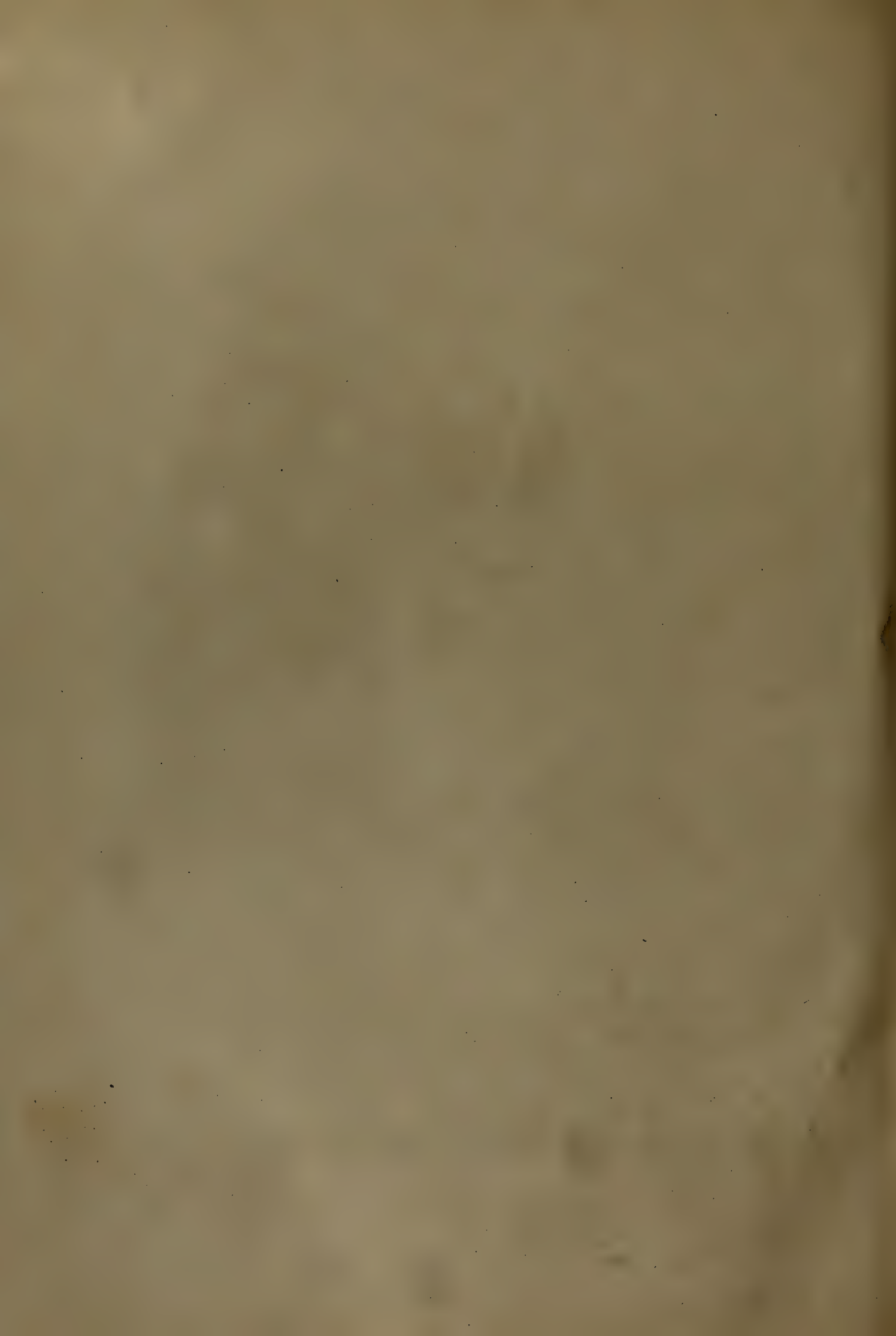
A capacidade atual de adução de água para o consumo da Capital é de 331.400 m3. por dia, com as seguintes origens: Cantareira, Cabuçú, Cotia, Santo Amaro e Rio Claro.

Em 31 de dezembro de 1942, achavam-se ligados à rede de água 148.780 prédios. Tomando-se por base a densidade média de 8 habitantes por prédio, a população abastecida era de 1.190.240 pessoas, correspondendo a uma distribuição diária de, aproximadamente, 241 litros "per capita", índice considerado deficiente para o consumo normal, estimado em 300 litros por habitante.

Por esse motivo, a Repartição de Águas e Esgotos estudou o reforço do abastecimento, que será conseguido com a 2.ª etapa da adutora do Rio Claro, já em andamento, e com instalação de novos setores dentro da área da cidade.

O problema técnico de abastecimento já está perfeitamente resolvido em suas linhas gerais, pois há um plano de distribuição de água delineado e estudado para uma população de 3 milhões de habitantes, prevista, segundo a curva provavel de aumento, para o quinquênio 1965/1970.

ADUTORA DO RIO CLARO

Obras novas

Aspectos da construção dos filtros da II Etapa

Esse plano atende a todas as atuais dificuldades de distribuição, tendo em vista a topografia bastante irregular da Capital, cuja área é de 22.800 hectares, com desniveis de quase 100 metros entre o alto do Sumaré e a várzea do Tietê, e a distância da chegada das adutoras à zona urbana, em altitudes diversas.

As obras em andamento são imprescindiveis, dado o vertiginoso progresso da cidade, atestado pelo elevado número de construções nos últimos anos, do que resultou a existência de várias zonas novas ainda não abastecidas de água, com uma população avaliada em 209.760 habitantes e distribuida em cerca de 26.300 prédios.

Na Adutora do Rio Claro, concluiu-se a canalização, em 1941, entre Poço Preto e Casa Grande, executando-se, em 1942, serviços subsidiários. Prosseguiram-se as obras da barragem de Poço Preto e da estação de tratamento, somando as despesas a importância de Cr$ 2.977.081,28.

Tiveram prosseguimento satisfatório, sendo concluidos em 1942, os trabalhos de construção: do reservatório da Penha, de 16 mil metros cúbicos de capacidade, da respectiva torre e grupos elevatórios destinados a recalcar a água do reservatório para a torre; da estação elevatória das águas do Cabuçú, em Santana; da adutora Ururuquara; e a estrutura do reservatório e torre do alto de Santana. Adiantaram-se as obras do reservatório de Vila América, cuja capacidade é de 28 mil ms. cúbicos, dispendendo-se no último exercício Cr$ 603.016,00.

O total de ligações de água, em 1941, era de 143.019, sendo 8.171 correspondentes àquele exercício. Em 1942, foram feitas 6.193 ligações e 5 religações; 435 supressões e 2 desligações, dando o total de 148.780. Foram assentados 31.094 ms. de canalização de diâmetro variando entre 0m,050 e 0m,500, tendo a rede distribuidora alcançado

a extensão de 1.428,094 kms. Substituiram-se 3.938 ms. de canalizações com o peso de 165 toneladas.

Executaram-se rebaixamentos na extensão de 4.121,30 metros e assentaram-se 4.807 ms. de canalizações nos passeios das ruas principais, ruas de grande largura ou de calçamento de grande custo.

A prontidão da R. A. E. atendeu a 34 incêndios durante o ano de 1942.

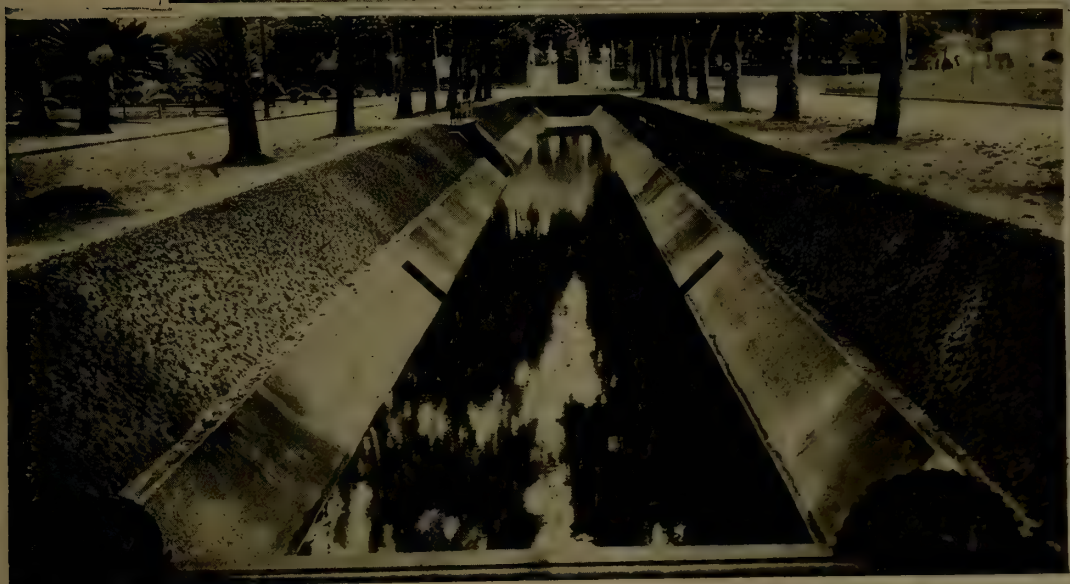
O volume de água aduzido para abastecimento da vila de Santo Amaro, que era de 692.128 ms3. anuais, quando da transferência, em 1936, desse serviço para o Estado, passou a ser de 1.495.393 ms3., não estando computado o volume consumido pelo Brooklyn Paulista.

Importou em Cr$ 1.340.880,90 a despesa com energia elétrica nos serviços de água, em 1942, equivalendo ao consumo de 16.484.300 KWH; nas estações de esgotos, oficinas e garage, Cr$ 133.280,80 por 906.454 KWH; e nas instalações permanentes e obras Cr$ 49.332,60 por 120.034 KWH.

A-pesar-da falta de operários com que se tem lutado ultimamente, foram mantidos em dia os serviços de ligações, conservação e desenvolvimento da rede sanitária.

Em 1941, era de 774.326,80 ms. a extensão dos coletores de esgotos da cidade, inclusive os emissários principais. Elevou-se esse total a 791.652,20 ms. com a construção de mais 17.325,40 ms. de coletores de diversos diâmetros em 1942.

O número de prédios ligados a rede de esgotos em 1941, que era de 111.478, foi acrescido de 3.975 ligações feitas em 1942, dando o total de 115.453. Fizeram-se 251 desligações.

A extensão dos ramais domiciliários construidos em 1942 foi de 31.165 metros.

Limpeza do berço de um dos canais — Excavação para o coletor de 8" da rua 28 de Setembro — Canal 9, na praça Jorge Washington, com os taludes reformados

Tendo-se em vista a população atual da cidade de S. Paulo e a extensão da rede geral de esgotos, verifica-se que, na base de 8 habitantes por prédio, havia, em 1942, 63.000 casas esgotadas em fossas e cacimbas domiciliárias, o que demonstra a necessidade premente de ser atacado o problema sanitário, construindo-se coletores de esgotos em todas as ruas cuja densidade de edificações justifique a despesa a ser feita.

Outro aspecto importante do problema, o do tratamento depurador dos despejos das redes de esgotos nos rios Tietê e Pinheiros, preocupou a administração do Estado, tendo sido elaborado, pelos orgãos competentes, um plano geral de coleta e tratamento dos esgotos da Capital, projetado de modo que se utilizassem as redes e instalações existentes. Por esse plano, a cidade será dividida em 5 zonas sanitárias, a saber: Penha, Ponte Pequena, Vila Leopoldina, Pinheiros e Brooklyn. A despesa com a execução de tais obras seria de, aproximadamente, 130 milhões de cruzeiros, demandando 6 anos e meio de trabalho.

Os serviços das usinas elevatórias da Ponte Pequena e do Bom Retiro foram mantidos com regularidade, não obstante as instalações da primeira serem de tipo antiquado e já contarem mais de 25 anos de atividade.

O mesmo pode dizer-se dos serviços das estações de tratamento do Hospital de Tuberculosos de Jaçanã e Leprosários de Santo Ângelo, que depuraram esgotos de uma população de cerca de 5.000 pessoas. Na Estação Experimental do Ipiranga, suspenderam-se as observações sobre o tratamento químico devido à falta de coagulantes, continuando-se, normalmente, todavia, os demais serviços de decantação, digestão e secagem dos lodos e utilização de gás cloacal na produção de energia elétrica. Já estão ligados à Estação 2 mil prédios, com cerca de 16 mil ha-

bitantes e um volume de esgotos de 4 milhões de litros diários, em média aproximada.

A situação internacional impediu que o Governo pudesse prosseguir na instalação de aparelhos medidores em todos os prédios da cidade ligados à rede de água, pois do fornecimento contratado na Europa, de 80 mil hidrômetros, foram recebidos somente 13.700. A-fim-de manter o programa estabelecido, tentou a R. A. E. adquirir medidores de velocidade no Liceu de Artes e Ofícios, cuja produção não pode, entretanto, atender à quantidade requerida pelas necessidades dos serviços.

Nessas condições, passaram as ligações novas a ser dotadas de penas, sendo a taxa de água lançada com base no valor locativo.

Assim mesmo, colocaram-se, em 1942, 6.997 hidrômetros e substituiram-se 12.630, quando, em 1941, a colocação foi de cerca de 36 mil aparelhos.

Nas oficinas da Repartição, foram reparados 14.164 hidrômetros, com a despesa de Cr$ 205.769,30.

A despesa geral da R. A. E. foi: em 1941, de Cr$ 36.849.885,70; em 1942, de Cr$ 32.609.335,50.

O consumo de água da Capital, de acordo com as contas emitidas, apresentou a seguinte renda: em 1941: Cr$ 17.783.167,10; em 1942, elevou-se a Cr$ 18.546.559,20, com Cr$ 763.382,10 de diferença para mais sobre o exercício anterior. Os serviços extraordinários, cobraveis do público, importaram em Cr$ 3.690.759,40.

Despenderam-se, em 1942, com desenvolvimento de serviços (obras reprodutivas) Cr$ 18.980.631,61; e com o custeio normal Cr$ 14.128.703,89. Da despesa geral, cabem Cr$ 6.077.811,45 ao serviço de águas e Cr$

VIA "ANCHIETA" — Construção de um viaduto na serra do Mar — Boeiros colocados no trecho da serra

4.532.098,71 ao de esgotos. Na Adutora do Rio Claro, foram gastos Cr$ 5.650.507,88 e nas adutoras de Cotia, Santo Amaro, Cabuçú e Cantareira Cr$ 3.364.034,36.

O expediente da R. A. E. protocolou, em 1942, 13 mil papéis, e o almoxarifado atendeu a 12.241 pedidos de materiais, tendo realizado 625 concorrências administrativas.

Saneamento de Santos

Correram normalmente os trabalhos da Repartição de Saneamento de Santos, sendo concluido o projeto de obras novas que visa a colocar os serviços daquele departamento público a par do progresso da cidade de Santos nos últimos anos.

Esse projeto consta de três partes principais: 1.ª — Construção de um novo emissário para lançamento final do efluente de esgotos; 2.ª — Ampliação da rede sanitária, numa extensão de 60 kms. para atender a quase 10 mil prédios cujos despejos ainda são conduzidos para fossas, em condições anti-higiênicas; e 3.ª — Construção do Canal n. 7 para completar a rede de grande drenagem do projeto Saturnino de Brito.

Para solução da primeira parte, foi escolhido o recurso de proceder ao despejo final na enseada de Itaipú, a 12 kms. da Usina Terminal, sita no José Menino. Antes, porem, de adotada essa conclusão, procedeu-se a meticulosos estudos relativamente à hipótese de poluição das águas da baía de Santos em consequência do despejo *in natura* dos esgotos de Santos e S. Vicente junto à Ponta de Itaipú, demonstrando as análises que não há contaminação atribuivel à descarga do emissário.

A-fim-de atender às despesas iniciais com a execução do plano geral de obras novas, foi aberto o crédito especial

de Cr$ 5.000.000,00 pelo Decreto-lei n. 12.925, de 9 de setembro de 1942.

Durante o exercício de 1942 foram estudados, projetados e locados no terreno, 6.663,95 metros de coletores a serem construidos, sendo em Santos, 5.767,90 metros, em São Vicente, 737,60 metros e em Guarujá, 128,45 metros.

O serviço de cadastro da rede de esgotos foi mantido em dia, tendo sido desenhadas as folhas que contêm os perfís e cadastro dos poços de visita, tanques fluxiveis e junções radiais de todos os coletores construidos durante o ano.

A situação internacional, interrompendo a importação e acarretando uma excessiva elevação de preços dos materiais de construção, determinou sensivel decréscimo nas edificações particulares, em Santos como em todo o país, e, consequentemente, nos serviços de instalações de esgotos nos prédios a cargo da Repartição.

Pelo serviço executado nos dois últimos exercícios, pode melhor ser observado esse decréscimo, a saber:

	1941	1942
Plantas entradas	1.197	818
Projetos organizados	1.202	793
Novas instalações executadas	899	463
Prédios ligados à rede	873	411
Ramais domiciliários construidos (em metros)	42.872	22.066
Id. de ventilação levantados	6.946	3.858
Aparelhos sanitários colocados	11.716	5.770

As redes sanitárias de Santos, São Vicente e Guarujá funcionaram regularmente. Era, em dezembro de 1942, de 182.737 metros, de coletores de cimento e manilhas de barro, a extensão da rede de Santos e de 18.590

VIA "ANCHIETA"

Movimento de terra no trecho da serra — Serviços de pavimentação a concreto — Pistas concluidas no km. 15

metros e 7.852 metros, respectivamente, a das de São Vicente e Guarujá.

O número de prédios ligados à rede de esgotos era, em 31 de dezembro de 1942:

Santos, 14.185; São Vicente, 1.068; Guarujá, 177.

Em prolongamento da rede de esgotos, foram construidos 11.019 ms. de emissários e coletores em 1941. No ano de 1942, foram assentados 673m,60 de emissários de 10", 16" e 24" e 4.395m,15 de coletores de 6", 8", 9", 10" e 12".

Foram visitadas e inspecionadas as instalações de esgotos de 2.762 prédios, tendo sido expedidas 170 intimações para consertos e obras de conservação.

Os serviços de desobstruções atenderam a 3.254 prédios. As obras extraordinárias, remuneradas, atingiram o total de 4.015 unidades.

A Ponte Pensil, pela qual passa o emissário geral, foi mantida em perfeito estado de conservação, tendo sido picada a ferrugem da armação de ferro, pintada a ferragem, bem como os cabos, torres e corrimões.

Os canais de drenagem, que realizam a drenagem superficial de ampla zona e cujos benefícios para a cidade são de incalculavel valor, passaram por cuidadosa limpeza, tendo sido retirado dos mesmos um volume de 10.500m3 de lama.

Dos 20.000 metros de canais existentes, receberam consertos 4.600 metros, em diversos pontos. Todas as comportas foram limpas, raspadas e pintadas, sendo que a do canal IV, foi totalmente reformada. Os taludes dos canais, em certos trechos danificados por chuvas torrenciais, foram todos reparados e o seu gramado conservado com especial cuidado.

O serviço de drenagem no Campo da Base Aérea de Santos, executado pela Repartição, foi acrescido de um ramal de 24" na extensão de 42 metros, necessário ao alargamento da pista N. S.

O abastecimento de água potavel, executado pela "The City of Santos Improvements Company, Limited", em virtude do contrato com o Estado, foi feito com precisa regularidade, satisfazendo às necessidades da população santista, não só na quantidade como na qualidade da água fornecida.

Houve, durante 1942, um aumento de 476 ligações; existiam em 31 de dezembro desse ano 25.141 ligações.

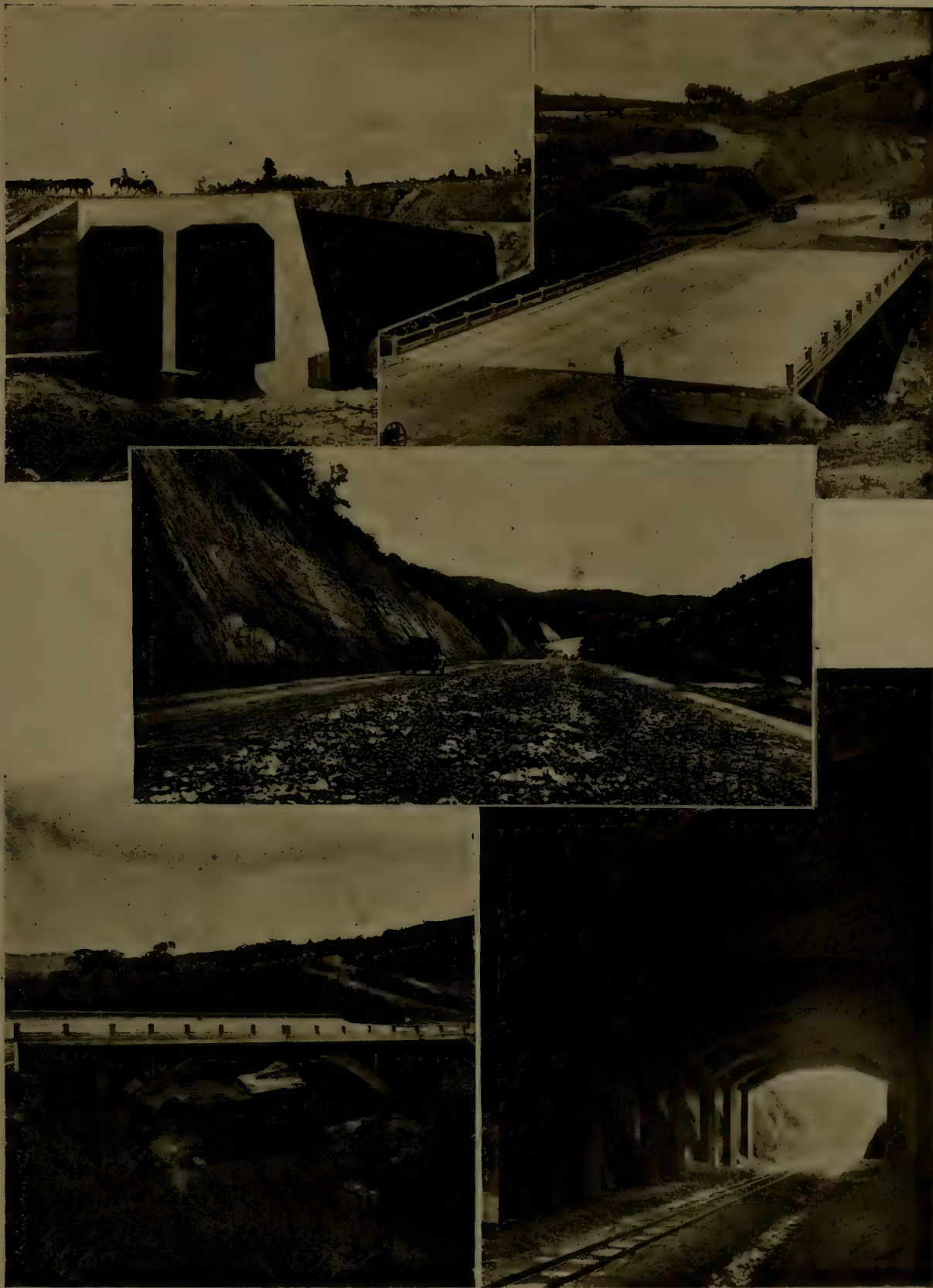
Correu normalmente o serviço de adução e distribuição de água. Funcionaram perfeitamente as instalações purificadoras da Companhia. O volume total fornecido durante o ano foi de 13.226.680m3 ou sejam 36.237,4m3 em média, por dia.

Foram assentados 5.543 metros de novos encanamentos de diversos diâmetros e remanejados encanamentos na extensão de 4.094 metros.

O movimento financeiro do serviço de água, segundo os dados fornecidos pela Companhia contratante, foi o seguinte:

Receita — Cr$ 5.614.870,60; Despesa: Custeio — Cr$ 654.760,20; Distribuição — Cr$ 517.356,70; Administração e outras — Cr$ 2.244.504,70.

A renda da Repartição de Saneamento de Santos elevou-se a Cr$ 6.594.894,60 em 1942, cifra ainda não atingida na sua história financeira. A despesa foi de Cr$ 2.900.894,20, registando-se um saldo de Cr$ 3.694.000,40.

Da dotação orçamentária decretada, na importância da Cr$ 5.084.200,00, foram despendidos com todos os serviços de custeio e obras capitalizadas Cr$ 4.336.949,10, resultando, assim, um saldo de Cr$ 747.250,90 a favor do Tesouro do Estado.

VIA "ANHANGUERA" — Galeria de concreto armado — Ponte sobre o rio Juquerí e passagem sobre a E. F. Perús-Pirapora — Trecho da rodovia em construção — Outra ponte sobre o Juquerí — Vista interior da passagem sobre a ferrovia Perús-Pirapora

Estradas-de-Rodagem

O progresso do Estado de S. Paulo requer a melhoria e a aplicação das estradas-de-rodagem, de modo que se facilite o intercâmbio comercial entre os municípios e as comunicações com regiões novas, servidas apenas por um precário sistema de estradas municipais.

Compreendendo essa necessidade, e tambem atendendo à circunstância de que não seria possivel realizar empreendimento de tal vulto com os recursos orçamentários anuais do Departamento de Estradas-de-Rodagem, a não ser em ritmo excessivamente moroso, esta Interventoria resolveu autorizar a realização de um empréstimo de Cr$ 250.000.000,00 para execução de um plano rodoviário compativel com o grau de desenvolvimento a que atingiu o Estado em todos os setores da sua atividade.

A autorização em apreço, consubstanciada no Decreto-lei n. 12.580, de 5 de março de 1942, representa a única fórmula capaz de permitir, em prazo curto, uma solução satisfatória ao aparelhamento rodoviário estadual, possibilitando a pavimentação dos grandes troncos após as correções de traçados, melhoramentos vários na rede existente e construção de novas vias em zonas prósperas como a Alta Sorocabana, a Noroeste e a Araraquarense, que reclamam contra a deficiência das estradas a cargo dos municípios.

As obras abrangidas pelo plano rodoviário do Estado, aprovado em dezembro de 1941, podem ser assim resumidas:

145 Kms. de auto-estradas (Vias Anchieta e Anhanguera, com um custo orçado em Cr$ 75.000.000,00; e a ligação Jundiaí-Campinas, orçada em Cr$ 16.080.000,00) .... Cr$ 91.080.000,00

914,6	Kms. de melhoramentos de traçados, aumento de secção transversal e pavimentação de macadame betuminoso dos três grandes troncos rodoviários, a a saber: São Paulo-Rio Cr$.. 29.203.080,00; São Paulo-Paraná Cr$ 29.503.050,00; S. Paulo-Minas Cr$ 17.854.000,00; num total de .... Cr$	76.560.130,00
2.382	Kms. de prologanmento de linhas radiais, orçado em Cr$ 68.500.750,00 e construção de grandes linhas transversais, estimada em Cr$ 65.654.250,00, com revestimento estabilizado de baixo custo .... Cr$	134.155.000,00
627	Kms. de construções destinadas a estabelecer continuidade na rede rodoviária e a facilitar o acesso às zonas limítrofes dos Estados de Minas Gerais e Paraná .... Cr$	23.396.700,00
1.000	Kms. de melhoramentos diversos na rede existente ... Cr$	10.183.170,00
	Total geral das obras .. Cr$	335.375.000,00

A situação internacional trouxe dificuldades inúmeras para os serviços rodoviários, sendo de notar a escassez do ferro, do cimento, do arame farpado para cercas e de outros materiais para construção, cujos preços subiram vertiginosamente, bem como maquinário para construção e conservação de estradas.

OBRAS PÚBLICAS PROJETADAS

Palácio da Justiça de Campinas

Edifício do Departamento Estadual do Trabalho

Sede da Delegacia Auxiliar de Polícia de Santos

Palácio da Produção

OBRAS PÚBLICAS — Vistas do Hotel de Campos do Jordão, cujas obras foram concluidas

A-pesar-disso, não sofreram solução de continuidade os trabalhos do D. E. R., que se acham em franco progresso.

Na Via Anchieta, concluiram-se os serviços de terraplenagem no trecho do planalto, prosseguindo-se a pavimentação de concreto já abrangendo 40.058 m2. no valor de Cr$ 2.000.000,00. Foi atacada a construção da grande ponte de 300 ms. de vão sobre a represa do Rio Pequeno, uma das obras mais importantes do Estado do ponto de vista técnico.

No trecho da Serra, foram escavados 176.384 m3. e prosseguiram as obras de 2 viadutos, 7 galerias de concreto armado e 3 tuneis, concluindo-se, por administração direta, 14 galerias de concreto.

A parte sanitária é mantida por um posto médico, com a assistência do Serviço de Profilaxia da Malária, e por um hospital de isolamento, perfeitamente aparelhado.

As obras da Via Anhanguera acham-se bastante adiantadas. Foram escavados, por administração direta e por empreitada 1.107.000 ms3. de terra, material intermediário e rocha, sendo concluidas numerosas obras de arte de concreto armado, de maneira que se possibilite a breve entrega ao tráfego dessa importante auto-estrada.

A construção de estradas no interior do Estado apresentava em fins de 1942 o seguinte resultado:

Estradas concluidas em 1942, 54,20 kms.; estradas em construção por empreitada, 286,34 kms.; idem, por administração direta, 169,47 kms.; estradas cuja construção foi contratada e em vias de serem iniciadas, 110,92 kms.; estradas cujas concorrências foram realizadas, estando os respectivos contratos aguardando assinatura, 68,90 kms.; Soma, 689,83 kms.

Sob empreitada, foram escavados 653.566.230 m3, com o custo médio por unidade de Cr$ 3,75.

Foram iniciadas as obras de abertura das seguintes estradas:

Banhado Grande — Minas de Pescaria e Espírito Santo (3.º trecho).

Pirassununga — Cascavel.

Vargem Grande — Casa Branca.

Cascavel — Tronco do Prata.

São Carlos — Araraquara.

Tietê — Piracicaba (1.º trecho).

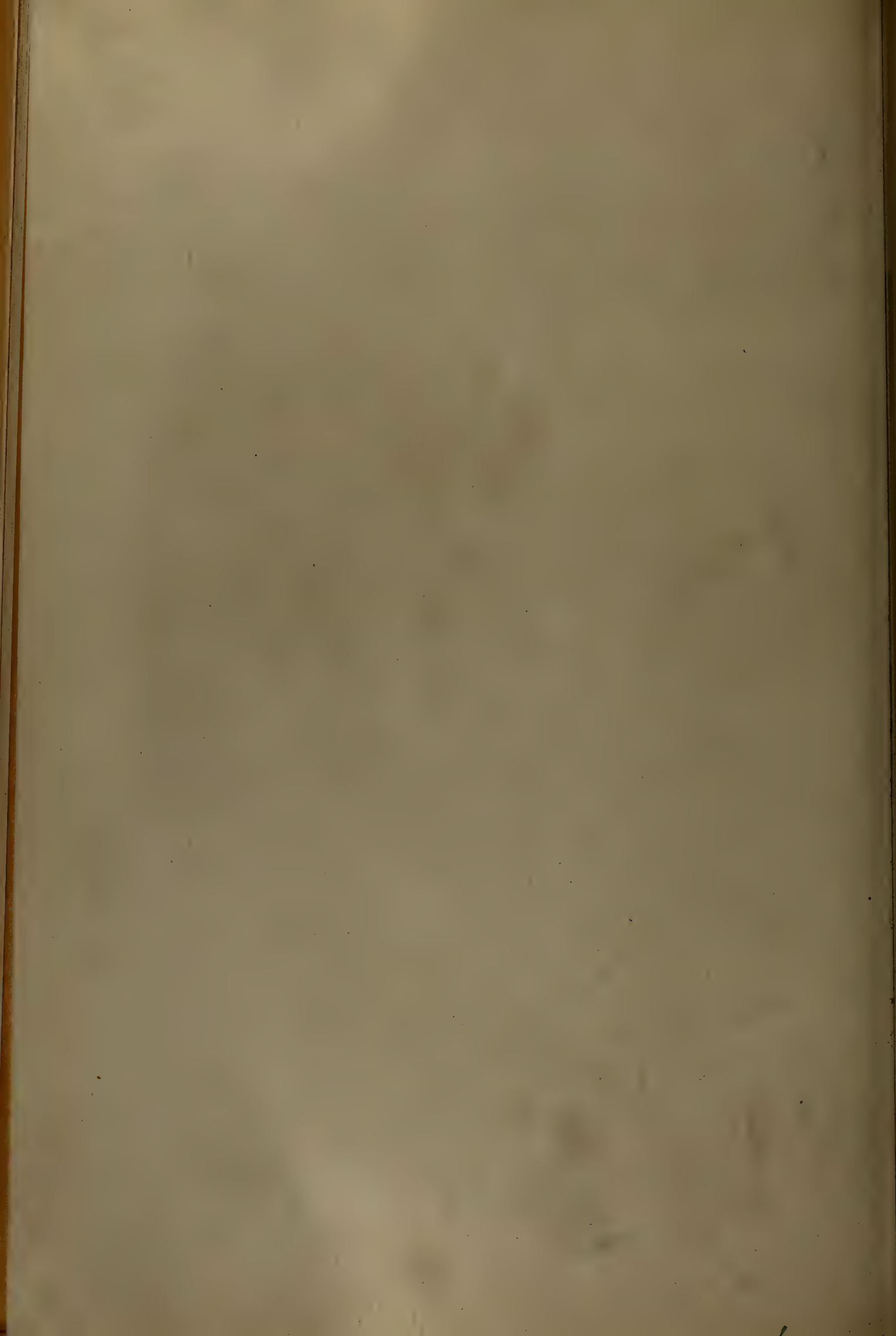
Aeroporto de Cumbica — Tronco S. Paulo — Rio.

Variante Cachoeira — Cruzeiro.

A Divisão de Estudos e Construções concluiu 6 projetos, com a extensão de 410 kms., orçados em Cr$ 127.522.333,00, inclusive obras de arte. Estudou 1.332,9 kms. de estradas no interior. Elaborou projetos e orçamentos para 319,8 kms., dos quais 67,7 dizem respeito ao trecho da nova estrada do Rio, entre Guarulhos e Jacareí, orçados em Cr$ 100.360,00.

Foram concluidas 11 pontes, com o comprimento total de 350 ms. e o custo global de Cr$ 1.807.000,00, achando-se em andamento a construção de mais 29 pontes, orçadas em Cr$ 4.160.000,00.

Era de 5.650 kms. a extensão total da rede em tráfego em dezembro de 1942, tendo sido conservados: 5.469 kms. por administração direta; e 181 kms., por contrato. A despesa com serviços de conservação normal da rede foi de Cr$ 15.740.892,00 e com melhoramentos Cr$ 2.584.660,00.

43 travessias de rios em balsas e canoas foram mantidas e melhoradas, construindo-se novos "ferry-boats" para a ligação Cananéia-Iguape.

OBRAS PÚBLICAS NO INTERIOR — Pavilhões para exposições regionais em Presidente Prudente e em Rio Preto — Cadéia Pública de Presidente Prudente

Em fevereiro de 1942, foram inauguradas as instalações da Oficina Central do D. E. R. no terreno sito à rua da Mooca, adquirido da Repartição de Águas e Esgotos, junto aos trilhos da S. P. R. com a área de 7 mil metros quadrados.

Grande foi a contribuição desse empreendimento para o êxito dos trabalhos do Departamento, permitindo a conservação e reparação de máquinas e veículos e o preparo de peças hoje dificeis de obter na praça, dadas as dificuldades de importação.

Ao mesmo tempo, dividiu-se a rede rodoviária em 4 distritos, havendo na sede de cada um, 1 escritório e 1 pequena oficina para ligeiros consertos, alem de 1 oficina volante, o que facilitou bastante a tarefa da Subdivisão de Oficinas e Máquinas, passando o número de máquinas em serviço de 40% para índice compreendido entre 90 e 95%.

Obras Públicas

A Diretoria de Obras Públicas que, de ordinário, dispunha de dotações orçamentárias escassas para as necessidades sempre crescentes do Estado, viu, no período 1941-42 aumentadas as verbas requeridas para atender aos seus numerosos encargos.

Alem dos serviços que normalmente lhe são atribuidos, como sejam, a construção de edifícios escolares, de prédios necessários à justiça e à segurança, teve a seu cargo diversos trabalhos de vulto, alguns já recebidos de exercícios anteriores, outros solicitados pela atual administração.

No que se refere à pasta da Educação e Saude Pública, continuaram as obras do Hospital das Clínicas, cujos trabalhos estão atualmente entregues à administração direta da Diretoria, tendo os serviços lá executados

importado em Cr$ 2.994.191,40. Foram concluidos os serviços de pinturas e pavimentação e instalados os de eletricidade.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas viu seu patrimônio enriquecido de várias dependências, como sejam, o tunel aerodinâmico, reservatórios elevados, e teve terminado o seu pavilhão de fundição.

Na Faculdade de Direito, prosseguiram os serviços de revestimentos externos e internos, pisos de mármore, esquadrias de ferro e madeira e pinturas internas.

Em 1942, despenderam-se Cr$ 1.295.217,00 com a construção do 4.° andar da ala dos fundos. O "Grande Anfiteatro" acha-se em vias de acabamento, faltando apenas o piso.

A Escola Politécnica de São Paulo foi dotada com as obras para o seu curso de engenheiros de minas, e viu concluido o seu Departamento de Aeronáutica. Em 31 de dezembro de 1942, todos os pavilhões já se achavam cobertos.

Foram entregues concluidos dois grandes grupos escolares da Capital: o "São Paulo" e o "Padre Manuel da Nóbrega". No interior, cumpre mencionar o Grupo Escolar "José Guilherme", de Bragança, cujo contrato para prosseguimento foi assinado em 29 de dezembro de 1942, orçando as obras em Cr$ 445.427,70.

No que diz respeito à Secretaria da Agricultura, foram incentivados os trabalhos do Instituto Biológico e construidos para a Indústria Animal várias dependências no Parque da Água Branca. Como uma parcela do programa do atual Governo, salientaram-se as Escolas Práticas de Agricultura de Ribeirão Preto e de Baurú, que mereceram cuidados especiais de projeto. Em seguida,

surgem as exposições de animais localizadas em Campinas, Rio Preto, Presidente Prudente e Ribeirão Preto.

Continuaram as obras do Palácio da Justiça, onde, no último semestre de 1941, foram realizados os seguintes serviços: construção de passeios, instalações de aparelhos acústicos, instalações de relógios elétricos. Para o ano de 1942, foi autorizada a despesa de Cr$ 700.000,00 com os quais se concluiram diversas obras de pintura dos porões e mais os pisos e revestimentos dos mesmos. Foram entregues a portaria e sala de expediente.

Construiram-se, com rapidez apreciavel dois enormes armazens destinados à Comissão Estadual do Gasogênio. Ficou concluido o serviço de terraplenagem no terreno destinado à Escola de Cadetes.

O Hotel de Campos do Jordão e o Palácio Boa Vista tiveram o andamento desejavel, estando o primeiro praticamente concluido.

No interior, foram ampliados, concluidos e prosseguidos mais de 56 prédios públicos, sendo que o serviço de reforma e conservação atingiu a 116 edifícios.

Os contratos de obras de construção e conservação de edifícios públicos, no período de junho de 1941 a dezembro de 1942, ascenderam a Cr$ 11.779.415,35 e Cr$ 5.082.430,20 respectivamente.

O serviço de pontes esteve ativo e atendeu, dentro dos limites da verba, às urgentes necessidades do interior. Em vista da atual situação internacional, que dificultou o mercado interno para materiais de construção, prevaleceu a estrutura mista com o intuito de reduzir ao mínimo o emprego do cimento e do ferro em barras.

As obras contratadas importaram em 1.976.687,50

Assinalam-se as obras da ponte sobre o rio Tietê, em Parnaiba, contratadas por Cr$ 220.326,50; da ponte sobre o rio Atibaia, entre Itatiba e Bragança, orçado em 75 mil cruzeiros; da ponte sobre o rio Turvo, entre Cajobí e Catanduva, orçado em 97 mil cruzeiros; e da ponte sobre o rio do Peixe, em Itapira, que importará em 88 mil cruzeiros.

A Diretoria de Obras Públicas procedeu ao estudo de obras de vulto, que mereceram os cuidados da Secção competente. Salientam-se o edifício para o Departamento Estadual do Trabalho, com 17 andares e avaliado em Cr$ 40.000.000,00; o prédio para o Departamento Estadual de Estatística, estimado em Cr$ 5.000.000,00; o Departamento da Indústria e Comércio, orçado em 70.000.000,00 cruzeiros.

Fiscalizou igualmente as obras de construção de 6 grupos escolares, contratadas pela verba federal concedida à administração anterior e que foi depositada em conta especial no Banco do Estado.

Essa verba, que representa contribuição do Ministério da Educação e Saude Pública ao Governo de S. Paulo, para difusão do ensino primário, foi de 3 milhões de cruzeiros em duas parcelas.

Até 30 de outubro de 1941, a Secretaria da Educação havia contratado a construção de 19 grupos escolares, no valor global de Cr$ 2.521.994,906, distribuidos pelas seguintes localidades: Sarandí, Rancharia, Regente Feijó, Salto Grande, Barra Bonita, Caraguatatuba, Santa Bárbara, Xiririca, Una, Registro, Alfredo Guedes, Itaporanga, Areópolis, Getulina, Jambeiro, Piquete, São Manuel, Óleo e Guararapes.

Jazidas de Carvão do Rio do Peixe

A necessidade cada vez maior de combustivel para as nossas indústrias e nossos meios mecânicos de transporte levaram esta Interventoria a encarar o problema do aproveitamento das jazidas carboníferas nacionais, o que viria contribuir tambem para aliviar a derrubada crescente das matas motivada pelo consumo elevado de lenha.

Assim, pelo Decreto-lei n. 12.592, de 18 de março de 1942, foi autorizada a aquisição de ações da Cia. Carbonífera do Rio do Peixe, até ao limite de Cr$ 3.500.000,00, pela E. F. Sorocabana, de modo que ficasse pertencendo ao Estado 60% do capital social, ficando o diretor daquela ferrovia como representante do Governo na empresa.

Reorganizada a Companhia e constituida a sua primeira Diretoria, em execução do citado decreto-lei, foi, desde logo, iniciada a fase preliminar de estudos e prospecção, bem como aquisição de materiais e maquinismos necessários aos primeiros trabalhos.

Grandes foram as dificuldades encontradas pelos técnicos da Sorocabana ante as deficiências dos relatórios das pesquisas iniciais, feitas sem rigor científico e com omissão de providências requeridas para boa escolha das frentes de trabalho.

O levantamento e nivelamento topográfico da primeira três áreas concedidas á Cia. Carbonífera do Rio do Peixe, no Estado do Paraná, com 9.994,600 m2, foram executados, sendo confeccionada a planta correspondente, na escala de 1:5000, sendo as curvas de nivel de 5 em 5 metros.

Foram abertos 16 furos de sondagem, nessa mesma área, perfazendo um total de 569,27 metros lineares.

As sondagens, como os trabalhos topográficos, foram feitos por empreitada, importando estes em Cr$ 21.889,00 e aquelas em Cr$ 24.405,00.

As construções existentes ao ser confiada à Sorocabana a direção dos trabalhos eram duas casas de madeira, cobertas de telhas de amianto, e quatro ranchos de ripões de pinho.

A-fim-de resolver a falta de acomodações, construiu-se mais uma centena de ranchos e 4 dormitórios para solteiros, aproveitando-se madeira da região, simplesmente lavrada, roliça e lascada, segundo tipo corrente no Paraná.

As dificuldades para obtenção de trabalhadores são grandes, não só porque a zona de trabalhos está situada em zonas de matas, desprovida de recursos e distante de centros povoados, como tambem porque se requerem obreiros especializados.

Ao encerrar-se o exercício de 1942, já se encontravam alí, entretanto, 201 operários, excluindo os menores que se empregam na limpeza do carvão (despiritadores), sendo 44 os mineiros propriamente ditos, dos quais apenas 10 antigos na profissão.

A formação repentina de um tal aglomerado humano, correspondente a cerca de 1.000 pessoas, numa região assim, estava a exigir uma série de medidas indispensaveis, algumas desde logo tomadas: um armazem de abastecimento de gêneros de 1.ª necessidade e artigos de uso corrente; suprimento de água potavel, assistência médica, farmacêutica e hospitalar, instrução, etc.

Providenciou-se tambem para a construção de galpões para instalação das máquinas de serraria, usina elétrica e conjuntos de ar comprimido, bem como de uma olaria para fabrico de tijolos, telhas e manilhas.

Impondo-se, desde o início, para os primeiros carregamentos de carvão, a necessidade de evitar a retenção excessiva dos veículos ferroviários, foram construidos, de madeira serrada a mão, no km. 104 do sub-ramal do Rio

do Peixe, da Rede de Viação Paraná-Sta. Catarina, 5 cédulas dos silos de madeira, com capacidade para 300 toneladas, estando em projeto elevar o depósito a 1.000 toneladas, brevemente.

As concessões feitas pelo poder competente à Companhia estendem-se sobre 5 áreas distintas: "Sorocabana" (996,46 Ha.), cuja possança foi estimada em mais de 5 milhões de toneladas; "Areia Branca" (832 Ha.); "Taquara" (± 899 Ha.); "Imbauzinho" (85,80 Ha.) e "Tapera Queimada" (999,66 Ha.).

Sobre a primeira área, que constitue a secção de exploração n. 1 foram abertas 4 frentes de trabalho ou grupos (GR-I, GR-II, GR-III e GR-IV). Na segunda área, estão abertas já três frentes, encontrando-se boas espessuras de ótimo produto e facil ataque.

A exploração das duas secções mencionadas já está rendendo, em média,30 toneladas por dia. Conseguido que seja o transporte ferroviário com mais intensidade e regularidade, facil será — sem abertura de novas frentes e só com aumentar o número de mineiros e generalizar o trabalho noturno — elevar a produção, do valor indicado, a 60 e mais toneladas diárias.

De qualquer modo, estará assegurada a cobertura das despesas, havendo ainda a possibilidade de grandes sobras, desde já, segundo as cotações do produto no mercado.

Devendo, sem dúvida, encaminhar-se para S. Paulo o carvão produzido pela região do Rio do Peixe, é em tal sentido que estão sendo estudados os traçados das vias de comunicação e escoamento.

Atualmente, a distância das minas até à ponta dos trilhos da Viação Paraná-Sta. Catarina (Euzébio de Oliveira) é de 14 kms. Desta estação até S. Paulo, o per-

curso é de 561 kms. via Burí ou Itapeva; 682 kms. via Itararé; e 745 kms. via Ourinhos.

A direção técnica da Cia. procedeu ao estudo e locação de uma via férrea, de bitola de 0m,60, para ligar as minas à estação de Euzébio de Oliveira, numa extensão de 13 kms., 160ms.

Todos os desenhos serão fornecidos à Rede da Viação Paraná-Santa Catarina, a quem o Governo Federal resolveu deixar o encargo desse prolongamento.

Aeroporto São Paulo

Foi melhorado em vários pontos o Aeroporto São Paulo, no Campo de Congonhas, durante a administração desta Interventoria. Procedeu-se com regularidade ao serviço de conserva do campo, das pistas e dos edifícios, reformando-se o jardim em volta da estação de embarque, que apresenta hoje agradavel aspecto, e plantando-se grama em larga extensão do terreno, cuja consolidação foi concluida.

Removeram-se os blocos de terra ainda existentes nas divisas com o Parque Jabaquara e executaram-se obras de drenagem e pavimentação, importando tais serviços, por empreitada, em Cr$ 49.951,80.

Os trabalhos de terraplenagem, desde o início da construção do Aeroporto, até 30 de junho de 1942, importaram em Cr$ 5.422.547,40 dos quais Cr$ .... 3.384.785,30 relativos a 1.381.652 metros cúbicos de terra escavada e Cr$ 2.037.762,10 relativos ao respectivo transporte.

Para a iluminação do pátio, a-fim-de facilitar a vigilância à noite, dada a situação de guerra em que nos achamos, foram colocados postes e lâmpadas, ao mesmo tempo que se reforçava a guarda da Força Policial alí

destacada, que conta ainda com o auxílio de um carro da Rádio-Patrulha guarnecido por 5 homens.

Durante o ano de 1942, verificou-se um aumento no número de aviões, passageiros, encomendas e correio com relação ao ano de 1941, como era previsto. Houve um aumento de 8.022 passageiros; correio, 4.533 kgs.; bagagem, 128.161 kgs; aviões, 572; havendo uma diminuição nas encomendas de 56.191 kgs., devido em grande parte à procura de lugares pelos passageiros em detrimento das encomendas. Devido à falta de transportes, os aviões são procurados e lotados com muitos dias de antecedência sobré a partida.

Cumpre assinalar que não se registou nenhum acidente no Aeroporto durante o período de tempo a que nos referimos.

Viação Aérea S. Paulo S/A — "VASP"

A "Vasp", empresa de navegação aérea comercial a cujos interesses o Estado é associado, desde 1936, manteve, no período 1941-42, as seguintes linhas: São Paulo-Rio de Janeiro; e São Paulo-Goiânia.

Tendo adquirido, em 1941, dois aviões, o PP-SPH e o PP-SPI, dispõe agora de cinco unidades para os seus serviços nas duas linhas, contando ainda com 11 motores de reserva e apreciavel material sobressalente.

Foi o seguinte o movimento estatístico referente a todos os vôos (regulares e extraordinários) realizados em 1942 pela "Vasp":

Número de vôos	2.102	
Quilômetros voados	803.724	
Duração de vôo	3.828,11	horas
Passageiros transportados ..	32.116	
Bagagem	378.305	quilos

Carga .... 90.524 quilos
Correio .... 6.215 quilos

Como se sabe, entre outros favores do Governo do Estado, tem a "Vasp" permissão para usar o Aeroporto de São Paulo como sede das suas instalações mecânicas e dos seus serviços em geral, inclusive o hangar existente no mesmo.

Navegação Marítima

Os serviços de navegação marítima contratados com o Governo do Estado, entre Santos, Bocàina, Bertioga, Ubatuba, Iguape inclusive Formosa, que começou em março de 1942, foram realizados pela firma A. M. Teixeira & Cia. Ltda.

Devido ao racionamento do combustivel, foram suprimidas 13 viagens redondas entre Santos e o Saco de Imbira.

Foram transportados 458.680 passageiros e ...... 10.075.561 kgs. de mercadorias, sendo a receita geral apurada de Cr$ 1.935.315,06.

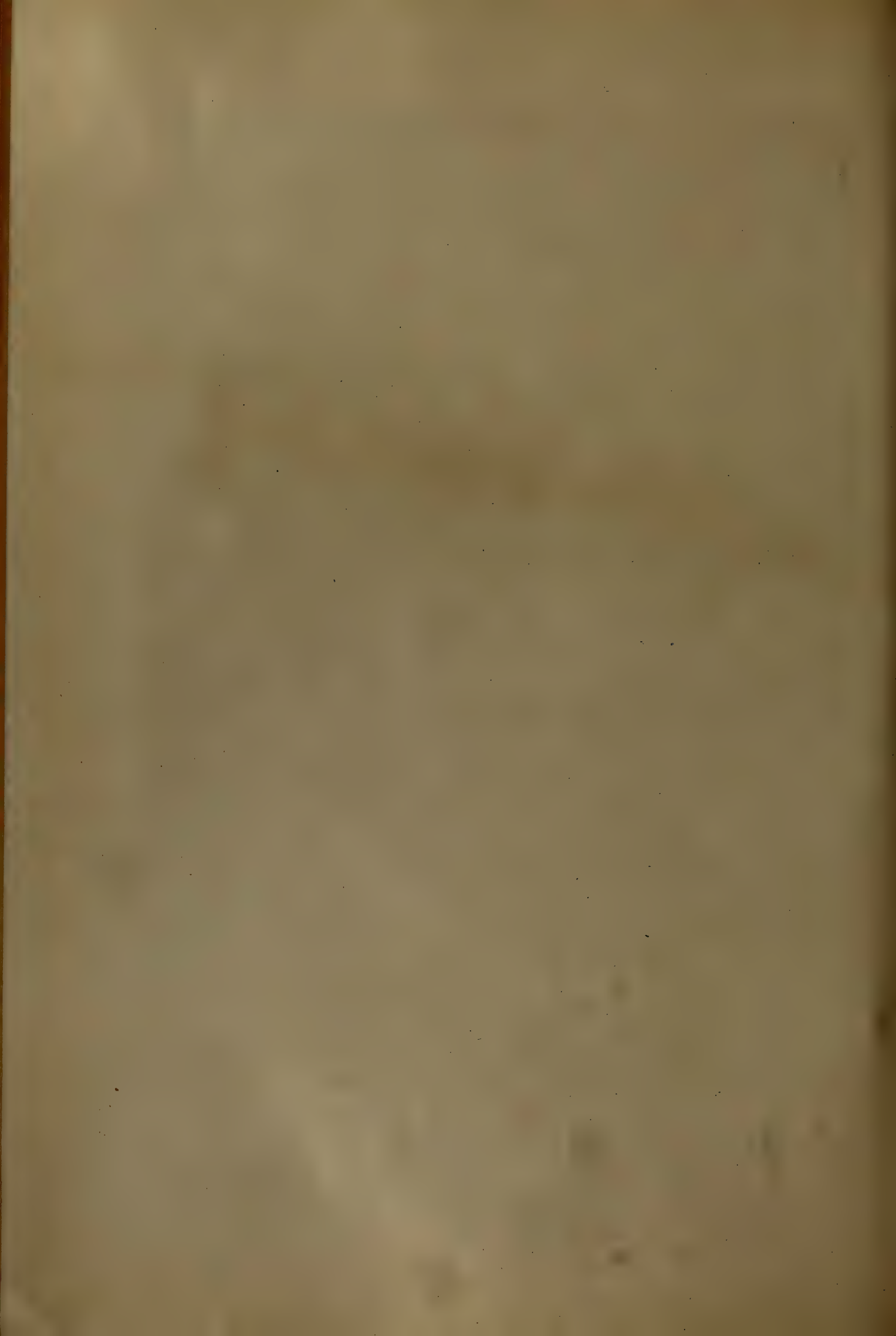
A subvenção foi de Cr$ 1.104.000,00 e a renda contratual de Cr$ 828.682,06, sendo a despesa de Cr$ .... 1.383.400,10.

Considerando apenas a receita e despesa do tráfego, verifica-se o "deficit" de Cr$ 554.718,04 (neste cálculo não se acha incluida a subvenção).

O capital da firma, reconhecido pelo Governo, é de Cr$ 2.011.831,30, relativo à tomada de contas do ano de 1941.

Navegação fluvial

Pela Cia. de Navegação Fluvial Sul Paulista, foram realizados os serviços de navegação do rio Ribeira de Iguape e seus afluentes na extensão de 390 quilômetros, de conformidade com o contrato assinado com o Governo do Estado.

PONTES — Sobre o rio Sapucaí, na estrada de rodagem São Joaquim-Guará (tronco S. Paulo-Minas) — Cravação de tubulões de fundação da ponte de 300 ms. de comprimento sobre a represa do rio Pequeno, para a Via "Anchieta"

Foram realizadas 1.279 viagens, das quais 68 extraordinárias; sendo percorridos 105.110 quilômetros ..... (98.088 subvencionados).

Os passageiros transportados foram em número de 25.216, sendo de 1.a classe apenas 4.859; foram transportados 12.956.168 quilos de mercadorias contra ..... 13.810.120 no ano anterior.

Das mercadorias transportadas, o arroz ocupou o 1.° lugar com 3.468.144 quilos beneficiados e 2.454.650 quilos em casca, seguindo-se a lenha, sal e madeiras com 593.944 quilos, 497.721 quilos e 425.110 quilos, respectivamente.

A receita geral foi de Cr$ 1.016.429,30, superior à do ano anterior em Cr$ 265.893; a despesa, de Cr$ .... 943.365,40, havendo um saldo de Cr$ 74.281,66.

Tendo em vista apenas a receita e despesa de tráfego, foi verificado um "deficit" de Cr$ 490.155,44.

O capital reconhecido pelo Governo é de Cr$ ..... 1.146.336,10 relativo à tomada de contas do 1.° semestre do ano de 1942.

Entrou em serviço o vapor "Rio de Una", completamente reparado.

A navegação entre Xiririca e Iporanga, a cargo do sr. Marcello Bettim, tem sido feita sob regime de contrato.

Durante o ano de 1942, alem das dificuldades decorrentes do regime do rio Ribeira, principalmente entre Batatal e Iporanga, por causa das numerosas e perigosas corredeiras, houve ainda as ocasionadas pela falta de gasolina.

De julho a dezembro, foram poucas as viagens a motor, de modo que o percurso que deveria ser feito em 10

horas com canoas a motor na popa, passou a ser feito em 3 dias com canoas movidas a varejão, esforçando-se a Secretaria da Viação para restabelecer a normalidade do serviço.

A Empresa de Navegação Fluvial Itanhaense, a cargo do sr. Manuel Gomes Estriga, tem concessão para explorar os serviços nos rios Itanhaem, Preto, Branco e Aguapeú.

No 1.º semestre de 1942 os serviços da Empresa concessionária foram executados regularmente, exceto no rio Aguapeú, onde a empresa não realizou as viagens de passageiros, de acordo com o novo contrato.

Foram vendidas, durante aquele período, 31.017 passagens e transportados 26.814 kgs. de mercadorias.

A venda de passagens atingiu a Cr$ 11.001,00; a de mercadorias, Cr$ 1.135,40, reboques, Cr$ 1.040,00 e aportadas, Cr$ 22,00. Total: Cr$ 13.198,40.

A receita total, incluindo a subvenção, foi de Cr$ 38.322,30; a despesa total, de Cr$ 54.322,00, sendo o "deficit" de Cr$ 15.999,70.

A subvenção empenhada para o exercício importou em Cr$ 50.000,00.

Prosseguiram os trabalhos de melhoramentos do rio Tietê, atendendo o pessoal que trabalha na draga, entre outros, aos seguintes fatores:

Desobstrução de diversos pontos do rio, para facilitar a navegação dos 2.464 barcos que atualmente trafegam no Tietê; e

roçada da vegetação marginal e derrubada de árvores que ameaçam cair e que impediriam a navegação.

A dragagem do canal de 10 metros de largura e de 1^{m},30 de profundidade foi aumentada de mais 7.559 me-

tros lineares, chegando até a Ponte do Arujá, que fica a 4 quilômetros acima de São Miguel.

Pode-se contar, graças a esses serviços, com um trecho de 75 quilômetros, que vai desde a Penha até àquela Ponte, para uma navegação franca sem o menor obstáculo.

As despesas efetuadas pelo Governo Estadual nos serviços de melhoramentos do rio Tietê, foram as seguintes: Pessoal, Cr$ 40.890,80; custeio, Cr$ 17.849,30. — Total, Cr$ 58.740,10.

Porto de São Sebastião

As obras de melhoramentos do Porto de São Sebastião, contratadas pelo Estado com a Companhia Nacional de Construções Civís e Hidráulicas, tiveram início em 1936 e foram concluidas no dia 20 de outubro de 1942.

Concluido o aterro hidráulico, em dezembro de 1941, foram realizados, em seguida, mais os seguintes serviços:

a)	Enrocamento	m3 3.327,300
b)	Revestimento dos taludes internos dos enrocamentos	m3 142,800
c)	Avenida de acesso, revestida com sáibro e barro	m2 5.160,00
d)	Área revestida com saibro e barro, no centro do molhe acostavel	m2 5.220,00
e)	Calçamento a paralelepípedos	m2 5.000,00
f)	Meios fios de concreto simples	1.019,69 ms.
g)	Concreto armado de capeamento do enrocamento	m2 777,57

Foi construido um armazem de alvenaria de tijolos, com fundação especial em colunas de concreto armado sobre sapata do mesmo material.

As despesas totais efetuadas pelo Estado com as obras de melhoramentos do Porto de São Sebastião atingiram, até dezembro de 1942, à cifra de Cr$ .... 17.379.078,00.

O Estado adquiriu, em 1942, pela quantia de .... Cr$ 147.366,00, da Companhia Nacional de Construções Civís e Hidráulicas, o cais "Formosa", que ela construira para servir às obras de melhoramentos do Porto de São Sebastião.

Porto de Ubatuba

O Governo do Estado com o fito de satisfazer, completamente, o objetivo das obras de melhoramentos do Porto de Ubatuba executadas no ano de 1941 e que consistiram na construção de uma ponte de atracação, de concreto armado, em forma de T, normal à praia, mandou construir um armazem, em frente a essa ponte, medindo 10 ms. x 20 ms.

A construção desse armazem que foi orçada e empreitada por Cr$ 58.000,00 correu normalmente e já está concluida.

As despesas totais efetuadas pelo Estado, até o ano de 1942, com os melhoramentos do Porto de Ubatuba, atingiram a Cr$ 904.512,50.

Inspetoria de Serviços Públicos

A Inspetoria de Serviços Públicos continuou normalmente a fiscalização das obras da Light and Power que consistem em canalizar, alargar, retificar e aprofundar os leitos do rio Pinheiros e seus afluentes Grande e Guarapiranga, a juzante das respectivas barragens dos municípios de Santo Amaro e da Capital, drenando, saneando e beneficiando os terrenos nas zonas inundaveis.

Procedeu aos estudos e vistorias tendentes ao recebimento definitivo das pontes de Cidade Jardim e Itapecerica e das rampas de acesso à ponte de Morumbí. Outras obras de pontes foram devidamente vistoriadas, bem como boeiros e canais de drenagem no Caminho do Mar e vale do Pinheiros.

Foi apresentado o projeto definitivo da usina de 60.000 HP., no Alto da Serra, destinada ao suprimento da Estrada-de-Ferro Sorocabana, e ultimaram-se os trabalhos referentes à usina provisória de 400 HP., destinada à mesma ferrovia, no rio Capivarí, a qual foi posta em funcionamento para experiência, no começo do 2.° semestre de 1942, tendo sido entregue em novembro.

Nessa usina provisória se acha instalado um grupo constante de uma turbina de 400 HP., acionando um gerador de 200 HP. e tem por finalidade o suprimento da Pedreira de Praia Grande e pátios das Estações de Samaritá e Evangelista de Sousa.

Juntamente com os engenheiros da E. F. Araraquara, estudou a Inspetoria o projeto para montagem de uma usina hidro-elétrica de 200 HP. no córrego Monte Alegre, tendo sido o trabalho aprovado pelo Ministério da Agricultura em julho de 1942.

Alem de outros trabalhos, foi construida uma estrada de rodagem de 5 km, entre a usina grande do rio Capivarí ao Alto da Serra,cujas despesas montaram a Cr$ 319.000,00. Duas pontes, uma de 37 ms. e outra de 20 ms., foram construidas, importando, respectivamente, em Cr$ 54.000,00 e Cr$ 21.500,00.

Entre os estudos procedidos pela Inspetoria, sobre linhas de transmissão, assinalam-se: o da linha da Escola Agrícola e Industrial de S. Manuel; dos próprios esta-

duais de Campos do Jordão; do porto de São Sebastião; do Aeroporto de Congonhas e a de Vila Atlântica e Itanhaem.

Prosseguiu-se o serviço de estatística de energia elétrica no Brasil, referente ao Estado de São Paulo, iniciado por determinação do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, sendo que os seus elementos têm sido encaminhados àquele Conselho.

Foram providenciados todos os trabalhos relativos ao prosseguimento do serviço de medição de rios, procedendo-se à verificação dos dados registados nas réguas já instaladas pela Inspetoria, tendo sido montadas mais duas, nos rios Pardo e das Pedras, respectivamente.

A 2.ª Secção da Inspetoria estudou e opinou em numerosos processos referentes à rede telefônica intermunicipal, aprovando tarifas, extensões de linhas, tráfego mútuo, transferências e novos circuitos em várias regiões do Estado, tendo prestado assistência técnica a diversas municipalidades. Esta assistência consistiu no estudo do contrato de tráfego mútuo para a Prefeitura Municipal de Getulina; no fornecimento de dados técnicos para a reforma da linha telefônica da Prefeitura Municipal de Itaí (circuito Itaí-Avaré); estudo relativo à substituição de postes metálicos por outros de madeira de lei, na cidade de Nuporanga; reforma do contrato do serviço telefônico de Jaboticabal a Altinópolis; reclamação da Prefeitura Municipal de Nova Granada sobre implantação de postes telefônicos em estradas-de-rodagem municipais; paralização do serviço telefônico na cidade de Fartura; informações à Prefeitura Municipal de Valparaiso sobre reforma de circuito telefônico Guararapes-Valparaiso; aquisição de uma linha telefônica por parte da Prefeitura M. de Sarapuí; estudo para construção de linha te-

lefônica entre Silveira e Cachoeira, a pedido da Prefeitura Municipal de Silveiras, exame do material telefônico pretendido pela Prefeitura Municipal de Tambaú.

Em 1942, foram aprovadas as tarifas e regularizadas a situação das últimas empresas telefônicas que exploram ainda os serviços telefônicos intermunicipais. No critério de aprovação das tarifas, procurou-se, quanto possível, obedecer ao critério adotado pelo Governo, ou então, de não majorar as tarifas em vigor.

Foram organizados pela Inspetoria mapas e quadros estatísticos diversos a pedido do Ministério da Viação, da 2.ª Região Militar, do Instituto Geográfico e Geológico e do Conselho Regional de Engenharia.

A fiscalização da aplicação de tarifas foi feita em 2.671 contas no valor de Cr$ 1.832.069,90, correspondentes ao fornecimento de serviços telefônicos ao Estado pelas diversas empresas.

O fornecimento de gás e de energia elétrica às repartições públicas estaduais foi rigorosamente fiscalizado, discriminando-se nos dados abaixo:

GÁS

Secretaria	N.º de contas	Importância
Agricultura	104	Cr$ 48.478,90
Viação	71	Cr$ 11.055,80
Educação	638	Cr$ 172.939,90
Justiça	114	Cr$ 64.613,80
Fazenda	81	Cr$ 11.736,00
Segurança Pública	366	Cr$ 46.707,20
Palácio do Governo	45	Cr$ 16.212,30
	1.419	Cr$ 371.743,90

ENERGIA ELÉTRICA

Secretarias	N.º de contas	Importância
Agricultura	217	Cr$ 337.369,90
Viação	481	" 1.595.343,40
Educação	390	" 1.031.827,50
Justiça	166	" 495.302,90
Fazenda	72	" 208.363,80
Segurança Pública	35	" 550.318,80
Palácio do Governo	97	" 208.363,80
Totais	1.908	$ 4.426.890,10

O movimento do expediente da repartição, em 1942, foi o seguinte:

Papéis entrados, 1.450; ofícios expedidos, 1.526; autos encaminhados a despacho, 294; pareceres do senhor inspetor, 294; contratos assinados, 9. Passagens requisitadas, 129; bagagens, idem, 4.

As verbas consignadas à Inspetoria, em 1942, montaram a Cr$ 964.200,00. Em conta dessa consignação foram feitas despesas num total de Cr$ 772.125,50, resultando em geral um saldo de Cr$ 192.074,50.

A escrita patrimonial acusou um acréscimo de Cr$ 13.188,50, proveniente da aquisição de moveis, máquinas e livros técnicos, elevando-se assim o patrimônio da Inspetoria a Cr$ 393.410,00.

SEGURANÇA PÚBLICA

Ao assumirmos a Interventoria Federal em São Paulo, encontramos dissociadas a Polícia Civil e a Militar, situação que por certo não poderia ser favoravel aos respectivos serviços. Assim, um dos primeiros pensamentos do Governo foi recompor esse mecanismo, baixando o Decreto-lei n. 12.160, de 19 de setembro de 1941, em virtude do qual, com a extinção da Chefatura de Polícia, foi restabelecida a Secretaria da Segurança Pública e nela enfeixadas a Polícia Civil e e Militar.

A nossa Força Policial tem, hoje em dia, responsabilidades grandemente acrescidas, não só porque seus efetivos, mantidos aproximadamente os mesmos de trinta anos a esta parte, já não são proporcionais ao desenvolvimento do Estado, mas ainda porque ela constitue agora uma coluna do Exército Brasileiro e uma das reservas da Segurança Nacional, na qual o povo e as autoridades depositam a mais irrestrita confiança. À vista dessas considerações, deliberou o Governo criar organizações locais que atendessem ao serviço do interior, permitindo à Força Policial concentrar nas respectivas Unidades os elementos destacados. Daí a instituição das Guardas Policiais, constante do Decreto-lei n. 12.755, de 17 de junho de 1942, prestes a ser posto em execução. Aliviada dos atuais encargos, ficará a valorosa milícia paulista melhor aparelhada para os eventuais apelos da Segurança Nacional

e, por outro lado, poderá dispensar um concurso mais amplo ao policiamento da Capital, cujas notórias deficiências se tem procurado corrigir.

Vem aquí a propósito relembrar os grandes melhoramentos, que são do conhecimento público, introduzidos no trânsito urbano da nossa metrópole e, de modo especial, a criação da Escola Oficial de Trânsito, objeto do Decreto-lei n. 12.255, de 21 de dezembro de 1941. Divulgando as normas regulamentares, instruindo o motorista e o pedestre e preparando um corpo de guardas especializados, o novo instituto dará a São Paulo aquela disciplina de tráfego que ela merece pelos seus foros de grande Capital.

Decidido a por ordem num assunto que de longa data vinha dando lugar a acerbos comentários, nem sempre, infelizmente, destituidos de fundamento, baixamos, logo ao início do Governo, o Decreto-lei n. 12.071, de 17 de julho de 1941, regulamentando o uso dos automoveis oficiais. A par dos efeitos visados, de ordem moral e econômica, esse regulamento teve ainda a vantagem de facilitar extremamente, na esfera dos transportes oficiais do Estado, a aplicação das medidas restritivas impostas ultimamente pelo racionamento do combustivel.

O constante desenvolvimento de São Paulo vinha reclamando o aumento das delegacias de carreira, a-fim-de que as vantagens de um policiamento mais completo e aperfeiçoado pudesse estender-se aos numerosos núcleos urbanos e rurais que vêm nascendo e crescendo com admiravel rapidez no interior do nosso Estado. O exercício da Polícia requer, atualmente, tal soma de conhecimentos técnicos e jurídicos e tal visão dos problemas sociais que já não se pode, em sã conciência, confiá-lo a pessoas estranhas à profissão. As justas reclamações, os constantes reparos de imprensa, provocados pela insu-

ficiência das autoridades leigas, levaram o Governo à resolução de substituir essas autoridades, em todos os municípios do Estado, por delegados de carreira, resolução essa a que responde o Decreto-lei n. 12.497, de 7 de janeiro de 1942. Infelizmente, devendo essa providência executar-se sem aumento de despesa, dentro dos limites das dotações orçamentárias, a reforma não pode, por ora, ser tão radical como convinha, isto é, das 73 delegacias de 6.ª classe existentes no Estado, apenas as mais importantes, em número de 43, foram, desde logo, convertidas em delegacias de carreira, passando as restantes, em número de 30, a constituir delegacias de 7.ª classe e continuando a cargo de autoridades leigas, até que possam ter a sorte das demais, o que provavelmente se fará no próximo exercício.

Esse mesmo Decreto-Lei n. 12.497 criou uma nova Delegacia Auxiliar. A administração da Polícia comporta uma série de funções que, pela sua proeminência ou delicadeza, deveriam ser exercidos pelo próprio Secretário da Segurança. Sendo isto, porem, materialmente impossivel, existem, para desempenhar essas atribuições, os delegados auxiliares, que são outros tantos imediatos do Secretário, atuando em constante e direto entendimento com ele, substituindo-o e representando-o em muitos casos. Tal situação, como é bem de ver, tende a acentuar-se com o desenvolvimento do Estado, pois elementos que não existiam, como o Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio Patrulha, precisaram ser criados, outros que eram secundários, como a Delegacia Regional de Santos, passaram ao primeiro plano. Esses e outros setores, que seria materialmente impossivel ao próprio Secretário manter sob seu imediato controle, reclamam a presença de um Delegado Auxiliar, e daí a razão de se haver criado mais um cargo dessa categoria.

Um dos assuntos que têm preocupado esta Interventoria é o que se refere aos furtos de animais, que tamanhos transtornos e prejuizos causam à lavoura do Interior. Nesse sentido, foi estudada, com o concurso da Sociedade Rural Brasileira, a possibilidade de ser posto em prática um registo obrigatório e gratuito das transações de animais, cujo projeto já foi discutido no Conselho Administrativo do Estado.

Entrementes, outra providência de grande alcance prático está sendo adotada para a proteção e segurança da zona rural: trata-se da organização de uma "Turma Volante", composta de policiais especializados e cuja dupla missão consistirá em capturar os criminosos foragidos e auxiliar as autoridades do interior na repressão aos furtos de animais.

Visando, ainda, a amparar os interesses da lavoura, baixou-se o Decreto-lei n. 12.538, de 4 de fevereiro de 1942, isentando de emolumentos a concessão da "permissão especial" para dirigir veículos de tração animal a serviço das propriedades agrícolas. Os proprietários rurais e, de modo especial, os pequenos lavradores poderão testemunhar os altos resultados práticos dessa medida, que veio livrar de sérias dificuldades o lavrador paulista e proporcionar sensivel incremento à vida dos campos.

As instalações materiais da nossa Polícia deixavam, em regra, muito a desejar, e, porisso, logo no começo do nosso Governo, foi delineado, nesse sentido, um cuidadoso plano de construções e melhoramentos.

Mencionaremos, em primeiro lugar, a reforma do Presídio da Ilha Anchieta, cujas obras já se acham bastante adiantadas. Alí será instalado o futuro Instituto Correcional, conforme projeto de Decreto-lei elaborado com o concurso das maiores autoridades na matéria e já em discussão no Conselho Administrativo do Estado.

A construção, nesta Capital, de um Palácio da Polícia é outro empreendimento no qual esta Interventoria está seriamente empenhada, a-fim-de libertar o público e o funcionalismo das verdadeiras mortificações a que se acham sujeitos atualmente, pela insuficiência e impropriedade das instalações policiais.

Estão, tambem, em estudos, os projetos de uma nova Casa de Detenção para a Capital e de um prédio de grandes proporções, para abrigar todas as dependências da Polícia de Santos.

Devem-se salientar, entre os empreendimentos deste ano e meio de administração, as nôvas instalações da Polícia Central e do Gabinete Médico Legal; a reforma das dependências do Serviço de Identificação e bem assim a transferência da Delegacia de Estrangeiros para um novo prédio devidamente adaptado, providências destinadas a possibilitar melhor disposição interna dos respectivos serviços e maior comodidade para o numeroso público que acorre diariamente a essas duas repartições. Cumpre citar ainda, a melhoria das instalações da Guarda Civil, em cuja sede existem, agora, um amplo e árejado alojamento para os guardas de pernoite, bem como refeitório, cozinha, sala de estar e barbearia. As instalações do Serviço de Saude da corporação passaram por importante reforma, permitindo agora melhor e mais perfeita assistência médica aos dedicados policiais.

Na Força Policial, tivemos a remodelação e ampliação do respectivo Hospital, parte já terminada, parte em construção; o novo "stand" de tiro do Barro Branco e a reforma do Quartel do Regimento de Cavalaria. Em Santos, projeta-se a construção do novo Quartel do 6.° B. C., havendo já o necessário terreno e a planta do futuro prédio.

Em Taubaté, construiu-se um pavilhão anexo ao Hospital da Secção Agrícola da Penitenciária do Estado, para o qual serão removidos todos os presos tuberculosos atualmente recolhidos às cadeias do interior, providência cuja alcance administrativo e humanitário é excusado sublinhar.

Em Ubatuba, os presidiários da Ilha Anchieta são empregados na abertura de uma estrada para Caraguatatuba. Essas e outras obras de maior ou menor vulto atestam o alto espírito de iniciativa que reina nesses domínios da administração estadual.

Para não alongar excessivamente este retrospecto das atividades desenvolvidas pela Polícia durante o ciclo a que se refere este relatório, diremos, em resumo, que a investigação dos crimes comuns, a defesa da propriedade, a polícia de costumes, a proteção da coletividade contra a ação dos elementos antissociais, — nunca se desenvolveram de maneira mais brilhante e proveitosa. Prova-o a inaudita ocorrência de havermos passado as últimas festas de carnaval e tambem a Semana Santa, épocas em que os assaltos à propriedade costumam recrudescer, sem que se registasse, nesta Capital, nenhum arrombamento, nenhum furto de carteira, nenhuma outra anormalidade digna de nota.

A maior, porem, a mais preciosa realização da nossa Polícia, à qual nenhuma outra poderia sobrepor-se, é esse ambiente de paz e tranquilidade de que todos desfrutamos, a despeito das circunstâncias.

Na luta pela ordem é preciso contar, não só com os adversários aparentes, senão tambem com as forças obscuras e, ainda, com os imponderaveis, a psicologia das massas, as reações do espírito público, muitas vezes imprevisiveis. Bem de ver, portanto, os prodígios de equilí-

brio, sagacidade, resistência física e nervosa de que as autoridades terão sido capazes para executar, em defesa da Segurança Nacional, esse trabalho magistral que todos admiram e sem o qual estaria fatalmente comprometida a atividade dos outros setores administrativos.

Movimento Financeiro

O orçamento estadual de 1941 previu para a Secretaria da Segurança Pública uma receita de Cr$ 20.432.032,60 e uma despesa de Cr$ 69.164.803,27.

A execução orçamentária daquele exercício acusou a arrecadação de Cr$ 24.731.590,60 e a despesa realizada de Cr$ 67.522.440,60, resultando, portanto, no cômputo geral, o balanço favoravel de Cr$ 5.941.920,67.

Em 1942, a receita prevista foi elevada a Cr$ .... 25.453.520,00, tendo sido a arrecadação de Cr$ .... 23.290.429,20. A despesa orçada foi de Cr$ 132.560.412,00 e a realizada de Cr$ 129.163.872,90, verificando-se, assim, uma diferença para menos de Cr$ 3.396.539,10, e um resultado geral favoravel de Cr$ 1.233.448,30.

Os bens do Estado, a cargo da sede da Secretaria e dependências, quanto a moveis e semoventes, somavam: em 1941 — Cr$ 20.176.054,54 e em 1942-Cr$ 21.527.755,15.

Gabinete de Investigações

Repartição de notavel importância no conjunto da Segurança Pública, o Gabinete de Investigações, dia a dia, mais se desenvolve e requer dos poderes públicos maiores cuidados, a-fim-de que o seu aparelhamento possa satisfazer às necessidades do serviço e permitir a realização eficiente do seu programa de trabalho.

Em 1942, enorme soma de encargos pesou sobre o Gabinete, que deles se desincumbiu a contento, apresentando um movimento que atesta a boa vontade e capacidade de seus funcionários.

A sua 1.ª Secção acusou a entrada de 16.308 papéis e a expedição de 12.291. Registaram-se 1.109 inquéritos e 13.318 listas de prisões, sendo qualificados 16.922 presos.

A Secção de Passes, criada com o fim de atender aos necessitados, retirantes e indigentes, que precisam transportar-se de um ponto para outro do Estado ou fora dele, atendeu a 18.401 pessoas, todas em 2.a classe, e forneceu aos funcionários policiais em serviço passes-livres concedidos pelas estradas-de-ferro; utilizados 5.191 vezes, o que representa a soma aproximada de Cr$ .... 207.640,00 de economia para o erário estadual.

A tipografia do Gabinete esteve em produtiva atividade, executando trabalhos destinados a todas as dependências da Polícia Civil da Capital, diversas Delegacias do Interior e algumas repartições de outras Secretarias.

O material fornecidos pela tipografia atingiu do valor de Cr$ 857.326,50, custando Cr$ 577.182,30, do que resultou a economia de Cr$ 280.144,20 para o Estado.

O número de impressos fornecidos foi de 9.643.418, compreendendo-se, impressos diversos, envelopes, fichas, cartões e capas para prontuários. As maiores aquisições foram feitas pelo Gabinete de Investigações, 5.039.685; Superintendência de Segurança Política e Social, 1.084.370; Secretaria da Segurança Pública, 946.834 e Diretoria do Serviço de Trânsito, 634.800.

Foram as seguintes as publicações confeccionadas pelas oficinas durante o período citado: "Aulas de Defesa Passiva Anti-aérea"; "Relatório do Gabinete de Investigações do ano de 1941"; "Regulamento dos Carcereiros do Estado"; "Índice Remissivo da Legislação Estadual"; 3.º número da Revista "Arquivos da Polícia Civil de S. Paulo", e 3.º número do Boletim "A Estatística Policial e Criminal do Estado".

Os trabalhos das delegacias especializadas tiveram marcha normal, como veremos adiante.

Segurança Pessoal

A Delegacia de Segurança Pessoal, do Gabinete de Investigações, concluiu e remeteu ao Forum Criminal 17 inquéritos instaurados por motivo de crimes praticados em circunstâncias misteriosas e devidamente esclarecidas.

Na parte preventiva, houve um registo de 2066 queixas, sendo que foram efetuadas 46 investigações e garantias. Em consequência desses inquéritos e queixas foram expedidas 2326 intimações.

O movimento do expediente acusou o seguinte resultado: Ofícios expedidos, 174; Ofícios recebidos, 120; Memoranda expedidos, 327; Memoranda recebidos, 13; Telegramas e rádios recebidos, 6; Telegramas e rádios expedidos, 57.

Alem do serviço da Capital, a Delegacia procedeu a 12 investigações no interior do Estado, para esclarecimento de crimes misteriosos cujos inquéritos lhes foram remetidos.

Vigilância e Capturas

Durante o ano de 1942, a Delegacia de Vigilância e Capturas realizou sua atividade repressiva e preventiva sem anormalidades dignas de nota. Seus investigadores fizeram permanente policiamento no centro da cidade, observando a ação dos cambistas, "camelots", ambulantes em geral e todos os que de qualquer modo possam perturbar o sossego público; mantiveram-se turmas de vigilância nas estações de estradas-de-ferro e em repartições públicas de movimento, ao mesmo tempo que uma turma volante fez o serviço de repressão nos botequins e pontos frequentados por indivíduos dados ao alcoolismo, tendo efetuado cerca de mil prisões.

O cartório dessa especializada registou intenso movimento, tendo recebido 1.029 mandados de prisão; 5.112 ofícios; 99 rádios; expedindo 655 folhas corridas, 4.728 ofícios; 1.924 rádios e 535 informações.

Pela sua Secção de Mendicância, foram, no exercício de 1924, detidos 2.369 mendigos, dos quais 327 foram postos em liberdade, 1270 removidos para a Colônia Agrícola de Bussocaba e 297 para o Asilo de Vila Mascote.

Foram registadas 689 queixas relativas a desaparecimento de menores, tendo sido solucionadas 539; do Juizo de Menores, receberam-se 339 mandados, dos quais 193 foram cumpridos pela Delegacia até ao mês de novembro.

A Secção de Investigações recebeu 552 protocolados e solucionou 532; expediu 92 ofícios, 161 rádios e 98 telegramas e deu solução a 82 queixas sobre desaparecidos das 98 apresentadas. Remeteu às partes interessadas 594 boletins instrutivos relativos a desaparecimentos.

Delegacia de Incêndios

Embora ainda não criada por lei, a Delegacia de Incêndios vem prestando bons serviços, fazendo-se sentir, entretanto, a necessidade de uma regulamentação adequada para organizar seus serviços de carater preventivo, afim-de reduzir o número de sinistros e acautelar melhor os interesses públicos, entre os quais se incluem os do Instituto de Resseguros do Brasil.

Até dezembro de 1942, foram recebidos para solução 137 inquéritos sobre incendios, sendo 14 procedentes das delegacias do interior do Estado. Foram solucionados 103, remetendo-se ao Forum Criminal 79.

A obra devastadora do fogo ocasionou prejuizos, na Capital, de Cr$ 23.619.510,00, e, no interior, Cr$ ...... 2.346.212,40. Os bens sinistrados estavam segurados em Cr$ 77.260.980,00 e Cr$ 33.662.880,00, respectivamente. O valor dos salvados de incêndio, na Capital e no Interior, elevou-se a Cr$ 289.742.647,20.

Foram expedidas 630 intimações e efetuadas 4 prisões.

Continuou a Delegacia de Fiscalização de Jogos sua atividade moralizadora, exercendo rigoroso controle nos meios mais frequentados pelos indivíduos suspeitos ou profissionais do vício já conhecidos da polícia.

Fiscalização de Jogos

Durante o ano de 1942, realizou a Delegacia 564 diligências, aplicando multas no total de Cr$ 219.663,80.

Foram abertos 392 prontuários, correspondendo às seguintes modalidades: cartas de baralho, 28; bilhares, 107; dominó, 12; bolas, 34; dados, 8; clubes, 27; diversos, 176.

O movimento do expediente foi o seguinte: ofícios recebidos, 48; expedidos, 189; informações prestadas, 160; circulares e portarias recebidas, 88.

As atividades da Delegacia de Investigações sobre Furtos no período 1941-42 podem ser resumidas nos dados estatísticos a seguir oferecidos:

Investigações sobre Furtos

	1941	1942
Inquéritos remetidos . .	600	902
Queixas apresentadas . .	4.105	4.901
Queixas esclarecidas . .	1.472	2.157
Valor das queixas apresentadas . . . . Cr$	11.415.975,00	14.518.008,00
Valores arrecadados Cr$	10.595.523,00	9.144.698,55
Ofícios expedidos	750	901
Ofícios recebidos	503	702
Rádios expedidos	221	279
Rádios recebidos	190	175
Telegramas expedidos . .	61	87
Telegramas recebidos . .	53	79

Memoranda expedidos...	1.841	1.806
Memoranda recebidos ...	1.254	1.303
Custas arrecadadas Cr$	2.332,00	4.159,00
Automoveis furtados . ..	66	60
Valor atribuidos a esses autos . ...Cr$	1.044.900,00	879.300,00

Falsificações e Defraudações em Geral

O trabalho da Delegacia de Falsificações foi volumoso, sabido como é que quasi todos os inquéritos sobre crimes dessa natureza são morosos e, por vezes, bastante complexos, requerendo inúmeras diligências.

Devido ao controle exercido sobre pessoas suspeitas e já condenadas pelo mesmo delito, foi possivel evitar que houvesse, em 1942, derrame de moedas ou selos falsos na Capital, ao mesmo tempo que a ação repressiva se mostrou enérgica e eficiente.

Foram abertos 215 inquéritos referentes a:

Falsificação	87
Bigamia	3
Furto	1
Desastre	1
Estelionato	39
Defraudação	16
Sindicâncias	68

As demais atividades da Delegacia assim se resumem:

Exames periciais	121
Diligências procedidas no interior........	27
Diligências procedidas em outros Estados. .	11
Passes requisitados durante esse período....	38
Prisões efetuadas	58
Custas arrecadadas em selos ..Cr$	1.104,70

Pela Delegacia de Repressão à Vadiagem foram recebidas 386 queixas, tendo sido resolvidas 222 até dezembro de 1942.

Repressão à Vadiagem

Os investigadores dessa especializada efetuaram, durante o referido exercício, 1.430 detenções.

Foram organizados e encaminhados a Juizo 113 inquéritos, sendo arrecadados de custas, em selos do Estado, Cr$ 5.387,40.

O expediente apresentou o seguinte movimento: ofícios recebidos, 528; expedidos, 654; rádios recebidos, 56; expedidos, 164; telegramas recebidos, 14; expedidos, 113; informações prestadas, 213; protocolados, 319.

Durante o período 1941-42, a Delegacia de Fiscalização de Costumes exerceu profícua atividade, tanto de carater preventivo como repressivo.

Fiscalização de Costumes

Verificando que grande número de menores era atraido para alguns hotéis da cidade, onde se perdiam, organizou um serviço especial de vigilância junto a esses estabelecimentos, evitando, desse modo, o aparecimento de novas vítimas. Constituiu tambem turmas de investigadores, encarregados de prevenir novos casos de baixo espiritismo, de macumba, de quiromancia, por parte de indivíduos que, pela prática de atos dessa natureza, já contam passagem pela polícia. Os investigadores que compõem tais turmas exercem severa vigilância sobre esses indivíduos, impedindo, assim, que possam voltar à exploração da credulidade pública. Exerceu-se rigorosa fiscalização junto às casas de tolerância, obedecendo, entre outras, à finalidade de se impedir a prostituição de menores, fiscalização essa que, com o mesmo objetivo, estendeu-se aos cabarés e "dancings", aos bares e cafés de má frequência.

Prevenindo a repetição de fatos condenaveis, ofensivos à moral e perturbadores do sossego público, sacrificados em festivais de certas sociedades dansantes, frequentados por meretrizes, menores, domésticas, vadios e outros tipos suspeitos, a referida Delegacia manifestou-se contrária à expedição de licenças para novas reuniões dessas mesmas sociedades.

A estatística do movimento da Delegacia de Costumes nos anos de 1941 e 42 é a seguinte:

	1941	1942
Inquéritos remetidos ao Forum Criminal e a outros destinos	302	205
sobre defloramento	186	137
estupro	19	22
lenocínio	18	7
atentado ao pudor	15	1
baixo espiritismo	12	3
bigamia	12	3
rapto e defloramento	8	3
pederastia	7	4
aborto	6	1
exercício ilegal da medicina	5	4
expulsão	2	1
extorsão	2	5
atentado aos costumes	2	4
libidinagem	2	7
tóxicos	2	3
falsidade	2	0
sindicância	2	3
estelionato	1	1
agressão	1	1
Indivíduos processados	313	397
Investigações procedidas	799	801
Casais detidos	120	290

Prisões efetuadas		5806	5817
— de mulheres		3306	2222
— de homens		2500	3595
Mulheres que tiveram destino conveniente		90	350
Prontuários abertos		807	791
— de meretrizes		563	361
— outros		244	430
Menores encaminhados ao Juizo		78	150
Custas arrecadadas	Cr$	1.500,00	475,20
Carceragens pagas	Cr$	28.224,00	22.658,00

Serviço de Identificação

Profundas modificações foram feitas no Serviço de Identificação, melhorando consideravelmente não só as instalações como tambem os trabalhos daquela repartição policial.

As câmaras escuras da Fotografia passaram por uma reforma radical. Tanques revestidos de chumbo foram substituidos por pias de louça, higiênicas e aptas para muitos outros trabalhos de fotografia. As paredes dessa dependência foram revestidas de azulejos e, atendendo-se a cubagem de ar e a presença de drogas químicas necessárias, foi instalado um injetor de ar filtrado. A iluminação indireta e negatoscópios para os diversos tipos de material sensivel tambem foram objeto de cuidados. A revelação dos negativos é feita em cestos metálicos, que substituem os antigos e perigosos "clips", alem de permitirem uma revelação homogênea.

Nos "ateliers", a iluminação difusa evita a alteração da fisionomia e dá o máximo de pormenores, fatos esses que eram, em sentido diametralmente oposto, apresentados pela antiga iluminação, objeto das maiores preocupações da chefia do serviço.

A cadeira sinalética, ora adotada, alem das características do Bertillon, tem uma facil e rápida movimentação por simples ação de um comutador elétrico; elevação rápida do descanço da cabeça, que é acionado por um volante; automático enquadramento da imagem e, finalmente, numerador por conjugação dos movimentos de apoio da cabeça com o suporte da máquina, o que vem dispensar o uso do visor.

Está em construção, no momento, a máquina para colagem a seco das fotografias nas carteiras, que substituirá o atual sistema, moroso, dispendioso e, sobretudo, nada técnico.

No Arquivo Dactiloscópico, que possue cerca de um milhão de fichas, o trabalho de arquivamento e pesquisa está em paralelo com o desenvolvimento da nossa Metrópole. Em qualquer informação dada pelo Serviço, desde o Atestado de Antecedentes até o fornecimento da Carteira de Identidade e do Passaporte, o Arquivo Dactiloscópico é obrigado a manifestar-se, pois a identidade natural, cuja base científica compreende a ficha dactiloscópica, não poderia estar submetida a uma identidade meramente convencional, onde os nomes e os prenomes poderão ser mudados ao sabor das conveniências e até das vantagens de uma mutiplicidade de nomes.

Para melhor acomodação e maior exatidão nos resultados, foi adotada nessa secção a Mesa "Daunt", de arquivamento vertical, sistema que está sendo usado com inteiro êxito.

A identificação de estrangeiros, exigida pelo Decreto-lei Federal n. 3.010, de 1938, está se processando normalmente, elevando-se o seu número a mais de duzentas mil pessoas, produzindo uma arrecadação de Cr$ .... 1.660.915,00.

Intenso movimento teve tambem a identificação civil, que apresentou a renda de Cr$ 775.990,00 até novembro de 1942. A identificação criminal, obrigatória para os indiciados em inquéritos policiais em todo o Estado, vem produzindo 10.762 documentos por mês, em média, ou sejam 430 informações por dia, regularmente.

Pela secção legal do Serviço, foram elaborados 735 pareceres, referentes a outros tantos requerimentos apresentados, à repartição, pelos interessados, entre os quais 251 de nacionais, sendo deferidos 197. Por estrangeiros foram apresentados 484 requerimentos, sendo deferidos 349.

À Chefia do Gabinete de Investigações foi solicitada a abertura de 27 inquéritos policiais a-fim-de ser apurada a duplicidade de registo de nascimento de pessoas que procuraram o Serviço de Identificação, bem como de 8 inquéritos a-fim-de ser apurada a duplicidade de nacionalidade.

Outros trabalhos de importância prática e doutrinária foram executados, entre os quais: "Da assinatura do portador na carteira de identidade", "Os atestados de antecedentes e as anotações em folhas-corridas em face do Decreto n. 7.223, de 21 de junho de 1935 — Regulamento do Gabinete de Investigações", e "Observações sobre as instruções aos conferentes de carteiras de identidade".

Divisão Policial de Santos

Por decreto de 9 de janeiro de 1942, foi determinado que a superintendência e orientação dos serviços policiais de Santos coubessem a um Delegado Auxiliar, sendo dada à região a denominação de 7.ª Divisão Policial.

As atividades dessa Divisão foram dignas de nota, prestando profícua cooperação à obra de segurança e de ordem que a administração estadual se propôs realizar na cidade marítima.

Procedeu aquela Delegacia à repressão da falsa mendicância, prestando ao mesmo tempo assistência aos verdadeiros necessitados. Foram detidos 62 falsos mendigos. 71 indivíduos merecedores de amparo foram encaminhados à "Sociedade São Vicente de Paulo", que lhes deu o necessário apoio material. Com a inauguração de novas instalações do Asilo dos Pobres, à avenida Rodrigues Alves, daquela mesma benemérita instituição, muito se poderá fazer, em Santos, pelos verdadeiramente desamparados.

Levou-se a efeito uma campanha para moralização de costumes nas praias, obtendo-se pleno êxito dada a organização e intensificação do policiamento. Proibiram-se, ainda, nas praias, a prática de esportes que ofereciam perigo à integridade física dos banhistas.

Forte campanha foi promovida contra o jogo não permitido, promovendo-se o fechamento de 9 clubes clandestinos e de 3 antros de jogatina rotulados de "parques de diversões".

Em vista do precípuo encargo da polícia, que é o de prevenir delitos, a Delegacia Auxiliar de Santos, em fins de 1942, organizou o serviço de prevenção aos crimes de contágio venéreo, previsto, no art. 130 do Código Penal. Obteve, para isso, a colaboração desinteressada da "Fundação Gaffré-Guinle" que, por pessoal tecnicamente habilitado do seu "Ambulatório", se encarregou de examinar as meretrizes, ministrando-lhes, não só o tratamento como instruções sobre higiene.

Dentro do setor da ordem política, há a salientar, em princípios de 1942, a apreensão dos seguintes navios, de bandeiras "eixistas" e que se encontravam surtos naquele porto: = "Winduck", alemão; "Tebro" e "Conte Grande", italianos; "Nevada" e "Egypcian Reefer", dinamarqueses.

Sob os auspícios da mesma Delegacia, foram organizados alistamentos de candidatas aos cursos de enfermagem e de defesa passiva, aquele entregue aos cuidados da Cruz Vermelha Brasileira e este a distinto oficial do nosso Exército, concorrendo, desse modo para a boa preparação da Defesa Nacional.

O antigo prédio da Cadeia local, à praça dos Andradas, foi reformado pela secção respectiva da Secretaria da Viação e Obras Públicas, ampliando-se xadrezes e fazendo-se um novo, para presos de ordem política.

A arrecadação estadual foi a seguinte:
1941 — Cr$ 409.326,20; 1942 — Cr$ 3.812.654,80

Esta Interventoria já mandou proceder aos trabalhos preliminares para construção, que deverá ter início em 1943, do "Palácio da Polícia", de Santos, cujas obras foram orçadas em Cr$ 8.000.000,00, reunindo o projeto, em linhas arquitetônicas modernas, todos os requisitos para condigna instalação dos serviços policiais da mais importante cidade do Estado.

Instituto Correcional da Ilha Anchieta

Criado pelo Decreto n. 5.080, de 26 de junho de 1931, com a denominação de Presídio Político da Ilha dos Porcos, esta dependência da Secretaria da Segurança Pública, passou a denominar-se Presídio Político da Ilha Anchieta, em virtude do Decreto n. 6.349, de 19 de março de 1934, que mudou para o de Ilha Anchieta o antigo nome de Ilha dos Porcos, local onde o Estabelecimento está instalado. Em data de 4 de setembro de 1942, com o Decreto n. 12.924, passou ele a denominar-se INSTITUTO CORRECIONAL DA ILHA ANCHIETA, com a organização seguinte:

a) três secções autônomas — uma da Penitenciária dividida em duas subsecções separa-

das; uma destinada ao recolhimento dos que forem sujeitos à medida de segurança detentiva; uma destinada ao cumprimento de prisão simples;

b) o "Educandário Anchieta", subordinado à direção do Instituto com a assistência técnica do Serviço Social de Menores e destinado, a título provisório, à internação de menores;

c) uma Diretoria, um Serviço Médico Farmacêutico, um Serviço de Assistência Educacional e Profissional, uma Secção Disciplinar, uma Secção de Expediente, um Almoxarifado e Contabilidade, contando com 59 funcionários efetivos o quadro geral administrativo.

Os detentos se entregam alí a trabalhos agrícolas e industriais, sob a direção de técnicos competentes.

No período referido no presente relatório, o Instituto teve a seguinte produção:

1.000.000 de tijolos; 10.000 telhas; 5.000 tábuas, ripas, costaneiras, pranchões, etc.; 1.000 metros cúbicos de pedra britada; 500 manilhas de cimento de 12 polegadas; 500 colchões de capim; 500 travesseiros; 500 vassouras; 2.500 sacos de carvão; 2.000 quilos de sabão; e 2.000.000 de pães.

O Instituto dispõe de serviço para pesca e porisso forneceu quase que diariamente, aos funcionários e detentos, peixes frescos durante o período a que nos referimos. Esses fornecimentos foram gratuitos.

Em novembro de 1941, o estabelecimento foi dotado de uma lancha tipo rebocador, acionada por um motor a óleo cru de 6 cilindros e 55 H. P., a qual vem prestando relevantes serviços.

A Rádio-Patrulha, cuja característica e fator de eficiência é a mobilidade, lutou com grandes dificuldades para manter em seu ritmo de desenvolvimento os trabalhos a seu cargo devido às circunstâncias criadas pela guerra, entre as quais se contam a elevação do preço do material de conservação, a crise de combustivel líquido, a falta de peças e aparelhos no mercado, a majoração das taxas de seguro, etc.

A-pesar-de tudo isso, o Departamento de Comunicações e Serviço de Rádio-Patrulha não faltou ao cumprimento das atribuições que lhe competem, acudindo, a tempo e hora, a todos os chamados e auxiliando eficazmente a ação das autoridades policiais na campanha contra o crime e a desordem.

Durante o ano de 1941, a Rádio-Patrulha atendeu a 29.051 ocorrências policiais, efetuou 15.582 detenções, recebeu e providenciou 28.550 pedidos de carros de presos, ambulâncias, etc. e transportou, entre presos, dementes, menores e cadáveres, 44.247 pessoas.

Em 1942, foram por ela atendidas 21.044 ocorrências, realizando 12.044 detenções. Providenciou sobre 30.079 pedidos registrados pelo controle central e fez o transporte de 43.914 pessoas.

Dentre os serviços extraordinários realizados durante o ano, avulta desde logo, pela sua significação e importância aquele prestado em cooperação com o Serviço de Defesa Passiva Anti-Aérea, na educação do povo e na fiscalização dos exercícios de "Black-Out" e Alarme Anti-Aéreo.

A eficácia das comunicações pela Rádio-Patrulha tornou-se evidente quando do doloroso desastre verificado com um avião da Panair, no sítio da Pedra Branca, nas proximidades de Santo Amaro, em que foram vítimas pes-

soas de relevo na sociedade e distinta autoridade da nossa polícia, o Dr. Durval de Villalva.

A assistência dispensada pela Diretoria Técnica foi das melhores. Todos os seus funcionários, sob a orientação capaz do Diretor Técnico, permitiram que as estações transmissoras e receptoras, bem como o serviço auxiliar de acumuladores, funcionassem ininterruptamente.

Foram expedidos e transmitidos, em 1941, 231.789 radiogramas correspondendo ao total de 12.087.793 palavras. No exercício de 1942, o número de rádios foi de 250.423 equivalente a 13.404.314 palavras.

A secção rádio-técnica construiu, entre outros aparelhos, 18 estações transmissoras com o prefixo RP 50 e 4 estações transmissoras com o prefixo RP 150, alem de um transmissor de frequência ultra-curta e de 12 receptores superheterodinos.

Instalaram-se 14 estações radiotelegráficas novas, a saber:

Em 1941:

Penitenciária do Estado — PYN6; Avaré — PYN3; Cruzeiro — PYN9; Itajubí — PYI8; Novo Horizonte — PYO9; Pirassununga — PYT3; Ubatuba — PYS3.

Em 1942:

Catanduva — PYR5; Iguape — PYS4; Ourinhos — PYR6; Pereira Barreto — PYR4; Presidente Venceslau — PYR2; Registo — PYS7; Valparaiso — PYQ3.

O Serviço de Rádio Patrulha em Santos trabalhou todo ano de 1942, sem interrupção, atendendo no decorrer desse período a 4.045 ocorrências policiais e efetuando 2.270 detenções.

Houve um decréscimo no serviço policial de rua. Aliás, não deixa de ser resultante da ação repressiva e

preventiva da Rádio Patrulha. E' de esperar que baixe gradativamente o número de ocorrências, até chegar a um nivel auspicioso, como consequência da ação cada vez mais eficaz deste serviço de policiamento.

A Estação transmissora de Rádio Patrulha trabalhou em perfeitas condições durante todo o ano. Operando continuadamente, esteve ela em funcionamento 8.760 horas, com pequenos intervalos para substituição de válvulas e materiais, gastos em uso.

Os receptores encontram-se em bom estado de conservação e foram periodicamente revisados. Foram consumidos 11.020 litros de gasolina e 280 de óleo.

As viaturas de policiamento percorreram, durante o ano de 1942, 39.242 kms.

A Estação radiotelegráfica recebeu 4.892 radiogramas, com 218.459 palavras; expediu 5.851 radiogramas com 351.425 palavras. Foi, portanto, seu movimento total de 15.576 radiogramas, com 749.417 palavras.

A oficina mecânica procedeu à reparação e conservação dos carros, não só de policiamento como tambem da Delegacia Auxiliar, inclusive dos carros de cadáveres e presos.

Escola de Polícia

A Escola de Polícia do Estado de S. Paulo, que, no período 1938-1941 foi denominada Instituto de Criminologia, teve sua primitiva denominação restabelecida em janeiro de 1942, pelo Decreto-lei n. 12.497, mantendo os seguintes cursos: Formação Profissional (policiamento, investigação policial, escrivanato, trasmissões e grafo-dactiloscopia bancária); Superiores (Criminologia, Criminalística); e de Polícia para oficiais combatentes.

Destinam-se os cursos de Criminologia e de Criminalística, respectivamente, à formação dos futuros dele-

gados de polícia e técnicos do Laboratório de Polícia Técnica do Estado. O regulamento da Escola prevê, tambem, a organização de cursos periódicos para aperfeiçoamento dos conhecimentos dos delegados de polícia, ingressados na carreira anteriormente à criação da Escola.

O ensino, atualmente ministrado na ESCOLA DE POLÍCIA, tem cunho sobretudo prático, servindo-se os professores dos laboratórios da própria Escola — de química-física, serviço de dactiloscopia, sala de modelagem, museus de peças de crimes, etc., e, para pesquisas maiores, dos laboratórios dos serviços de Identificação, Médico-Legal e do Laboratório de Polícia Técnica.

Os cursos são inteiramente gratuitos para os funcionários da polícia e, para os estranhos ao quadro policial, estabeleceram-se taxas bem módicas.

Durante o ano letivo de 1941, foram prelecionadas 4.847 aulas.

O total de matrículas efetivas nos diversos cursos atingiu a 574, não estando incluidos nesse número, 417 guardas civís de 2.ª classe que frequentaram o curso facultativo, instituido para preparo dos candidatos ao concurso de promoção, o que elevaria o número de alunos a 991.

No curso de Policiamento, deixaram de funcionar as 1.ª, 2.ª e 3.ª séries, em virtude de a Guarda Civil não ter encaminhado elementos para matrícula. Entretanto, o curso de Recrutas funcionou com geral aproveitamento e com um movimento de 336 matriculados, dos quais, 303 foram aprovados e julgados aptos para o serviço de policiamento.

Por diversos motivos, foram desligados 33 recrutas antes do término do curso. Tambem frequentaram esse Curso 26 guardas noturnos.

Após entendimento havido entre as Diretorias da Guarda Civil e do Instituto, funcionou, em carater de emergência, um curso de preparação para guardas de segunda classe, candidatos ao concurso de promoção. Nesse curso, foram diariamente prelecionadas aulas, abrangendo matéria de Instrução e Organização Policial e de Locais de Crime.

Ao concurso, que foi realizado no mês de novembro, compareceram 417 guardas de segunda classe.

Os civís candidatos ao alistamento na Guarda Civil tambem são submetidos a exame de seleção neste estabelecimento. Durante o ano foram examinados 204 candidatos e aprovados 118.

Em 1942, o número de alunos matriculados nos diversos cursos foi de 1.516; assim distribuidos: Cursos Superiores, 150; de Formação Profissional, 151; Policiamento, 705; e de Emergência, 510.

Atendendo às circunstâncias especiais do momento e ao estado de guerra do nosso país com as potências do "eixo", foi organizado, em abril de 1942, um Curso de Emergência de Socorros de Urgência, destinado às funcionárias da Secretaria da Segurança Pública, visando a prepará-las para prestar os serviços que, eventualmente, se tornem necessários. As normas para o referido Curso foram estabelecidas pela Diretoria da Escola, em colaboração com o Presidente da Cruz Vermelha — Filial de S. Paulo — e o Comandante da Força Policial. As aulas teóricas foram prelecionadas no próprio Estabelecimento e as aulas práticas no Hospital Militar da Força Policial.

Em 19 de novembro, foi encerrado o curso, tendo sido diplomadas 150 funcionárias da Secretaria da Segurança Pública.

Em vista da necessidade de serem preparados telegrafistas e rádio-telegrafistas, a Secretaria da Segurança Pública, com audiência do Comando da 2.ª Região Militar, autorizou tambem o funcionamento de um Curso de Emergência, visando a preparar os funcionários da Secretaria da Segurança Pública e outros candidatos para os serviços que se tornem necessários nessa especialização. Grande número de candidatos acorreu, estando matriculados no Curso 360 alunos.

Nas épocas regulamentares foram realizados as provas mensais, parciais e finais num total de 8.172 unidades, assim discriminadas:

Cursos superiores e de formação Profissional, 4.136; Cursos de Policiamento, 4.036 — TOTAL 8.172.

O número de aulas prelecionadas foi de 5.157.

A Escola diplomou nos seus diversos cursos, no ano letivo de 1942, 264 alunos.

No curso de Recrutas, destinado aos elementos da Guarda Civil, foram aprovados e considerados prontos para o Serviço de Policiamento, 308 guardas de 4.ª classe.

O corpo discente da Escola, demonstrando seu interesse pelos estudos policiais, instituiu e vem realizando com grande êxito as chamadas "Semanas Paulistas de Estudos Policiais". Não é preciso realçar a significação cultural desses trabalhos, que constituem, uma iniciativa utilíssima e altamente simpática, tendo sido realizados em 1941 e 1942 com avultado auditório e apresentação de temas escolhidos, de grande alcance cultural e científico para a especialidade.

Serviço de Trânsito

A Diretoria do Serviço de Trânsito preocupou-se sobremaneira com os dois aspectos fundamentais dos problemas de trânsito: o educativo e o repressivo. Para isso,

deixou de lado a preocupação até então existente da estrita aplicação dos regulamentos em vigor, ampliando o âmbito de suas atividades de maneira que se lhes dê tambem carater educacional, à altura do progresso de S. Paulo.

Essa iniciativa consistiu, entre outras medidas, numa propaganda mais intensa das regras de circulação e na criação da Escola Oficial de Trânsito, o que foi feito pelo Decreto-lei n. 12.255, de 21 de outubro de 1941.

Com as restrições impostas ao uso dos derivados do petróleo, em 1942, foram retirados da circulação os automoveis de uso particular, movidos a gasolina e grandemente diminuido o trânsito dos automoveis de aluguel, dos caminhões e dos carros oficiais. Mas isso não reduziu, senão aumentou a soma dos trabalhos da D. S. T. E' que surgiram novos problemas que exigiam pronta solução: a entrada na circulação de veículos movidos a gasogênio; o aumento de número de cocheiros e viaturas a tração animada; os abusos dos motoristas de praça, diante da crise de transportes; a dificuldade de meios de locomoção para médicos; a circulação e a transmissão de propriedade de veículos pertencentes a estrangeiros dos paises do "eixo", as restrições impostas ao tráfego em estradas de rodagem etc.

A aplicação de regras gerais, nas licenças e concessões, cedeu lugar ao estudo e solução de casos particulares, — um a um — em cumprimento a instruções emanadas de autoridades superiores, depois que se verificou o estado de beligerância entre o Brasil e os paises totalitários.

Foi mister baixar portarias e reiteradas instruções sobre os diversos assuntos afetos à Diretoria do Serviço de Trânsito, não só na Capital, como tambem no interior.

Dentre essas portarias, merecem especial menção as que se referem: à melhoria do tráfego de pedestres na praça da Sé, com a adoção de faixas de segurança na parte inferior da mesma; à concessão de licenças especiais, por noventa dias, a título precário, aos que desejassem dirigir "charrettes" e outros veículos de tração animal; à permissão para uso de automoveis destinados a médicos; ao uso de automoveis oficiais licenciados pelo Conselho Nacional do Petróleo; à fixação de taxas dos autos de aluguel, determinando o uso obrigatório dos taxímetros; à tolerância da entrada de autos de carga nas ruas do centro para atender ao movimento de transporte dos estabelecimentos comerciais alí situados; à habilitação de motoristas para fins militares; e ao excesso de lotação nos ônibus.

A Diretoria do Serviço de Trânsito, atendendo a instruções do Comando da II Região Militar, manteve um serviço de estatística de emergência, para o levantamento de dados que interessam à Segurança Nacional, desde maio até outubro de 1942.

Os serviços de policiamento, a cargo da Subdiretoria, foram avolumados com a realização, nesta Capital, do IV Congresso Eucarístico Nacional, que teve a duração de uma semana, sendo mantidos com regularidade e eficiência. Vasto plano de trabalhos foi desenvolvido, quer quanto ao policiamento, sinalização de ruas, fiscalização de ônibus e de autos de praça em geral, quer quanto à parte interna, dos serviços de expediente, sobrecarregados com a aplicação dos decretos baixados pelo Governo Federal sobre alienação e circulação dos veículos pertencentes aos súbditos dos paises com os quais o Brasil está em guerra.

O seguinte resumo estatístico dá uma idéia do movimento da Subdiretoria em 1942:

Cartas recebidas, 87; ofícios recebidos, 319; queixas recebidas, 107; partes recebidas, 118; intimações expedidas, 542; ofícios expedidos, 224; cartas expedidas, 273; determinações sobre trânsito, 52; memoranda recebidos, 801; memoranda expedidos, 1.556; informações expedidas, 602; laudos, 25; processos informados, 3.490; processos despachados, 2.488; termos de declarações, 110; depoimentos, 74; relatórios, 25; esquemas, 58; mapas, 48; plantas, 1; desenhos diversos, 105; placas, 286; faróis colocados, 32; metragem de faixas brancas pintadas, 5.956; faróis consertados, 50; setas de direção, 21; lâmpadas substituidas, 916; exercício de "black-out", 4; alerta diurno, 1; estatística das vias públicas, 6; infrações pagas no ato, 167; importâncias de multas pagas no ato: Cr$ 3.120,00; embarques e desembarques de autoridades civís e militares nas estações, 187; banquetes, 52; bailes, 171; casamentos, 214; corridas de cavalos, 42; corridas de bicicletas, 6; concertos, 53; espetáculos, 14; enterros, 2.076; festas militares, 9; festas religiosas, 9; festas esportivas, 1; festas escolares, 7; inaugurações, 36; recepções, 15; missas, 446; futebol, 102; procissões, 92; sessões solenes, 84; visitas oficiais, 43; corridas de pedestres, 5. Total dos guardas empregados nos serviços, 12.802.

O Serviço de Exames, que tem a seu cargo o exame dos candidatos a condutores de veículos, apresentou o seguinte movimento:

Cartas de habilitação expedidas na Capital: — Motoristas amadores, 8.826; motoristas profissionais, 9.716; motociclistas, 421; cocheiros, 832; motorneiros, 52; cobradores do ônibus, 523; condutores de bondes, 478; carroceiros, 60. Total: 20.910.

Cartas de habilitação expedidas no Interior: Motoristas amadores, 1.466; motoristas profissionais, 2.298;

motociclistas, 121; cocheiros, 724; carroceiros, 863; cobradores de ônibus, 54; carreiros, 18; motorneiros, 11; condutores de bonde, 3.

Arrecadação de taxas: Taxas de inscrição, Cr$ ... 402.820,00; taxas de exame médico, Cr$ 83.500,00; taxas de carteiras, Cr$ 204.075,00.

Demonstração do movimento das taxas de exames médicos arrecadadas: Inscrições, 4.016; exames periódicos, 264; por acidentes, 30; exames de cobradores de ônibus, 26. Total, 4.336.

Movimento de matrículas de aprendizagem: Motoristas amadores, 1.031; motoristas profissionais, 894; motociclistas amadores, 51; motociclistas profissionais, 20.

Movimento de protocolados: Processos recebidos da Capital e do interior do Estado, 32.962; processos às diversas secções da D. S. T. e ao interior, 27.347.

A estatística dos veículos registados na D. S. T. em 1942 é a seguinte:

Veículos movidos a gasogênio (somente na Capital): particular, 865; aluguel, 11. caminhão, 893; ônibus, 13; oficiais, pessoal, 27; oficiais, de cargo, 15.

Veículos a motor, da Capital: particulares, 18.604; de aluguel, 2.344; caminhões, 9.539; ônibus, 819; motocicletas, 536; mototriciclos, 13; outros veículos, 14; ambulâncias, 29; carros de cadaver, 2; carros funerários, 2; carros de presos, 6; guindastes, 4; jardineiras, 49; reboques, 54; de socorro, 22.

Oficiais: de condução pessoal, 619; carga, 628; motocicletas, 91.

Veículos a tração animada da Capital: aranhas com rodas de borracha, 725; aranhas com rodas de ferro, 328; bicicletas, 20.230; carrocinhas de mão, 1.732;

carroças de 2 rodas com mola, 5.454; carroças de 2 rodas sem mola, 28; carroças de 4 rodas com mola, 481; carro de 4 rodas sem mola, 5; triciclo, 117; carrinho de mola, 15; "charrettes", 14; troles, 6; carro de boi, 1; carros, 4; outros, 5.

Veículos a motor, do Interior: particulares, 14.965; de aluguel, 3.729; ônibus, 1.521; caminhões, 17.216; motocicletas, 642; mototriciclo, 3; diversos, 83; serviço público, 37; funerários, 99.

Oficiais: de condução pessoal, 245; carga, 398.

Veículos a tração animada, do Interior: Aranhas, 892; bicicletas, 11.842; carroças, 11.014; carrinhos de mão, 1.082; triciclos, 217; charretes, 1.180; troles, 504; carros de boi, 418; carritelas, 274; carroças, 577; carros, 23; carrinhos, 5.621; outros, 155.

A Secção da D. S. T. a cujo cargo estão os serviços de Expediente, Pessoal, Estatística, Registo de Despachantes e Expedição de Vales de distribuição de gasolina para os carros da Segurança Pública, registou e credenciou 99 despachantes e 31 prepostos; distribuiu 630.390 litros de gasolina e manteve o assentamento do nomeado e contratado da Diretoria, com o seguinte movimento; funcionários nomeados, 141; funcionários contratados, 298; licenças concedidas, 103; férias, 269; faltas justas, 637; faltas injustas, 1.129; faltas abonadas, 102.

Na parte da fiscalização, a D. S. T. exerceu rigoroso controle, para exato cumprimento das determinações do Código Nacional de Trânsito, sendo de assinalar os seguintes dados que atestam o grande movimento do serviço:

Garages fiscalizadas, 1.696; oficinas mecânicas fiscalizadas, 1.933; livros de "Termo" fiscalizados, 523;

autos-escola fiscalizados, 170; casas de bicicletas de aluguel fiscalizadas, 285; depósitos de ferro velho fiscalizados, 317; autorizações para consertos expedidas, 499; autorizações para vistoria fornecidas, 276; relações semanais recebidas (guardas de veículo), 5.434.

Multas aplicadas pela Secção: 3.324.

Total aproximado dos recebimentos, Cr$ 199.530,00.

MULTAS APLICADAS NA CAPITAL — A veículos da Capital, 41.267; total correspondente, Cr$ ...... 1.735.715,00. A veículos do Interior, 2.046; total correspondente, Cr$ 91.830,00.

NAS ESTRADAS DE RODAGEM — A diversos, 7.166; total correspondente, Cr$ 306.085,00. Total de multas aplicadas, 50.479; importância correspondente, Cr$ 2.138.630,00.

Durante o exercício de 1942, foram feitas vistorias iniciais em 32.908 veículos a motor e vistorias semestrais em 5.267 veículos, sendo aprovados e aferidos 4.321 taxímetros e reprovados 1.042.

Dos veículos vistoriados, 1.950 eram equipados com gasogênio sendo 1.871 acionados à carvão e os demais a lenha.

Nos depósitos do Almoxarifado, houve um movimento de mercadorias num total de Cr$ 1.127.412,90, tendo sido feitos 1.474 despachos para o interior do Estado.

Os dados referentes ao serviço de trânsito no Interior são os que seguem:

TRANSPORTE COLETIVO — Linhas registadas em 1941, 641; linhas registadas e renovadas em 1942, 522; linhas novas concedidas, 21; linhas registadas e não renovadas, 59; linhas canceladas a pedido, 39; linhas can-

celadas por infrações, 27; linhas prolongadas —; pedidos de linha indeferidos, 29; pedidos de prolongamentos de linha indeferidos 9; pedidos de alteração de horário deferidos, 28; pedidos de alteração de horário indeferidos, 14; inclusão de novos veículos, 48; substituições de veículos, 181.

LINHAS INTERMUNICIPAIS EM TRÁFEGO NO ESTADO — Capacidade de lotação, 35.674 lugares; veículos, 1.657; quilometragem de linhas em tráfego, 39.562; quilometragem de estradas em tráfego, 29.232; Capital de material rodante, Cr$ 42.150.000,00.

FISCALIZAÇÁO DO INTERIOR — Cidades sinalizadas, de acordo com o Código Nacional de Trânsito, 36; valor das multas aplicadas pelo corpo volante da Guarda Civil, Cr$ 57.525,00.

ARRECADAÇÃO DE MULTAS e RECOLHIMENTO DE CAUÇÃO — Multas (138) Cr$ 46.150,00; restituição de caução (83), Cr$ 41.450,00; recolhimento de caução (69), Cr$ 35.600,00; selos e estampilhas, Cr$ 19.202,10.

ESTRADAS — Estaduais, 7.720 km.; municipais, 30.200 km.; particulares, 1.642 km.

EXPEDIENTE GERAL — Circulares expedidas, 23; rádios expedidos, 202; rádios recebidos, 478; memoranda expedidos, 228; memoranda recebidos, 114; ofícios expedidos, 7.658; ofícios recebidos, 8.307; pedidos de providências às delegacias, 2.145; Delegacias visitadas, 253; delegacias padronizadas, 194; relatório de viajantes, 549; protocolados recebidos, 7.420; protocolados encaminhados, 7.420; documentos fichados, 14.018.

MAIORES CENTROS RODOVIÁRIOS DO ESTADO — Concessões — Capital, 28; Rio Preto, 26; Marília, 20; Bela Vista, 18; Garça, 12.

As oficinas da D. S. T. tiveram constante atividade, mantendo ao mesmo tempo uma turma de mecânicos especializados na construção e montagem de aparelhos de gasogênio. A garage dispõe de espaço para 60 veículos e tanques com capacidade para 58.000 litros de gasolina.

Durante o ano de 1942 foram atendidas 506 ordens de serviço, tendo entrado para reparação 1.996 automóveis e 1.161 motocicletas e saido 1.932 autos e 1.143 motocicletas.

O custo do material empregado nos reparos e conservação de veículos foi de Cr$ 418.013,339 e da mão de obra Cr$ 194.226,00.

Os aparelhos de gasogênio confeccionados foram em número de 7. Consumiram-se 645.384 litros de gasolina e 14.085 de óleo.

Em Santo Amaro, o Serviço de Trânsito teve uma arrecadação de Cr$ 98.504,90, expedindo 4.624 placas para veículos, a saber:

de tração animada: bicicletas, 3.334; carroças, 472; aranhas, 201; carros de mão, 25; triciclo, 3. Total — 4.035 (Cr$ 23.208,90).

de tração motora: auto carga, 327; auto particular, 200; auto aluguel, 25; auto ônibus, 25; motocicletas, 10; reboque, 2. Total — 589 (Cr$ 11.805,00).

As multas lavradas somaram o total de Cr$ .... 48.145,00.

Divisão de Policiamento Rodoviário

Dentre os encargos da D. S. T., figura tambem a Fiscalização de Estradas de Rodagem a qual é executada pela Divisão de Policiamento Rodoviário, constituida de elementos da Guarda Civil.

Alem dos serviços habituais dos serviços de fiscalização de veículos nas rodovias, a D. P. R. teve as suas atribuições redobradas, em consequência de medidas que se impõem, no atual momento de beligerância do Brasil, relativamente à identificação dos passageiros que transitam pelas estradas.

Durante o exercício de 1942, verificou-se nesse setor o seguinte movimento:

ESTRADA DE SÃO PAULO-SANTOS: Autos de passageiros, 84.938; Autos caminhões, 88.184; Autos ônibus, 15.120; Motocicletas, 264; Passageiros que se utilizaram dos veículos, 716.535. Tonelagem transportada, 294.509.617 quilos.

ESTRADA SÃO PAULO-PARANÁ: Autos de Passageiros, 29.264; Autos caminhões, 93.099; Autos ônibus, 13.626; Motocicletas, 132. Passageiros que se utilizaram dos veículos, 523.427. Tonelagem transportada, 281.075.685 quilos.

ESTRADA SÃO PAULO-RIO: Autos de Passageiros, 33.692; Autos caminhões, 94.284; Autos ônibus, 7062; Motocicletas, 92. Passageiros que se utilizaram dos veículos, 648.593. Tonelagem transportada, 394.030.900 ks.

ESTRADA SÃO PAULO-MATO GROSSO: Autos de Passageiros, 107.344; Autos caminhões, 18.432; Autos ônibus, 19.351; Motocicletas, 18. Passageiros que se utilizaram dos veículos, 252.972. Tonelagem transportada, 36.198.350 ks.

ESTRADA SÃO PAULO-BRAGANÇA — Autos de passageiros, 8.667; Autos caminhões, 19.816; Autos ônibus, 2.873; Motocicletas, 37. Passageiros que se utilizaram dos veículos, 142.146. Tonelagem transportada, 48.976.240 quilos.

ESTRADA SÃO PAULO-MINAS GERAIS — Autos de passageiros, 46.350; Autos caminhões, 45.406; Autos ônibus, 4.215; Motocicletas, 173. Passageiros que se utilizaram dos veículos, 292.579. Tonelagem transportada, 125.944.791 quilos.

RESUMO:

Autos de Passageiros pelas Estradas	310.355
Autos caminhões pelas Estradas	359.221
Autos ônibus pelas Estradas	62.247
Motocicletas pelas Estradas	716
Passageiros que se utilizaram dos veículos acima	2.576.252
Tonelagem transportada pelas estradas quilos	1.180.735.583

Escola Oficial de Trânsito

As finalidades da Escola Oficial de Trânsito são as seguintes: instrução de candidatos a condutores de veículos e de cobradores dos coletivos; preparo e especialização de guardas de trânsito; intensificar a campanha educativa para a segurança do trânsito; ministrar instruções aos pequenos escolares sobre a especialidade; pesquisar as causas de acidentes e perturbações de trânsito para orientar a ação da Diretoria do Serviço.

A situação de guerra, com o racionamento do consumo da gasolina e, depois com a proibição do tráfego dos automoveis particulares, veio afetar, reduzindo-o, o movimento da Escola, que se anunciava promissor e cresceu, em ascensão contínua, até abril, mês em que o racionamento de gasolina foi iniciado. A Primeira Semana de Trânsito, destinada à disseminação entre o povo dos hábitos de segurança e disciplina no trânsito, já estava organizada com o concurso do Touring Club do Brasil, mas a sua realização se tornou inoportuna, em face dos aconte-

cimentos, e foi adiada *sine-die*. O movimento de alunos, que aumentou continuamente até março, foi ao depois decrescendo, em consequência do racionamento de gasolina e da proibição do tráfego dos automoveis particulares. Consequentemente, ficou muito aquem da prevista a renda com que a Escola devia contribuir para os cofres públicos. Mas a Escola adaptou suas atividades para o esforço de guerra e, logrando ver aceito oferecimento que fez ao Comando da II Região Militar, instruiu e habilitou mais de uma centena de Voluntários do Serviço de Defesa Passiva Anti-aérea, para a condução de veículos-motores e para a direção do trânsito público em caso de emergência.

Não obstante os contratempos criados pela situação, a campanha educativa não esmoreceu, a-pesar-de feita em menor amplitude. Foram ministradas instruções de trânsito aos alunos de vários Grupos Escolares da Capital, bem como confeccionados e distribuidos alguns cartazes educativos e editado, para distribuição gratuita às crianças, um livro de ensinamentos em versos simples e atraentes, com ilustrações.

A estatística da Escola Oficial de Trânsito referente a 1942 acusa os seguintes algarismos:

ALUNOS — Curso de motoristas amadores, 292 (sendo masculinos, 258, e femininos, 34); Curso de motoristas profissionais, 235; Curso de cobradores de ônibus, 596; Motoristas instruidos para condução de ônibus, 391.

AULAS de direção de veículos-motores, 12.766 (sendo para as Voluntárias da Defesa Passiva Antiaérea, 1.481).

Gasolina consumida nessas aulas, 25.841 litros.

As provas de suficiência realizadas pelos candidatos a condutores de veículos que não cursaram a Escola, atingiram o total de 1.614.

Os guarda-civís especializados em trânsito pela Escola foram em número de 229 e os recrutas instruidos, 138.

A renda verificada em 1942 foi de Cr$ 167.830,60, assim distribuida:

	Cr$
Taxas médicas de motoristas (alunos)	11.840,00
Taxas médicas de cobradores (alunos)	8.110,00
Taxas de curso de motorista amador	57.000,00
Taxas de curso de mot. profissional	35.400,00
Taxas de curso de cobradores	14.520,00
Placas de cobradores e condutores de ônibus	1.240,00
Selos de certidão de prova de suficiência	37.704,00
Selo de requerimento de matrícula	1.581,00
Selo de certificado de aprovação	435,60

O valor médio dos 17 veículos de aprendizagem existentes é de Cr$ 85.000,00.

Os instrutores da Escola foram, durante o mesmo período: efetivos, 10; substitutos, 14; e instrutores de escolares, 4.

Acidentes em Tráfego

Teve tambem apreciavel cópia de trabalhos a Delegacia de Acidentes em Tráfego, que, durante o ano de 1942, recebeu para solução 1.576 inquéritos referentes a desastres em que se viram envolvidos 1.773 veículos.

Desses inquéritos, foram concluidos 1.378, sendo arquivados 116 e ficando em andamento, 72.

A Delegacia expediu 9.456 intimações nesse exercício, tendo recebido 1.234 ofícios e expedido 1.720.

De acordo com a estatística feita, os acidentes verificados causaram vítimas: de morte, 117; ferimentos graves, 943; leves, 865.

Quanto às causas, os relatórios sobre os desastres assim concluem: Culpa do indiciado, 335; culpa da vítima, 617; casos fortuitos, 399; defeito do veículo, 27.

Foram procedidas a 1.097 investigações, que resultaram: positivas, 908; negativas, 189.

Segundo as espécies e quantidade de veículos envolvidos em acidentes, o total de 1.773 tem a seguinte discriminação: Automoveis particulares, 255; de aluguel, 146; oficiais, 55; caminhões, 397; bondes, 460; ônibus, 198; trens, 52; carroças, 61; aranhas, 13; bicicletas, 48; motocicletas, 20; aviões, 2; triciclos, 2; ignorados, 66.

Assistência Policial

O Posto Médico da Assistência Policial manteve com regularidade os seus serviços, com 79 funcionários efetivos, dos quais 30 médicos (um deles servindo em comissão como diretor); 37 enfermeiros, 8 funcionários administrativos e 4 serventes. Serviram, ainda, nessa repartição 49 funcionários extranumerários, dos quais 14 médicos.

Durante o ano de 1942, a Assistência Policial atendeu a 28.013 pedidos de socorros, correspondentes a: desastres, 12.189; acidentes no trabalho, 690; doentes, 9.508; agressões, 4.833; tentativas de suicídio, 518; e mortes repentinas, 275.

Foram realizadas tambem 20.583 remoções e 616 inspeções de saude.

O material rodante passou por diversas reformas, assinalando-se a que foi feita nos motores dos autos-ambulância, orçada em Cr$ 103.962,60. Foram instalados aparelhos gasogênios em 6 ambulâncias, sendo o serviço executado nas oficinas da Diretoria do Serviço de Trânsito.

Para melhor conservação dos carros, foi montado na garage do Posto um elevador de pressão a ar, com todos os acessórios de lubrificação e pulverização, bem como ampliada a área de acesso dos carros, mediante concessão de uma faixa de 7 metros nos fundos da Secretaria da Educação, que limita com aquela dependência.

Laboratório da Polícia Técnica

Grande foi a contribuição prestada pelo Laboratório de Polícia Técnica à boa solução dos assuntos submetidos à esfera policial, atendendo, ao mesmo tempo, a numerosas requisições de exames feitas por autoridades judiciárias e administrativas.

O movimento geral de laudos, relatórios e pareceres executados pelos técnicos da repartição em 1942 foi de 2.591 unidades, das quais 255 correspondem à Secção Técnica de Santos.

O Protocolo acusou a entrada de 5.560 peças para exame, confronto, fotografia e outros fins; e 7.220 autos, ofícios e papéis diversos. A expedição atingiu ao total de 5.319 papéis, entre laudos, ofícios, portarias, telegramas, pareceres, coleções fotográficas, etc.

A Biblioteca atendeu a 614 consultas. Arquivaram-se 23.588 fichas. A Secção de Fotografia executou 17.556 positivos e 10.965 negativos.

Foram feitos 1.871 exames referentes a roubos, no local e no laboratório; 130 referentes a incêndios; 5 referentes a explosões; e 9 a danos e depredações.

Para comprovação de acidentes, foram executados 27 exames em imoveis; 529 em moveis e veículos; 1 em maquinário e 289 em locaís. As vistorias em casas de diversões foram em número de 143. Em armas e munições, fizeram-se 2.109 exames.

A Secção de Química realizou 748 exames, dos quais 315 químico-biológicos. As perícias grafotécnicas somaram 1.621, sendo 155 feitas em textos dactilografados e as demais em manuscritos. Foram em número de 36 as perícias contabilísticas, tendo atingido a 463 o número de trabalhos elaborados pela Secção de Topografia e Desenho.

Material

A Diretoria do Material teve extraordinário desenvolvimento durante o período a que se refere o presente relatório, mantendo em dia suas diversas atribuições de armazenamento de mercadorias, controle e embalagem de despachos para o interior, registo de entradas e saidas, confecções de material, etc.

Basta dizer que foram faturadas compras no valor de Cr$ 2.932.245,70 em 1941 e Cr$ 5.296.701,29 em 1942, sendo manufaturadas nas oficinas encomendas de fardamentos assim distribuidas: para a Força Policial, sob medida, 4.518; de carregação, 113.327; para a Secretaria da Segurança Pública e suas dependências, sob medida, 5.663; de carregação, 7.505; para a Polícia Especial, sob medida, 198; para a Guarda Civil, sob medida, 9.282; de carregação, 36.343. As secções de bordados executaram 10.345 trabalhos diversos, tais como distintivos, números, emblemas, letras, estrelas, etc.

Os despachos de material para as delegacias de polícia do interior e postos médico-legais com sede nas várias cidades do Estado atingiram a 65.535 quilogramas, assim discriminados:

Em 1941 — 399 despachos — 1.406 volumes — 16.105,5 ks. — para 344 localidades diversas.

Em 1942 — 1.066 despachos — 3.345 volumes — 49.384,5 ks. — para 852 localidades.

O expediente acusou intenso movimento de papéis, com a entrada de 10.728 e a saida de 14.607. Lavraram-se 115 contratos para fornecimentos e realizaram-se 2.823 concorrências administrativas.

Força Policial

Subordinando novamente a Força Policial do Estado à Secretaria da Segurança Pública, procurou o Governo harmonizar as funções daquele secretariado com as da tradicional e gloriosa milícia, ao mesmo tempo que providenciava no sentido de melhor aparelhá-la para a execução do seu programa de atividade.

Entre outras medidas de alcance imediato, esta Interventoria cuidou de dotar a Força de modernas e condignas instalações, edificando novos quartéis para alojamento de suas unidades e serviços, atacando, assim, um problema que, há mais de um quartel de século, vem preocupando sucessivas administrações estaduais.

Para tanto, vários créditos especiais foram abertos, convindo mencionar os seguintes:

Cr$ 65.579,80 destinado às obras de adaptação do antigo Hospital de Psicopatas de Santa Teresa, Ribeirão Preto, para servir de aquartelamento do 3.º B. C.;

Cr$ 500.000,00 para financiar a continuação das obras dos quartéis do 3.º B. C. e do ginásio da Escola de Educação Física;

Cr$ 600.000,00 para continuação do quartel do Centro de Instrução Militar.

Estão em andamento as obras do quartel do Centro de Instrução Militar, no Barro Branco, estando já terminado o pavilhão da administração e refeitórios e em vias de conclusão os pavilhões de alojamento e de administração da Cia. Escola.

No quartel do Regimento de Cavalaria e no Hospital Militar estão sendo feitas grandes reformas.

Todas estas obras, assim como outras de reparos gerais nas diversas dependências da Força, estão a cargo do Serviço de Engenharia, que, por sua vez, tem estendido a sua ação a outras repartições sujeitas à Secretaria de Segurança Pública, principalmente no presídio da Ilha Anchieta.

Em junho de 1941, foi inaugurado o pavilhão da administração do 8.° B. C., em Campinas, para onde se transferiu, então, a sede daquela unidade, ficando ainda parte da tropa ocupando o velho quartel da rua Marechal Deodoro.

Em janeiro de 1942, o 3.° B. C., que se achava aquartelado em prédio inadequado, transferiu-se para Santa Teresa, no mesmo Município de Ribeirão Preto, aquartelando-se no prédio em que funcionou o antigo Hospital de Psicopatas, convenientemente adaptado para aquele fim.

Ainda em janeiro de 1942, atendendo à situação especial de Santos na presente situação de guerra e mesmo porque a zona de policiamento do 6.° B. C. está toda localizada no litoral, transferiu-se a sede desta unidade para aquela cidade, sendo para esse fim aproveitado o prédio do antigo Miramar, locado pela importância mensal de Cr$ 5.000,00.

Com a mudança do 6.° B. C. para Santos, o 2.° B. C. passou a ocupar o antigo quartel daquela unidade, na rua Vergueiro, em Vila Mariana.

No quartel da rua Major José Bento, no Cambucí, que alojava o 2.° B. C., está agora o Corpo de Bombeiros, que alí destacou uma sua sub-unidade.

Ao mesmo tempo que providenciava quanto às necessidades materiais da Força, não descurou esta Intervento-

ria do aspecto social e moral da milícia, concedendo vantagens pecuniárias aos soldados enfermos e subvencionando suas entidades de classe.

Assim, encaminhou ao Departamento Administrativo um projeto de decreto-lei que torna gratuito o tratamento e a alimentação das praças hospitalizadas e isenta de descontos as licenças para tratamento de saude, até seis meses, concedidas a oficiais e praças. Tal medida virá beneficiar principalmente o humilde soldado numa oportunidade em que ele mais necessita da assistência do Estado. Comum era a praça casada, mesmo doente, evitar a sua internação no hospital, para não ter os seus parcos vencimentos minorados com o pagamento da diária de alimentação e mais a perda de um terço dos vencimentos, o que viria aumentar ainda mais as suas dificuldades para a manutenção da família.

Tambem as licenças por motivo de saude eram anteriormente oneradas por grandes descontos o que, por vezes, impossibilitava o próprio tratamento, pela carência de recursos financeiros por parte do oficial ou da praça.

O Clube Militar, associação de classe da oficialidade, teve o seu funcionamento completamente regularizado, por Decreto n. 12.339, de 27 de novembro de 1941, que o reconheceu como correspondente, na Força, aos Circulos Militares de Guarnição previstos no Regulamento Interno dos Serviços Gerais, baixado pelo Decreto Federal número 6.031, de 26 de julho de 1940, em vigor na Corporação estadual, nos termos do artigo 22 da Lei Federal n. 192, de 17 de janeiro de 1936. Nos termos do decreto de oficialização, o Estado está subvencionando o Clube com a importância de Cr$ 36.000,00 anuais.

Importante departamento do Clube Militar é a sua Colônia de Férias em São Vicente, destinado ao repouso

periódico dos oficiais e de suas famílias. Já foi feita a aquisição do imovel em que ela está instalada, tendo o Governo, para esse fim, contribuido com a soma de Cr$ ..... 60.000,00.

O Centro Social dos Sargentos foi, em 1942, tambem, oficializado e está sendo subvencionado com a importância anual de Cr$ 18.000,00.

Foram introduzidas algumas modificações no regulamento da Caixa Beneficente. Entre elas a principal é a dilatação para 20 anos do prazo para a amortização dos empréstimos hipotecários concedidos a oficiais e praças para a aquisição de casa própria, elevando-se tambem o "quantum" desses empréstimos, que podem atingir a trinta vencimentos mensais.

Com grande dificuldade, devido aos seus reduzidos efetivos, a Força vinha atendendo aos serviços normais de policiamento. A guerra tornou mais assoberbadoras essas dificuldades, pois que a milícia foi chamada a guarnecer e está guarnecendo, nesta Capital e no interior do Estado, um sem número de usinas elétricas, represas, viadutos, tuneis, depósitos de óleos e inflamaveis, fábricas de munição, presídios políticos, etc.

O aumento do efetivo da Força Policial do Estado é uma medida que se impõe a-fim-de que ela possa corresponder mais cabalmente às suas elevadas finalidades.

Corpo de Bombeiros

O Corpo de Bombeiros, desde a sua primitiva criação em 27 de fevereiro de 1880, teve carater militar, sendo instruido e comandado por oficiais da Força Policial, desta fazendo mesmo parte integrante. Crescendo, evolvendo e prosperando dentro dos quadros da milícia, portador de brilhantes tradições como unidade de bombeiros e mesmo como força militar, — mercê dos relevantes serviços pres-

tados pelos valorosos soldados do fogo, extinguindo, ou prevenindo, com a pronta extinção dos pequenos focos, incêndios devastadores, ou cooperando decididamente para o restabelecimento da ordem pública nacional, por vezes perturbada, — a Força Pública sentiu como se fora a amputação de um dos seus mais preciosos membros o afastamento, em 1935, dessa unidade de escol, que, pela lei de carater financeiro n. 2.480, de 13 de dezembro de 1935, passara para a jurisdição da Prefeitura.

Por Decreto-lei n. 12.878, de 17 de agosto de 1942, resolveu esta Interventoria reincorporar à Força Policial do Estado o Corpo de Bombeiros, que ficou, em consequência, desligado da Prefeitura de São Paulo. Permanecendo, entretanto, de natureza municipal e por conta do Município o serviço de extinção de incêndios, o citado decreto-lei dispôs que, a partir do exercício de 1943, a Prefeitura da Capital contribuisse com Cr$ 7.000,00 para ocorrer às despesas com o pessoal, material e outros serviços do Corpo de Bombeiros, correndo por conta do Estado qualquer excesso que, para dito fim, viesse a constar das tabelas baixadas com a lei anual de fixação da Força Policial.

Nova e mais racional organização foi dada ao Corpo de Bombeiros, ampliando-se-lhe o raio de ação ao interior, onde poderão ser criados destacamentos mediante entendimento com os respectivos prefeitos.

Sua estrutura atual compreende: um Comando subordinado ao Comando Geral da Força Policial; uma Companhia Extranumerária; seis companhias de bombeiros; orgãos técnicos auxiliares, sendo o efetivo total de 1.212 homens.

O Município da Capital ficou dividido em cinco zonas, correspondendo a cinco estações de bombeiros que nelas serão localizadas.

A despesa global para 1943 foi orçada em Cr$ .... 7.272.800,00.

Guarda Noturna

A Guarda Noturna de São Paulo, criada pelo Decreto n. 6.330, de 2 de março de 1934, é destinada a manter a vigilância noturna da Capital, sob a fiscalização direta da Secretaria da Segurança Pública.

Tendo iniciado o policiamento com um reduzido número de 50 guardas, foi aos poucos crescendo o seu efetivo, que hoje alcança o total de 642 guardas, distribuidos por 29 Divisões que se localizam em todos os bairros da Capital, sob a fiscalização direta de Inspetores e Subinspetores os quais executam, das 22 às 6 horas, a vigilância noturna da cidade.

Vivendo a corporação quase que exclusivamente do auxílio que lhe presta o público, contava ela em dezembro de 1942 com 39.916 inscritos no quadro de contribuintes, representando uma arrecadação bastante animadora.

Em 1941, verificou a Guarda Noturna da Capital 6.776 ocorrências e, em 1942, 8.097.

Os casos em que ela mais foi chamada a intervir foram, em 1941: desordens, 1.077; assistência, 820; agressões, 713; embriaguez, 536; portas abertas, 530. Em 1942, o maior movimento foi: desordens, 1.099; assistência, 843; agressões, 648; portas abertas, 593; furtos, 277.

As matrículas no Corpo Escola da Guarda foram: em 1941, 426, com 359 incorporações; em 1942, 356, com 288 incorporações.

Guarda Civil

A Guarda Civil de S. Paulo, que se incumbe, entre outras atribuições, do policiamento da Capital e das estradas-de-rodagem do Estado, é uma corporação cuja atividade dia a dia cresce, acompanhando o progresso paulista.

Durante o período a que corresponde este relatório, seu movimento estatístico apresenta os seguintes dados: Ocorrências policiais, 54.686; detenções, 40.264; policiamentos extraordinários executados, 8.797, informações prestadas em diversos idiomas, 18.384; infrações registadas em casas de diversões, 1.975; infrações registadas pela Rádio Patrulha, 26.584; documentos expedidos pela Portaria, 18.243; documentos arquivados, 47.495; transcrições em prontuários, 37.664.

Diversos melhoramentos foram introduzidos nas instalações da Guarda Civil por esta Interventoria, tanto na parte relativa ao alojamento dos guardas como na que se refere aos serviços de administração, salão de leitura, enfermarias, depósitos da intendência e garage.

Importa declarar aquí que todos esses melhoramentos foram providenciados dentro da mais absoluta economia, sem onus para o Estado, e que todos os serviços tiveram a sua execução a cargo dos próprios guardas civís, pedreiros, carpinteiros, eletricistas, encanadores, etc.

O Serviço de Saude da Guarda teve suas dependências ampliadas e seu aparelhamento reforçado, dotando-se de novos elementos para a boa execução dos exames clínicos e das intervenções de pequena cirurgia. Foi adquirido um aparelho para Roentgenfotografia, sistema Manuel de Abreu, destinado ao recenseamento torácico dos guardas e respectivas famílias. Foram criados os cargos de médico tisiologista e de médico da Divisão de Santos.

A estatística do Serviço de Saude é a seguinte no período de que vimos tratando:

Total de serviços executados, 160.399; serviços prestados pela Oftalmologia, 9.046; serviços prestados pelo Gabinete de Tisiologia, 10.436; serviços prestados pela Oto-rino-laringologia, 9.252; Laboratório de análises, ... 4.542; Gabinete dentário, 13.532.

Em novembro de 1942, foi criado o Departamento de Assistência e Proteção ao Filho do Guarda Civil, com o fim de proporcionar aos filhos dos guardas assistência médica, sanitária e hospitalar, fornecendo-lhes remédios, roupas, agasalhos e alimentos dietéticos. O consultório tem acusado um movimento médio mensal de 300 consultas.

MELHORAMENTOS DA CAPITAL

Avenida Maria Paula, parte do Perímetro de Irradiação — Avenida Conceição. Primeiro trecho — Avenida do Hospital das Clínicas, recentemente executada

PREFEITURA DA CAPITAL

A administração da metrópole paulista continuou norteada por um programa de rigoroso controle financeiro e de grandes realizações no domínio do urbanismo, tendo tido andamento normal todas as obras iniciadas no período governamental anterior.

Urbanismo

Nos últimos meses as condições da guerra, todavia, teem motivado um relativo decréscimo nas obras e empreendimentos, devido à carência de materiais, dificuldades de transporte e redução ao mínimo das demolições.

A avenida Anhangabaú Inferior, ligação entre o Parque Anhangabaú e a avenida Tiradentes, teve plena execução. A quase totalidade dos imoveis necessários foi adquirida e já se percebe, pelas demolições, o vulto do empreendimento.

Essa avenida mede 60 e 58 metros de largura na extensão que vai da praça dos Correios à avenida Senador Queiroz, e 45 metros no trecho restante, entre esta avenida e a rua Mauá.

A nova artéria constituirá parte do futuro eixo Norte-Sul da cidade e modificará radicalmente o aspecto da zona central que atravessa. Ela passará sob o viaduto de Santa Ifigênia, cujo pilar cairá justamente num dos seus refúgios centrais.

A avenida Duque de Caxias, com 34 ms. de largura, e cujo projeto data igualmente deste Governo, encontra-se adiantada. Quase todas as expropriações exigidas foram realizadas com relativa rapidez, e a maioria dos prédios demolidos, de modo a mostrar grandes clareiras ao longo das quadras.

Esta artéria terá função importante, servindo as estações da São Paulo Railway e da Sorocabana, a Santa Casa de Misericórdia e outros estabelecimentos de grande frequência.

Estão sendo alargadas, para 30 e 35 ms., respectivamente, as ruas Maria Teresa e Mauá, prolongamento de Duque de Caxias. Uma grande praça de 180 por 120 metros acha-se em construção fronteira à estação terminal da E. F. Sorocabana.

A abertura do Perímetro de Irradiação prossegue com sucesso.

O setor Sul, constituido pela avenida Senador Queiroz, acha-se praticamente terminado com 35 e 40 metros de largura.

A primeira quadra foi asfaltada até à rua Brigadeiro Tobias. As seguintes, até à rua 25 de Março, receberam calçamento de paralelepípedos, visando a futuro recobrimento por lençol asfáltico, quando o transporte marítimo permitir a importação do material.

Está quase concluida a avenida Conceição, faltando apenas o recuo do hospital da Beneficência Portuguesa para completar-se a praça entre as avenidas Ipiranga e Senador Queiroz.

Na rua Maria Paula, concluida e asfaltada, falta apenas a iluminação definitiva. Os primeiros "arranha-céus" começam a se elevar nos novos alinhamentos. Um trecho

MELHORAMENTOS DA CAPITAL — Praça e rampas do Estádio Municipal de Pacaembú, em vias de conclusão — Praça Tamanduateí, recentemente inaugurada

consideravel da rua Santo Amaro foi rebaixado até cerca de dois metros, para nivelar-se com o viaduto Jacareí.

A grande ampliação da praça João Mendes, estendida até a rua Tabatinguera, exigiu cerca de 3 milhões de cruzeiros de despesas com expropriações, inclusive a da igreja dos Remédios, de valor histórico e artístico discutivel e cuja situação estrangulava a melhor passagem para os bairros da Glória e Liberdade. A abertura dessa praça, que será rebaixada de nivel numa altura de 1,70 ms. no ponto mais atingido, permitirá novas vistas sobre os fundos da Catedral e do Palácio da Justiça, convidando à remodelação da fachada deste último. No local de junção com o atual largo Sete de Setembro, serão feitas as adaptações para terminais das linhas de bonde que hoje descem até ao centro.

A praça do Carmo, fronteira ao Palácio da Justiça e principal porta do Centro ao viajante que chega pela estação do Norte, está com suas expropriações completas, faltando um único prédio: a velha Escola de Belas Artes, propriedade estadual, cuja aquisição pela Prefeitura já está acertada. Esta praça será a maior do centro, com cerca 230x140 metros, e substituirá, do ponto-de-vista do tráfego, o largo da Sé, servindo como área de retorno das principais linhas de transporte coletivo vindas do Brás e da Mooca.

Foi iniciado o alargamento da rua Liberdade, no trecho entre as praças Sete de Setembro e da Pólvora, onde havia um estrangulamento prejudicial ao intenso tráfego do espigão Sul. A secção da rua será de 28 e 30 metros no mínimo, sendo curioso notar que não é o primeiro alargamento que sofre, tendo sido julgado suficiente, da outra vez, uma secção de 13 metros.

Estão sendo alargadas a ladeira do Carmo, cuja muralha já foi demolida, e a rua Anita Garibaldi; onde falta recuar o velho Quartel de Bombeiros.

Defronte ao estádio do Pacaembú, medindo 230x500 metros de superfície, foi aberta a mais imponente praça da cidade, cujo asfaltamento e ajardinamento foram já iniciados.

A Prefeitura deu prosseguimento tambem às obras de prolongamento da avenida São João, avenida Paulista (até à praça Rodrigues de Abreu), e às de ligação da avenida Rebouças com a Dr. Arnaldo e da rua Mercúrio à Santa Rosa.

Concluiu-se a praça Tamanduateí, de onde foi removido o antigo depósito municipal de material de calçamento.

Acham-se iniciadas as expropriações para o primeiro trecho da avenida Itororó (hoje Anhangabaú).

O projeto desta artéria, que será a correspondente da Nove de Julho no setor de Vila Mariana, está sendo inteiramente refeito, desde o levantamento topográfico fundamental.

Foi declarado de utilidade pública todo um quarteirão do bairro da Bela Vista, junto ao Piques, para constituição de uma praça em continuação do parque Anhangabaú.

Numerosos outros melhoramentos, como o prolongamento da rua Bráulio Gomes, abertura de uma avenida na Lapa, prolongamento da rua Saint Hilaire, alargamento do largo São Francisco, ruas Líbero Badaró e José Bonifácio (em suas quadras finais), etc. foram autorizados e estão tendo execução.

OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E AJARDINAMENTO — **Praça N. S. Aparecida, em Indianópolis — Avenida Senador Queiroz, em construção**

Em 25 de janeiro de 1942, foi inaugurada solenemente a nova Ponte Grande, a maior das pontes sobre o Tietê, cuja estaca inicial fora cravada pelo próprio Sr. Presidente da República, em visita anterior a esta Capital. Seu custo aproximado foi de Cr$ 5.500.000,00.

Obras Municipais

A nova Biblioteca Municipal, concluida, instalada e inaugurada no meu Governo, é uma das mais modernas e eficientes do continente, tanto no que se refere ao prédio como ao serviço. Todo o mobiliário é simples e do melhor gosto, de acordo com acabamento do prédio. O edifício e as primeiras instalações custaram cerca de Cr$ 9.500.000,00.

Os viadutos Jacareí e Pacaembú, o primeiro iniciado nesta administração, foram concluidos, assim como as pontes da rua Mercúrio e das Indústrias.

Por motivos imprevistos, não pode ser ainda concluido o viaduto D. Paulina, entre a avenida Brig. Luiz Antônio e a praça João Mendes.

A maior obra, porem, da atual administração municipal, é a canalização do Tietê.

Canalização do Tietê

Embora de competência estadual, está sendo executada pela Prefeitura, devido à sua grande necessidade e conexão com os planos urbanísticos.

O serviço completo compreende numerosas expropriações, a redução do curso urbano do rio de 47 para 27 quilômetros, a abertura das faixas e avenidas marginais, e a construção das novas pontes e obras de arte — tudo somando mais de 100 mil contos, o que patenteia a conveniência duma execução relativamente lenta.

O alcance urbanístico, econômico, sanitário, estético, e até ferroviário, da obra, é incalculavel, permitindo o

aproveitamento de quase 17 quilômetros quadrados de terreno inundavel.

Está previsto, nos projetos, a remoção futura das ferrovias, que atravessam a cidade, para uma das margens do canal, sob as pontes, com o que ficaria *ipso facto* resolvido o dificil problema das passagens de nivel. As estradas-de-ferro, desvios e armazens respectivos, ir-se-iam transferindo aos poucos, e, por último, os leitos atuais seriam aproveitados como auto-estradas, já convenientemente construidas e otimamente dispostas, pois que atravessam diametralmente a cidade e ligariam facilmente as duas grandes auto-estradas estaduais, a Anchieta e a Anhanguera, que servem justamente o principal setor do interior e o porto de Santos.

Infelizmente o empreendimento é de imenso vulto e precisaria dalguma colaboração das estradas beneficiadas e dos poderes públicos, mesmo porque a escala das previsões não deve ser sub-estimada.

Sob o atual Governo inaugurou-se o segundo trecho da canalização do Tietê (Ponte Grande-Casa Verde), está sendo executado o Terceiro (Casa Verde-Limão) e projetado definitivamente o quarto (Limão-Santa Marina).

A largura do canal no segundo regula 80 metros, mas a faixa total, inclusive avenidas marginais, eleva-se a 222 metros.

Outras obras

A canalização do Tamanduateí está sendo concluida e foi iniciada a construção da nova Ponte Pequena, a jusante da atual.

Para servir o Setor Leste da cidade acha-se em desapropriação uma vasta área, na estrada de Itaquera, destinada ao futuro cemitério do Brás.

PREFEITURA DA CAPITAL — Obras de canalização do Tamanduateí, trecho de juzante — Aspecto do rio Tietê, no terceiro trecho já canalizado, entre Casa Verde e o bairro do Limão

Outras muitas obras de vulto estão em andamento, inclusive reconstruções e reformas de pontes, novos jardins, canalizações pluviais e pavimentação de dezenas de ruas em vários bairros da cidade, obedecendo a um plano sistemático e critèriosamente delineado.

Monumentos

No capítulo da arte, porem, os acontecimentos máximos do período foram os contratos referentes aos monumentos a Caixas e aos Bandeirantes.

O primeiro provem duma iniciativa e duma campanha cívica, de grande beleza, iniciada pelo Gen. Maurício Cardoso, ex-comandante da Região, e pela Comissão pro-Monumento. Alcançando, em subscrição popular, uma importância consideravel, a Comissão passou a atribuição da construção à Prefeitura, que aliás tinha sido uma das colaboradoras na campanha, e transferindo-se simultaneamente o líquido apurado, de Cr$ 1.850.000,00.

O monumento, escolhido em concurso público internacional, é de grande simplicidade, originalidade e beleza. Será elevado na praça do Paisandú, que para tal deverá sofrer uma remodelação, inclusive a remoção da igreja do Rosário. Seu custo será de Cr$ 2.500.000,00, não contando a expropriação do templo e as obras urbanísticas.

O segundo, de autoria do mesmo escultor, é iniciativa antiga, mas estava inteiramente paralizada, não tendo passado da fundição e do modelo em gesso.

Por lei e contrato recentes foi a atribuição da conclusão (o contrato era do Governo Estadual) transferida à Prefeitura. O orçamento do monumento e dos complementos urbanísticos excederá a 3 milhões de cruzeiros.

Em Santo Amaro foram abertas ou melhoradas cerca de 30 quilômetros de estradas de rodagem. O seu objetivo imediato é desbravar o território e animar a pequena cultura. Proximamente será mister cuidar tambem do aspecto turístico e do revestimento de algumas.

Iluminação Pública

A iluminação pública da Capital foi ampliada de 4.940 metros e 177 lâmpadas, tendo sido requisitada a instalação de mais 197 em diversas ruas, praças e avenidas na extensão de 5.355 metros.

Acha-se em estudos, aguardando oportunidade de importação, a colocação de mais 750 lâmpadas perfazendo cerca de 30 quilômetros de rua.

O custo da iluminação pública, em 1942, revela-se no seguinte quadro, que tambem inclue as parcelas de iluminação das repartições públicas e despesas de energia fornecida, como a utilizada nas obras de canalização do Tietê:

Repartições e dependências da Prefeitura	Cr.$	1.232.598,80
Divisão de Bombeiros	"	40.344,00
Hospital Municipal	"	18.665,90
Draga, no Tietê	"	293.783,00
Iluminação Pública geral	"	13.353.765,20
Tunel Nove de Julho	"	105.202,80
Parques do Ipiranga, iluminação	"	36.365,00
Depredações (em especial na passagem do ano	"	178.035,50
Remoção de postes	"	17.190,60
Transportes de materiais	"	70.349,00
Diversos (iluminações provisórias, via permanente de bondes, etc)	"	80.041,70

Gás

Dos serviços públicos, o que muito sentiu a crise de transporte marítimo, foi o fornecimento de gás, cuja fabricação se baseava principalmente na hulha importada, com pequena porcentagem de hulha nacional, que, habitualmente, era a de Santa Catarina. Para estudar a situa-

ção, instituiu a Prefeitura uma comissão de técnicos, ao mesmo tempo que autorizou o racionamento do consumo de gás, medida necessária ao equilíbrio dos estoques da empresa concessionária.

Simultaneamente, recebeu a Municipalidade o pedido de autorização para aumento das tarifas, com o que não concordou, não só por serem contrárias às condições do contrato, como tambem por desobedecerem às normas ditadas, na matéria, pela legislação federal.

Limpeza Pública

A Limpeza Pública foi, dos serviços municipais, o que encontrou maiores dificuldades diante da falta de combustivel líquido, visto que o seu equipamento se achava em grande parte motorizado. Diante, porem, da situação de emergência, foi providenciada o retorno à tração animal, em grande escala. Foram utilizados os veículos deste gênero, remanescentes, muitos dos quais só empregados na zona rural; outros foram adaptados; alguns gasogênios foram utilizados e, sobretudo, adquirida consideravel tropa. Pode ser, assim, mantido o serviço com poucas alterações, atingindo a frota de veículos aos totais de 827 unidades a tração animal; 367 a tração manual e 102 motorizados.

O operariado da Limpeza Pública, em dezembro de 1942, era de 2.954 homens, sendo a despesa dos serviços orçada em Cr$ 21.317.140,00. A renda de produtos de limpeza correspondeu a Cr$ 682.512,20.

Serviço Telefônico

O Serviço Telefônico, na Capital, sofreu uma revisão tarifária, nos termos contratuais, em agosto de 1941. Foi então introduzido parcialmente, segundo previsão da concessão, o serviço medido e estabelecidas certa prescrições para aumento e melhoramento do serviço. Infe-

lizmente a situação de guerra, o fechamento absoluto do mercado holandês e depois, embora relativo, do americano — os maiores fornecedores do material — vieram dificultar o programa. Entretanto já foram ampliadas as instalações da Estação 8 e acrescentados 3.606 novos aparelhos à rede, nos nove primeiros meses de 1942. O total de aparelhos existentes ascendia, em dezembro, a 59.064.

Transportes Coletivos

Os transportes coletivos constituem hoje o mais importante serviço de utilidade pública da Capital.

Logo no início do meu governo, obteve esta Interventoria a lei federal de que resultou o prosseguimento do serviço pela Light, ficando assim removidas as grandes dificuldades e encargos que, num período como este de guerra mundial, acarretaria a reorganização geral dos transportes.

Até 1942, a repartição de passageiros entre os dois meios principais de transporte urbano, tramways e ônibus, foi a seguinte:

A N O S	Onibus	Bondes
1933	44.471.697	233.437.098
1934	61.849.186	227.925.961
1935	80.068.557	252.503.999
1936	84.842.012	270.560.246
1937	100.563.711	289.501.833
1938	131.129.527	283.520.661
1939	155.200.289	309.302.919
1940	177.568.637	320.066.772
1941	—	341.540.743
1942 (Até 30-10)	—	303.395.925

Vê-se que, a partir de 1933, o número de passageiros de bondes cresceu de 50% e o de ônibus, de 400%.

A companhia de bondes, todavia, não tem acrescido suas linhas, nem o seu número de veículos. Possuindo atividades mais rendosas e menos trabalhosas (energia e iluminação), a Light and Power prefere, naturalmente, auferir o aumento natural da receita nos últimos anos da concessão, sem maiores empates de capital, esperando ainda auferir um valor residual, pequeno que seja, caso se julgue ainda aproveitavel o seu sistema. O contrato original, ao contrário do que muitos julgam, não continha a cláusula usual de reversão.

A frota da Light, em 1942, compunha-se de 252 carros abertos de 9 bancos, 22 de 11, 124 de 13, 104 carros fechados de 51 lugares teóricos, 9 carros de segunda classe, 52 carros reboques de 7 a 15 bancos, 5 carros fechados de 48 lugares, 2 reboques fechados de 58 lugares. Fora os veículos de carga ou serviço.

A via permanente media 213.399 ms. de linha dupla, 50.209 ms. de linha simples, 18.605 ms. de linhas em desvios, casas de carros, etc., num total de 282.213 ms.

Recentemente, para atender à premência da situação e solicitações da Prefeitura, foram reformados e construidos mais alguns, em pequeno número.

A questão dos transportes em São Paulo provocou, no início desta administração, a criação da Comissão de Transportes Coletivos, destinada a estudar os vários aspectos do problema tal como se apresenta aquí e no estrangeiro, e fazer o recenseamento e coleta geral de dados.

Em 1942, foi autorizada a impressão do principal trabalho técnico dessa Comissão, o que fez a Gráfica Municipal em dois alentados volumes, repletos de diagramas e quadros.

Serviço Funerário

No Serviço Funerário, verificou-se mudança completa do regime. Este serviço funcionava mediante contrato e concessão com tradicional empresa particular.

Há tempos, em administração anterior, fora introduzido o regime "pelo custo" (Ato 493, de 3 de agosto de 1933) em bases modernas. Porem, a sua decadência era contínua, — resistências passivas e diversas irregularidades se haviam verificado, exigindo medidas fortes ou radicais. Finalmente, pelo Decreto n. 269, de 28 de novembro de 1941, foi o contrato rescindido pela Prefeitura, que chamou a si, até posterior resolução, a direção do serviço.

A rescisão foi precedida de inquérito policial, solicitado pela Prefeitura, e que comprovou as responsabilidades da firma.

Expediente dos Serviços Municipais

A Divisão do Expediente do Departamento de Serviços Municipais deu entrada, em 1942, a 54.073 processos, fichou (primeiro trânsito pela Divisão) 26.577, movimentou em "comunique-se" 13.130. Expediu 2.577 alvarás para construção de prédios, 1498 para reformas e ampliações, 511 para tapumes, 538 de substituição de projeto, 110 para instalação de elevadores, 672 de conservação de obras irregulares, 525 para construção de túmulos, 35 diversos, e registou 2.894 comunicações de construções operárias na zona rural.

Enterramentos

Os enterros foram assim distribuidos, por cemitério; Consolação 453, Araçá 4.926, Brás 3.805, São Paulo 3.140, Vila Mariana 2.219, Santana 1.277, Penha 800, Freguezia do O' 401, Lapa 584, Lageado 91, Itaquera 116, Osasco 222, São Miguel 110, Tremembé 419. Total 18.563.

OBRAS MUNICIPAIS NA CAPITAL — Nova ponte sobre o Tamanduateí — Viaduto Jacareí, em construção

A Fiscalização Industrial vistoriou em 1942 (exclusive Dezembro) 4.136 fábricas e oficinas, 1.165 elevadores e expediu 190 carteiras de ascensoristas. Vistoriou ainda 1.115 casas de diversões e 400 letreiros luminosos.

Fiscalização Industrial

A Subdivisão de Aferição impôs Cr$ 53.150,00 de multas, efetuou 2.000 apreensões, vistoriou 2.604 fábricas de inflamaveis ou explosivos e 50 incêndios, (sempre fábricas, oficinas e depósitos) fez 28 intimações e aplicou 29 multas. Extraiu 15.990 certificados de serviço externo e 7.717 de interno. Aferiu 20.701 balanças, 68.057 pesos, 963 autos e 129 carroças.

Aferição

A Fiscalização de Obras Particulares registou em 1942, um rápido decréscimo das construções em São Paulo. A linha ascendente, que vinha desde o início da presente administração municipal, após o máximo de 1941, caiu às seguintes cifras: janeiro 847, fevereiro 623, março 815, abril 679, maio 774, junho 719, julho 788, agosto 519, setembro 560, outubro 505, novembro 499, dezembro 501. No primeiro semestre de 1942 registra-se ligeiro retorno à atividade construtiva. Nos mesmos meses o número de sobrados foi 366, 190, 322, 207, 321, 259, 369, 185, 262, 240 e 81. Os meses de abril e agosto, que acusam cifras reduzidas, correspondem ao rompimento de relações e à declaração de beligerância com os paises do Eixo.

Obras particulares

As construções licenciadas acusavam as seguintes áreas cobertas em mq.: 1.947.549 em 1941 e 1.370.596 em 1942.

É significativo da época de dificuldades de materiais e transporte, o aumento das reformas e ampliações de prédios. As residências (classe média e alta) reduziram-

se. As das classes operárias, mais reajustaveis, mantiveram-se. As fábricas aumentaram, confirmando o surto industrial, de 3,8 para 8,3 em porcentagem de 34.000 para 61.000 mq. em números absolutos respectivamente em 1941 e 1942. Em ambos os casos estamos citando cifras referentes a um semestre.

Quanto à altura, a distribuição foi: (exclusive dezembro) 3 pavimentos — 68 prédios, 4-5, 5-2, 6-2, 7-5, 8-1, 9-4, 10-5, 11-8, 12-2, 13-3, 14-1 mais de 15 pavimentos — 2 prédios.

A predominância dos prédios de 3 pavimentos foi ainda maior que nos outros anos por motivos de falta de material para esqueletos e de elevadores. Os máximos usuais de 7 e 11 pavimentos mantiveram-se.

Cultura

O Departamento Municipal de Cultura, na sua função educativa, promoveu, durante o ano de 1942, 37 concertos a que assistiram 45.086 ouvintes registados.

Sabe-se que estes espetáculos teem carater popular e são habitualmente cobrados na base de apenas dois cruzeiros a poltrona. Isto explica como a renda total subiu somente a Cr$ 55.690,00, isto é, uma insignificante fração do que custaram.

O Departamento promoveu diversas conferências e palestras, um Curso de Interpretação e Estética Musical e desenvolveu seus serviços de parques e bibliotecas infantís, clubes de menores e exposições de arte.

A Discoteca Municipal atendeu a 5.927 consulentes, que ouviram 10.908 peças, num total de 17.241 discos, e promoveu os concertos públicos habituais. O acervo atual é de 7.238 discos e 2.873 partituras.

A Subdivisão de Documentação Histórica e Social desenvolveu em 1942 grande atividade.

Foi organizado um sistema de manutenção e atualização permanente dos inquéritos sobre custo da vida, o que exigiu, entre outras 306 pesquisas de cadernetas anteriores, 123 gêneros alimentícios, 105 informantes de vestuários, 33 feiras, 127 varejistas, 23 atacadistas, 116 domícilios, etc.

Fizeram-se estudos sobre preço de materiais, circulação urbana, combustiveis, parques infantís, alem de estatísticas e elaboração a-fim-de atender a numerosas solicitações oficiais ou instituições interessadas.

A Gráfica Municipal foi enriquecida com novas máquinas. A abertura da avenida Senador Queiroz, que atinge o prédio em que funciona esta repartição, veio exigir a sua mudança. Não sendo conveniente outra instalação em prédio de aluguel, resolveu-se a construção — já iniciada — de um prédio próprio e mais amplo, aproveitando um terreno municipal, que estava disponivel. Numerosos trabalhos foram impressos e editados em 1941 e 1942, incluindo a publicação regular da "Revista do Arquivo Municipal", "Atas da Câmara de S. Paulo", "Leis e Decretos Municipais", etc.

Higiene e Abastecimento

A Divisão de Higiene e Abastecimento arrecadou, em 1941, Cr$ 11.852.732,80 e, em 1942, Cr$ 10.587.309,30.

O registo do Matadouro acusou, em espécie:

	1941	1942
Bois	121.037	130.385
Vitelos	1.611	1.564
Suinos	39.053	38.849
Leitões	5.334	4.500
Carneiros	5.061	4.225
Cabritos	18.134	18.424

Hospital Municipal

O Hospital Municipal, não obstante mal instalado e disperso, está prestando bons serviços. Cogita-se, novamente, da construção de um edifício próprio.

Na Clínica Pediátrica foram atendidas 12.586 crianças, das quais 8.883 filhos de operários. Em 1942, houve 11.384 consultas, sendo 669 doentes novos.

A Clínica Cardiológica registou 230 radiografias, 6.460 roentgenfotografias, 920 fonocardiografias, 920 eletrocardiografias, 298 quimografias e 114 metabolismos. Foram atendidos 8.335 casos.

A Clínica Tisiológica em funcionado somente como ambulatório. Em 1943 será iniciado o serviço indispensavel de internação, para o que a Prefeitura está em entendimentos com o Sanatório de Jaçanã, da Santa Casa.

A Clínica Cirúrgica acusou 522 operações, 16.431 injeções e 2.186 curativos diversos, 752 acidentados e 3.081 consultas.

Na Clínica Ginecológica o movimento foi: 309 doentes novos, 774 antigos, 1.024 consultas, 69 curativos, 247 exames de laboratório e 50 diatermias.

As demais clínicas e a Farmácia tiveram intenso movimento, cogitando-se, no momento, de organizar um serviço de pele e sífilis.

Auxilios e Subvenções

A Prefeitura tem auxiliado ou subvencionado, entre outros, a Santa Casa de Misericórdia, a Santa Casa de Santo Amaro, a Policlínica, a Clínica Infantil do Ipiranga, a Liga Paulista contra a Tuberculose, a Casa da Criança, o Centro de Saude de Santo Amaro, o Centro Pereira Barreto, a Maternidade de São Paulo, etc.

Parques e Jadins

A repartição de Parques e Jardins fez, durante o ano, alem dos seus serviços habituais, os jardins ou praças novas de N. S. Aparecida e das Indústrias, iniciou duas outras (N. S. da Conceição e a do Estádio) e os canteiros

da Avenida das Clínicas, praça do Isolamento, viaduto Pacaembú, avenida Pedro I, etc.

O serviço de zeladores e transporte custou Cr$ .... 2.514.352,97; o de viveiros, Cr$ 616.615,53; o de oficinas Cr$ 91.694,58; o de material Cr$ 12.722,52; o de arborização, Cr$ 69.635,63; o de defesa vegetal, Cr$ .... 227.309,34.

A repartição cuida de 41.378 árvores de rua, de todos os jardins municipais e auxilia os serviços de cemitérios e as festas oficiais. Está, outrossim, fornecendo o carvão necessário aos gasogêneos da Prefeitura.

Garage Municipal

A Garage Municipal, após um período de excessivo serviço, viu suas atividades restringidas pela crise do combustivel. Diversos caminhões foram dotados de gasogênio e, após muitas experiências, acertou-se o tipo e estão funcionando satisfatoriamente.

Os automoveis da Garage percorreram, em 1942, 2.624.129 quilômetros, assim discriminados: de passageiros 824.292, de carga 1.314.776, de irrigação 121.628, da Engenharia Sanitária, 349.043, serviço de outras unidades, 14.390.

As despesas assim se resumem: tráfego, Cr$ ...... 2.834.088,10, oficinas, Cr$ 1.423.742,03, expediente, Cr$ 168.345,09. Total, Cr$ 4.426.175,22.

Fiscalização Especial

A Divisão de Fiscalização Especial aplicou, em 1942, 805 multas (contra 685 em 1941), sendo 411 motivadas por infrações ao Ato 663/34, 220 referentes aos 1083/36, 115 ao 970/35 e as restantes por motivos diversos.

A arrecadação provocada pela repartição foi de Cr$ 66.519,00. Arquivou Cr$ 34.700,00 de multas por pagamento de licença, enviou a executivo multas no valor de Cr$ 16.190,00.

Protocolo e Arquivo

No Expediente, a Subdivisão do Protocolo e Arquivo autuou, em 1942, 81.330 processos, anexou 10.734, movimentou entre unidades 421.927 vezes, registou 122.765 despachos, arquivou (arquivo geral) 69.171 e prestou ao público 121.315 informações.

A secção de expediente providenciou 1.331 ofícios da Secção e do Prefeito, 3.065 portarias, 235 títulos, 108 decretos e decretos-leis e 6 contratos. A Secção de Assentamentos fez 3.267 averbações. O Arquivo da repartição providenciou 1.978 requisições, 1.599 consultas, 70.471 arquivamentos de processos, 591 arquivamentos de leis, talões e livros, 80.747 fichas, 662 retofotos, 76.630 recebimentos de processos, 4.864 andamentos internos na Secção, 3.613 junções e 7.083 remessas para unidades.

A arrecadação do Protocolo e Arquivo subiu a Cr$ 251.207,00.

Serviços Jurídicos

Os serviços jurídicos da Municipalidade tiveram grande e proveitosa atividade.

A Procuradoria Fiscal ajuizou 17.625 certidões em 1942, constituindo 9.712 executivos, no valor de Cr$ ... 4.325.163,20. Em 1941, os executivos somaram a cifra de Cr$ 1.903.120,85.

A Procuradoria Judicial requereu, em 1942, 73 ações e defendeu a Municipalidade em 25 ações anteriores, obtendo 82 julgados favoraveis e 2 contrários. Requereu 118 desapropriações no valor total de Cr$ 32.539.686,30. A Procuradoria Administrativa emitiu 1.262 pareceres, 243 minutas de escrituras e 17 decretos-leis.

A biblioteca do Departamento Jurídico contava, em dezembro de 1942, 3.745 obras e 8.149 volumes, registando o seguinte movimento de consultas: 4.402 em 1941 e 4.578 em 1942.

Devido ao programa urbanístico, que se desenvolve, foi grande o serviço próprio da Divisão de Avaliações, ao qual se devem acrescer os serviços exigidos pela nova lei federal sobre locações e os solicitados por diversas entidades públicas ou autárquicas.

Em 1942, foram feitas 394 avaliações, no valor total de cerca 154 milhões de cruzeiros.

Passaram pela repartição 164 expropriações, das quais 87 resolvidas por via amigavel e 77 judicialmente. As primeiras, inclusive permutas, somaram Cr$ ...... 19.427.655,30. As segundas foram liquidadas fora, no Departamento Jurídico, e regularam Cr$ 17.500.000,00.

Finanças Municipais

A Prefeitura da Capital encontra-se em ótima situação financeira, pelo perfeito equilíbrio de seus recursos, operações e despesas. Não obstante é indispensavel considerar que essa situação é relativa, por existirem, de outro lado, imensas necessidades a satisfazer e um atraso urbanístico de meio século.

Basta citar a canalização do Tietê, orçada em mais de 100 milhões de cruzeiros, os grandes problemas das águas pluviais, do calçamento, da iluminação, do lixo, das passagens de nivel, do desafogo central, etc., para se fazer uma ligeira idéia da questão.

Nos últimos anos tem havido ainda três circunstâncias que exigem um critério financeiro extremamente prudente: a guerra e suas consequências e repercussões imprevisiveis, as condições precárias do serviço de transportes coletivos, e as perspectivas da dívida externa, capaz de exigir de um momento para outro, medidas radicais e vultosas. O contrato de concessão de bondes encontra-se em vias de extinção, os ônibus trafegam mediante autorizações precárias e fragmentariamente. A necessidade de um

metropolitano, capaz de absorver enormes capitais, se aproxima, a ponto de já requerer medidas preventivas ou preparatórias. Por outro lado a perspectiva do contínuo crescimento da cidade completa o problema, motivando uma ação, para evitar novos obstáculos e que se agravem os existentes.

Este é o quadro real da metrópole paulista, infelizmente despercebido de muitos, e que explica a necessidade de uma orientação financeira especial e rigorosa.

Houve, na execução orçamentária do exercício de 1942, um saldo ponderavel, como a seguir se demonstra.

Na receita geral do exercício de 1942, em relação ao exercício de 1941, houve uma diferença contra aquele exercício de Cr$ 7.632.264,70.

A diferença em apreço nada exprime se levarmos em conta que ela resulta da infuência da receita extraorçamentária proveniente de colocação de títulos da dívida interna que, em 1941, importou em Cr$ 25.325,80 contra Cr. 251.315,90. Entretanto, se compararmos as execuções orçamentárias dos dois exercícios (1941 e 1942), verificamos que, efetivamente, houve diferença para o exercício de 1942 de Cr$ 17.710.745,20 que corresponde a um aumento de receita orçamentária de aproximadamente 9 %.

Cotejando os algarismos globais da receita geral e da despesa geral, do exercício de 1942, nota-se um "deficit" de Cr$ 14.347.077,40. Trata-se de "deficit" aparente, visto que na despesa geral está incluida como despesa adicional a importância de Cr$ 69.871.103,20 correspondente a empenhos em créditos especiais abertos para obras, melhoramentos, aperfeiçoamento dos serviços municipais e desapropriações, os quais têm sido cobertos por saldo financeiros de execução orçamentária de exercícios anteriores.

A despesa geral, compreendendo a ordinária e a adicional (créditos especiais), foi no exercícios de 1942, de Cr$ 218.619.663,00 distribuida como segue:

Ordinária	Cr$ 148.748.559,80
Adicional (Créditos Especiais) . . .	Cr$ 69.871.103,20
	218.619.663,00

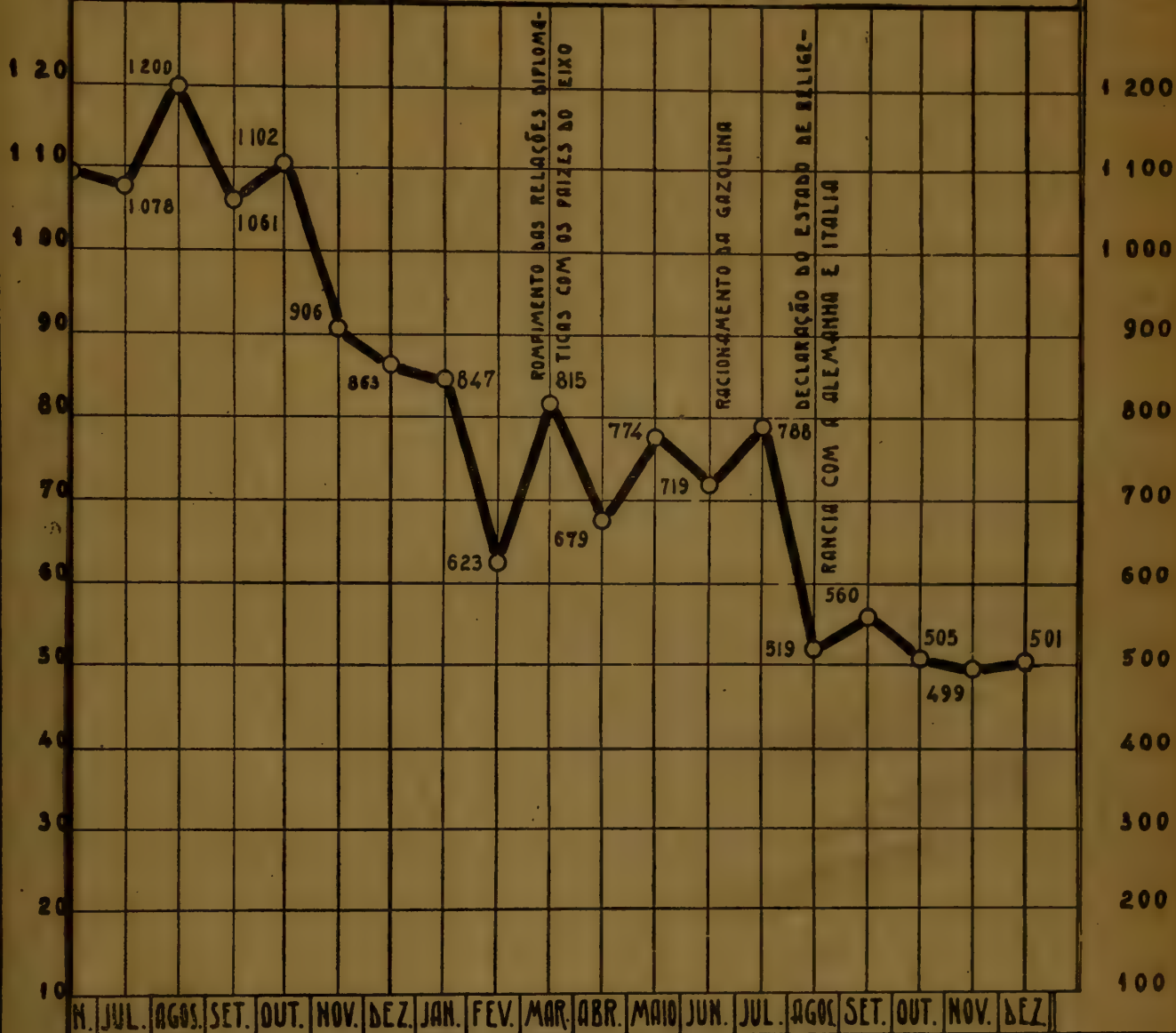
A despesa ordinária que diz respeito ao custeio dos serviços fixos, permanentes e normais, apresenta em relação à despesa global um coeficiente de cerca de 67 % ou dois terços dos gastos, e a despesa adicional, correspondente a empenhos em créditos especiais para obras, melhoramentos, desapropriações, etc., representa, por conseguinte, cerca de 33 % ou seja um terço.

Na realidade, constitue apenas uma verba eventual de obras.

Comparando-se as duas classes de despesa do exercício de 1942 com as correspondentes de 1941 podemos tecer os seguintes comentários.

A despesa ordinária em 1942 atingiu Cr$ . . . . 148.748.559,80 contra Cr$ 141.278.895,00 em 1941, com um aumento, por conseguinte, de Cr$ 7.469.664,80 correspondente a 5 %. A despesa adicional em 1942, foi de Cr$ 69.871.103,20 contra Cr$ 48.635.810,70, com um aumento de Cr$ 21.235.292,50 correspondente a 43 %.

No conjunto, a despesa em 1942 alcançou a cifra de Cr$ 218.619.663,00 contra Cr$ 189.914.705,70 em 1941, com um aumento de Cr$ 28.704.957,30 correspondente a 15 %.

A situação das finanças municipais da Capital pode ser melhor examinada nos quadros demonstrativos que acompanham o presente relatório.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE S. PAULO
Divisão de Fiscalização de Obras Particulares

NÚMERO DE CONSTRUÇÕES APROVADAS

DURANTE O PERIODO DE JANEIRO DE 1938
A DEZEMBRO DE 1942

1938 — JAN FEV MAR ABR MAIO JUN JUL AGOS SET. OUT NOV DEZ
527 515 762 652 708 770 550 948 912 1008 813 1006

1939 — JAN FEV MAR ABR MAIO JUN JUL AGOS SET OUT NOV DEZ
674 680 981 618 994 1154 929 975 674 913 767 824

1940 — JAN FEV MAR ABR MAIO JUN JUL AGOS SET. OUT NOV DEZ
937 748 854 911 998 1211 1192 1008 841 1144 947 937

1941 — JAN. FEV. MAR ABR MAIO JUN JUL AGOS SET OUT. NOV. DEZ
840 817 1087 791 1268 1094 1078 1200 1061 1102 906 863

1942 — JAN. FEV. MAR ABR MAIO JUN JUL AGOS SET. OUT NOV DEZ
847 623 815 679 774 719 788 519 560 505 499 501

ROMPIMENTO DAS RELAÇÕES DIPLOMATICAS COM OS PAIZES DO EIXO

RACIONAMENTO DA GAZOLINA

DECLARAÇÃO DO ESTADO DE BELLIGERANCIA COM A ALLEMANHA E ITALIA

100 200 300 400 500 600 700 800 900 1 000 1 100 1 200

ANEXOS

ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO ORÇAMENTARIO DO EXERCICIO DE 1941

RECEITA

TITULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	PORCENTAGEM DA MAIOR OU MENOR ARRECADAÇÃO
a) RECEITA ORDINARIA	918 510 759 3	1 000 783 363 9	- 82 272 604 6	+ 8,96
b) RECEITA EXTRAORDINARIA	99 630 724 1	94 271 685 2	— 5 359 038 9	— 5,38
SOMA	1 018 141 483 4	1 095 055 049 1	+ 76 913 565 7	+ 7,55
DEFICIT	325 262 490 5	104 506 644 5	— 220 755 846 0	— 67,87
TOTAIS	1.343 403 973 9	1 199 561 693 6	— 143 842 280 3	—

DESPESA

TITULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇA	PORCENTAGEM DOS CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS
a) DESPESA ORÇAMENTARIA				
I — Governo do Estado	10 357 650 0	9 810 411 1	- 547 238 9	0,53
II — Secretaria da Justiça	56 158 450 0	3 389 265 0	2 769 185 0	0,49
III — Secretaria da Segurança	120 025 509 2	119 600 116 5	— 425 392 7	0,35
IV — Secretaria da Educação	230 496 421 5	223 246 263 5	- 7 250 158 0	3,14
V — Secretaria da Agricultura	77 467 213 2	72 648 451 9	— 4 818 761 3	6,22
VI — Secretaria da Viação	287 431 20 0	272 652 476 8	— 14 778 723 2	5,14
VII — Secretaria da Fazenda	400 626 427 2	372 630 566 8	— 27 994 860 4	6,98
SOMA	1 182 561 871 1	1 123 977 551 6	— 58 584 319 5	4,95
b) DESPESA POR CRÉDITOS ESPECIAIS				
I — Governo do Estado	16 002 437 2	8 532 051 8	— 7 470 385 4	46,68
II — Secretaria da Justiça	2 498 594 0	2 491 694 0	— 6 900 0	0,28
III — Secretaria da Segurança	2 753 064 4	1 043 123 9	— 1 709 940 5	62,11
IV — Secretaria da Educação	8 299 435 2	3 969 609 7	— 4 329 825 5	52,17
V — Secretaria da Agricultura	18 132 928 6	7 464 254 7	— 10 668 673 9	58,83
VI — Secretaria da Viação	67 137 020 5	37 909 690 4	— 29 227 330 1	43,53
VII — Secretaria da Fazenda	46 018 622 9	14 173 717 5	— 31 844 905 4	69,20
SOMA	160 842 102 8	75 684 142 0	— 85 257 960 8	53,01
TOTAIS	1.343 403 973 9	1 199 561 693 6	— 143 842 280 3	10,71

DEMONSTRAÇÃO DAS PORCENTAGENS DOS CRÉDITOS NÃO UTILIZADOS

SECRETARIAS	CRÉDITOS ORÇAMENTARIOS	CRÉDITOS ESPECIAIS	GERAL
I — Governo do Estado	0,53	46,68	30,41
II — Secretaria da Justiça	0,49	0,28	4,73
III — Secretaria da Segurança	0,35	62,11	1,74
IV — Secretaria da Educação	3,14	52,17	4,85
V — Secretaria da Agricultura	6,22	58,83	16,20
VI — Secretaria da Viação	5,14	43,53	12,41
VII — Secretaria da Fazenda	6,99	69,20	13,40
TOTAL GERAL	4,95	53,01	10,71

ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO ORÇAMENTARIO DO EXERCICIO DE 1942

RECEITA — TITULOS	PREVISÃO Cr$	EXECUÇÃO Cr$	DIFERENÇA Cr$	PORCENTAGEM DA MAIOR OU MENOR ARRECADAÇÃO
a) RECEITA ORDINARIA	[illegible]	[illegible]	— 8 899 619,30	— [illegible] %
b) RECEITA EXTRAORDINARIA	135 718 506,00	[illegible]	— [illegible]	— [illegible]
SOMMA	[illegible]	[illegible]	— [illegible]	— 2,32 %
DEFICIT	245 429 596,10	80 919 873,20	— [illegible]	— [illegible] %
TOTAIS	[illegible]	1 245 651 797,50	— [illegible]	— —

DESPESA — TITULOS	PREVISÃO Cr$	EXECUÇÃO Cr$	DIFERENÇA Cr$	PORCENTAGEM DOS CREDITOS NÃO UTILIZADOS
I — SECRETARIA DA INTERVENTORIA	[illegible]	23 033 361,40	— [illegible]	— [illegible] %
II — SECRETARIA DA JUSTIÇA	66 312 257,10	62 957 085,80	— [illegible]	— 5,06 %
III — SECRETARIA DA SEGURANÇA	[illegible]	[illegible]	— [illegible]	— [illegible] %
IV — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	248 064 056,10	242 902 716,80	— 5 161 339,30	— [illegible] %
V — SECRETARIA DA AGRICULTURA	90 965 605,30	72 099 814,20	— 18 865 791,10	— 20,74 %
VI — SECRETARIA DA VIAÇÃO	[illegible]	[illegible]	— [illegible]	— [illegible] %
VII — SECRETARIA DA FAZENDA	470 572 616,20	376 364 764,60	— [illegible]	— [illegible] %
TOTAIS	[illegible]	[illegible]	— [illegible]	— [illegible] %

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DO ESTADO

SECRETARIAS	PREVISÃO			EXECUÇÃO			DIFERENÇAS		
	ORÇAMENTARIA Cr$	CREDITOS ADICIONAIS Cr$	TOTAL Cr$	ORÇAMENTARIA Cr$	CREDITOS ADICIONAIS Cr$	TOTAL Cr$	ORÇAMENTARIA Cr$	CREDITOS ADICIONAIS Cr$	TOTAL Cr$
I — SECRETARIA DA INTERVENTORIA	17 980 573,20	10 002 228,50	27 982 801,70	17 452 338,30	5 581 023,10	23 033 361,40	— 528 234,90	— 4 421 205,40	— 4 949 440,30
II — SECRETARIA DA JUSTIÇA	62 969 458,20	3 342 798,90	66 312 257,10	59 617 695,60	3 339 390,20	62 957 085,80	— 3 351 762,60	— 3 408,70	— 3 355 171,30
III — SECRETARIA DA SEGURANÇA	129 562 537,20	2 406 377,10	131 968 914,30	126 114 308,30	1 819 668,60	127 933 976,90	— 3 448 228,90	— 586.708,50	— 4 034.937,40
IV — SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	240 096 656,30	7 967 399,80	248 064 056,10	238 358 922,40	4 543 794,40	242 902 716,80	— 1 737 733,90	— 3 423 605,40	— 5 161.339,30
V — SECRETARIA DA AGRICULTURA	74 521 509,70	16 444 095,60	90 965 605,30	62 256 608,90	9 843 205,30	72 099 814,20	— 12 264 900,80	— 6 600 890,30	— 18 865.791,10
VI — SECRETARIA DA VIAÇÃO	294 086 394,00	107 876 385,90	401 962 779,90	282 281 588,20	58 078 489,60	340 360 077,80	— 11 804 805,80	— 49 797.896,30	— 61 602 702,10
VII — SECRETARIA DA FAZENDA	410 017 978,90	60 554 637,30	470 572 616,20	354 682 391,40	21 682 373,20	376 364 764,60	— 55 335 587,50	— 38 872 264,10	— 94 207 851,60
TOTAIS	1 229 235 107,50	208 593 923,10	1 437 829 030,60	1 140 763 853,10	104 887 944,40	1 245 651 797,50	— 88 471 254,40	— 103 705 978,70	— 192 177.233,10

DESPESA

RECEITA ORÇAM		
Por Incidência:		
Sem classifi	49.968:500$8	
Propriedade	44.683:620$5	
Circulação d	141.461:102$9	
Atividade de	145.932:477$7	
Resultante d	70.492:295$3	
Várias Incid	61.821:721$7	
	229.757:676$3	
RECEITA EXTR	271.116:900$6	
	52.638:294$1	
RESTOS A PA	56.104:881$7	1.123.977:551$6
Despesa a p		
	3.887:687$8	
	1.032:917$4	

D E S P E S A

	Cr.$	Cr.$	Cr.$	Cr.$
....		59.792.877,10		
....		50.023.307,30		
ncia Social..............................		153.686.955,30		
....		155.366.545,80		
....		73.863.076,80		
....		59.585.313,10		
....		266.952.289,90		
....		242.861.266,10		
....		18.771.726,10		
....		59.860.495,60	1.140.763.853,10	
RIOS				
....		2.739.268,50		
ência Social..............................		1.641.501,00		
....		7.093.454,80		
....		1.417.262,50		
....		5.990.325,50		
....		9.218.744,80		
....		12.615.725,80		
....		54.101.416,30		
....		10.070.245,20	104.887.944,40	1.245.651.797,50
....		64.254.341,60		

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE RECEITA, QUE CONSTITUEM O TÍTULO "DIVERSAS CONTAS", DO BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1942.

ANEXO N.º 2

CONTAS	IMPORTANCIAS
	Cr.$
Estrada-de-Ferro Araraquara	3.560.581,20
Fundos de Seguro contra o Granizo	2.651.030,30
Prefeitura Municipal da Capital — C/ Impostos	2.853.761,30
Prefeituras Municipais — C/ Dívida Executiva	2.931.100,20
Exatorias — C/Dívida Executiva	483.178,90
Estrada-de-Ferro Central do Brasil — C/Transportes	1.343.858,30
Estrada-de-Ferro Noroeste do Brasil — C/Transportes	110.723,30
Instituto do Café — S/ Conta	4.425,30
Contribuições pró-Campanha para a Aviação Civil	19.032,40
Legião Brasileira de Assistência	5.354,70
Prefeitura Municipal de Cachoeira — C/ Antecipação de Receita de 1942	30.000,00
Prefeitura Municipal de Mogí-Mirim	11.983,20
Desapropriações — C/ Decreto n. 11.185 de 26/6/40	28.690,70
Monte de Socorro da Capital	4.351.099,40
Caixa Econômica da Capital — C/ Caução de Água	136.583,00
Prefeituras Municipais — C/ Retenção de Impostos	195.428,80
Exatorias — C/Rendas de Outros Municípios	1.098.137,20
Delegacia Federal — C/Arrecadação de Imposto de Rendas	288.935,00
Estrada-de-Ferro Sorocabana — C/Transportes n. 2	1.184.775,60
Repartições do Estado — C/ Despachos Aduaneiros	150.238,80
Exatorias — C/ Saldos a favor	460.878,40
Exatorias — C/ Taxas e Impostos	175.566,40
Devedores por fornecimentos	1.350,90
Estrada-de-Ferro Noroeste do Brasil	10.042,40
Prefeitura Municipal da Capital — C/ Serviços — s/ Conta	231,00
Exatorias — C/ Porcentagens de Caixas Econômicas	299.836,40
Repartições Requisitantes — C/ Movimento de Fundos	33.631,30
TOTAL	22.420.454,40

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE DESPESA, QUE CONSTITUEM O TÍTULO "DEFESA DO CAFÉ", DO BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1942.

ANEXO N.º 3

CONTAS	IMPORTANCIAS
	Cr.$
Compra de Obrigações de Empréstimo Externo de 1930	16.593.380,00
Despesa com o serviço do Empréstimo de £20.000.000-0-0	14.578.005,50
Diferença de câmbio com o Serviço do Empréstimo de £20.000.000-0-0	7.467.581,50
Resgate de Promissórias do Café	14.538.868,10
Resgate de Obrigações do Café	3.959.480,00
Juros creditados ao Banco do Estado	14.779.495,10
Departamento Nacional do Café — C/ Quota-parte de Cr. $6,00 por saca de café exportada	62.591.784,70
Liquidação de adiantamentos recebidos de Bancos e Correspondentes e do Departamento Nacional do Café	34.523.672,40
Saldo em poder dos banqueiros	11.095.888,80
TOTAL	180.128.156,10

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE DESPESA, QUE CONSTITUEM O TÍTULO "DIVERSAS CONTAS", DO BALANÇO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 1942.

ANEXO N.º 4

CONTAS	IMPORTANCIAS
	Cr.$
Instituto do Café	3.136.583,00
Amortização da Dívida Pública — Fundo Especial	184.473,40
Banco do Comércio e Indústria — C/Despesa Cancelamento de Títulos da Dívida Externa	10.000,00
Contribuição Pró-Monumento do "Duque de Caxias"	3,30
Prefeitura Municipal da Capital — n/ Conta	388.812,70
Prefeituras Municipais — C/ Impostos	1.138.139.80
Estrada de Ferro Sorocabana — C/ Transportes de 1938	90.729,20
Estrada de Ferro Sorocabana — C/ Transportes liquidados pelo processo G-29.209/1	2.690.205.90
Conselho Nacional do Petróleo — C/ Receita de Combustivel e Lubrificantes	10.801.154.60
Instituto de Pesquisas Tecnológicas — C/ Ampliação da Usina de Metalurgia	500.000,00
Caixas Econômicas — Despesas com o controle	251.984.70
Fundo de Controle das Caixas Econômicas	178.479,70
Secretaria da Fazenda — C/ Movimento Interno	214.732,90
Custas Adiantadas pela Fazenda em Executivos Fiscais	29.202,90
Caixas Econômicas — C/ Aquisição de máquinas	456.091,30
Pagamento com descontos	473.891,10
Diversos Responsaveis	16.384,00
Exatorias — C/Juros de Caixas Econômicas	43.643,60
Dívida Interna — C/ Portadores de Títulos Amortizados	46.000,00
Secretaria da Viação — C/Melhoramentos Rodoviários	1.983.205,00
TOTAL	22.633.717,10

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA GERAL REALIZADA NO EXERCÍCIO DE 1942, EM CONFRONTO COM A ORÇADA

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA PREVISTA Cr$	RECEITA REALIZADA Cr$	DIFERENÇAS Para mais Cr$	DIFERENÇAS Para menos Cr$
RECEITA ORDINÁRIA				
I — TRIBUTARIA				
a) Impostos:				
Imposto Territorial				
1 — Imposto territorial rural	29 000 000,00	32 490 088,70	3 490.088,70	—
2 — Imposto sobre transmissão de propriedade "Causa Mortis"	25 500 000,00	21 751 604,10	—	3 748 395,90
3 — Imposto sobre transmissão de propriedade imóvel "Inter vivos"	68 000 000,00	87 931 597,00	19 931 597,00	—
4 — Imposto de vendas e consignações	410 000 000,00	434 618 576,80	24 618 576,80	—
Imposto sobre Indústrias e Profissões				
5 — Imposto sobre Indústrias e Profissões (Quota do Estado)	77 000 000,00	80 675 378,70	3 675 378,70	—
Imposto do Selo				
6 — Imposto do selo sobre atos emanados dos poderes do Estado e negócios de sua economia ou regulados por lei estadual	33 000 000,00	30 441 494,40	—	2 558 505,60
Imposto sobre Transação e Inversão de Capitais				
7 — Imposto sobre transações	3 000 000,00	3 774 566,90	774 566,90	—
Imposto sobre Jogos e Diversões				
8 — Produtos da renda arrecadada dos casinos, de conformidade com o Decreto n. 10 462, de 4-9-1939	3 800 000,00	3 975 800,00	175 800,00	—
Imposto Adicional				
9 — Adicional de 5 % sobre os impostos de transmissão "inter vivos" e "causa mortis"	4 140 000,00	5 344 356,70	1 204 356,70	—
TOTAL DA RENDA DE IMPOSTOS	653 440 000,00	701 003 463,30	53 870 364,80	6 306 901,50
b) Taxas:				
Taxas Rodoviárias				
10 — Taxa de conservação de estradas de rodagem estaduais	8 000 000,00	7 845 928,80	—	154 071,20
Taxa de Serviço de Trânsito				
11 — Taxa de registo e fiscalização de veículos	9 500 000,00	8 385 693,40	—	1 114 306,60
12 — Diretoria do Serviço de Trânsito	6 400 000,00	3 851 137,60	—	2 548 862,40
Taxas e Emolumentos de Estabelecimentos de Ensino				
13 — Taxas Escolares	5 085 280,00	4.520 835,70	—	564 444,30
Taxas e Custas Judiciárias e Emolumentos				
14 — Custas e emolumentos	9 595 000,00	10 034 027,90	439 027,90	—
15 — Junta Comercial	393 000,00	407 663,80	14 663,80	—
Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos				
16 — Taxa de fiscalização sanitária animal	2 000 000,00	1 756 440,10	—	243 559,90
17 — Taxa de fiscalização, inspeção e classificação da banana	400 000,00	198 971,80	—	201 028,20
18 — Taxa de fiscalização e classificação das frutas cítricas	200 000,00	22 819,10	—	177 180,90
19 — Taxa de fiscalização bromatológica	4 000 000,00	4.037 058,80	37 058,80	—
20 — Taxa de fiscalização de drogas e medicamentos	620 000,00	739 924,10	119 924,10	—
21 — Taxa de fiscalização de usinas de beneficiamento de algodão	3 200 000,00	4 783 115,80	1.583 115,80	—
22 — Taxa de inspeção de leite e derivados	230 000,00	220 646,50	—	9 353,50
23 — Taxa de fiscalização de armazens gerais	150 000,00	158 598,40	8 598,40	—
24 — Taxa de assistência e fiscalização do ensino normal a ser paga pelas Escolas Normais Livres e Municipais, artigo 27 do Decreto n. 10 904, de 17-1-1940	690 000,00	611 228,00	—	78 772,00
TOTAL DA RENDA DE TAXAS	50 463 280,00	47 574 089,80	2 202 388,80	5 091 579,00
TOTAL DA RECEITA TRIBUTARIA	703 903 280,00	748 577 553,10	56 072 753,60	11 398 480,50
II — PATRIMONIAL				
Renda Imobiliária				
25 — Taxa de ocupação de terras devolutas	20 000,00	13 963,00	—	6 037,00
26 — Taxa de justificação de terras devolutas	180 000,00	24 601,30	—	155 398,70
27 — Quota do Estado na taxa de utilização de energia hidráulica em rios de domínio do Estado (Arts. 2.o, 3.o e 9.o do Decreto-lei n. 2 281, de 5-6-1940)	2 600 000,00	120,00	—	2 599 880,00
28 — Aluguéis de próprio do Estado	176 550,00	99 557,00	—	76 993,00
Renda de Capitais				
29 — Juros	9 193 734,00	5 872 312,50	—	3 321 421,50
30 — Dividendos	7 616 600,00	8 042 800,00	426 200,00	—
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL	19 786 884,00	14 053 353,80	426 200,00	6 159 730,20
III — INDUSTRIAL				
Transportes				
31 — Estradas de Ferro	205 236 000,00	167 697 064,20	—	37.538 935,80
Serviços Urbanos				
32 — Repartição de Águas e Esgotos da Capital	57 220 000,00	64 341 530,20	7 121 530,20	—
33 — Repartição de Saneamento de Santos	5 745 000,00	5 169 614,50	—	575 385,50
Estabelecimentos e Serviços Diversos				
34 — Diretoria do Serviço de Trânsito	3 580 000,00	1 648 286,90	—	1 931 713,10
35 — Laboratório da Polícia Técnica	40 000,00	29 910,00	—	10 090,00
36 — Assistência Policial	130 000,00	72 038,70	—	57 961,30
37 — Várias dependências da Secretaria da Segurança Pública	15 000,00	—	—	15 000,00
38 — Força Policial do Estado	145 000,00	65 942,30	—	79 057,70
39 — Rendas do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda	50 000,00	372 722,60	322 722,60	—
40 — Penitenciária do Estado	1 525 000,00	539 648,20	—	985 351,80
41 — Reformatórios	54 000,00	13 445,80	—	40 554,20
42 — Departamento Estadual do Trabalho	712 000,00	536 256,50	—	175 743,50
43 — Imprensa Oficial	4 315 000,00	2 779 203,90	—	1.535 796,10
44 — Outras dependências da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios do Interior	10 000,00	183,00	—	9 817,00
45 — Escolas Profissionais	494 600,00	391 106,00	—	103 494,00

46 — Taxa de Análises	465 000.00	80 009.00	—	384 339.00
47 — Assistência Geral a Psicopatas	334 320.00	303 981.00	—	30 339.00
48 — Instituto Butantã	148 740.00	126 483.20	—	22 256.80
49 — Outras dependências da Secretaria da Educação e Saude Pública	10 000.00	43 588.50	33 588.50	—
50 — Departamento da Produção Vegetal	170 000.00	1 434 081.60	1 264 081.60	—
51 — Departamento de Indústria Animal (Sede)	27 700.00	38 568.00	10 868.00	—
52 — Fazendas do Departamento de Industria Animal	134 000.00	174 256.60	40 256.60	—
53 — Posto Zootécnico	12 500.00	10 539.00	—	1.961,00
54 — Posto Experimental de Criação	29 000.00	59 993.50	30 993.50	—
55 — Coudelaria Paulista	26 300.00	20 774.90	—	5 525.10
56 — Postos de monta	7 200.00	18 665.10	11.465,10	—
57 — Instituto de Pesca	1 800.00	228.00	—	1.572.00
58 — Feitoria de Pesca	3 000.00	2 994.10	—	5,90
59 — Secção de Estação de Sericicultura	22 000.00	5 149.20	—	16.850.80
60 — Instituto Agronômico	7 056 000.00	7 106 781.80	80 781.80	—
61 — Instituto Biológico	761 900.00	3 133 856.80	2 371 956.80	—
62 — Serviço Florestal	182 200.00	252 689.30	100 489.30	—
63 — Departamento de Botânica do Estado	22 000.00	16 091.00	—	5 909.00
64 — Serviço de Imigração e Colonização	10 000.00	78 192.80	68 192.80	—
65 — Instituto Geográfico e Geológico	10 000.00	18 536.90	8 536.90	—
66 — Outras dependências da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	10 000.00	11 210.70	1 210.70	—
67 — Rendas diversas da Repartição de Saneamento de Santos	4 000.00	56.80	—	3 943.20
68 — Inspetoria de Serviços Públicos	56 502.50	48 000.00	—	8 502.50
69 — Outras dependências da Secretaria da Viação e Obras Públicas	10 000.00	1 976.00	—	8 024.00
70 — Secção de Despachos Aduaneiros do Estado	225 000.00	85 501.20	—	139 498.80
71 — Outras dependências da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda	10 000.00	—	—	10 000.00
TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL	288 990 762.50	256 729 157.80	11 436 674.40	43.698 279.10
IV — RECEITAS DIVERSAS				
72 — Receita de Combustíveis e Lubrificantes	44 000 000.00	28 421 242.50	—	15.578 757.50
TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS	44 000 000.00	28 421 242.50	—	15 578 757.50
TOTAL DA RECEITA ORDINARIA	1.056 680 926.50	1 047 781 307.20	67 935 628.00	76.835 247.30
RECEITA EXTRAORDINARIA				
Alienação de Bens Patrimoniais				
73 — Venda de proprios do Estado	65 000.00	8 935.90	—	56 064.10
74 — Venda de Material usado	100 000.00	50 301.30	—	49.698.70
Cobrança da Divida Ativa				
75 — Amortização da Divida Ativa	991 882.20	473 659.20	—	518.223.00
Receita de Exercicios Anteriores				
76 — Impostos e Taxas em atraso	19 0000 00,00	17 911 219.00	—	1 088 781.00
77 — Outras receitas de exercicios anteriores	5 100.000,00	7 753 183.50	2 653 183,50	—
Receita de Indenizações e Restituições				
78 — Força Policial	250 000.00	165 683.00	—	84 317.00
79 — Guarda Civil	60 000.00	5 105.20	—	54 894.80
80 — Indenizações	830 000.00	9 729 272.20	8 899 272.20	—
81 — Idem, na Caixa Econômica	30 000.00	—	—	30 000.00
Quota de Loterias				
82 — Produto da Loteria do Estado	8 668 150.00	11 046 465.50	2 378.315.50	—
Contribuição da União				
83 — Caça e Pesca	400 000.00	—	—	400 000.00
Contribuição dos Municipios				
84 — Contribuição dos Municipios para manutenção do Departamento das Municipalidades	3 199 242.00	3 290 631.60	91 389.60	—
85 — Contribuição dos Municipios para levantamento das cartas municipais na conformidade do Decreto-lei n. 311, de 2-3-1938 e do Decreto Estadual n. 10 749 de 29-11-1939	1 344 233.80	486 055.70	—	858 178.10
86 — Contribuição a que está sujeita a Prefeitura Municipal de Itapira, pelo parágrafo único do artigo 5.o do Decreto n. 10 176, de 21 de novembre de 1939	50 000.00	—	—	50 000.00
Contribuições Diversas				
87 — Departamento Nacional do Café	60 000 000.00	24 678 767.20	—	35 321 232.80
88 — Caixa Econômica	600 000.00	382 441.10	—	217 558.90
Multas				
89 — Multas de mora sobre Impostos e Taxas lançados	500 000.00	477 363.00	—	22 637.00
90 — Multas por infração de regulamentos	4 320 000.00	3 243 649.40	—	1 076 350.00
91 — Multas diversas	10 000.00	17 100.00	7.100,00	—
Eventuais				
92 — Eventuais	200 000.00	7 230 784.30	7 030 784.30	—
Operações de Crédito				
93 — Emissão de Apólices Rodoviárias	30 000 000.00	30 000 000.00	—	—
TOTAL DA RECEITA EXTRAORDINARIA	135 718 508.00	116 950 617.10	21 060 045.10	39 827 936.00
TOTAL DA RECEITA GERAL	1.192.399 434.50	1.164 731 924.30	88.995.673.10	116.663.183.30
RECAPITULAÇÃO				
RECEITA ORDINARIA	1 056 680 926.50	1 047 781 307.20	67 935 628.00	76 835 247.30
RECEITA EXTRAORDINARIA	135 718 508.00	116 950 617.10	21 060.045.10	39.827 936.00
TOTAL GERAL	1.192 399.434.50	1.164 731.924.30	88 995.673.10	116 663 183.30

	465.000,00	80.009,00	—	384.339,00
46 — Taxa de Análises	334.320,00	303.981,00	—	30.339,00
47 — Assistência Geral a Psicopatas	148.740,00	126.483,20	—	22.256,80
48 — Instituto Butantã	10.000,00	43.588,50	33.588,50	—
49 — Outras dependências da Secretaria da Educação e Saude Pública	170.000,00	1.434.081,60	1.264.081,60	—
50 — Departamento da Produção Vegetal	27.700,00	38.568,00	10.868,00	—
51 — Departamento de Indústria Animal (Sede)	134.000,00	174.256,60	40.256,60	—
52 — Fazendas do Departamento de Indústria Animal	12.500,00	10.539,00	—	1.961,00
53 — Posto Zootécnico	29.000,00	59.993,50	30.993,50	—
54 — Posto Experimental de Criação	26.300,00	20.774,90	—	5.525,10
55 — Coudelaria Paulista	7.200,00	18.665,10	11.465,10	—
56 — Postos de monta	1.800,00	228,00	—	1.572,00
57 — Instituto de Pesca	3.000,00	2.994,10	—	5,90
58 — Feitoria de Pesca	22.000,00	5.149,20	—	16.850,80
59 — Secção de Estação de Sericicultura	7.056.000,00	7.106.781,80	50.781,80	—
60 — Instituto Agronômico	761.900,00	3.133.856,80	2.371.956,80	—
61 — Instituto Biológico				

SÉRIE	LEGISLAÇÃO		Total	AMORTIZAÇÃO			SALDO EM CIRCULAÇÃO
	LEIS	DECRETOS		Até 1939	Até 1941	Total	
3.ª	940 de 6- 4-1905	1309 de 30- 9-1	5.000:000$0	1.381:000$0	160:500$0	1.541:500$0	3.458:500$0
4.ª	Idem	Idem	4.000:000$0	1.521:000$0	139:500$0	1.660:500$0	2.339:500$0
5.ª	Idem	Idem	4.000:000$0	1.604:500$0	118:000$0	1.722:500$0	2.277:500$0
6.ª	1.076 de 23- 8-1907	1609 de 9- 5-1	8.000:000$0	1.948:000$0	303:000$0	2.251:000$0	5.749:000$0
7.ª	1117a de 27-12-1907	1840 de 4- 3-1	10.000:000$0	4.049:500$0	650:000$0	4.699:500$0	5.300:500$0
8.ª	1.197 de 29-12-1909	1893 de 23- 4-1	10.000:000$0	2.430:500$0	567:500$0	2.998:000$0	7.002:000$0
9.ª	1.214 de 24-10-1910	1957 de 28- 11-	10.500:000$0	2.441:000$0	297:000$0	2.738:000$0	7.762:000$0
10.ª	1.362 de 27-12-1912	2401 de 11- 7-1	25.000:000$0	25.000:000$0	—$—	25.000:000$0	—$—
11.ª	1590a de 27-12-1917	1913 de 7- 3-1	2.500:000$0	247:000$0	137:000$0	384:000$0	2.116:000$0
12.ª	1.643 de 31-12-1918	3138 de 30-12-1	48.694:000$0	6.550:000$	941:000$0	7.491:000$0	41.203:000$0
13.ª	1.719 de 30-12-1919	3162 de 4- 2-1	18.000:000$0	5.049:000$0	861:000$0	5.910:000$0	12.090:000$0
14.ª	1.739 de 14-10-1920	3262 de 21-10-1	5.000:000$0	1.132:000$0	136:000$0	1.268:000$0	3.732:000$0
15.ª	2.208 de 23-11-1927	4310 de 29-12-1	31.348:000$0	5.364:000$0	163:000$0	5.527:000$0	25.821:000$0
	1.739 de 14-10-1920	3331 de 23- 3-1	150.000:000$0	19.518:000$0	—$—	19.518:000$0	130.482:000$0
	Idem	4205 de 11- 3-1	116.700:000$0	44.580:000$0	50:000$0	44.630:000$0	72.070:000$0
	2.149 de 26-11-1926	4165 de 31-12-1	5.740:000$0	1.782:000$0	10:000$0	1.792:000$0	3.948:000$0
	2.169 de 27-12-1926	4170b de 14- 1-1	10.000:000$0	2.290:000$0	361:000$0	2.651:000$0	7.349:000$0
	1.830 de 23-12-1921	3601 de 9- 5-1	581:000$0	86:000$0	—$—	86:000$0	495:000$0
	Idem	4035 de 26- 3-1	6.361:000$0	822:000$0	2:000$0	824:000$0	5.537:000$0
	Idem	4393 de 16- 3-	2.416:000$0	220:000$0	2:500$0	222:500$0	2.193:500$0
	2.454 de 13-11-1935	5805 de 18- 1-1	84.297:000$0	45.664:000$0	—$—	45.664:000$0	38.633:000$0
	1.062 de 29-12-1906		950:000$0	950:000$0	—$—	950:000$0	—$—
		6467 de 26- 5-1	8.913:000$0	5.367:000$0	17:000$0	5.384:000$0	3.529:000$0
		6805 de 20-10-1					
	2.507 de 31-12-1935	7504 de 10- 1-1	300.000:000$0	4.911:000$0	—$—	4.911:000$0	295.089:000$0
	Idem	8177 de 5- 3-1	300.000:000$0	3.534:000$0	—$—	3.534:000$0	296.466:000$0
	Idem	9575 de 30- 9-1	300.000:000$0	1.086:000$0	—$—	1.086:000$0	298.914:000$0
		7231 de 21- 6-1	200.000:000$0	9.021:000$0	2.087:000$0	11.108:000$0	188.892:000$0
			1.668.000:000$0	198.548:500$0	7.003:000$0	205.551:500$0	1.462.448:500$0

Nota — (1) — Não se inclue

DÍVIDA INTERNA FUNDADA (1)

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1941

SÉRIE	LEGISLAÇÃO — LEIS	LEGISLAÇÃO — DECRETOS	FINALIDADES	PRAZO — Em anos	PRAZO — Vencimento em	JUROS — Taxa	JUROS — Época do pagamento	EMISSÃO — AUTORIZADA	EMISSÃO — REALIZADA — Até 1939	EMISSÃO — REALIZADA — Até 1941	EMISSÃO — REALIZADA — Total	AMORTIZAÇÃO — Até 1939	AMORTIZAÇÃO — Até 1941	AMORTIZAÇÃO — Total	SALDO EM CIRCULAÇÃO
3ª	940 de 6-4-1906	1309 de 30-9-1905	Prolongamento da Estrada-de-Ferro Sorocabana	50	1957	6%	Jan e Julho	5 000 000$0	5 000 000$0	—$—	5 000 000$0	1 381 000$0	160 500$0	1 541 500$0	3 458 500$0
4ª	Idem	Idem	Idem	50	1957	6%	Idem	4 000 000$0	4 000 000$0	—$—	4 000 000$0	1 521 000$0	139 500$0	1 660 500$0	2 339 500$0
5ª	Idem	Idem	Idem	50	1957	6%	Idem	4 000 000$0	4 000 000$0	—$—	4 000 000$0	1 604 500$0	118 000$0	1 722 500$0	2 277 500$0
6ª	1 076 de 23-8-1907	1609 de 9-5-1908	Idem	50	1957	6%	Idem	8 000 000$0	8 000 000$0	—$—	8 000 000$0	1 948 000$0	303 000$0	2 251 000$0	5 749 000$0
7ª	1117a de 27-12-1907	1840 de 4-3-1910	Construção de Edifícios Públicos	30	1944	6%	Abril e Out	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	4 [illegible]	650 000$0	4 69[illegible]	5 [illegible]
8ª	1 197 de 29-12-1909	1893 de 23-4-1910	Consolidação da Dívida Flutuante	50	1960	6%	Idem	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	2 430 500$0	567 500$0	2 998 000$0	7 002 000$0
9ª	1 214 de 24-10-1910	1957 de 28-11-910	Aquisição de prédios escolares na Capital e Interior	50	1960	6%	Idem	10 500 000$0	10 500 000$0	—$—	10 500 000$0	2 441 000$0	297 000$0	2 738 000$0	7 762 000$0
10ª	1 362 de 27-12-1912	2491 de 11-7-1913	Consolidação da Dívida Flutuante	20	1938	6%	Idem	25 000 000$0	25 000 000$0	—$—	25 000 000$0	25 000 000$0	—$—	25 000 000$0	—$—
11ª	1590a de 27-12-1917	1913 de [illegible]-3-1918	Liquidação da sentença judicial — questão Caballero	40	1960	6%	Idem	2 500 000$0	2 500 000$0	—$—	2 500 000$0	247 000$0	137 000$0	384 000$0	2 116 000$0
12ª	1 643 de 31-12-1918	3138 de 30-12-1919	Rescisão do arrendamento da Estrada-de-Ferro Sorocabana	40	1961	6%	Jan e Julho	48 694 000$0	48 694 000$0	—$—	48 694 000$0	6.550 000$	941 000$0	7.491 000$0	41 203 000$0
13ª	1 719 de 30-12-1919	3162 de 4-2-1920	Comemoração do Centenário da Independência do Brasil	40	1961	6%	Abril e Out	18 000 000$0	18 000 000$0	—$—	18 000 000$0	5 049 000$0	861 000$0	5 910 000$0	12 090:000$0
14ª	1 739 de 14-10-1920	3262 de 21-10-1920	Pagamento de sentenças judiciais em que a Fazenda decaiu	50	1973	6%	Idem	5 000 000$0	5 000 000$0	—$—	5 000 000$0	1 132.000$0	136 000$0	1.268.000$0	3 732.000$0
15ª	2 208 de 23-11-1927	4310 de 29-12-1927	Aquisição da E.-de-Ferro Santos-Santo Antônio do Juquiá	30	1957	6%	Idem	31 348 000$0	31 348 000$0	—$—	31 348 000$0	5 364 000$0	163 000$0	5 527 000$0	2[illegible] 000$0
	1 739 de 14-10-1920	3531 de 23-3-1921	Resgate da D. Flutuante Unificação e Conv. da D. I. Fundada	25	1948	7%	Jan e Julho	150 000 000$0	150 000 000$0	—$—	150 000 000$0	10 518.000$0	—$—	10 518 000$0	139 482 000$0
	Idem	4205 de 11-3-1927	Cont. de Resg. da D. Flutuante e Conv. da D. Interna Fundada	30	1957	7%	Idem	120 000 000$0	116 700 000$0	—$—	116 700 000$0	44 580 000$0	50 000$0	44 630 000$0	72 070.000$0
	2 149 de 26-11-1926	4165 de 31-12-1926	Empréstimo à Bolsa de Mercadorias de São Paulo	30	1957	7%	Idem	7 500 000$0	5 740 000$0	—$—	5 740 000$0	1 782 000$0	10 000$0	1 792 000$0	3 948 000$0
	2 169 de 27-12-1926	4170b de 14-1-1927	Profilaxia da Lepra	30	1958	7%	Idem	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	2.290 000$0	361 000$0	2 651 000$0	7 349 000$0
	1 830 de 23-12-1921	3601 de 9-5-1923	Auxílio à Cia. Melhoramentos de Monte Alto	30	1952	7%	Idem	592 500$0	581 000$0	—$—	581.000$0	86 000$0	—$—	86.000$0	495 000$0
	Idem	4035 de 26-3-1926	Auxílio à Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira	30	1956	7%	Idem	8 000 000$0	6.361 000$0	—$—	6.361 000$0	822 000$0	2:000$0	824 000$0	5 537 000$0
	Idem	4393 de 16-3-1928	Auxílio à Cia. Estrada de-Ferro Morro Agudo	30	1958	7%	Idem	2 457 000$0	2 416 000$0	—$—	2 416 000$0	220 000$0	2·500$0	222.500$0	2.193 500$0
	2 454 de 13-11-1935	5805 de 18-1-1933	Custeio das Obras da E.-de-Ferro Mayrink-Santos	10	1944	8%	Fev e Agosto	90 000 000$0	84 297 000$0	—$—	84 297 000$0	45 664 000$0	—$—	45 664 000$0	38 633 000$0
	1 062 de 29-12-1906		Auxílio a Bancos de Crédito Rural	10	1918	8%	Jan e Julho	1 000 000$0	950 000$0	—$—	950 000$0	950 000$0	—$—	950 000$0	—$—
		6467 de 26-5-1934 / 6605 de 20-10-1934	Crédito Municipal	20	1964	7%	Fev e Agosto	30 000 000$0	8 913 000$0	—$—	8 913 000$0	5 367 000$0	17 000$0	5 384 000$0	3 529 000$0
	2 507 de 31-12-1935	7504 de 10-1-1936	Unificação e conversão da Dívida Interna Fundada	40	1976	8%	Mensalmente	300 000 000$0	299 787 000$0	213 000$0	300 000 000$0	4 911 000$0	—$—	4 911 000$0	295 089 000$0
	Idem	8177 de 5-3-1937	Idem	40	1976	8%	Idem	300 000 000$0	291 858 000$0	8 142 000$0	300 000 000$0	3 534 000$0	—$—	3 534 000$0	296 466 000$0
	Idem	9575 de 30-9-1938	Idem	40	1976	8%	Idem	300 000 000$0	267 693 000$0	32 307 000$0	300 000 000$0	1 086 000$0	—$—	1.086 000$0	298 914 000$0
		7231 de 21-6-1935	Consolidação da D. Flutuante e Custeio de obras reprodutivas	40	1975	5%	Abril e Out.	200 000 000$0	200 000 000$0	—$—	200 000 000$0	9 021 000$0	2 087 000$0	11.108.000$0	188 892 000$0
								1 701 091 500$0	1 627 338 000$0	40 662 000$0	1 668 000 000$0	198.548 500$0	7 003 000$0	205 551 500$0	1 462 448 500$0

Nota — (1) — Não se inclue no quadro supra o saldo em circulação das Obrigações do Café, de Rs 95 544 040$0

SÉRIE	LEGISLAÇÃO — LEIS	LEGISLAÇÃO — DECRETOS	Total	AMORTIZAÇÃO — Até 1941	AMORTIZAÇÃO — Em 1942	AMORTIZAÇÃO — Total	SALDO EM CIRCULAÇÃO
			Cr$	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
3.ª	940 de 6- 4-1905	1309 de 30- 9-1	5 000 000,00	1 541 500,00	73 500,00	1 615 000,00	3 385 000,00
4.ª	Idem	Idem	4 000 000,00	1 660 500,00	93 000,00	1 753 500,00	2 246 500,00
5.ª	Idem	Idem	4 000 000,00	1 722 500,00	74 500,00	1 797 000,00	2 203 000,00
6.ª	1.076 de 23- 8-1907	1609 de 9- 5-1	8 000 000,00	2 251 000,00	114 000,00	2 365 000,00	5 635 000,00
7.ª	1117a de 27-12-1907	1840 de 4- 3-1	10 000 000,00	4 699 500,00	143 500,00	4 843 000,00	5 157 000,00
8.ª	1.197 de 29-12-1909	1893 de 23- 4-1	10 000 000,00	2 998 000,00	19 000,00	3 017 000,00	6 983 000,00
9.ª	1.214 de 24-10-1910	1957 de 28- 11-	10 500 000,00	2 738 000,00	140 000,00	2 878 000,00	7 622 000,00
10.ª	1.362 de 27-12-1912	2401 de 11- 7-1	25 000 000,00	25 000 000,00	—	25 000 000,00	—
11.ª	1593a de 27-12-1917	1913 de 7- 3-1	2 500 000,00	384 000,00	—	384 000,00	2 116 000,00
12.ª	1.643 de 31-12-1918	3138 de 30-12-1	48 694 000,00	7 491 000,00	118 000,00	7 609 000,00	41 085 000,00
13.ª	1.719 de 30-12-1919	3162 de 4- 2-1	18 000 000,00	5 910 000,00	88 000,00	5 998 000,00	12 002 000,00
14.ª	1.739 de 14-10-1920	3262 de 21-10-1	5 000 000,00	1 268 000,00	16 000,00	1 284 000,00	3 716 000,00
15.ª	2.208 de 23-11-1927	4310 de 29-12-1	31 348 000,00	5 527 000,00	—	5 527 000,00	25 821 000,00
	1.739 de 14-10-1920	3331 de 23- 3-1	150 000 000,00	19 518 000,00	44 000,00	19 562 000,00	130 438 000,00
	Idem	4205 de 11- 3-1	116 700 000,00	44 630 000,00	67 000,00	44 697 000,00	72 003 000,00
	2.149 de 26-11-1926	4165 de 31-12-1	5 740 000,00	1 792 000,00	—	1 792 000,00	3 948 000,00
	2.169 de 27-12-1926	4170b de 14- 1-1	10 000 000,00	2 651 000,00	—	2 651 000,00	7 349 000,00
	1.830 de 23-12-1921	3601 de 9- 5-1	581 000,00	86 000,00	—	86 000,00	495 000,00
	Idem	4035 de 26- 3-1	6 361 000,00	824 000,00	—	824 000,00	5 537 000,00
	Idem	4393 de 16- 3-1	2 416 000,00	222 500,00	—	222 500,00	2 193 500,00
	2.454 de 13-11-1935	5805 de 18- 1-1	84 297 000,00	45 664 000,00	1 030 000,00	46 694 000,00	37 603 000,00
	1.062 de 29-12-1906		950 000,00	950 000,00	—	950 000,00	—
		6467 de 26- 5-	8 913 000,00	5 384 000,00	—	5 384 000,00	3 529 000,00
		6805 de 20-10-					
	2.507 de 31-12-1935	7504 de 10- 1-	300 000 000,00	4 911 000,00	—	4 911 000,00	295 089 000,00
	Idem	8177 de 5- 3-	300 000 000,00	3 534 000,00	—	3 534 000,00	296 466 000,00
	Idem	9575 de 30- 9-	300 000 000,00	1 086 000,00	—	1 086 000,00	298 914 000,00
		7231 de 21- 6-	200 000 000,00	11 108 000,00	2 193 000,00	13 301 000,00	186 699 000,00
	12.580 5- 8-1942	12.700 de 13- 5-	30 000 000,00	—	—	—	30 000 000,00
			1 698 000 000,00	205 551 500,00	4 213 500,00	209 765 000,00	1 488 235 000,00

NOTA — (1) — Não se inclue no qu

DIVIDA INTERNA FUNDADA (1)

CIRCULAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1941

Série	Legislação – Leis	Legislação – Decretos	Finalidades	Prazo – Em anos	Prazo – Vencimento em	Juros – Taxa %	Juros – Época do pagamento	Emissão – Autorizada	Emissão – Realizada – Até 1939	Emissão – Realizada – Até 1941	Emissão – Realizada – Total	Amortização – Até 1939	Amortização – Até 1941	Amortização – Total	Saldo em circulação
3.ª	940 de 6-4-1905	1309 de 30-9-1905	Prolongamento da Estrada de Ferro Sorocabana	50	1957	6%	Jan e Julho	5 000 000$0	5 000 000$0	—$—	5 000 000$0	1 381 000$0	160 500$0	1 541 500$0	3 458 500$0
4.ª	Idem	Idem	Idem	50	1957	6%	Idem	4 000 000$0	4 000 000$0	—$—	4 000 000$0	1 [illegible]21 000$0	139 500$0	1 660 500$0	[illegible]
5.ª	Idem	Idem	Idem	50	1957	6%	Idem	4 000 000$0	4 000 000$0	—$—	4 000 000$0	1 034 500$0	118 000$0	1 7[illegible]	2 2[illegible]7 500$0
6.ª	1 076 de 23-8-1907	1609 de 9-5-1908	Idem	50	1957	6%	Idem	8 000 000$0	8 000 000$0	—$—	8 000 000$0	1 913 000$0	303 000$0	2 251 [illegible]	5 74[illegible] 000$0
7.ª	1117a de 27-12-1907	1640 de 4-3-1910	Construção de Edifícios Públicos	30	1944	6%	Abril e Out	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	4 [illegible]39 500$0	650 000$0	4 [illegible]	5 [illegible]
8.ª	1 197 de 29-12-1909	1893 de 23-4-1910	Consolidação da Divida Flutuante	50	1960	6%	Idem	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	2 430 500$0	567 500$0	2 998 000$0	7 [illegible]2 000$0
9.ª	1 214 de 24-10-1910	19[illegible] de 28-11-1910	Aquisição de prédios escolares na Capital e Interior	50	1960	6%	Idem	10 500 000$0	10 500 000$0	—$—	10 500 000$0	2 441 000$0	297 000$0	2 738 000$0	7 7[illegible]2 000$0
10.ª	1 362 de 27-12-1912	2401 de 11-7-1913	Consolidação da Divida Flutuante	20	1938	6%	Idem	25 000 000$0	25 000 000$0	—$—	25 000 000$0	25 000 000$0	—$—	25 000 000$0	—$—
11.ª	1500a de 27-12-1917	1913 de 7-3-1918	Liquidação da sentença judicial — questão Caballero	40	1960	6%	Idem	2 500 000$0	2 500 000$0	—$—	2 500 000$0	247 000$0	137 000$0	384 000$0	2 116 000$0
12.ª	1 643 de 31-12-1918	3138 de 30-12-1919	Rescisão do arrendamento da Estrada-de-Ferro Sorocabana	40	1961	6%	Jan e Julho	48 694 000$0	48 694 000$0	—$—	48 694 000$0	6 550 000$	941 000$0	7 491 000$0	41 2[illegible]3 000$0
13.ª	1 719 de 30-12-1919	3162 de 4-2-1920	Comemoração do Centenário da Independência do Brasil	40	1961	6%	Abril e Out	18 000 000$0	18 000 000$0	—$—	18 000 000$0	5 049 000$0	861 000$0	5 910 000$0	12 [illegible]9[illegible] 000$0
14.ª	1 739 de 14-10-1920	3262 de 21-10-1920	Pagamento de sentenças judiciais em que a Fazenda decaiu	50	1973	6%	Idem	5 000 000$0	5 000 000$0	—$—	5 000 000$0	1 132 000$0	136 000$0	1 268 000$0	3 [illegible]2 000$0
15.ª	2 208 de 23-11-1927	4310 de 29-12-1927	Aquisição da E.-de Ferro Santos-Santo Antonio do Juquiá	30	1957	6%	Idem	31 348 000$0	31 348 000$0	—$—	31 348 000$0	5 364 000$0	163 000$0	5 527 000$0	2 [illegible] 000$0
	1 739 de 14-10-1920	3231 de 23-3-1921	Resgate da D. Flutuante Unificação e Conv. da D. I. Fundada	25	1946	7%	Jan e Julho	150 000 000$0	150 000 000$0	—$—	150 000 000$0	19 518 000$0	—$—	19 518 000$0	130 4[illegible]2 000$0
	Idem	4205 de 11-3-1927	Cont. de Resg. da D. Flutuante e Conv. da D. Interna Fundada	30	1957	7%	Idem	120 000 000$0	116 700 000$0	—$—	116 700 000$0	44 580 000$0	50 000$0	44 630 000$0	72 [illegible] 000$0
	2 149 de 26-11-1926	4165 de 31-12-1926	Empréstimo à Bolsa de Mercadorias de São Paulo	30	1957	7%	Idem	7 000 000$0	5 740 000$0	—$—	5 740 000$0	1 782 000$0	10 000$0	1 792 000$0	[illegible]948 000$0
	2 169 de 27-12-1926	4170b de 14-1-1927	Profilaxia da Lepra	30	1958	7%	Idem	10 000 000$0	10 000 000$0	—$—	10 000 000$0	2.290 000$0	361 000$0	2 651 000$0	7 [illegible]9 000$0
	1 830 de 23-12-1921	3601 de 9-5-1923	Auxilio à Cia. Melhoramentos de Monte Alto	30	1952	7%	Idem	582 500$0	581 000$0	—$—	581 000$0	86 000$0	—$—	86 000$0	4[illegible]5 000$0
	Idem	4035 de 26-3-1926	Auxilio à Cia. Eletro-Metalúrgica Brasileira	30	1956	7%	Idem	8 000 000$0	6 361 000$0	—$—	6 361 000$0	822 000$0	2:000$0	834 000$0	5 [illegible]7 000$0
	Idem	4293 de 16-3-1928	Auxilio à Cia. Estrada de Ferro Morro Agudo	30	1958	7%	Idem	2.457 000$0	2 416 000$0	—$—	2 416.000$0	220 000$0	2:500$0	222 500$0	2.193.500$0
	2 454 de 13-11-1936	5805 de 18-1-1933	Custeio das Obras da E. de Ferro Meyrink-Santos	10	1944	8%	Fev e Agosto	90 000 000$0	84 297 000$0	—$—	84 297 000$0	45 664 000$0	—$—	45 664 000$0	38 633 000$0
	1 062 de 29-12-1906		Auxilio a Bancos de Crédito Rural	10	1918	6%	Jan e Julho	1 000 000$0	950 000$0	—$—	950 000$0	950 000$0	—$—	950 000$0	—$—
		6467 de 26-5-1934) 6805 de 20-10-1934)	Crédito Municipal	20	1954	7%	Fev e Agosto	30 000 000$0	8 913 000$0	—$—	8 913 000$0	5 367 000$0	17.000$0	5 384 000$0	3 529 000$0
	2 507 de 31-12-1935	7504 de 10-1-1936	Unificação e conversão da Divida Interna Fundada	40	1976	8%	Mensalmente	300 000 000$0	299 787 000$0	213 000$0	300 000 000$0	4 911 000$0	—$—	4 911 000$0	295 089 000$0
	Idem	8177 de 5-3-1937	Idem	40	1976	8%	Idem	300 000 000$0	291 858 000$0	8 142 000$0	300 000 000$0	3 534 000$0	—$—	3 534 000$0	296 466 000$0
	Idem	9575 de 30-9-1938	Idem	40	1976	8%	Idem	300 000 000$0	267 693 000$0	32 307 000$0	300 000 000$0	1 086 000$0	—$—	1 086 000$0	298 914 000$0
		7231 de 21-6-1935	Consolidação da D. Flutuante e Custeio de obras reprodutivas	40	1975	5%	Abril e Out	200 000 000$0	200 000 000$0	—$—	200 000 000$0	9 021 000$0	2 087 000$0	11 108 000$0	188 892 000$0
								1 701 091 500$0	1 627.338 000$0	40 662 000$0	1 668 000 000$0	198.648 500$0	7.003 000$0	205 551 500$0	1 462 448 500$0

Nota — (1) — Não se inclue no quadro supra o saldo em circulação das Obrigações do Café, de Rs 95 544 040$0

DIVIDA EXTERNA FUNDADA

AO ENCERRAR-SE O EXERCÍCIO DE 1941, CALCULADOS OS SALDOS EM CIRCULAÇÃO AO CAMBIO PAR, DE ACORDO COM O DECRETO-LEI FEDERAL N. 2416, DE 17-7-1940

EMPRESTIMOS	DATA — Do contrato	DATA — Da extinção	VALOR NOMINAL	AMORTIZAÇÃO — Até 1940	AMORTIZAÇÃO — Em 1941	AMORTIZAÇÃO — TOTAL	LIQUIDO EM CIRCULAÇÃO — Moeda estrangeira	LIQUIDO EM CIRCULAÇÃO — Moeda nacional	TOTAL
			Libras						
1904 Bank of London & South America Limited	10-12-1904	1- 4-1935	1 000 000- 0-0	860 020- 0.0	12 580- 0-0	872 600- 0-0	127 400- 0-0	1 132 444,4	
1905 — Dresdner Bank, de Berlim	4- 4-1905	1-10-1943	3 800 000-12-6	1 656 950-18-6	——	1 656 950-18-6	2 143 049-14.0	19 049 330,8	
1907 — Societé Generale de Paris et Banque de Paris et de Pay Bas	21-10-1907	16- 6-1957	2 000 000- 0-0	409 492- 0.0	43 988-19-6	453 480-19.6	5 146 519- 0-6	13 746 835,8	
1921 — Baring Brothers & Comp Ltd N M Rotschild & Sons e J Henry Schroeder & Company	9- 3-1921	9- 3-1951	2 000 000- 0-0	314 000- 0-0	86 920- 0.0	400 920- 0.0	1 599 080- 0.0	14 214 044,4	
1926 Baring Brothers & Comp Ltd N M Rotschild & Sons e J Henry Schroeder & Company	18- 3-1926	1- 9-1956	2 500 000- 0-0	197 400- 0.0	25 000- 0-0	222 400- 0 0	2 277 600- 0-0	20 245 333,3	
1928 — Baring Brothers & Comp Ltd N M Rotschild & Sons e J Henry Schroeder & Company	19- 7-1928	1- 7-1968	3 500 000- 0-0	93 400- 0-0	172 500- 00.	265 900- 0-0	3 234 100- 0.0	28 747 555,5	97 135 544,2
			14 800 000-12-6	3 531 262-18.6	340 988-19-6	3 872 251-18.0	10 927 748-14-6		
			Dolares						
1921 Speyer & Comp — New York	14- 3-1921	14- 3-1935	10 000 000,00	6 076 000,00	1 040 000,00	7 116 000,00	2 884 000,00	5 220 606,9	
1925 — Speyer & Comp — New York	15- 4-1925	1- 6-1950	15 000 000,00	301 000,00	2 731 500,00	3 032 500,00	11 967 500,00	21 912 504,4	
1926 — Speyer & Comp — New York	18- 3-1926	1- 9-1956	7 500 000,00	593 000,00	1 814 500,00	2 407 500,00	5 092 500,00	9 324 372,6	
1928 Speyer & Comp e J Henry Schroeder Banking Corporation	18- 7-1928	1- 7-1968	15 000 000,00	318 000,00	4 399 500,00	4 717 500,00	10 282 500,00	18 827 267,8	55 344 751,7
			47 500 000,00	7 288 000,00	9 985 500,00	17 273 500,00	30 226 500,00		
			Florins						
1921 — Lippmann, Rosenthal & Comp e Rotterdamsche Bank-vereeniging	9- 3-1921	9- 3-1936	18 000 000,00	10 407 200,00	1 099 700,00	11 506 900	6 493 100,00	4 773 915,1	4 778 915,1
		——	18 000 000,00	10 407 200,00	1 099 700,00	11 506 900	6 493 100,00		
TOTAL									157 259 211,0

RESUMO

£	10 927 748-14-6	a Rs. [illegible]	=	97 135 544$2	
U$S	30.226 500,00	a Rs. 1$831,001	=	55 344 751$7	
Fls	6 493 100,00	a Rs. [illegible]	=	4 778 915$1	157 259 211$0

(1) Não se inclue no quadro supra o saldo em circulação do Emprestimo Externo de £ 20 000 000-0-0 para a Defesa do Café, cujo serviço deve ser atendido com o produto da quota parte da arrecadação da taxa de Rs 1$250 por saca de café exportado e liberação do estoque de café em garantia desse empréstimo. Os saldos em circulação do Empréstimo Externo de £ 20 000 000 0 figuram no Balanço da Defesa do Café e são os seguintes

Parte em Dolares	U$S	15 [illegible]	a Rs. [illegible]	[illegible]
Parte em Libras	£	5 775 [illegible]	a Rs. [illegible]	320 793 [illegible]

Em circulação em 31-12-1941 = 501 904 030$0

DÍVIDA FLUTUANTE

DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 31-12-1941

PROMISSÓRIAS .		430.570:001$3
BONUS ROTATIVOS		215.072:500$0
RESTOS A PAGAR		100.660:500$6
DEPÓSITOS DIVERSOS		
Bens de Ausentes	1.100:920$0	
Caixa Beneficente da Força Policial	16:075$3	
Caixas Econômicas (1)	1.024.567:205$2	
Cofre de Orfãos	3.821:332$2	
Consignações .	1.483:005$0	
Depósitos de Diversas origens	51.907:918$9	
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários .	578:612$8	
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários .	208:845$5	
Instituto de Previdência do Estado de São Paulo	12.054:585$7	1.095.738:600$6
S O M A .		1.842.041:602$5

(1) Das somas depositadas nas Caixas Econômicas acha-se em poder do Banco do Estado a importância de Réis.... 277.021:752$8.

DÍVIDA FLUTUANTE

DO ESTADO DE SÃO PAULO EM 31-12-1942

		Cr.$
PROMISSÓRIAS .		394.179.331,00
BONUS ROTATIVOS .		235.523.300,00
RESTOS A PAGAR		282.510.299,30
DEPÓSITOS DIVERSOS		
Bens de Ausentes	1.100.836,50	
Caixa Beneficente da Força Policial	12.486,30	
Caixas Econômicas (1)	1.057.279.125,50	
Cofre de Orfãos	3.499.097,50	
Consignações ;	2.225.959,30	
Depósitos de Diversas Origens	50.571.464,60	
Prefeituras Municipais — c/ Especial Depósitos	364.492,70	
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários	393.009,50	
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários .	232.362,20	
Instituto Nacional do Mate	317,10	
Instituto Nacional do Pinho	163.970,90	
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas	1.021,60	
Instituto de Previdência do Estado de São Paulo	12.125.056,60	1.127.969.200,30
S O M A .		2.040.182.130,60

(1) Das somas depositadas nas Caixas Econômicas acha-se em poder do Banco do Estado a importância de Cr.$ 323.027.613,80.

COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Valor em Cruzeiros)

ANOS	COMÉRCIO DO PORTO DE SANTOS COM PAISES ESTRANGEIROS (1)		COMÉRCIO DE CABOTAGEM PELO PORTO DE SANTOS (1)		EXPORTAÇAO INTERESTADUAL POR VIAS TERRESTRES	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação		
1941	3.208.138.654,00	2.271.837.507,00	1.304.272.102,00	835.334.330,00	Jan. a nov.	2.491.828.685,00
					Dezembro	275.315.913,00
					Total	2.767.144.598,00
1942	3.145.759.642,00	1.695.170.606,00	1.366.885.691,00	878.925.801,00	Jan. a nov.	2.931.813.000,00 (2)
					Dezembro	332.252.236
					Total	3.264.065.236

Nota: (1) Dados extraidos dos boletins mensais da Diretoria de Estatística, Indústria e Comércio, do Departamento E. Estatística.

(2) Não estão incluidas as mercadorias exportadas pela E. F. C. B., durante o mês de setembro, porquanto o Departamento não recebeu as guias de exportação correspondentes.

COMÉRCIO INTERNO E EXTERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Valor em Cruzeiros)

Mercadorias		COMÉRCIO DO PORTO DE SANTOS COM PAISES ESTRANGEIROS (1)		COMÉRCIO DE CABOTAGEM PELO PORTO DE SANTOS (1)		EXPORTAÇAO INTERESTADUAL POR VIAS TERRESTRES	
		Exportação	Importação	Exportação	Importação		
Café (em grão)	1941	1.465.580.564,00	—	2.593.844,00	33.900,00	Jan. a nov.	34.588.232,00
						Dezembro	6.895.004,70
						Total	41.483.236,70
	1942	1.291.409.385,00	—	3.735.831,00	600,00	Jan. a nov.	47.494.624,30
						Dezembro	7.629.291
						Total	55.323.915
Algodão (em rama)	1941	884.399.432,00	—	3.420.867,00	76.779.060,00	Jan. a nov.	35.143.507.40
						Dezembro	6.617.731,20
						Total	41.761.238,60
	1942	609.587.859,00	—	13.329.696,00	56.927.031,00	Jan. a nov.	72.955.571,20
						Dezembro	18.402.702
						Total	91.358.273

Nota: (1) Dados extraidos dos boletins mensais da Diretoria de Estatística, Indústria e Comercio, do Departamento E. Estatística.

MOVIMENTO MARÍTIMO DO PORTO DE SANTOS
Entradas e saidas de navios a vapor e a vela

ANOS	ENTRADAS				SAIDAS			
	Nacionalidade brasileira		Nac. estrangeira		Nacionalidade brasileira		Nac. estrangeira	
	Número	Tonelagem de registo	Número	Tonelagem de registo	Número	Tonelagem de registo	Número	Tonelagem de registo
1941	2.795	2.271.247	910	2.980.052	2.787	2.267.529	909	2.984.611
1942	2.305	1.601.988	673	1.345.461	2.305	1.601.988	676	1.350.027

Dados fornecidos pela Diretoria de Estatística de Indústria e Comércio do Dep. Est. de Estatística.

SERVIÇO DE MEDICINA SOCIAL

INSTITUIÇÕES HOSPITALARES EXISTENTES NO ESTADO EM 1942

CLASSIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES	NÚMERO	NÚMERO DE LEITOS EM FUNCIONAMENTO			NÚMERO DE LEITOS EM CONST. OU NÃO FUNCION.			TOTAL GERAL
		Gratuitos	Pensionistas	Total	Gratuitos	Pensionistas	Total	
1 — Hospitais Santas Casas	152 (a)	7.532	2.889	10.421	1.804	320	2.124	12.545
2 — Hospitais tipo Santas Casas	3 (b)	214	—	214	—	—	—	214
3 — Casas de Saude	62	25	2.234	2.259	—	7	7	2.266
4 — Hospitais Beneficentes	21 (c)	32	1.298	1.330	—	101	101	1.431
5 — Hospitais tipo Beneficentes	3 (d)	64	239	303	—	—	—	303
6 — Hospitais de Ensino Médico	2 (e)	99	—	99	1.472	—	1.472	1.571
7 — Maternidades	15 (f)	252	425	677	410	73	483	1.160
8 — Hospitais Infantis	4 (g)	232	—	232	292	—	292	524
9 — Clínicas Hospitalares Especializadas	18 (h)	164	208	372	—	—	—	372
10 — Hospitais para Tuberculosos	38 (i)	1.740	668	2.408	1.520	40	1.560	3.968
11 — Hospitais para Psicopatas	22	685	642	1.327	100	42	142	1.469
12 — Hospitais de Isolamento	6 (j)	275	—	275	70	—	70	345
13 — Hospitais Militares	2	413	—	413	—	—	—	413
14 — Ambulatórios com leitos	1	—	12	12	—	—	—	12
TOTAL GERAL	349	11.727	8.615	20.342	5.668	583	6.251	26.593

OBSERVAÇÕES

(a) — 26 em construção ou não funcionando.
(b) — 2 oficiais.
(c) — 3 em construção ou não funcionando.
(d) — 2 oficiais.
(e) — 1 oficial — em construção.
(f) — 3 em construção ou não funcionando, sendo 1 oficial
(") — 1 oficial em funcionamento.
(g) — 1 oficial.
(h) — 1 oficial.
(i) — 3 em construção ou não funcionando, sendo 2 oficiais
(") — 6 oficiais em funcionamento.
(j) — oficiais.

ESTATÍSTICA EDUCACIONAL REFERENTE A 1941

ESPECIFICAÇÃO	Entidades mantenedoras	Pre-Primário		Fundamental		Complementar	TOTAL
		Maternal	Infantil	Comum	Supletivo		
1 — Unidades escolares	Estadual	3	26	4.862	61	3	4.955
	Municipal ...	—	15	1.286	167	—	1.468
	Particular ...	1	214	889	176	191	1.471
	TOTAL ...	4	255	7.027	404	194	7.894
2 — Classes	Estadual	9	47	12.401	75	5	12.537
	Municipal ...	—	15	1.397	174	—	1.586
	Particular ...	1	238	2.310	264	278	3.091
	TOTAL ...	10	300	16.108	513	283	17.214
3 — Corpo docente	Estadual	11	51	13.741	75	5	13.883
	Municipal ...	—	15	1.404	177	—	1.596
	Particular ...	2	260	2.234	279	345	3.120
	TOTAL ...	13	326	17.379	531	350	18.599
4 — Matrícula geral	Estadual	343	2.179	569.318	4.300	178	576.318
	Municipal ...	—	725	61.938	9.612	—	72.275
	Particular ...	61	10.267	81.275	11.210	8.968	111.781
	TOTAL ...	404	13.171	712.531	25.122	9.146	760.374
5 — Matrícula efetiva	Estadual	251	1.538	444.593	2.556	157	449.095
	Municipal ...	—	509	43.635	5.016	—	49.160
	Particular ...	48	7.043	63.287	6.670	6.715	83.763
	TOTAL ...	299	9.098	551.515	14.244	6.872	582.018
6 — Frequência média	Estadual	216	1.336	431.897	1.928	152	435.529
	Municipal ...	—	437	41.483	4.556	—	46.476
	Particular ...	48	6.065	56.667	5.415	4.043	73.138
	TOTAL ...	264	7.838	530.047	11.899	5.095	555.143
7 — Promoções	Estadual	64	544	260.099	1.667	—	262.374
	Municipal ...	—	76	21.699	2.612	—	24.387
	Particular ...	20	3.367	36.686	2.771	853	42.697
	TOTAL ...	84	3.987	318.484	7.050	853	330.456
8 — Conclusões de curso	Estadual	84	325	67.613	29	156	68.207
	Municipal ...	—	—	2.966	393	—	3.359
	Particular ...	—	250	6.977	1.198	3.633	12.058
	TOTAL ...	84	575	77.556	1.620	3.789	83.624
9 — Aprovações em geral	Estadual	148	869	327.712	1.696	156	330.581
	Municipal ...	—	76	24.665	3.005	—	27.746
	Particular ...	20	3.617	43.663	3.969	4.486	55.755
	TOTAL ...	168	4.562	396.040	8.670	4.642	414.082

DIRETORIA GERAL DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA INTERVENTORIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA SECÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO NO ANO DE 1941

DIRETORIA GERAL DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA INTERVENTORIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA SECÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO NO ANO DE 1941

DISCRIMINAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAIS
PAPEIS ENTRADOS:													
Pedidos de títulos declaratórios	6	10	19	14	36	14	33	22	37	24	12	57	284
Naturalização expressa	15	22	53	59	62	37	56	31	65	45	22	39	506
Opções pela nacionalidade brasileira	1	—	1	—	1	5	2	3	4	2	—	—	19
Processos de pagamento	92	26	47	75	65	72	48	40	73	57	72	74	741
Projetos de decretos-leis	24	18	46	48	72	63	51	34	63	50	63	78	600
Ofícios	429	369	240	226	278	272	197	71	202	139	630	502	3 554
Diversos	242	197	117	114	141	233	256	8	165	122	349	336	2 380
DO CONSELHO ADMINISTRATIVO:													
Projetos de decretos-leis	42	16	48	35	61	77	14	14	64	12	53	93	529
Ofícios	56	34	13	8	19	13	10	—	—	—	26	15	194
DO GOVERNO FEDERAL:													
Ofícios	200	121	95	67	97	126	46	8	36	29	108	92	1 031
Telegramas	38	15	46	80	50	117	39	3	8	22	21	20	459
DOS ESTADOS:													
Ofícios	6	3	8	25	51	16	22	3	—	—	2	3	139
Telegramas	2	1	14	10	27	768	33	—	—	5	7	9	876
CORRESPONDÊNCIA PARA O INTERVENTOR: (Casa Civil)													
Cartas	18	34	29	43	70	222	199	50	5	—	—	—	670
Ofícios	73	58	69	569	84	132	40	39	2	—	—	—	1 056
Telegramas	39	61	49	3.904	220	5 692	315	15	5	—	—	—	10 300
Diversos	115	103	19	91	87	747	67	26	—	—	—	—	1 255
TOTAIS	1.504	1.088	903	5.367	1 421	8 696	1.428	367	729	507	1 365	1 318	24 593
PAPEIS SAIDOS:													
CARTAS E OFICIOS EXPEDIDOS:													
Subclassificação de destino:													
À Secretaria da Agricultura	23	12	24	22	36	41	40	14	33	24	22	38	329
" " " Educação	28	35	47	42	83	61	67	26	40	39	76	64	608
" " " Fazenda	74	60	48	76	87	130	95	88	91	60	140	116	1 065
" " " Justiça	27	45	70	44	83	60	61	44	34	44	107	80	699
" " " Segurança Pública	23	43	54	50	99	85	76	58	75	86	88	104	851
" " " Viação	28	11	25	26	23	22	17	13	21	21	27	31	282
Ao Departamento das Municipalidades	31	29	44	45	62	84	59	38	30	54	58	52	586
Outras repartições	49	31	40	71	61	110	67	38	40	35	59	78	679
Particulares	25	26	71	82	39	4 082	221	9	14	15	675	17	5 276
Governo Federal	109	127	126	206	259	328	180	78	144	178	297	210	2 242
Estados	6	8	11	63	47	847	34	2	23	2	13	2	1 058
Prefeitos Municipais	17	15	49	541	84	586	39	17	21	13	18	294	1 694
Projetos de decretos-leis	27	25	41	16	45	40	25	43	50	14	102	31	459
Diversos	13	22	78	3 752	160	1.709	741	92	58	38	289	932	7.884
TOTAIS	487	489	728	5 036	1 168	8 185	1 722	560	674	623	1 971	2 049	23 692
INTERNOS:													
Processos enviados ao Arquivo	—	—	406	301	349	—	—	846	215	318	—	430	2 865
Processos em "Esperados"	—	—	290	284	438	—	—	831	391	377	—	719	3 330
Informações prestadas	234	309	241	224	225	201	245	307	267	237	321	257	3 068
TOTAIS	234	309	937	809	1 012	201	246	1 984	873	932	321	1 406	9 263
MOVIMENTO DA BIBLIOTECA:													
Volumes retirados para consulta	—	—	—	—	—	—	—	76	96	54	40	38	304
Consultas na Biblioteca	—	—	—	—	—	—	—	59	101	101	90	97	448
TOTAIS	—	—	—	—	—	—	—	135	197	155	130	135	752

RESUMO

Total de papéis entrados	24 593	= Média mensal	2 049
Total de papéis saidos	23 692	= Média mensal	1 974
Total de processos arquivados	2 865	= Média mensal	240
Total de processos em "Esperados"	3 330	= Média mensal	277
Total de informações prestadas	3.068	= Média mensal	256
Total do movimento da Biblioteca	752	= Média mensal	62
Total geral do movimento	58.300	= Média mensal	4 858

DIRETORIA GERAL DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA INTERVENTORIA

QUADRO DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA SECÇÃO DE PROTOCOLO E ARQUIVO NO ANO DE 1942

DISCRIMINAÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAIS
PAPEIS ENTRADOS:													
Pedidos de títulos declaratórios	66	48	61	60	103	107	117	104	17	16	17	67	783
Naturalização expressa	37	23	21	25	25	32	22	11	8	7	5	4	220
Opção pela nacionalidade brasileira	1	2	2	1	2	1	1	2	1	1	2	-	16
Processos de passaporte	98	120	83	66	48	59	34	26	23	46	12	11	656
Projetos de decretos-leis	38	36	19	15	17	21	8	24	75	82	17	14	364
Ofícios	443	529	638	483	502	512	645	538	595	622	501	674	6 482
Diversos	308	232	254	217	296	238	193	223	151	150	117	140	2 532
DO CONSELHO ADMINISTRATIVO:													
Projetos de decretos-leis	45	23	81	123	64	28	17	32	35	39	16	29	572
Ofícios	19	23	23	18	22	16	9	12	[illegible]	5	13	12	187
DO GOVERNO FEDERAL:													
Ofícios	94	51	78	109	168	84	88	102	65	66	87	100	1.091
Telegramas	27	15	18	8	7	4	1	4	4	3	6	8	105
DOS ESTADOS:													
Ofícios	1	2	—	2	—	2	—	—	1	—	3	1	12
Telegramas	1	—	2	1	—	1	—	1	—	—	1	2	9
TOTAIS	1 178	1 104	1 184	1 148	1 244	1 107	1 133	1 089	988	1 045	797	962	12 979
PAPEIS SAIDOS:													
CARTAS E OFICIOS EXPEDIDOS													
Subclassificação de destino:													
À Secretaria da Agricultura	25	33	27	23	21	24	29	25	47	27	34	28	353
" " " Educação	65	50	34	38	31	58	54	39	66	65	65	56	621
" " " Fazenda	102	120	141	165	133	60	103	67	133	152	98	119	1 383
" " " Justiça	80	72	59	41	59	54	50	49	69	116	59	40	738
" " " Segurança Pública	158	127	121	117	158	277	202	148	79	86	85	184	1.734
" " " Viação	24	16	28	12	9	11	10	15	17	24	24	13	203
Ao Departamento das Municipalidades	62	36	59	39	161	67	52	45	48	64	161	94	888
" " do Serviço Público	11	103	29	15	26	15	25	14	27	3	10	23	301
Outras repartições	60	57	72	52	44	94	165	80	64	130	185	119	1.142
Prefeituras Municipais	18	15	11	10	3	7	8	11	11	25	12	24	165
[illegible]	14	12	7	7	6	13	13	11	13	15	22	31	163
Ao [illegible] Federal	215	161	357	340	250	193	276	230	219	244	233	235	2 950
D[illegible]	18	15	2	5	14	4	6	4	25	12	7	16	127
Ao Dep. Administrativo (projetos)	26	13	17	19	13	9	3	7	8	5	12	7	139
TOTAIS	873	830	964	883	923	895	1.016	735	815	978	1.007	988	10 907
INTERNOS:													
Processos arquivados	213	333	320	313	359	539	318	330	456	579	461	205	4 426
Processos em "Esperado"	304	279	202	[illegible]	116	846	488	613	497	448	558	405	5 174
Informações prestadas	330	271	453	[illegible]	329	571	667	636	438	549	484	524	6 571
TOTAIS	847	883	975	1.050	804	1 956	1 473	1.579	1 391	1 576	1 503	1 134	16.171
MOVIMENTO DA BIBLIOTECA													
Volumes retirados para consulta	62	55	51	32	35	35	36	37	54	90	46	36	569
Consultas na Biblioteca	148	98	91	48	41	26	32	37	69	36	30	[illegible]	693
TOTAIS	210	153	142	80	76	61	68	74	123	126	76	73	1.262

RESUMO

		Média mensal
Total de papeis entrados	12 979	1 082
" " " saidos	10 907	908
" " processos arquivados	4 426	368
" " " em "Esperados"	5 174	431
" " informações prestadas	5 571	464
" do movimento da Biblioteca	1 262	105
TOTAIS	40 319	3 359

DIRETORIA GERAL DO EXPEDIENTE DA SECRETARIA DA INTERVENTORIA

MOVIMENTO DA SECÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA DURANTE O 2.º SEMESTRE DE 1941

	OFÍCIOS ASSINADOS			Certidões extraídas	Circulares expedidas	Resoluções e Atos	Decretos-leis e Projetos	Decretos Executivos	DESPACHOS			Informações	Cópias	Títulos de nomeação	Notas de empenho	Correspondência do Secretário particular	TOTAL
	Interventor	Secretário	Diretor						Interventor	Secretário	Diretor						
Julho	184	527	298	1	—	14	2	4	10	116	—	53	42	5	61	121	1.438
Agosto	101	357	281	—	2	6	5	2	10	199	10	16	56	18	—	—	1.063
Setembro	129	398	234	1	—	5	3	1	—	—	—	9	60	1	—	—	841
Outubro	119	382	337	1	1	4	6	3	—	—	—	40	77	3	—	—	973
Novembro	239	420	401	—	—	1	141	—	—	—	—	—	56	3	—	—	1.261
Dezembro	225	539	344	—	—	—	17	—	—	—	—	—	61	—	—	—	1.186
TOTAIS	997	2.623	1.895	3	3	30	174	10	20	315	10	118	352	30	61	121	6.763

EXERCÍCIO DE 1942

	OFÍCIOS ASSINADOS			Certidões extraídas	Resumos	Editais	Resoluções e Atos	Decretos-leis e Projetos	Decretos Executivos	Ext. Públ.	Of.S.D.P.A.A.	Apostilas	Estatística	Cópias	Títulos de nomeação	Notas de empenho Informações	Boletins	Termos lavrados	TOTAL
	Interventor	Secretário	Diretor																
Janeiro	152	450	428	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	50	—	—	—	—	1.084
Fevereiro	85	317	380	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	45	—	—	8	—	837
Março	224	457	404	4	1	—	37	13	1	—	—	—	—	256	27	—	28	1	1.453
Abril	271	341	294	—	—	—	14	5	2	—	—	—	—	146	26	6	22	5	1.132
Maio	186	511	381	—	—	—	24	13	2	—	—	—	—	167	22	3	25	2	1 336
Junho	113	390	553	2	—	1	19	15	1	—	—	—	2	184	16	8	24	—	1.328
Julho	169	447	524	3	—	—	16	28	1	—	—	—	1	182	16	6	28	—	1.421
Agosto	163	391	398	7	—	—	15	12	4	1	—	2	1	289	42	7	25	—	1.357
Setembro	250	400	253	13	—	—	27	18	2	—	—	—	1	206	36	3	24	—	1.233
Outubro	177	400	396	8	—	—	20	11	1	—	33	1	1	221	13	59	27	—	1.368
Novembro	173	455	364	4	50	—	10	6	—	—	—	—	—	200	6	3	25	—	1.296
Dezembro	183	357	376	3	—	—	14	6	2	—	—	—	1	224	15	19	25	—	1 225
TOTAIS	2.146	4.916	4.751	48	51	1	196	129	16	1	33	3	7	2.170	219	114	261	8	15.070

PREFEITURA DO MUNICIPIO DA CAPITAL

RECEITA GERAL

CLASSIFICAÇÃO	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Orçamentária	186.310.524,50	204.021.269,70	17.710.745,20	—
Extraordinária	25.594.325,80	251.315,90	—	25.343.009,90
SOMA	211.904.850,30	204.272.585,60	17.710.745,20	25.343.009,90
DIFERENÇA	—	7.632.264,70	7.632.264,70	—
CONTROLE	211.904.850,30	211.904.850,30	25.343.009,90	25.343.009,90

RECEITA POR CATEGORIA

CLASSIFICAÇÃO	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Tributária	152.848.130,60	166.206.393,60	13.358.263,00	—
Patrimonial	2.171.907,50	3.111.550,80	939.643,30	—
Diversas	12.487.645,60	11.359.461,50	—	1.128.184,10
Extraordinária	18.802.840,80	23.343.863,80	4.541.023,00	—
SUBSOMA	186.310.524,50	204.021.269,70	18.838.929,30	1.128.184,10
COLOCAÇÃO DE TITULOS	25.594.325,80	251.315,90	—	25.343.009,90
SOMA	211.904.850,30	204.272.585,60	18.838.929,30	26.471.194,00
DIFERENÇA QUE IGUALA	—	7.632.264,70	7.632.264,70	—
CONTROLE	211.904.850,30	211.904.850,30	26.471.194,00	26.471.194,00

RECEITA POR RUBRICA

RUBRICAS	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Imposto Territorial	6.912.664,60	7.783.726,70	871.062,10	
Imposto Predial	48.543.734,80	55.894.524,70	7.350.789,90	
Imposto s/Indústria e Profissões	39.038.972,80	41.991.285,50	2.952.312,70	
Imposto de Licenças				
I — Imposto de Licença	5.615.252,70	5.803.361,90	188.109,20	
II — Imposto de Publicidade	2.685.052,70	2.772.990,50	87.937,80	
III — Imposto de Veículos — Placas	4.732.323,50	4.801.087,90	68.764,40	
Imposto s/Jogos e Diversões				
Imposto de Diversões Públicas	9.812.515,90	10.291.489,70	478.973,80	
Taxas de Saneamento				
Taxa Sanitária	11.298.858,70	12.880.050,10	1.581.191,40	
Taxas e Custas Judiciárias e Emolumentos				
Emolumentos Diversos	1.943.242,70	1.779.560,20		163.682,50
Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos				
I — Emolumentos s/Obras e Construções	4.872.269,90	3.738.028,60		1.134.241,30
II — Taxa de Aferição	797.236,00	848.016,00	50.780,00	
III — Taxa de Registo e Fiscalização	10.619.231,60	11.530.039,10	910.807,50	
IV — Taxa de Depósito	93.443,50	106.159,50	12.716,00	
Taxas de Viação	5.883.331,20	5.986.073,20	102.742,00	
Renda Imobiliária				
Renda do Patrimônio	519.751,70	694.942,00	175.190,30	
Renda de Capitais				
Renda do Patrimônio	1.652.155,80	2.416.608,80	764.453,00	
Receita de Mercados, Feiras e Matadouros				
I — Renda dos Mercados	4.421.250,40	3.334.252,60		1.086.997,80
II — Renda das Feiras Livres	574.379,50	590.778,20	16.398,70	
III — Renda do Entreposto Municipal, Carnes e Matadouros	5.387.571,90	5.159.070,40		228.501,50
Receita de Cemitérios				
Taxa Funerária e Conc. nos Cemitérios	2.104.443,80	2.275.360,30	170.916,50	
Cobrança da Dívida Ativa				
I — Cobr. Dívida Ativa p/Dep. Jurídico	6.240.693,60	6.476.622,70	235.929,10	
II — Cobr. Dívida Ativa p/Dep. Fazenda	5.387.232,50	6.175.935,30	788.702,80	
Receita de Indenizações e Restituições				
Indenizações por Calçamentos Repostos	192.005,90	204.314,30	12.308,40	
Contribuições Diversas				
Contribuições Estab. em Contratos	204.597,60	286.219,60	81.622,00	
Multas	867.532,50	1.057.678,30	190.145,80	
Eventuais				
I — Renda prov. Subprodutos Limp. Pública	594.789,20	626.513,00	31.723,80	
II — Subdivisão Gráfica	304.033,80	1.046.694,30	742.660,50	
III — Teatro Municipal	185.486,00	112.607,00		72.879,00
IV — Revista do Arquivo	43.842,60	10.814,40		33.028,20
V — Hospital Municipal	2.036.264,60	2.153.345,90	117.081,30	
VI — Estádio Municipal	496.476,90	693.844,30	197.367,40	
VII — Diversos	2.249.885,60	3.993.627,80	1.743.742,20	
Taxa de Pavimentação	—	505.646,90	505.646,90	
SUBSOMA	186.310.524,50	204.021.269,70	20.430.075,50	2.719.330,30
EXTRAORÇAMENTÁRIA	25.594.325,80	251.315,90		25.343.009,90
S O M A	211.904.850,30	204.272.585,60	20.430.075,50	28.062.340,20
DIFERENÇA		7.632.264,70	7.632.264,70	
CONTROLE	211.904.850,30	211.904.850,30	28.062.340,20	28.062.340,20

DESPE

CATEGORIA
Orçamento Ordinário ....
Créditos especiais para Obras, etc ....
SOMAS ....
DIFERENÇA ....
CONTROLE ....

DESPESA

SERVIÇO
Administração Geral ....
Exação e Fiscalização Financeira ....
Segurança Pública e Assistência Social........................
Educação Pública ....
Saude Pública ....
Dívida Pública ....
Serviço Utilidade Pública ....
Encargos Diversos ....
SUBSOMA ....
Obras, Desapropriações, Melhoramentos, etc. ....
SOMA ....
DIFERENÇA ....
CONTROLE ....

DESPESA PO

ELEMENTOS
Pessoal Fixo ....
Pessoal Variavel ....
Material Permanente ....
Material de Consumo ....
Despesas Diversas ....
SUBSOMA ....
Obras, Desapropriações, Melhoramentos, etc. ....
SOMA ....
DIFERENÇA ....
CONTROLE ....

DESPESA GERAL

CATEGORIA	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Orçamento Ordinário	141 278 895 00	148 748 559 80	7 469 [illegible]	—
Créditos especiais para Obras, etc	48 635 810 70	69 871 103 20	21 235 292 50	—
SOMAS	189 914 705 70	218 619 663 00	28 704 957 30	—
DIFERENÇA	28 704 957,30		—	28 704 957,30
CONTROLE	218 619 663 00		28 704 957 30	28 704 957 30

DESPESA POR SERVIÇO

SERVIÇO	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Administração Geral	13 862 884 60	14.531.132,70	668 248 10	—
[illegible] Financeira	6 877 173 50	7 173 600 60	296 427,10	—
Segurança Pública e Assistência Social	6 902 398 30	6 562 792 8		339 603,50
Educação Pública	5 103 295 30	6 043 117 10	939 821 80	—
Saúde Pública	6 676 740 10	6 708 [illegible]	31 [illegible]	—
Dívida Pública	22 [illegible] 30	30 061 [illegible]	8 023 444 40	—
Serviços de Utilidade Pública	69 843 740 30	66 837 074 70	—	3 006 665,60
Encargos Diversos	9 974 [illegible]	10 830 607 20	856 136 80	—
SUBSOMA	141 278 895 00	148.748.559,80	10 815 933 90	3 346 269,10
Obras, Desapropriações, Melhoramentos, etc	48 635 810 70	69 871 103 20	21 235 292 50	—
SOMA	189 914 705 70	218 619 663 00	32 051 226 40	3 346 269 10
DIFERENÇA	28 704 957 30			28 704 957,30
CONTROLE	218 619 663 00	218 619 663 00	32 051 226 40	32 051 226,40

DESPESA POR ELEMENTOS

ELEMENTOS	1941	1942	DIFERENÇA	
			A MAIS	A MENOS
Pessoal Fixo	21 436 021 30	[illegible]		346 840 90
Pessoal Variável	[illegible]	42 6[illegible]	1 060 207,60	
Material Permanente	3 267 447 90	3 752 28[illegible]	[illegible]	
Material de Consumo	16 275 857 50	18 [illegible]	[illegible]	
Despesas Diversas	56 668 106,40	62 444 770	5 776 664 20	
SUBSOMA	141 278 895 00	148 748 559 80	[illegible]	346 840 90
Obras, Desapropriações, Melhoramentos, etc	48 635 810 70	69 871 103 20	21 235 292 50	
SOMA	189 914 705 70	[illegible]	29 051 798 20	346 840 90
DIFERENÇA	28 704 957 30			28 704 957 30
CONTROLE	218 619 663 00	218 619 663 00	29 051 798 20	29 051 798,20

ÍNDICE